

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

JEANINY SILVA DOS SANTOS

**SÃO MIGUEL DAS MISSÕES NA GESTÃO ALOÍSIO MAGALHÃES:**  
POLÍTICAS DE MEMÓRIA E DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL (1979-1982)

Porto Alegre  
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

JEANINY SILVA DOS SANTOS

**SÃO MIGUEL DAS MISSÕES NA GESTÃO ALOÍSIO MAGALHÃES:  
POLÍTICAS DE MEMÓRIA E DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL (1979-1982)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Tatyana de Amaral Maia

Porto Alegre

2021

## Ficha Catalográfica

S237s Santos, Jeaniny Silva dos

São Miguel das Missões na gestão Aloísio Magalhães : Políticas de memória e de gestão do patrimônio no Brasil (1979-1982) / Jeaniny Silva dos Santos. – 2021.

184 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Tatyana de Amaral Maia.

1. Aloísio Magalhães. 2. Identidade Nacional. 3. Patrimônio Cultural. 4. Políticas de preservação. 5. São Miguel das Missões. I. Maia, Tatyana de Amaral. II. Título.

JEANINY SILVA DOS SANTOS

**SÃO MIGUEL DAS MISSÕES NA GESTÃO ALOÍSIO MAGALHÃES:  
POLÍTICAS DE MEMÓRIA E DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL (1979-1982)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Tatyana de Amaral Maia – PUCRS (Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Gislene Monticelli – PUCRS

---

Prof. Dr. Carolino Marcelo de Sousa Brito – IAT/SEC-BA

Porto Alegre

2021

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma vez que o presente trabalho foi realizado com seu apoio.

À Professora Doutora Tatyana de Amaral Maia pela sua orientação, incentivo e pelas considerações no desenvolvimento dessa dissertação e, acima de tudo, por ter acreditado nessa pesquisa desde o início.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, que foram importantes em minha formação acadêmica, com indicação de leituras que ampliaram e contribuíram para minha pesquisa.

Aos meus pais, Marilene Silva e Zilmar Freitas, por todo o carinho, amor e por sempre acreditarem e incentivarem minhas decisões, e acompanhar minha caminhada acadêmica. Nunca deixaram de estar ao meu lado, mesmo com as dificuldades que surgiram no caminho, e sempre foram meu suporte, portanto, serei imensamente grata.

Ao meu irmão, Jaderson Silva, pela troca de conselhos acadêmicos que nos foi possibilitado ao compartilhar essa etapa ao mesmo tempo, pelos debates sobre a vida, nossas visões e do que esperamos como pesquisadores. As tuas contribuições sempre foram muito importantes ao trazer as experiências da filosofia para refletir e auxiliar, de alguma forma, ao longo da pesquisa.

Ao Clayton Baptista Júnior, meu companheiro, que está ao meu lado desde antes dessa jornada acadêmica. Obrigado pelo carinho, o apoio e por sempre me fazer acreditar no meu potencial, ao me manter calma e positiva em meio as angústias, além de me socorrer quando havia algum problema relacionado ao computador — que nos deu alguns sustos até o término dessa pesquisa.

Às amigas Daniely Alves e Isadora Freitas, sou muito grata pelas palavras amigas nas horas difíceis e pelo apoio, principalmente por estarem comigo nesta caminhada tornando-a mais fácil e agradável, bem como por vibrarem comigo em cada etapa concluída dessa pesquisa. Amigas que estão presentes em minha vida sempre que preciso.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História pelas trocas e disponibilidade em dividir inquietações e alegrias, que envolvem a realização de uma pós-graduação, especialmente aos colegas de orientação Júlia, Lara, Leonardo, Mariana e Stella, com os quais compartilhei bons momentos entre conversas e atividades acadêmicas.

A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio  
(MAGALHÃES, 1980, p. 11).

## RESUMO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pelo patrimônio no Brasil, adotou novas diretrizes para a construção da identidade nacional, na década de 1970, de modo a dar início à “fase modernizante” da instituição e modificar as políticas culturais. Em vista desses eventos, o principal objetivo dessa dissertação é analisar as políticas de proteção do patrimônio dedicadas às ruínas de São Miguel das Missões (RS), à luz do IPHAN durante a gestão de Aloísio Magalhães, de 1979 a 1982. Destaca-se que Magalhães foi o responsável pelo processo de renovação institucional e pela renovação da política de patrimônio cultural, de modo que reconhecemos o seu protagonismo ao trazer um novo fôlego à instituição. Investigamos quais políticas culturais eram adotadas pelo Estado brasileiro na defesa do patrimônio, avaliando como, naquele período, determinadas ações políticas e diretrizes impactaram e ocasionaram em novas noções de patrimônio, com seus múltiplos usos. Além disso, analisamos as ações promovidas pelo órgão em São Miguel das Missões, junto aos importantes nomes do cenário nacional e gaúcho, que tinham como auxiliares os técnicos do Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e intelectuais de diversas áreas, que participaram na formulação das diretrizes para gestão e políticas da instituição. Por último, procuramos compreender como as políticas também se alinharam ao processo de modernização conservadora em curso, observando esse caso em meio aos pontos de diálogo entre as políticas de memória e patrimônio e as diretrizes gerais do Poder Executivo nos anos finais da ditadura civil-militar, o que ainda nos permitiu verificar as ambivalências existentes nesse setor. Tudo isso mostra-nos de que maneira a adoção de novos conceitos expandiu o imaginário social do país, dando origem à noção de “bens culturais”, a partir da qual foi possível elevar os símbolos regionais ao *status* de importante memória da identidade nacional. Para a realização dessa pesquisa, foram utilizados como fontes os documentos oficiais e as publicações do próprio IPHAN. Portanto, exploramos a trajetória política do Aloísio Magalhães associada às ações realizadas no patrimônio cultural de São Miguel das Missões a partir de noções que esse sujeito trouxe para as políticas públicas de patrimônio. Nesse sentido, através dos eventos supramencionados, construímos uma perspectiva reunindo problemáticas, até então, pesquisadas separadamente.

**Palavras-chave:** Aloísio Magalhães. Identidade Nacional. Patrimônio Cultural. Políticas de preservação. São Miguel das Missões.

## ABSTRACT

In the last century, the National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN), whose function was to be responsible for the historic heritage in Brazil, adopted new guidelines for the construction of national identity, thus initiating the institution's so-called "modernizing phase" in the 1970s and changing its cultural policies. In consideration of these events, the main purpose of this dissertation is to analyze the heritage-protection policies dedicated to the ruins of São Miguel das Missões (RS) by IPHAN during the administration of Aloísio Magalhães, from 1979 to 1982. Regarding this figure, it is worth noting that Magalhães was the one responsible for the process of institutional renewal and for the renewal of the cultural-heritage policy, so that we recognize its role in bringing a new breath to the aforementioned institution. For that, we investigated which cultural policies were adopted by the Brazilian State in the defense of the heritage thus instituted, evaluating how in that period certain political actions and guidelines impacted and brought about new notions of heritage, as well as multiple uses. Moreover, we analyzed the actions promoted by the institute in São Miguel das Missões related to the important names of the national and regional scene which had the help of either National Historic and Artistic Heritage Secretariat's (SPHAN) technicians or intellectuals from different areas who participated in the formulation of the management and policy guidelines of that institution. Lastly but not least, we seek to understand how also the policies had become to align themselves with the conservative-modernization process underway, observing this case along points of dialogue between the policies of memory/heritage and the general guidelines of the Executive Power in the final years of the civil-military dictatorship, which still allowed us to verify the ambivalences that existed in this sector. This all shows us how the adoption of new concepts expanded the country's social imaginary, coming up with the notion of "cultural assets" from which it was possible to elevate regional symbols to the status of an important memory of the national identity. To carry out this research, official documents and publications from IPHAN itself were used as sources. Therefore, we explored the political trajectory of Aloísio Magalhães associated with actions carried out in the cultural heritage of São Miguel das Missões from the notions that this figure brought to public heritage policies. In this sense, through the aforementioned events, we built a perspective bringing together themes that have been researched separately hitherto.

**Keywords:** Aloísio Magalhães. National Identity. Cultural heritage. Preservation policies. São Miguel das Missões.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Planta da Missão de São Miguel, [1756?] .....	16
Figura 2 - Capa edição em homenagem à Aloísio Magalhães .....	59
Figura 3 - Visita do Presidente João Figueiredo ao SPHAN e discurso de Aloísio Magalhães .....	81
Figura 4 - Boletim SPHAN/FNPM - edição nº11. ....	89
Figura 5 - Boletim SPHAN/FNPM- edição nº5, p. 2 .....	93
Figura 6 - Capa Boletim SPHAN/FNPM- edição nº5 .....	93
Figura 7 - Boletim SPHAN/FNPM- edição nº14, p.7. ....	99
Figura 8 - Mapa do território dos Trinta Povos Jesuíticos-Guarani .....	130
Figura 9 - Augusto da Silva Teles, Aloísio Magalhães, Julio Curtis e Roberto di Stefano, reunidos em frente às ruínas da Igreja de São Miguel em 1980.....	134
Figura 10 - Antes do processo de estabilização da frontaria da Igreja. ....	141
Figura 11 - Capa Boletim SPHAN/FNPM, 1983, n. 27, na manchete a declaração de Patrimônio da Humanidade .....	143
Figura 12 - Fotografia do interior da Igreja tomada pela vegetação .....	151
Figura 13 - Aloísio Magalhães à frente, posando para foto na direita da imagem, Augusto da Silva Teles, Julio Curtis, Roberto Di Stefano e outros técnicos, reunidos ao fundo próximos às ruínas da Igreja de São Miguel. ....	158

## LISTA DE SIGLAS

CFC – Conselho Federal de Cultura

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DNS – Doutrina de Segurança Nacional

EMBRASILME – Empresa Brasileira de Filmes

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MES – Ministério da Educação e Saúde

MIT – Ministério da Indústria e Comércio

PCH – Programa Cidades Históricas

PNC – Política Nacional de Cultura

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RESCON – Restauração e Construção LTDA

SEAC – Secretaria de Assuntos Culturais

SEC – Secretaria da Cultura

SEMOR – Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa

SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Presidência da República

SPHAN – Serviço/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

STI – Secretaria de Tecnologia Industrial

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: O SPHAN E A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL</b> .....	21
2.1 APROXIMAÇÕES PERTINENTES ENTRE MEMÓRIAS, PATRIMÔNIOS E IDENTIDADES .....	22
2.2 POLÍTICA CULTURAL E O PATRIMÔNIO NACIONAL .....	29
2.3 O DISCURSO MODERNIZANTE E O USO DO PATRIMÔNIO PARA O FORTALECIMENTO DO ESTADO .....	41
2.4 ALOÍSIO MAGALHÃES: O ADMINISTRADOR DA CULTURA NO APARATO INSTITUCIONAL .....	57
<b>3 BENS CULTURAIS E O DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO: NOVOS CONCEITOS, NOVOS OLHARES</b> .....	74
3.1 A EMERGÊNCIA DE NOVOS CONCEITOS PARA O PATRIMÔNIO.....	77
3.2 A VERTENTE PATRIMONIAL E A DESCENTRALIZAÇÃO OPERACIONAL .....	91
3.3 A INTEGRAÇÃO REGIONAL: A DIVERSIDADE CULTURAL E ALARGAMENTO DAS CIDADES HISTÓRICAS .....	109
<b>4 A VALORIZAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES PELA SPHAN</b> .....	122
4.1 SPHAN COMO AGENTE DE PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA EM SÃO MIGUEL.....	127
4.2 A FORMULAÇÃO DE DIRETRIZES REGIONAIS PARA O PATRIMÔNIO MISSIONEIRO .....	145
4.3 O LUGAR DE SÃO MIGUEL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA .....	156
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	166
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	169
<b>ANEXO A - Relação Final de Boletins SPHAN/ PRÓ-MEMÓRIA analisados</b>	180

## 1 INTRODUÇÃO

O incêndio que destruiu o Museu Nacional<sup>1</sup> e seu acervo, em 2018, reascendeu as discussões sobre a necessidade de serem reavaliadas as políticas de proteção do patrimônio brasileiro. Ao nos depararmos com esse fato e outros problemas recentes que poderiam ser prevenidos com as devidas políticas de preservação — como o forte temporal<sup>2</sup> que atingiu São Miguel em 2016, provocando danos ao Museu das Missões —, nos questionamos sobre a importância do patrimônio e da memória para o Estado e para os cidadãos, uma vez que os bens históricos e culturais de um país compõem os lugares de memória, fundamentais na modernidade para a construção das identidades coletivas, que tem o seu melhor enquadramento na identidade nacional. Dentre as múltiplas discussões que envolveram os casos, destacam-se o protagonismo do Estado e suas limitações na salvaguarda desses bens, que dependem fundamentalmente dos recursos estatais e das opções políticas de cada momento histórico para resistir à ação do tempo e do esquecimento provocado pela massificação da cultura e pelo consumo descartável.

Nesse cenário, o objeto dessa pesquisa são as políticas de proteção do patrimônio para São Miguel das Missões, empreendidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) durante a gestão de Aloísio Magalhães, entre 1979 e 1982. Cabe ressaltar que é fundamental investigarmos quais as políticas adotadas pelo Estado brasileiro na defesa do patrimônio instituído. Em seguida, verificar a ampliação do conceito de patrimônio para bens culturais. Ao acompanhar as discussões, a nova direção da SPHAN com a renovação do quadro de técnicos viu a necessidade de ampliar seu rol de preservação, e discutir como o Brasil se apresentava. Portanto, para os demais objetivos, avaliarmos como essas ações políticas e diretrizes impactaram e transformaram a compreensão de São Miguel das Missões em bens culturais que formam o “patrimônio cultural brasileiro” neste determinado período histórico, assim como seus múltiplos usos. Tal análise permite inventariarmos as trajetórias históricas das políticas de patrimônio e compreender como tais políticas contribuíram ou limitaram o processo

---

<sup>1</sup> Algumas informações noticiadas sobre o incêndio, ver mais em: MACIEL, Edgar. História em chamas: o trágico Incêndio do Museu Nacional. **Veja** (Digital), [S. l.], 8 set. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/videos/em-pauta/historia-em-chamas-o-tragico-incendio-do-museu-nacional/>. Acesso em: 12 de jan. 2021.

<sup>2</sup> Ver mais em: EQUIPES analisam danos causados pelo temporal no Sítio Histórico das Missões. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 abr. 2016. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/equipes-analisam-danos-causados-pelo-temporal-no-s%C3%ADtio-hist%C3%B3rico-das-miss%C3%B5es-1.200331>. Acesso em: 12 de jan. 2021.

de preservação dos bens culturais durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), que pode ser descrito como modernizador, além de contar com ambivalências entre os seus agentes.

Algumas questões são levantadas para compreender o processo de preservação do patrimônio no país: quem eram os principais sujeitos desse processo? Por que a ditadura estava disposta a apoiar essa ampliação do conceito de patrimônio? Quais os interesses, para além da preservação, contidos em tal proposta? Por que começar a dar visibilidade a uma representação de patrimônio que até aquele momento era pouco valorizada?

No Brasil, a inauguração e o desenvolvimento de políticas oficiais de patrimônio tiveram seu início a partir de 1936, quando foi proposta a criação de uma agência federal de proteção ao patrimônio. Conforme Lucia Lippi de Oliveira (2008), o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi elaborado por Mario de Andrade, que já destacava o caráter estratégico dos bens culturais como artefatos de construção de uma identidade nacional. Ademais, após a sua criação, o advogado mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade foi convidado para conduzir o SPHAN. No mesmo período, os vestígios culturais de São Miguel das Missões se tornaram o primeiro sítio arqueológico a ser tombado pelo SPHAN, em 1938, sendo inscritos no livro “Tombo de Belas Artes” um ano após a criação da instituição. O SPHAN teve várias mudanças de nomenclatura ao longo de sua trajetória, consolidando-se, mais recentemente, como IPHAN<sup>3</sup>.

A partir das concepções iniciais, sobressai a necessidade de dialogar sobre o conteúdo da palavra “patrimônio”, entendida por seus valores representativos que permeiam uma sociedade. De acordo com Françoise Choay (2001), a ideia de patrimônio está, “na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (2001, p. 11), ao mesmo tempo que pode ser considerado um conceito nômade, dado que possui diversos adjetivos, tais como: natural, cultural, histórico. Assim, considerar algo como ‘patrimônio’ é uma construção que está em constante alteração de acordo com o presente. Marcia Chuva (2009) concorda com Choay ao compreender que “a construção do conceito de patrimônio enraizou-se gradativamente com a criação dos estados nacionais pelo

---

<sup>3</sup> Posteriormente ocorreram diversas trocas na nomenclatura: entre 1970 e 1979, o órgão foi chamado de Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; em 1979, voltou a ser chamado de SPHAN, até ser extinto em 1990 e substituído pelo IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural; em 1994, o órgão volta a ser chamado de IPHAN, e assim permanece desde então. Dessa maneira, utilizamos aqui as siglas IPHAN ou SPHAN em referência ao mesmo órgão, sobretudo, durante os governos militares em que sofreu alterações passando para secretária/subsecretaria (SPHAN) para departamento (DPHAN) e para instituto (IPHAN). Ver mais em: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 1996.

mundo” (CHUVA, 2009, p. 30), para atender aos interesses de legitimação e criação dos estados modernos<sup>4</sup>.

Portanto, não se pode negar a forte relação da formação e da consolidação dos Estados nacionais com a criação de uma identidade baseada na seleção de um patrimônio comum, bem como os respectivos discursos que o constroem. José Reginaldo Gonçalves (1996) problematiza o modo como esses discursos são a peça-chave para legitimação do “patrimônio cultural”, pois, segundo o autor, eles são articulados em nome de uma máxima que pretende representar e relacionar todo o grupo social. No entanto, o autor demonstra validar a relação de patrimônio e a construção de nações, ressaltando que a categoria ‘patrimônio’ não é uma invenção moderna.

Choay (2001) entende como patrimônio histórico um bem cultural para usufruto de uma comunidade alargada em suas dimensões, sendo sua preservação essencial para que o debate se mantenha na sociedade, estimulando reflexões sobre os sentidos do presente e as perspectivas para o futuro por meio do patrimônio. A autora também examina o significado de monumento enquanto patrimônio:

[...] aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido, primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especialidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. (CHOAY, 2001, p. 18)

O patrimônio é entendido como monumento, enquanto uma de suas tipologias — tipos de patrimônios, como por exemplo, material, imaterial, paisagem etc. — faz parte de uma das suas primeiras formas de expressão e uso da memória nacional<sup>5</sup>. O propósito do patrimônio está em o passado, selecionar um momento para ser preservado para aqueles que se identificam, sejam eles, grupo familiar, uma comunidade ou Estado nacional, ao criar vínculos entre os indivíduos através de um monumento, através da rememoração que estar diante de um de tal nos permite.

---

<sup>4</sup> O melhor exemplo de criação do Estado nacional moderno talvez seja a França, a partir da Revolução de 1789. Não por acaso, foi lá que se desenvolveu o conceito moderno de patrimônio. A Revolução Francesa destruiu os fundamentos do antigo reino. Ao acabar com o rei, toda a estrutura do Estado perdia sua razão de ser. A República criava a igualdade, refletida na cidadania dos homens adultos e precisava criar os cidadãos, fornecer meios para que compartilhassem valores e costumes, para que pudessem se comunicar entre si, tivessem um solo e uma origem supostamente comum. O Estado nacional surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território. Ver em: FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

<sup>5</sup> Conceito que será discutido no capítulo dois.

No Brasil, a palavra patrimônio é, de costume, associada diretamente aos monumentos arquitetônicos vinculados ao período colonial (igrejas, fortes e conjuntos urbanos, por exemplo), já no meio técnico, esses bens são conhecidos como bens de pedra e cal<sup>6</sup>. O conceito de patrimônio histórico e artístico orientou a ação do IPHAN em suas primeiras décadas, limitando o foco da instituição para identificação de bens destacados e por sua excepcionalidade histórica, monumental ou artística bastante difundida, que durante muito tempo foi reconhecido como máxima expressão da história nacional na construção de uma identidade forjada no passado colonial. Conforme o historiador Daryle Williams (2012, p. 281), “a história do patrimônio nacional, no Brasil, enraizada no nacionalismo cultural dos anos 30, adquiriu novos significados — e novas políticas — no final do século XX”. O principal órgão de preservação do país, que moldou as políticas de preservação, esteve, portanto, voltado à proteção da herança da colonização.

Observa-se uma virada no olhar do IPHAN na década de 1970, quando tiveram início as discussões sobre a necessidade de atualização e ampliação conceitual, para que fosse capaz de abarcar os diversos legados históricos e culturais da trajetória brasileira. Isto significava a necessidade de inclusão dos legados da cultura indígena, cultura afro-brasileira e cultura popular da sociedade brasileira, resultante de um contínuo processo de contato entre culturas diversas. “Nesse período, o IPHAN vinha sofrendo duras críticas de intelectuais que acusavam suas políticas patrimoniais de elitistas e distantes da realidade do país” (SILVA, R. S., 2012, p. 25), com um patrimônio instituído de maneira autoritária.

A construção do discurso institucional formado por narrativas e mitos fundadores do IPHAN continuou forte nesse período, ao tomarem a compreensão dos seus diretores como pilares. Em um primeiro momento, houve o entendimento de que todo o discurso foi renovado com a troca de liderança, contudo a chegada de Aloísio na autarquia era uma continuidade, como o próprio afirma: “a continuidade da trajetória de uma cultura em processo ininterrupto de transformação como a nossa, não pode prescindir do constante aferimento dos valores da anterioridade a fim de identificar os caminhos do tempo projetivo” (MAGALHÃES, 1985, p. 129). Não se poderia apagar o passado colonial de pedra e cal, mas formular um projeto que abrangesse a noção de continuidade e o alargamento conceitual posto pela noção de bens culturais. No entanto, a representação nacional segue com o mesmo objetivo ao abordar o processo de construção de uma identidade comum para uma nação tão diversa e com tamanhas

---

<sup>6</sup> Termo utilizado por vários autores (FONSECA, 1997; GONÇALVES, 1996; ABREU; CHAGAS, 2009) para denominar as políticas patrimoniais do IPHAN que privilegiavam como patrimônio edifícios, obras de arte do barroco colonial e construções luso-brasileiras.

desigualdades. Podemos problematizar esse fato como parte de um processo, que propiciou o uso de vários referenciais regionais para integrar os bens que formavam a nação.

O recorte temporal da presente pesquisa, de 1979 até 1982, está marcado pelo: contexto político nacional, com o processo de abertura política da ditadura civil-militar, após 15 anos de um Estado de exceção; e o contexto interno do IPHAN, com a gestão de Aloísio Magalhães como diretor-geral e a reorganização de diversas intuições culturais.

Aloísio Magalhães era pernambucano, nascido em 1928 em Olinda, atuava como designer, advogado, artista plástico. Teve grande participação no desenvolvimento de um design moderno no Brasil, isto é, “um designer de fundamental importância para a consolidação de sua profissão como campo específico de trabalho no Brasil” (ANASTASSAKIS, 2007, p. 7). Após sua trajetória no design gráfico, foi para o setor público cultural, onde foi secretário de cultura do Ministério da Educação e da Cultura (MEC). Além de ter exercido cargos de coordenador geral do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), presidente da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e diretor do Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), esteve sempre ligado a questões próprias da cultura brasileira. Ele faleceu no dia 13 de junho em 1982, aos 55 anos incompletos em Veneza, durante uma reunião para onde ele representava o Brasil pela inclusão de Olinda na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

Dessa maneira, com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) em 1979, braço executivo da SPHAN. O IPHAN incorporou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e o Programa das Cidades Históricas (PCH), tornando-se a Secretaria Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (REZENDE, 2015). A maior parte da bibliografia sobre as políticas culturais patrimoniais do período aponta Aloísio Magalhães como o responsável pela transformação da conduta no setor. Joaquim de Arruda Falcão (1984a) afirma que só houve política cultural no Estado autoritário militar brasileiro a partir de 1975, com a criação do CNRC, e que, se não fosse a ida de Magalhães para o IPHAN, a instituição permaneceria no atraso conceitual e metodológico. Outros autores seguem parte desse pensamento, como é o caso de Marcia Sant’Anna (1995), José Reginaldo Gonçalves (1996), Maria de Cecília de Londres Fonseca (1997), Isaura Botelho (2000), Lia Calabre (2007), Lucia Lippi de Oliveira (2008) e Marcia Chuva (2009), na medida que compreendem que a instituição fomentou as políticas culturais durante a ditadura, com a intenção de conservação do patrimônio e reinterpretção dos lugares de memória nacional.



A escolha de São Miguel como recorte espacial ocorreu durante o curso de graduação<sup>7</sup>, quando se buscou abordar o patrimônio cultural sob outra perspectiva e com um olhar mais voltado para as ações de educação patrimonial e arqueológica. Dessa experiência de pesquisa, surgiram inquietações e questionamentos, tanto a respeito do próprio patrimônio quanto de outros aspectos que envolvem as questões de âmbito nacional. Para além das motivações que decorrem das experiências acadêmicas da autora, também se avalia que o tema das Missões demonstra um importante debate científico e social, sobretudo, o já destacado sítio de São Miguel das Missões — “Trata-se de um dos primeiros lugares, no Brasil, onde as políticas públicas de preservação em relação ao patrimônio material e ao patrimônio imaterial se amalgamaram e possibilitaram a emergência de novas narrativas” (MEIRA; SILVA, 2020, p. 69).

Com isso, verificamos a necessidade de revisar as políticas de proteção do patrimônio brasileiro, especialmente nesse momento em que há um esquecimento da cultura e a falta de investimentos para a preservação dos bens culturais, assim como ocorre com a pesquisa. Essa necessidade também se constrói como uma nova oportunidade para provocar diálogos e reflexões diante de um cenário tão problemático que é o patrimônio, além do modo como o Brasil é representado desde a criação do SPHAN até a atualidade.

As ruínas de São Miguel das Missões<sup>8</sup>, fundado em 1687, fazem parte dos remanescentes arqueológicos dos Trinta Povos Jesuítico-Guaranis coloniais e que permaneceu sob a direção dos jesuítas por cerca de 70 anos. Conforme descrição de Aurélio Porto (1954, p. 60): “São Miguel era a mais populosa de todas as reduções, pois contava, quando se estabeleceu aí, 4195 almas, divididas em 1057 famílias”. Aliás, o que chama atenção, além dessa história, é a forma como esse conjunto teve sua construção e organização:

O sistema de missões começou a demonstrar sinais de fadiga nos anos 1740, devido a doenças, a fugas de índios e ao agravamento da violência. A expulsão dos jesuítas da América portuguesa, em 1759, e da América espanhola, em 1767, provocou distúrbios significativos, uma vez que a reorganização legal e efetiva das comunidades que seguiam supervisão real direta, dentro das missões, acelerou as forças geradoras de declínio econômico e despovoamento. (WILLIAMS, 2012, p. 282)

Tratava-se de “uma utopia indígena, posteriormente destruída pelos exércitos ibéricos, pelo descaso e pelo abandono, até quase deixar em destroços os espaços, os prédios e os objetos, bem como vulnerabilizados seus descendentes” (BAPTISTA *et al.*, 2020, p. 5).

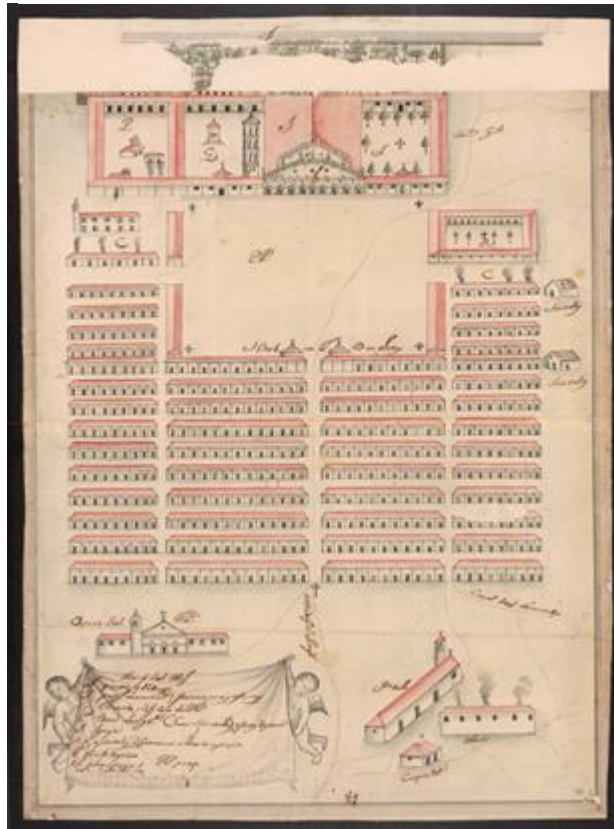
<sup>7</sup> Referimos aqui ao curso de graduação em História, feito pela autora dessa presente dissertação de mestrado.

<sup>8</sup> Para uma história geral das missões, ver: PORTO (1954) e KERN (1982).

São Miguel foi construído tendo ao centro, defronte à igreja, uma praça quadrangular que media aproximadamente 130 m de lado. O colégio, a igreja e o cemitério ocupavam o lado norte e nos outros três lados restantes se erguiam as casas dos índios, das quais restam apenas as ruínas das fundações. A colina outrora era coberta de matas e, segundo testemunhos dos cronistas do século passado, bem abastecida de água que corria do ribeirão Jucaripí. Na parte detrás, os padres prepararam uma quinta, inteiramente murada de pedras com jardim, pomar e horta. As casas dos índios eram construídas em blocos com telhados de quatro águas e rodeadas por alpendres. A Igreja de São Miguel Arcanjo é uma construção de estilo barroco italiano do século XVIII. A igreja primitiva deu lugar a essa construção suntuosa devido à genialidade do arquiteto milanês, padre secular da Companhia de Jesus - Gian Battista Primoli. (SPHAN, 1982, p. 7)

A povoação se estruturou para acomodar a numerosa população e, por isso, São Miguel foi construído na chamada 'tipologia urbana missioneira'<sup>9</sup>, organizadas no entorno de uma praça quadrangular (Figura 1).

Figura 1 - Planta da Missão de São Miguel, [1756?]



Fonte: IPHAN - Exposição Itinerante, 2020.

Arno Kern (1998) pontua que “os Trinta Povos Missioneiros são mais do que meras ruínas abandonadas em meio às matas subtropicais” (KERN, 1998, p. 13), por isso foi

<sup>9</sup> Ver mais em: CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. **A redução de São Miguel Arcanjo**: contribuição ao estudo da Tipologia urbana missioneira. 2002. 199 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

necessário a criação de políticas de proteção e restauro dos remanescentes, depois do seu tombamento em 1938. “Estas atividades tiveram também como objetivo a preservação e a valorização tanto dos objetos arqueológicos ainda inseridos aos milhares nas camadas do solo, como das estruturas remanescentes” (KERN, 1998, p. 11).

Nas décadas seguintes, as políticas patrimoniais na região de São Miguel foram, sobretudo, para o restauro da arquitetura da torre da Igreja e a criação do Museu das Missões<sup>10</sup>, como referência cultural nacional por ser o responsável pelo recolhimento e guarda da arte sacra barroco-missionário da Igreja de São Miguel. “Vários avanços ocorridos nos anos 70 criaram novas possibilidades para uma política de preservação que iria reordenar o forte nacionalismo cultural dos anos 1930” (WILLIAMS, 2012, p. 288). Dito isso:

A agência oficial de preservação reteve o direito de proteger e preservar os símbolos de um apelo cultural nacional. O patrimônio continuou a ser um veículo privilegiado de integração nacional. (Claramente dialogando com a ideologia desenvolvimentista que reinou durante os governos dos presidentes Geisel e Figueiredo, Magalhães tinha certeza de que integração cultural podia ser compatível com integração econômica). (WILLIAMS, 2012, p. 291)

As iniciativas do IPHAN, como agente da memória, em realizar a análise dessas transformações políticas institucionais — ocasionadas por Aloísio Magalhães à proteção desse patrimônio nacional, dentre outros — auxiliaram na consolidação da importância das Missões, assim como ao dar maior ênfase na apreciação dos projetos que tiveram como base na reordenação de conceitos utilizados pela instituição e a necessidade de preservação do bem cultural e do seu potencial para o desenvolvimento econômico. Para isso, o estudo sobre o que ocorreu naquela região durante nosso recorte é relevante para conseguirmos compreender como se chegou às atuais políticas de preservação de patrimônio para esse bem cultural, ainda visto como um exemplo da ação-prática dessa política de preservação.

Alguns elementos aqui discutidos se entrecruzam todo o tempo, principalmente, em relação do cenário político nacional, no que se refere à ditadura civil-militar e às relações com os intelectuais que estavam em atuação direta (no discurso político e nas disputas), ao reafirmar a pluralidade de espaços e memórias, tal como das Missões, no corpo da nação. Salienta-se que as relações estudadas na presente pesquisa — mesmo considerando as questões relativas às relações políticas institucionais de patrimônio no que se referem a São Miguel das Missões — foram expandidas no decorrer da pesquisa, ao considerar alguns dos quadros econômicos, políticos e culturais através dos quais estava inserida a sociedade. Ao buscar elevar São Miguel

---

<sup>10</sup> Para saber sobre o museu, ver mais: BAPTISTA, Jean *et al.* (org.). **Museu das Missões: 80 anos**. Porto Alegre: 2020.

a patrimônio cultural da humanidade e firmar propósitos para além do escopo patrimonial, as ações realizadas estavam em conformidade com os objetivos institucionais.

Por essa razão, a pesquisa deve considerar as fontes relativas às temáticas das políticas culturais e patrimônio, bem como suas tipologias — que em grande parte são documentos oficiais —, para, assim, fazer a investigação e crítica a respeito da intenção contidas nelas. Como fontes documentais, utilizaremos a produção intelectual desenvolvida durante o período de ditadura civil-militar, sobretudo, textos e artigos de autoria de Aloísio Magalhães, que estão dispostos em suportes impressos ou digitais. Também serão utilizadas publicações de alguns de seus interlocutores que atuavam na instituição e que tiveram participação na elaboração do projeto de renovação para o patrimônio.

A investigação será conduzida em diálogo com os trabalhos acadêmicos recentes, como de Laís Lavinias (2014) e Zoy Anastassakis (2007) sobre Aloísio Magalhães, ou ainda as pesquisas de Tobias Vilhena de Moraes (2014), Érico Loyola (2016), Darlan Marchi (2018), Sandi Mumbachi (2018) e Cristiano de Souza Hordejuk (2019), autores que destacam o bem cultural como fonte para seus estudos. Por fim, destaca-se o uso de produções da instituição, nas quais é possível acompanhar a trajetória da gestão de Aloísio e como as ações em São Miguel foram divulgadas, por meio de textos que ilustram o direcionamento institucional.

Buscamos resgatar as informações sobre São Miguel e sobre a documentação institucional como objeto de análise, ao “apontar certo escopo documental correlato a ações consideradas responsáveis pela produção de um saber próprio à instituição (e ao campo) que se acumulou nos arquivos do IPHAN” (CHUVA, 2014, p. 5). Chuva (2014) afirma que a escolha dos objetos de investigação, os modos de fazer pesquisa e as mudanças estruturais da instituição fazem parte de uma conjuntura que corresponde com as perspectivas políticas da preservação patrimonial internacional, a fim de verificar se tal documentação é oportuna para traçar uma análise das ações políticas e suas práticas.

O ponto de partida para a busca por fontes foi a documentação obtida junto aos arquivos do IPHAN<sup>11</sup> na superintendência do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e no Arquivo Central, no Rio de Janeiro. Outras fontes foram provenientes do acervo digital existente no próprio site da instituição, como os Boletins Informativos, Revistas do Patrimônio e publicações editadas pelo IPHAN, além de consultas em outros acervos digitais do setor cultural e da legislação

---

<sup>11</sup> Em decorrência do contexto pandêmico de 2020-2021, a análise não pôde ser estendida aos documentos do Escritório Técnico em São Miguel das Missões do IPHAN-RS, onde poderíamos obter mais informações que corroborariam com as hipóteses. Pensamos que em futuras oportunidades essa pesquisa poderá ter continuidade e com novos caminhos a serem investigados.

federal. Tais fontes, serão analisadas tendo como instrumento o uso de políticas culturais para o patrimônio.

Na medida em que ocorriam mudanças não só na estrutura, mas na compreensão de patrimônio e na atuação do IPHAN, também é abordado a relação das modificações na legislação junto ao poder legislativo nos três níveis, com disputas sobre como o patrimônio seria preservado e quais usos ele teria para as políticas locais.

Com a presente pesquisa, esperamos estabelecer de que forma ocorreu o processo de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural para os bens culturais, tendo como fonte os arquivos sobre a gestão de Aloísio Magalhães e as ações em São Miguel no período. Buscamos, portanto, investigar o que era construído com uma reforma institucional e de que modo essa situação refletia nas práticas de preservação de bens culturais.

Para dar conta de tais discussões, a presente dissertação pode ser dividida em três partes. O segundo capítulo, de título “Patrimônio cultural e brasileiro: o SPHAN e a preservação da identidade nacional”, trata do enfoque nas décadas de 1970 e 1980, alargando nosso recorte e considerando o cuidado ao tomar como relevante o contexto das políticas culturais, o Brasil durante um Estado ditatorial e o gestor dessa renovação institucional. Abordaremos também as estratégias de formulação da identidade nacional pelo IPHAN, para melhor compreensão das estratégias elaboradas pelo órgão ao longo desse período com relação ao conjunto missionário, sendo necessário recuperar dados e preocupações que surgiram nas políticas culturais. Além de problematizar como se alinharam ao processo de modernização conservadora em curso, serão analisados os pontos de diálogo entre as políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro e as diretrizes gerais empreendidas pelo executivo nos anos finais da ditadura e durante o processo de redemocratização do país, apontando para as possíveis relações existentes.

No terceiro capítulo, “Bens culturais e o desenvolvimento harmonioso: novos conceitos e novos olhares”, abordamos de que modo importantes transformações na estrutura conceitual sobre o patrimônio foram elaboradas pela SPHAN durante esse período (1979-1982), com a emergência do conceito de bens culturais e o alargamento dos espaços a serem preservados, objetivando uma integração nacional. Será discutido a forma como a instituição responsável pelo patrimônio brasileiro agia desde sua criação, em 1936, e como foi o processo de ampliar e reavaliar a sua lógica, a partir de uma nova concepção e abrangência para os bens culturais. Em grande parte dos discursos de Magalhães, discursava sobre o desenvolvimento de diretrizes que se baseiam na criação de riquezas principalmente do ponto de vista integração nacional e desenvolvimento econômico.

No quarto capítulo, “A valorização de São Miguel das Missões pelo SPHAN”, o objetivo é compreender o lugar ocupado pelo sítio de São Miguel das Missões no projeto mais amplo de políticas de proteção do patrimônio instituído por Aloísio Magalhães, ao retirar a centralidade das cidades históricas do Sudeste como a síntese da nacionalidade brasileira e adotar outros símbolos configurados no imaginário social do país. Modificações realizadas no processo de construção do Estado-nação, onde a busca do regional passou a figurar com uma matriz da nossa nacionalidade. Para isso, é necessário perceber a relação entre as políticas propostas por Aloísio Magalhães e a ação dos intelectuais e dos técnicos gaúchos para a utilização das ruínas de São Miguel como patrimônio cultural brasileiro. A partir desse momento, é possível perceber a promoção de São Miguel pelo segmento do turismo e o espaço ocupado para o desenvolvimento municipal.

Essa pesquisa serve como uma contribuição para os estudos sobre a construção da memória das Missões Jesuíticas no Sul do Brasil a partir das políticas culturais, dispondo de uma perspectiva renovada sobre o conceito e os usos do patrimônio. Dessa forma, será investigado as transformações nas políticas patrimoniais que ocorreram na SPHAN durante a gestão de Aloísio Magalhães e as políticas específicas destinadas à São Miguel das Missões, por meio da análise das políticas de proteção e preservação do Brasil.

## **2 PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: SPHAN E A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL**

Desde a criação no ano de 1937, a SPHAN apresentava em documentos internos a busca pela identidade nacional por meio de sua política de tombamento, como estratégia central de preservação dessa identidade. Os objetos identificados como verdadeiros representantes da memória nacional foram incorporados sob o nome de patrimônio artístico e cultural. O tombamento era aplicado aos bens materiais e aos territórios, com a finalidade de evitar sua destruição e firmar debates sobre o patrimônio cultural brasileiro. Ao longo dos anos, a noção de patrimônio passou a adquirir significados políticos, sendo considerado como fator essencial na construção da identidade nacional.

Como afirmam Regina Abreu e Mário Chagas (2009), durante décadas predominou uma política de preservação voltada prioritariamente para o tombamento dos chamados ‘bens de pedra e cal’. A noção de ‘preservação’, como apontado por Durval Muniz de Albuquerque Junior (2007), ficava restrita à preservação daquilo que comporia o conjunto dos símbolos formadores da nacionalidade, que “parte de outro pressuposto identitário que é o da possibilidade de que qualquer realidade natural ou cultural possa permanecer sem mudanças ao longo do tempo” (2007, p. 17), como, por exemplo: o patrimônio edificado e as obras artísticas associadas à cultura erudita. Dessa forma, priorizava-se o tombamento de patrimônios de características da colonização portuguesas, objetivando resguardá-los da destruição, mas sem a preocupação de como esses bens poderiam ser divulgados ou ensinados para a sociedade. Como sugere Miceli (1984a) e Gonçalves (1996), durante parte relevante da trajetória do IPHAN, privilegiou-se apenas a cultura monumental, ocidental, branca e católica.

A partir dos anos 1979, as políticas culturais elaboradas e executadas pelo IPHAN passaram por uma drástica transformação, pondo fim na “Era do Dr. Rodrigo”, tal como ficou conhecido o longo período da gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade (1937-1967), sucedido por seu discípulo Renato Soeiro (1967-1979). Além da troca de gestão, houve uma mudança no modo como o órgão estava alinhado ao plano cultural em curso no país. Com a nomeação de Aloísio Magalhães para a presidência do IPHAN, houve o início da “fase modernizante” com a necessidade de uma reforma administrativa.

Como afirma José Reginaldo Gonçalves (1996), quando Aloísio Magalhães assumiu o cargo de diretor no SPHAN, “a política de patrimônio cultural no Brasil sofre ‘profundas mudanças’” (GONÇALVES, 1996, p. 71). Destaca-se esse aspecto como um capítulo importante da história do SPHAN, sendo a partir desse direcionamento analítico, isto é, da atuação de

Aloísio Magalhães nas políticas culturais durante o regime militar, que concretizamos a reformulação da ideia de patrimônio histórico e artístico brasileiro (LAVINAS, 2014). Em plena ditadura civil-militar brasileira, as políticas de preservação do patrimônio cultural experimentaram um ciclo de renovação e de ampliação conceitual, no qual Magalhães possibilitava pensar a cultura nacional por um viés mais democrático.

Neste capítulo, procuramos debater as interpretações acerca da identidade nacional dentro do período recortado de 1979 a 1982 e como se davam as articulações entre as políticas de memória e a preservação em uma esfera nacional, visto que, em plena ditadura civil-militar brasileira, as políticas de preservação do patrimônio cultural observaram um ciclo de renovação, sob administração do SPHAN.

Nas próximas páginas também serão discutidos os conceitos que nortearam essa dissertação. Ao passo que a temática do patrimônio é interdisciplinar, trazemos leituras de áreas como antropologia e arquitetura, que, na tentativa de construção dos objetivos, foram de extrema importância para traçar essa presente pesquisa. Em seguida, buscamos evidenciar as mudanças estruturais da instituição e como essas mutações fizeram parte de uma conjuntura que concordava com as políticas culturais. Também abordamos os desdobramentos acerca da inserção do novo administrador da SPHAN, como um dos lugares de referência e reconhecido para o sistema de patrimônio cultural brasileiro.

Por fim, considerando os aspectos e fatores relevantes para discussão ao longo do capítulo, acreditamos que seja necessária uma contextualização em torno do discurso que perpassava o setor cultural e suas políticas na ditadura civil-militar.

## 2.1 APROXIMAÇÕES PERTINENTES ENTRE MEMÓRIAS, PATRIMÔNIOS E IDENTIDADES

A questão patrimonial é vasta em termos conceituais, a sua própria construção enquanto instituição articula a intenção de formular e dar continuidade à política cultural oficial do IPHAN, por meio de mudanças estruturais profundas. De modo geral, o IPHAN foi mais um aparelho para a criação ou reinvenção de símbolos e representações do que deveria constituir a memória do povo brasileiro. Tudo começou no ano de 1979, com a mudança na nomenclatura do órgão que passou a ser o SPHAN<sup>12</sup>. A essa reestruturação institucional, segue-se também uma reorganização das políticas de preservação do patrimônio cultural, conduzidas pelo órgão.

---

<sup>12</sup> Decreto n.º 84.198, de 13 de novembro de 1979, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, cria a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por transformação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. BRASIL. Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979. Autoriza o



A partir da década de 1970, o campo patrimonial passou a constituir um novo caminho para a elaboração de identidades coletivas, tornando-se um instrumento fundamental para os grupos sociais que as construíram. Por outro, a questão das políticas culturais foi reformulada dentro do campo, sendo narrada por intelectuais nacionalistas com a utilização de conceitos concebidos como expressão da “essência nacional” e integrados aos valores de desenvolvimento da nacionalidade. Dentro dessa perspectiva, Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2006) destacam que a palavra “nação” deriva do latim, sendo proveniente do verbo nascer e originalmente se referia ao local de nascimento. Assim, encontramos uma valorização do passado no regime autoritário vigente no país.

Na discussão aqui proposta, entendemos patrimônio como “tudo aquilo que tem algum valor” (OLIVEIRA, 2008), seja uma herança de família ou da comunidade em que vivemos. Uma derivação do conceito de patrimônio é o conceito de ‘patrimônio cultural’, que abrange todos os bens culturais de relevância para a sociedade, como as expressões folclóricas, elementos arquitetônicos, obras de arte, o conhecimento tradicional e os sítios arqueológicos. José Reginaldo Gonçalves (2007) estabelece que o “patrimônio” não deve ser usado apenas como símbolo ou representação, pois também significa uma mediação entre o passado e o presente. Para o autor, patrimônio “não existe apenas para representar ideias ou valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (GONÇALVES, 2007, p. 31). Gonçalves (2007) sugere que é necessário ter cuidado quanto à própria banalização do termo, após o alargamento da categoria de “patrimônio cultural”, quando tudo ou qualquer coisa pode se tornar, ou vir a ser patrimônio.

As narrativas nacionalistas faziam parte do discurso institucional, cujos propósitos eram marcados pela construção de uma memória e de uma identidade nacional, quando justamente “memória” e “identidade” podem ser vistas como categorias centrais nos pensamentos e teorias de ciências humanas, presentes em reflexões das suas diferentes áreas. As discussões aqui propostas se fundamentam, sobretudo, na produção de diferentes autores, como Henri Bérghson (1999), Pierre Nora (1993), Jacques Le Goff (2003), Maurice Halbwachs (2006), Norbert Elias (ano), Stuart Hall (2006), Paul Ricœur (2007), Roger Chartier (2002; 2009), etc.

Outro aspecto importante a ser destacado é o modo como os grupos sociais participam da invenção da identidade nacional dentro do aparato burocrático, simplificando a explicação

---

Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 19330, 19 dez. 1979. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6757-17-dezembro-1979-366080-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 jun. 2020.

do que pode ser compreendida como uma representação construída por grupos que possuem interesses em impor a sua visão de nacionalidade. A noção de “identidade nacional” deve ser tomada como um campo em disputa pelos grupos que controlam a narrativa dos países, onde o valor vinculado à representação serve de apoio para a valorização da ideia de nacionalidade e de legitimação no poder.

Roger Chartier (2009) sugere que as representações “não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é efetivamente o que dizem que é” (CHARTIER, 2009, p. 52). Portanto, ao fazermos a análise do período através de um grupo de pessoas, ou de uma instituição, estamos percebendo as representações que esse possui com relação ao acontecimento, ou como as representações perpassam sua memória. Por ora, destacamos que diversos autores, já citados anteriormente, vêm discutindo a respeito do que é a memória, sua relação com a história e a relevância dessa noção para o conhecimento da identidade dos sujeitos. Antes de entrarmos nos aspectos mais específicos que interessam para a presente pesquisa, procuramos abordar o conceito de memória, que segundo Jacques Le Goff, se define

[...] como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 2003, p. 419)

Esse conceito auxilia na reflexão de como a memória está imbricada com as condições físicas e biológicas, além de demonstrar que aquilo que guardamos na memória possui uma relação com a capacidade que o ser humano tem de armazenar ou de esquecer determinados fatos. No entanto, Le Goff (2003) sinaliza que existem outras formas de armazenamentos de memória, como por meio da escrita, álbum de fotografia, instituições de memórias (museus, arquivos e bibliotecas), datas comemorativas etc.

Até então, a memória estava sendo discutida como algo individual, não possuindo capacidade para armazenar todos os acontecimentos passados. Em vista da concepção de memória (isto é, enquanto bem comum) de Le Goff (2003), surge a necessidade da escrita e das instituições para a guarda das memórias, com o objetivo de permanência da memória coletiva, visto que esta é “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469). O conhecimento da história por meio das memórias auxilia na compreensão da identidade de um ou mais grupos.

Em relação às formas de registro dessas memórias, Le Goff (2003) alerta sobre o cuidado que os historiadores devem ter dado que a mesma memória pode ser utilizada como mecanismo de poder e, por isso, faz-se necessária “a luta pela democratização da memória social” (LE GOFF, 2003, p. 471). A democratização desses espaços vem sendo uma bandeira de diversos grupos antes marginalizados, buscando criar suas instituições de memória para contar a sua história de acordo com as suas próprias representações. Esse procedimento tem sido comum entre os índios, os negros, os judeus e outros grupos minoritários.

Nesse sentido, voltamos a pensar como as memórias (agora constituídas como coletivas) são guardadas, destacando que seus critérios de escolha não dependem única e exclusivamente do sujeito individual, mas conforme uma construção social. Observa-se, assim, que a memória tem o papel de reunião dos rastros e do tempo decorrido de uma comunidade em torno de seus atos. Por volta da década de 1920, Maurice Halbwachs (2006) já apontava o caráter coletivo da memória, sendo um fenômeno social ou construído coletivamente e caracterizado por modificações constantes. A ideia de memória coletiva se tornou elemento primordial para a construção da identidade nacional, visto que também se enquadra às mudanças que ocorrem ao longo da história.

O conceito de memória proposto por Halbwachs (2006), ao analisar as memórias coletivas, propõe que elas estão relacionadas à adesão dos grupos por fatores afetivos e negociadas entre os diversos interesses sociais. Nessa perspectiva, a construção de uma memória coletiva não pode ocorrer meramente pela força ou imposição de determinado grupo sobre os demais. Para Halbwachs (2006) a memória nacional seria a forma mais completa de memória coletiva, havendo, nesse sentido, uma negociação entre as memórias coletivas e individuais de tal forma que possa ocorrer a reconstrução das memórias sob uma base comum. As memórias nacionais cobrem as formas pelas quais as distintas classes e segmentos sociais foram constituídos nos embates da história.

Não existe memória individual sem a memória coletiva, isto é, toda memória remete a um grupo. A memória individual só é possível se o sujeito estiver inserido no meio social. A memória de uma sociedade se estende até onde as comunidades linguísticas de um mesmo território estão presentes, ou melhor, até onde atinge a memória dos grupos que ela se compõe (HALBWACHS, 2006). Os quadros sociais são sistemas de representações e neles a memória é constituída de imagens ou esquemas do passado.

Como conceituado por Pierre Nora (1984), existem lugares de memória na medida em que estes “lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma

consciência comemorativa numa história que a chama” (NORA, 1993, p. 12)<sup>13</sup>. Cabe ressaltar que, assim como os arquivos, os monumentos, memoriais, prédios históricos e as ruínas de um povoado se encontram para além da memória de um grupo, uma cidade ou uma nação. Conceituado por Michael Pollak (1989), as ruínas são memórias enquadradas, tendo em vista sua construção por atores sociais de um grupo, de uma cidade ou de uma nação, e que, da mesma forma como apontado às demais memórias coletivas, adquiriram legitimação ao longo dos anos.

Para um dos elementos constitutivos na construção de identidades sociais ainda recorremos a Pollak (1992): a identidade social é tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela também é um fator extremamente importante para o sentido de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo social (POLLAK, 1992). As memórias nacionais são construídas com base no enquadramento das memórias coletivas, com o intuito de reforçar o sentimento de pertencimento e as referências que precisam ser compartilhadas para garantir a identificação, segundo as diretrizes definidas pelos Estados. A memória se tornou objeto político de identidade nacional, marcada pela constante presença do Estado na elaboração de uma memória oficial. Tal noção de memória, pode ser adequada à construção de um enquadramento no episódio — estudado na presente pesquisa — regional no Sul brasileira, rememorado como parte da identidade nacional.

A identidade nacional era exaltada durante a ditadura civil-militar por meio das políticas nacionais da cultura, um dos principais eixos trabalhados enquanto parte do projeto de modernização conservadora do país<sup>14</sup> — expressão mais bem conceituado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014), que indica o Estado como figura modernizadora nas áreas econômica e administrativa, ao passo que, ao mesmo tempo, era autoritário-conservador na política e na cultura.

Devemos olhar para o conceito de identidade em seu aspecto nacional, mas também no que diz respeito ao sentido social, pois, nesse último, buscam-se rastros e memórias que ajudam a narrar os fatos envolvidos de um grupo nas suas diferentes escalas. Para o conceito de identidades coletivas é necessário partir da descrição de Michael Pollak (1992), aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, isto é, todo o trabalho

---

<sup>13</sup> Para mais informações acerca do conceito de lugar de memória, ver mais em: NORA, Pierre. Entre memória e história: problemática dos lugares (Tradução Yara Aun Khoury). **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

<sup>14</sup> O processo de modernização conservadora em curso auxilia na análise das ambiguidades ou contradições da sociedade brasileira, com a elaboração de pactos políticos, sobretudo, com as representações capitalistas das elites dominantes dentro do autoritarismo vigente, em que vários momentos ocorreram choque entre o processo de modernização e o conservadorismo. Para ver mais em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

necessário para dar a cada membro do grupo, tratando-se da família ou da nação, o sentimento de unidade, continuidade e coerência.

Quando a memória é nada mais do que uma reconstrução do passado, temos um conhecimento da unidade de grupo ou a manutenção da memória que está sendo estudada. Sobre as relações entre memória e identidade, Joel Candau (2008) afirma que não pode haver identidade sem memória, do mesmo modo que ela não haveria sem lembrança e esquecimento, porque somente esses permitem a autoconsciência da duração. Importa ressaltar o fato de que a identidade ser um fenômeno passível de mudança no tempo, pois o que une um grupo está sempre à mercê de flutuações, não permanecendo do mesmo modo no decorrer dos anos.

Ao tratar de identidade, Stuart Hall (2006) esclarece o que a “identidade é algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 2006, p. 38). Na sequência, o autor argumenta que as identidades nacionais compõem as principais fontes de identidade cultural, descrevendo que tais identidades não são coisas que nascem com o indivíduo, mas elas são formadas e transformadas no interior das representações, uma vez que as nações nada mais são do que comunidades simbólicas com o poder de gerar sentimento de identidade, lealdade e união.

Trazemos para o debate a concepção de Benedict Anderson (2008) sobre identidade nacional, segundo a qual a nação seria como uma comunidade imaginada, que só existe devido à camaradagem horizontal. Nesse entendimento, os indivíduos possuem uma identidade comum constituída a partir da memória coletiva e, assim, a nação é construída pelos seus membros e reconhecida por eles dentro da ideia de identidade nacional.

O conhecimento da identidade de um povo ou de um grupo social está ligado à memória, assim como essa identidade está vinculada à história, enquanto narração dos fatos, podendo ser fabricações sociais e/ou históricas: “as identidades também são fabricações sociais e históricas, as identidades não são originais, não vêm da origem, porque também teríamos que nomear e datar esta origem e descobri-la como invenção social” (ALBURQUERQUE JR., 2007, p. 18).

Ao selecionar o que será tombado como patrimônio nacional, o grupo constrói uma narrativa discursiva que enquadra os seus próprios objetivos. Escolher quais patrimônios e memórias serão preservadas e passadas para as gerações futuras diz muito sobre o momento histórico de cada época e as peculiares das relações de poder nela contidas. Em síntese, “são as narrativas urbanas, regionais e locais, nas quais está em jogo a construção de uma identidade específica, capaz de articular outras tantas narrativas, em função de um eixo arbitrariamente

construído” (ABREU; CHAGAS, 2009, p. 15), de modo que há a centralização do papel de mediador em relação a tudo aquilo que for nacional, em detrimento do que seja internacional.

A identidade nacional foi mais um termo apropriado pela ditadura civil-militar, como um instrumento para a criação e reinvenção de símbolos e representações, por gerar disputas e interesses sobre o que deveria constituir a memória e o passado brasileiro. A memória é salvaguardada por esses rastros e, quando estamos tratando desse tema, as questões acerca da identidade vêm à tona pelo fato das escolhas que são feitas nesse enquadramento. Podemos ainda afirmar que todo o trabalho de enquadramento e seus sujeitos são construídos, destruídos e reconstruídos (POLLAK, 1989).

Ao analisarmos as teorias de memória coletiva de Halbwachs (2006) e memória enquadrada de Pollak (1989), conclui-se que há diversos caminhos de acesso ao passado e que todos eles se deparam com tensões, conflitos e disputas. Aqui, torna-se fundamental percebermos que não há nada de natural na reconstrução do que passou e que a memória está vinculada àqueles que têm o poder, pois estes são os que decidem quais narrativas deverão ser lembradas. Vale dizer que “memória” e “identidade” podem ser negociadas e não são fenômenos que devem ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992), de modo que as lembranças são projetadas nessa ideia de continuidade no tempo, carregadas de flutuações de acordo com o momento que cada sujeito viveu.

Para Chartier (2002, p. 17), “as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas”, ou seja, a identidade nacional é uma representação, que significa a construção e imposição de uma visão de Brasil por determinados grupos. A identidade nacional é sempre um campo em disputa pelos grupos que controlavam o país, em que o valor vinculado à representação estava entre as ações da agenda do governo brasileiro para valorizar a ideia de nação e de legitimação de suas políticas. Essas definições refletem como eram os grupos no poder no Brasil nos anos de 1970, sobretudo no período de ditadura civil-militar, quando, na busca de preservar uma identidade para a sociedade, o Estado usou os patrimônios históricos como ferramentas de controle.

Nestor Canclini (1998) problematiza o patrimônio cultural enquanto um campo de interesse entre os grupos sociais, onde eles se relacionam de maneira diferenciada com o patrimônio, tendo em vista que participam de maneira desigual na sua formação e manutenção. Segundo Canclini:

O patrimônio cultural funciona como um recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que conseguem o acesso preferencial à produção

e distribuição dos bens. Para configurar o culto tradicional, os setores dominantes não apenas definem que bens são superiores e merecem ser conservados; também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, do tempo de trabalho e de ócio, para imprimir bens de maior qualidade e refinamento. (CANCLINI, 1998, p. 195)

Pesquisar sobre o patrimônio, gestão de memória e identidade implica não apenas em conhecer a fundo as instituições e seus acervos, mas procurar saber quem são os indivíduos e grupos que promovem a gestão desses patrimônios; como esses indivíduos refletem na própria instituição; e como a instituição reverbera na trajetória deles. Uma vez mais, reforçamos que a identidade cultural é um importante instrumento para a representação do Brasil e dos brasileiros. Historicamente, a identidade nacional não era uma essência imutável, mas um discurso sobre um grupo, contendo os questionamentos em relação ao valor disposto a um bem cultural e como ele deveria ser tratado pelas políticas culturais da época.

## 2.2 POLÍTICA CULTURAL E O PATRIMÔNIO NACIONAL

No âmbito das políticas culturais brasileiras, as ações centradas na preservação dos patrimônios culturais brasileiros, frequentemente, foram uma das questões mais importantes de representação, pois a crença da época era a de que, a partir dessas ações, o Estado garantiria a consolidação da cultura e da identidade nacional.

Assim, cultura é processo, é processo histórico, contínuo, heterogêneo e complexo. Seu conteúdo ideológico está nas contínuas intervenções (no caso intervenção do Estado) que tendem a reduzir heterogeneidade e complexidade e a ressaltar como sendo a identidade cultural de uma nação, o que é apenas um dos traços ou “identidades” culturais. (FALCÃO, 1984a, p. 33)

Verificamos os antecedentes do nosso recorte e a justificativa para se ter uma instituição responsável pela salvaguarda dos patrimônios nacionais desde a década de 1930, a qual se manteve operante e se tornou um dos instrumentos culturais mais tradicionais do país:

Neste contexto, dois experimentos, praticamente simultâneos, inauguram as políticas culturais no Brasil: a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938) e a implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e mais especificamente a presença de Gustavo Capanema à frente deste ministério, de 1934 até 1945. (RUBIM, 2007, p. 103)

Em linhas gerais, essas figuras foram importantes para as concepções das políticas culturais, em especial a articulação no campo da cultura. Mário de Andrade e Gustavo Capanema são considerados “uma peça no conjunto de atos políticos, implementados especialmente, a partir de 1937, pelos quais uma gama de tradições foi inventada, identificando, recorrentemente, Estado e nação, e construindo uma ‘memória nacional’” (CHUVA, 2009, p.

34)<sup>15</sup>. As políticas culturais eram elaboradas por um perfil específico de intelectuais, o qual se propunha a atuar no Estado em nome do interesse público, da defesa da cultura ou como guia para a elaboração de projetos culturais e dos anseios populares. Conforme Antonio Rubim, “a política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro” (RUBIM, 2007, p. 104). Dessa forma, a preocupação com as políticas culturais transcorreu as ações do Estado, como apontado por Lia Calabre (2009):

A relação entre o Estado e a cultura é milenar, entretanto é contemporâneo o olhar do Estado sobre a cultura como uma área que deva ser tratada sob a ótica das políticas públicas. As políticas culturais, dentro da esfera pública, devem obedecer à mesma lógica de elaboração que rege o conjunto das políticas públicas. Estas, de maneira sintética, podem ser definidas como resultado das atividades políticas – que envolvem diferentes agentes e, assim, necessitam de alocação de recursos de natureza diversa, e possuem caráter normativo e ordenador. (CALABRE, 2009, p. 9)

No Brasil, a visão modernista participou do projeto de lei de criação do SPHAN, elaborado em 1936 por Mário de Andrade, mesmo não sendo adotado em sua totalidade. O órgão foi criado apenas no ano seguinte, com a promulgação da lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Esse foi o primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde (MES) e dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade até 1967. Esse período ficou conhecido como “a fase heroica”, no sentido de desenvolver caracteres básicos de políticas culturais.

A relação tradicional entre autoritarismo e políticas culturais foi retomada com toda amplitude durante a ditadura civil-militar — até então estagnada durante os governos da experiência democrática entre 1945 e 1964 —, quando o vínculo retorna com intensidade, caracterizando-se como um período de avanços e recuos, o que, para Antonio Rubim (2007), pode ser chamado de “tristes tradições”. Para Rubim (2007) e Marilena Chauí (2000), o autoritarismo está impregnado na sociedade brasileira, dada a sua estrutura desigual e elitista. E essa preocupante tradição retorna e, mais uma vez, autoritarismo e políticas culturais estiveram associados. Nesse sentido, propomos analisar, de modo breve, as transformações ocorridas nas políticas culturais patrimoniais durante a década de 1970 e início de 1980, como parte de um projeto político idealizado por grupos sociais inseridos no Estado autoritário brasileiro, quando as políticas econômicas e culturais convergiram em suas metas e seus planos.

---

<sup>15</sup> Para ler mais sobre a gestão ministerial de Gustavo Capanema e suas interlocuções (dentre elas, algumas articuladas com Mário de Andrade), Cf.: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena e COSTA, Wanda. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.



Em ambos os períodos, heroico e o moderno, têm seu princípio em momentos de regimes autoritários da história do Brasil, em um cenário de redefinição da identidade e das representações nacionais. Ambos os períodos são característicos pela demarcação do processo de disputa política em torno da legitimidade das ações de proteção do patrimônio, desenvolvidas e implementadas pelo Estado brasileiro, como sugere Falcão (1984a), “a política de preservação é reduzida a programas, instituições, recursos, normas e clientela” (FALCÃO, 1984a, p. 25), sendo mais acentuada nos momentos autoritários.

Antes de avançarmos com a análise do patrimônio cultural no Brasil enquanto política cultural, devemos discutir como entendemos a própria definição de política cultural, a qual pode ser entendida não apenas como as ações concretas, mas a partir de uma concepção mais estratégica. A palavra “política” (*polis*) possui diversos desdobramentos conceituais, em geral significa o tratamento das escolhas de diretrizes gerais, por meio de ações em conjunto e que estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é, na perspectiva contemporânea, de órgãos governamentais (ARENDRT, 2006). Vale ainda destacar que tais ações políticas produzem discursos e são detentoras de poder simbólico, também atuantes no campo cultural. A partir da segunda metade do século XX, as políticas culturais adquiriram relevância nos compromissos internacionais, tornando-se o cerne de investigações em distintas áreas. Nessa linha, propomos debater o campo teórico das políticas culturais no contexto latino-americano, em especial no Brasil.

Sublinhamos os estudos do antropólogo Néstor García Canclini (1987) com o seu artigo “*Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latino-americano*” do livro *Políticas Culturales en America Latina*, no qual orienta uma definição dos estudos e pesquisas sobre as políticas culturais em um momento de autoritarismo em que os países do latino-americanos estavam passando. Contudo, não se pode padronizar a situação dos diferentes países latino-americanos, onde, embora observemos semelhanças, havia diferentes cenários para desenvolver políticas adequadas para cada país. A partir desses pressupostos, Canclini conceitua de forma pragmática as políticas culturais:

Entendemos por políticas culturais o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. (CANCLINI, 1987, p. 26, tradução nossa)

Chama atenção o fato de Canclini (1987) afirmar que não apenas o Estado seria o agente das políticas culturais, mas também a existência de múltiplos agentes como promotores de políticas, como as diversas instituições civis e comunitárias organizadas. O autor ainda trata da

concepção de cultura no campo político próximo a antropologia, como “um conjunto de processos onde se elabora a significação das estruturas sociais” (1987, p. 25, tradução nossa), ou seja, onde “produzem e transformam, mediante operações simbólicas, é possível ver como parte da socialização das classes e grupos em transformações de concepções políticas e no estilo da sociedade adota diferentes linhas de desenvolvimentos” (CANCLINI, 1987, p. 25, tradução nossa), com aspectos de memória nacional e consenso social. Ao situar sua importância nos modos de socialização, a inserção no campo político visa a formação das concepções políticas e os estilos adotados nos distintos modelos de desenvolvimento.

A política cultural é concebida como uma instância capaz de articular a cultura com a organização institucional segundo parte do cotidiano, isto é, dar suporte regulador para as ações de ordem social. De acordo com Canclini, “documentar as políticas culturais segue sendo uma tarefa indispensável para poder falar delas, simplesmente para evitar o esquecimento dos nossos povos” (CANCLINI, 1987, p. 21, tradução nossa), sendo necessário um trabalho de investigação pelas ações do Estado com o intuito de considerar os mais variados movimentos sociais e de populações originárias existentes na América Latina.

De fato, o conceito de políticas culturais exige bem mais que isto. Como não podemos ver essa noção no singular, precisamos compreendê-la como políticas culturais no plural, operando a ampliação do conceito em um outro artigo de Nestor García Canclini (2005), onde afirma:

Estudos recentes tendem a incluir sob este conceito o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados com o objetivo de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Mas essa forma de caracterizar o campo das políticas culturais precisa ser ampliada levando-se em consideração o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais na atualidade. (CANCLINI, 2005, p. 78, tradução nossa)

Canclini (2005) acrescenta em sua conceituação a observação de que o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais, atualmente, impõe a necessidade de se revisar conceitos centrados em realidades nacionais. Canclini (2005) alerta para o fato de que os fluxos comunicacionais atravessam as fronteiras nacionais, seja através dos meios de comunicação tradicionais ou do processo de informatização das sociedades, e aponta para o fato de que a construção das identidades simbólicas não ocorre mais de forma restrita ao espaço nacional.

O antropólogo busca levantar questões sobre a institucionalização do campo cultural, sobretudo, a partir da inserção de políticas culturais para a formulação do aspecto e lugar da

política cultural, ocorridos entre Estados e organismos internacionais, como por exemplo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Para a problematização desse processo, também é preciso olhar para as relações entre as políticas públicas de proteção do patrimônio nacional e a UNESCO, pautada pela Carta de Veneza, de 1964, que tinha como foco a necessidade de um plano internacional de conservação e restauração dos monumentos. A Carta colocava a conservação e restauração como atividades interdisciplinares e defendia que a conservação de bens dependia de sua "função útil à sociedade", mas que deveriam existir limites nas adaptações dos patrimônios. Contudo:

A dependência das obras em relação às políticas culturais na perspectiva do Estado determina que seu horizonte muitas vezes tenha os limites da sociedade nacional. As conferências regionais e mundiais da UNESCO proporcionaram espaço para um intercâmbio mais amplo, embora quase sempre restrito às esferas governamentais. (CANCLINI, 1987, p. 20, tradução nossa)

Na sequência, a Convenção de Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, também conhecida como Recomendação de Paris, de 1972, introduziu na legislação internacional o alargamento da noção de patrimônio e a responsabilidade por sua gestão para além da esfera nacional, ainda que a responsabilidade primária coubesse à nação que abrigasse o bem. Para Sant’Anna (2009, p. 53), “o resultado da convenção foi a realização de estudos para a proposição, em nível internacional, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural”. Tal legislação entrou em vigor somente em dezembro de 1975<sup>16</sup> e, assim, a “Convenção de 1972 menciona a necessidade de disposições administrativas, mas não define os requisitos ou características específicas da estrutura institucional – talvez porque elas variam muito de país para país” (UNESCO, 2016, p. 78).

Conforme avaliação de Canclini, a respeito da dinâmica das ações práticas, a “UNESCO tem promovido nessas conferências acordos internacionais de defesa do patrimônio nacional, acesso aos setores populares da cultura e a proteção dos direitos de artistas e trabalhadores culturais” (CANCLINI, 1987, p. 17, tradução nossa), mas deveríamos ficar atentos ao fato de que o debate feito nessas conferências não trariam a solução para todos os problemas de desenvolvimento, mesmo sendo um passo para quebrar as barreiras existentes. Ao mesmo tempo, ainda estava sendo discutida a ampliação das políticas culturais, para que elas chegassem até as populações às margens, visando a correção das desigualdades de acesso aos bens simbólicos, apensar de uma política verticalizada na qual as proposições eram debatidas apenas pelo Estado ou organismos internacionais. Canclini (1987) sugere que isso é uma

---

<sup>16</sup> Cf.: UNESCO (Brasil). **Gestão do Patrimônio Mundial cultural**. Brasília, DF: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016. (Manual de referência do patrimônio mundial).

questão pendente, já que a maior necessidade dessas políticas estaria nos setores populares. Contudo, essas políticas culturais têm surgido de um lugar afastado da população em geral, devido a escolhas unilaterais com pouco diálogo ou aval dessa população.

Observamos como esse debate internacional influenciou as políticas culturais brasileiras, sobretudo a partir da década de 1970, na elaboração de políticas culturais com demandas para a formulação de ações com metas bem definidas, que auxiliam na construção da identidade nacional. “A partir de 1975, a questão da integração (dos conjuntos históricos) na vida coletiva da nossa época é colocada na cena internacional” (CHOAY, 2001, p. 238), como um meio de lutar não apenas pela proteção, mas contra o processo de destruição dos patrimônios diante a modernização. O IPHAN, em aproximação com à UNESCO, buscou reformular e reforçar a sua atuação, com o objetivo de combinar os interesses da preservação ao modelo de desenvolvimento do país. No Brasil, o

tradicionalismo patrimonialista tem servido como suporte ideológico para os setores hegemônicos, constituindo um ‘espaço de neutralidade’ em que se diluam as contradições sociais e diferentes classes possam se encontrar representadas na cultura nacional. (CANCLINI, 1987, p. 32, tradução nossa)

Para Canclini (1987), o diálogo feito por Renato Ortiz (1985) e Sergio Miceli (1984a) são importantes para compreendermos o contexto brasileiro, porque esses autores colaboram com panoramas a respeito da estrutura cultural do Brasil, tanto em relação ao Estado quanto em temas de identidade. Para além, os autores são revisitados a todo momento na articulação dos problemas inseridos nas políticas culturais. Renato Ortiz (1985) destaca a associação entre a identidade nacional e a cultura popular junto aos movimentos políticos e intelectuais, que se propuseram a redefinir a problemática agora em oposição ao colonialismo. Ademais, o sociólogo Sergio Miceli (1984a) ressalta uma certa autonomia na área de coordenação dentro da construção das políticas culturais:

[...] ainda que a ausência de uma política cultural definida por parte do Estado, e de uma estrutura organizacional hierárquica, gerou uma autonomia bastante ampla para essas agências, autonomia que foi ainda mais acentuada pelo fato de alguns setores da sociedade a terem adequadamente percebido como “agências de socialização políticas” ou “aparelhos ideológicos do Estado” e, pois, como arenas políticas, como espaços a serem democratizados. (MICELI, 1984a, p. 10)

Apesar da multiplicidade de áreas que formam as políticas culturais, era inevitável que algumas tenham se tornado protagonistas, instituições como IPHAN ou UNESCO, entretanto, isso não estava restrito ao Brasil, de acordo com Canclini (1987). No âmbito da preservação do patrimônio cultural, o Estado assume a responsabilidade de construir — em meio aos modelos que se mostraram insatisfatórios de acordo com as políticas internacionais — um modelo de

desenvolvimento da nação e da identidade nacional. Entra em questão qual o motivo dessa mudança (do uso do patrimônio para o desenvolvimento e integração nacional) do discurso institucional e, para a filósofa Marilena Chaui (1986, p. 99), “esse modelo adotado no campo patrimonial era uma frente da ditadura que deveria ser utilizada em todos os âmbitos governamentais da cultura: ‘proteger e integrar a nação’”. O patrimônio passou a ser projetado pelo governo militar como um elemento de integração de todas as regiões do Brasil, de todos os cidadãos brasileiros. O historiador Marcos Napolitano (2011) aponta que, no período de ditadura civil-militar, as políticas culturais estavam em duas frentes:

[...] numa concepção ampla do termo, durante o regime militar brasileiro: uma repressiva e outra proativa. Além dessas duas políticas culturais diretas e coordenadas a partir do aparelho de Estado, havia uma forma indireta de política cultural, calcada no apoio oficial à modernização da indústria da cultura e da comunicação, como parte do projeto estratégico de “integração nacional”. (NAPOLITANO, 2011, p. 150)

Durante a gestão do ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho (1969-1974), o IPHAN procurou adequar o caráter de sua atuação ao novo modelo de desenvolvimento que vigorava no país. Com o crescimento da urbanização e da industrialização vigente desde a década de 50, a instituição teve de rever sua política de preservação das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades. Ao seguir a orientação da UNESCO para a questão do patrimônio, as instituições públicas “transformam o SPHAN em algo exemplar para as políticas culturais no Brasil e em muitos outros países” (RUBIM, 2012, p. 32). Diante do “novo discurso adotado pela instituição buscava demonstrar que não havia conflitos entre preservação e desenvolvimento, mas sim interesses comuns” (SILVA, 2001, p. 106). Todavia:

Neste horizonte teórico-conceitual, falar em políticas culturais implica, dentre outros requisitos, em, pelo menos: intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas. Outras exigências, sem dúvida, podem e devem ser reivindicadas em uma formulação mais plena da noção. (RUBIM, 2007, p. 13)

A intenção de formular e dar continuidade às políticas culturais, a temática do patrimônio partia de um imaginário sobre o passado, que tinha como meta conservar o acervo patrimonial constituído e por meio disso, manter viva a memória nacional, assegurando a preservação da cultura brasileira.

A atuação governamental no âmbito do campo da cultural, evidencia um planejamento estratégico para a área cultural em 1975, na gestão do ministro da Educação e Cultura Ney Braga, quando houve a aprovação da primeira Política Nacional de Cultura (PNC). Tai instrumento foi sugerido como uma política cultural necessária para o avanço da cultura e do

desenvolvimento, conforme indica Isaura Botelho (2000, p. 66): a “política formulada para balizar a gestão de Braga frente ao MEC promoveu a reorganização das instituições”.

Em 1973, já havia sido formulado um documento denominado “Política Nacional de Cultura: Diretrizes”, com a intenção de delinear as bases das políticas culturais dos anos 1970. Como um pedido do ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, o documento foi escrito pelo conselheiro Afonso Arinos de Melo Franco e apresentado pelo Conselho Federal de Cultura no mesmo ano. Segundo Gabriel Cohn, a “elaboração desse documento foi marcada por pressões e tensões dentro do MEC e em outras instâncias federais que acabaram por engavetá-lo, motivo pelo qual foi suspensa a sua publicação” (COHN, 1984, p. 89).

O novo documento de 1975, pautava um conjunto de diretrizes para orientar e condicionar as ações governamentais, isto é, “constitui a Política Nacional de Cultura o conjunto de diretrizes que orientam e condicionam a ação governamental, não como dirigismo, mas como instrumento de estímulo e formação” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1975, p. 24). Compreendia-se a ideia de que o Estado tomava para si a tarefa de incentivar a cultura nacional, lançando a tentativa de mudar o discurso de legitimação da ditadura civil-militar, pois o que se tinha como dito popular se encontrava desgastado perante a sociedade. O documento ainda abria diálogo entre o governo militar e a oposição, com uma autonomia no campo cultural e novas pautas para o modelo nacionalista.

Nesse processo, o IPHAN teve um papel dentro das diretrizes propostas pela PNC, que levou a mudanças no funcionamento do instituto. A PNC tinha como um dos seus componentes a “Revalidação do patrimônio histórico e científico brasileiro”, tendo como principal objetivo conservar os símbolos culturais do país. O IPHAN fomentou as políticas culturais durante a ditadura, com programas voltados para a conservação do patrimônio e reinterpretação dos lugares de memória nacional. Desse modo,

[...] poderíamos caracterizar a PNC como a busca de uma cultura “nacional-popular” sem luta de classes. O teor do texto procurava delimitar um “núcleo irredutível” da cultura nacional autônoma, produzido ao largo dos meios de comunicação de massa. O ministro Ney Braga, na apresentação do plano, reiterava que seu objetivo era “zelar pelo patrimônio cultural da nação, sem intervenção do Estado, para dirigir a cultura”. (NAPOLITANO, 2011, p. 154)

O lançamento das diretrizes concretizou efetivamente o reconhecimento de criar um plano de desenvolvimento governamental e “a atuação do Estado na área da cultura passou a assumir um papel na política geral do binômio desenvolvimento e segurança. Pela primeira vez o país terá um Plano Nacional de Cultura e inúmeras instituições culturais são criadas” (MICELI, 1984a, p. 57). De acordo com Miceli (1984a), a criação institucional e reformulação

dos órgãos gestores eram partes dessa ofensiva proposta no plano cultural, as quais permitiram uma política concreta para a área da cultura. De 1975 a 1978, o PNC orientou a área da cultura produzindo, financiando e apoiando tecnicamente diversos eventos e ações no setor, procurando elaborar projetos e programas que cobrissem a cultura.

A PNC foi produzida para orientar as diretrizes gerais sobre a cultura no país, de modo a fortalecer essa área durante a gestão do ditador-presidente Ernesto Geisel (1974-1979), onde, por meio desse documento redigido, houve a demonstração de quais eram as intenções do governo e dos agentes institucionais. As ações demonstraram tanto um projeto de modernização do país quanto o objetivo de Integração e Segurança Nacional, além de se caracterizarem pela censura a determinados tipos de produção cultural. Contudo, essas ações contaram com investimentos em infraestrutura e criação de órgãos estatais voltados para formulação e a continuidade da política cultural oficial. Como nos diz Napolitano, a “cultura era um deles, pois era vista pelos militares como um meio de ‘integração nacional’, independentemente do conteúdo das obras” (NAPOLITANO, 2014, p. 207). Aqui, outra noção que aparece com destaque é de identidade cultural, referida a partir de uma visão pluralista do Brasil. Neste sentido,

[...] a política cultural, concebida na sua interpretação como as “políticas de segurança e de desenvolvimento” tem por significado “a presença do Estado, como elemento de apoio e estímulo – que não se confundirá com coerção ou tutela, na integração do desenvolvimento cultural dentro do processo global do desenvolvimento brasileiro”. (COHN, 1984, p. 90)

Dessa maneira, Cohn (1984) diz que tal defesa da cultura garantiria a integração do desenvolvimento nacional por meio da sua articulação e intensificação das atividades culturais. O autor ainda complementa:

Diante disso tudo formulou-se três objetivos básicos da política proposta: a preservação do patrimônio, o incentivo a criatividade e a difusão das criações e manifestações culturais. Este último ponto inclui a “democratização da cultura”, entendida como “apresentação ao povo pelos meios modernos de comunicação de massa das suas manifestações em todos os setores. (COHN, 1984, p. 91)

A partir da gestão do Ministro da Educação e Cultura Eduardo Portela (1979), com a renovação das políticas culturais produzidas no Brasil e a busca por integrar simbolicamente o país, houve a construção de uma nova dimensão discursiva, que ficava evidenciada nos documentos oficiais relativos à área cultural (ORTIZ, 1985).

Recorremos ao documento produzido pelo SPHAN, denominado de “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória” (SPHAN, 1980a), para corroborar com as discussões propostas nesse capítulo, junto com outras obras produzidos sobre

a questão da cultura. O documento refletia a respeito da estratégia da ditadura na área da cultura e de como o Estado se propunha a atuar como mediador do fazer cultural até as comunidades, por meio de uma política cultural estatal. Publicado pela SPHAN quando Aloísio ainda era o secretário e presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, o documento foi preparado com o objetivo de fornecer uma visão panorâmica e retrospectiva da questão patrimonial do país. O documento é extenso, conta com 143 páginas, contemplando desde os antecedentes da criação do SPHAN até a fusão entre as instituições ligadas ao patrimônio nacional, afora uma série de leis, decretos e portarias como anexos dos quais formam sua totalidade. As narrativas são datadas, mas nos fornecem elementos que auxiliam na identificação da postura junto a intuição, ao contar sua trajetória.

O modelo de publicação institucional ligava diretamente a gestão de Aloísio Magalhães com aquela de Rodrigo Melo Franco de Andrade, legitimando a conexão através do resgate do anteprojeto de Mário de Andrade. Na epígrafe, encontramos uma frase de Mário de Andrade, demarcando o tom que acompanhava todo o conteúdo dessa publicação: “defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização” (SPHAN, 1980a, p. 5). A ideia sinaliza, por um lado, o dever da preservação dos bens culturais, da mesma forma que, por outro, contém a concepção de educação popular via alfabetização para a sociedade.

Como entendemos que esse texto inaugurou uma perspectiva historiográfica sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro, construindo uma narrativa que se consagrou e, ainda hoje se mantém, concentramo-nos ao período que corresponde aos anos que contemplam essa dissertação — com relação à supramencionada fusão e como esta constitui a estrutura que passou a ser gerenciada por Magalhães. Entretanto, vale destacar que foi nessa publicação que se denominaram as fases do SPHAN. Ao nomear o período de 30 anos em que Rodrigo ficou à frente como “fase histórica”, o “adjetivo que parece corresponder à realidade do trabalho que se levou a efeito nesse período” (SPHAN, 1980b, p. 17), isto é, “nela, as origens da nação foram identificadas no período colonial, a autoridade de Rodrigo Melo Franco de Andrade foi consagrada, bem como ficou estabelecida a tese de que a prática da preservação cultural deveria ser desempenhada pelo poder público” (CHUVA, 2017, p. 84). A principal atividade se concentrava em não deixar que os bens desmoronassem ou desaparecessem, tomando consciência da importância daqueles bens móveis, predominantemente, de origem portuguesa e católica. Em outras palavras, o “término dessa fase que corresponde à gestão de Rodrigo leva o órgão a alcançar significativo prestígio internacional, tendo deixado um legado considerável para a cultura brasileira” (SPHAN, 1980a, p. 19).



Os anos seguintes à saída de Rodrigo em 1967, são nomeados apenas como “segunda fase”, o que demonstra que a gestão de Renato Soeiro (1967-1979) foi tratada como uma continuação. Os doze anos da gestão de Soeiro foram colocados com pouca relevância, ou ainda um hiato, para os formadores da publicação de ‘Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória’. O vínculo de memória institucional foi criado para legitimar as políticas patrimoniais do fim dos anos 1970 e início dos 1980, como ressalta Lavinias quando nos diz que “uma das consequências foi assimilar a gestão de Renato Soeiro a uma noção de cultura e identidade nacional ultrapassada, elitista e colonial(ista)” (LAVINAS, 2014, p. 164), configurando o declínio de um discurso elitista e conservador a ser substituído por outro. Em concordância, Roberto Silva afirma que “a principal crítica direcionada ao trabalho do IPHAN em fins da década de 1970 era a predominância de ações voltadas para preservação de bens culturais de origem europeia e a ausência de políticas patrimoniais que reconhecessem outros elementos da cultura brasileira” (SILVA R. S., 2012, p. 20).

Nessa versão, o SPHAN estaria enfraquecido e ausente nas comunidades quando Aloísio Magalhães o assumiu. Todavia, ressaltamos que a gestão de Soeiro não foi um hiato institucional, mas que alguns pesquisadores próximos a Magalhães, quando produziram tal documento lhe favoreceram mais. Assim, deixam Soeiro como alguém que não teve contribuição, entretanto, foi durante a gestão de Soeiro que se iniciou uma nova política de tombamentos, com uma predominância da preservação de conjuntos, corroborando o desenvolvimento de estratégias junto ao processo de urbanização em aceleração contínuo, ou seja, “procurou-se a partir de então conciliar a preservação dos valores tradicionais com o desenvolvimento econômico das regiões” (SPHAN, 1980a, p. 19). Por tudo isso, o patrimônio necessitou de bases para sua proteção e sobrevivência diante da industrialização que se encontrava no país, ao procurar cobrir uma gama maior por meio das políticas de preservação.

A questão que se apresentava então era verificar que, se por um lado, aumento demográfico, industrialização e turismo podem ser fatores positivos de enriquecimento municipal, por outro podem representar graves riscos para o patrimônio se não forem devidamente dirigidos e adequados. (SPHAN, 1980a, p. 20)

Em outro ponto dessa publicação, são mais detalhadas as atividades e projetos junto ao CNRC, que reforçam a ideia de salvaguarda das raízes culturais do Brasil por meio de campos que foram contemplados quanto ao mecanismo para a captação, memorização, referenciamento e devolução da dinâmica cultural. Vale ressaltar que a incorporação do SPHAN é colocada como uma continuidade das suas atribuições que, além de promover levantamentos de

processos de transformações socioculturais e de modelos alternativos de desenvolvimento, foi visto como um esforço no sentido de operacionalização.

A fusão entre a SPHAN e o Pró-Memória foi narrada com entusiasmo, como “marco na trajetória da preservação e valorização do patrimônio cultural no Brasil” (SPHAN, 1980a, p. 26). Podemos constatar, através das demais bibliografias, que esse episódio foi o resultado das mudanças das políticas culturais no âmbito do SPHAN, PCH e CNRC. Contudo, a rigidez institucional vigente e a falta de verbas eram obstáculos a serem ultrapassados, sendo que, apenas por meio dessa fusão, poderia ser alcançado uma reestruturação, elencando objetivos para o futuro. A “falta de flexibilidade não apenas gerava problemas incontornáveis, entre os quais a notória impossibilidade de conseguir verbas extraorçamentárias, ainda provocava embaraços de ordem operacional” (SPHAN, 1980a, p. 128) — sobretudo para ter mais técnicos especializados a pôr em prática as ações de preservação e restauração. Com a escassez de recursos financeiros, houve uma dificuldade para viabilizar mudanças na direção de metas “ambiciosas”, sendo a injeção desses recursos essencial para promover a aproximação com lugares às margens tendo patrimônios, portanto, a fusão evidencia o trabalho a ser desenvolvido a partir dessa reestruturação entre a SPHAN e o Pró-Memória (SPHAN, 1980a).

A partir dessa reconfiguração, inaugurou-se uma segunda fase das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no país, conhecida como “fase moderna”<sup>17</sup>, onde encontramos um apanhado da trajetória institucional — apresentando, para as demais instâncias do aparato burocrático, uma imagem que o próprio órgão estava construindo por meio dessa narrativa de fases e com a utilização de um novo conceito a partir das transformações do patrimônio. Como reafirma a problemática da memória nacional com a conexão entre autoritarismo e políticas culturais, há uma necessidade de que as ações assegurem não somente a preservação de valores do passado, mas justifiquem a identificação dos indicadores desse passado no processo de desenvolvimento conservador. Segundo Napolitano, “o nacional-popular almejava a construção de um novo gosto para as massas, ‘consequente e crítico’, a partir de valores preexistentes” (NAPOLITANO, 2014, p. 184), instituindo-se, assim, entre as políticas culturais nacionais e a administração dominante no país.

O grande cerne das políticas culturais, nos anos 1980, é a da ampliação, acesso e direito à cultura e suas práticas para toda a população, sendo que a problemática está em acordo com a conjuntura estabelecida a partir do fim da ditadura civil-militar. Como afirma Rubim, “ainda que a maior parte da atuação do Estado tenha acontecido na fase de transição da ditadura, sua

---

<sup>17</sup> Essa fase contempla nosso recorte de pesquisa e no decorrer desta dissertação adentraremos às políticas patrimoniais contidas nessa fase, pois esse documento serve como uma propaganda política.

configuração continua sendo moldada por parâmetros do regime autoritário, em declínio” (RUBIM, 2012, p. 23). Essas questões passaram a tomar protagonismo a partir da necessidade de promover novos modelos de atuação, além do aspecto econômico da cultura. As políticas públicas relacionadas ao patrimônio se preocupam em manter preservada a visão cultural do Estado, passando a ser valorizada a diversidade regional para o desenvolvimento da identidade cultural brasileira. Com isso, acreditamos que tais políticas culturais buscavam construir uma rotina burocrática para o setor cultural, por meio da institucionalização de programas nacionais e regionais de cultura capazes de fomentar a memória e a identidade nacional.

### 2.3 O DISCURSO MODERNIZANTE E O USO DO PATRIMÔNIO PARA O FORTALECIMENTO DO ESTADO

Para pensar como se estrutura o campo no patrimônio, faz-se necessário considerar a atuação do Estado brasileiro, em especial os elementos definidores da problemática patrimonial. A primeira dinâmica a ser considerada consiste no contexto ao qual foi inserido o recorte investigado, buscando saber a dimensão política do processo durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A segunda dinâmica ocorre, no entanto, na relação entre a cultura e o Estado nesse mesmo corte cronológico: a utilização do patrimônio pelo Estado autoritário como mecanismo de construção de noções de identidade e cultura, de modo a serem estes os instrumentos de legitimação de poder por meio da tentativa de relacionar o discurso nacional ao governo antidemocrático.

O período compreendido entre 1964 e 1985 foi, ao longo dos anos, analisado de diferentes formas pelos setores da historiografia. Porém, as políticas culturais não ocuparam posição central nas sucessivas discussões de cada período e, conforme Vanderli Silva, cada discussão se apresentou “apesar de ter sido ofuscada pelas questões econômicas e de segurança que assumiram posições de destaque entre as preocupações dos primeiros governos do regime” (SILVA, 2001, p. 144), depositando a sua importância no aspecto a ser considerado tanto no que tange à política de desenvolvimento quanto à segurança. Assim, as abordagens que privilegiavam o aspecto econômico entendem o golpe civil-militar como um resultado de empate entre classes e ideologias, culminando na chegada dos militares ao poder em abril de 1964. Esse tópico se tornou uma disputa que atravessou as décadas da história nacional e o contexto internacional do período, assim como, diante desse olhar dominante na historiografia, houve diversos confrontos devido a diferentes interpretações. Podemos encontrar estudos que se debruçam sobre a ditadura brasileira nos mais diversos aspectos, além de disputas de

narrativas e embates em torno da memória dos anos que contemplam tal regime. Do mesmo modo, segundo Marcos Napolitano, “o campo da cultura foi fundamental para configurar tanto as críticas das oposições ao regime militar brasileiro (1964-1985) quanto estabelecer canais de negociação entre Estado e sociedade” (NAPOLITANO, 2011, p. 147).

O caráter modernizante da ditadura afetou o conjunto das estruturas do Estado e, entre elas, instituições com vínculos socioculturais. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, “observando o quadro geral, pode-se dizer que o propósito modernizador se concentrava na perspectiva econômica e administrativa, com vistas ao crescimento, à aceleração da industrialização e à melhoria da máquina estatal” (MOTTA, 2014, p. 22). As reformas administrativas, empreendidas ou ensaiadas, tiveram o intuito de modernizar e atualizar as estruturas burocráticas, sendo esse o mecanismo usado por excelência pelo governo militar para se legitimar no poder. Havia também a necessidade de promover a solidez de uma identidade nacional, que deveria não somente dar continuidade aos valores consagrados, mas também abarcar novos objetos decorrentes das transformações.

Dessa forma, a valorização do passado, a urgência de sua recuperação e a denúncia da perda do patrimônio foram postas como um discurso emergente, visto a necessidade de reformulação das ações estatais, não deixando o tom do discurso conservador ser esquecido e reunindo a cultura e a política como uma associação ao aparelho autoritário implementado em 1964. Como salienta Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 22):

O impulso conservador foi importante na montagem do Estado pós-64, expressando anseios de manutenção do *status quo* e da ordem tradicional. No entanto, em vários momentos, as demandas conservadoras entraram em contradição com os propósitos dos grupos modernizadores; às vezes os conservadores levaram a pior em tais disputas, enquanto o autoritarismo sempre esteve presente na ditadura, em que pesem certas ambiguidades e a influência moderadora da opinião liberal, que também ocupava espaço nesse “barco”.

Em acordo com Renato Ortiz (2014), a modernização conservadora se aplica no Brasil à emergência da análise das mudanças nas estruturas políticas, econômicas, educacionais e culturais, apontando para as transformações operacionalizadas no Brasil após o golpe de 1964. O discurso nacionalista conservador, empregado pela ditadura civil-militar, foi o aporte para que a cultura fosse vista como questão da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelos EUA no pós-guerra e readaptada nos países em questão, parte do princípio de que a nação, seus valores, símbolos e deveres está ameaçada por forças subversivas, considerando como inimigo interno qualquer forma de pensamento crítico e questionador do *status quo*. Para a DSN, havia duas categorias de inimigos: o interno e o externo. Ao propósito desta dissertação, o inimigo interno referia-se desde os movimentos sociais da classe trabalhadora, estudantes, intelectuais, Igreja, questionavam o *status* e a ordem vigente.

Inserindo as instituições e políticas culturais dentro do binômio “segurança e desenvolvimento” que norteavam a ditadura em curso no país. Ao mesmo tempo, a Doutrina de Segurança Nacional deu novo élan ao velho conservadorismo local, permitindo e justificando, em nome da DSN, a manutenção de velhos privilégios econômicos e hierarquias sociais. (NAPOLITANO, 2014, p. 7)

O historiador Napolitano (2014) reitera que o Estado participou desse processo de convergência, por razões de segurança nacional. Já para o sociólogo Sergio Miceli (1984a, p. 57), “a ditadura, ao defender o ‘ideário de uma conduta’ a ser imposta à sociedade, inseriu a cultura na política social e de desenvolvimento do governo Geisel”. Constituiu-se, assim, como meta prioritária do Estado, o fomento à defesa e à constante valorização da cultura nacional. Para Gabriel Cohn, o “pensamento conservador sempre se apoiou na ideia de que existe de um lado a cultura e, por outro e fora dela, as várias tentativas de submetê-la a tratamento racional e de formular planos e políticas para ela” (COHN, 1987, p. 10). A ideia de política nacional da cultura nos mostra como as ações do governo Geisel tinham o intuito tanto de um projeto de modernização do país quanto de Integração e Segurança Nacional, caracterizada pela censura a determinados gêneros de produção cultural, na mesma medida que expandia investimentos em infraestrutura. Assim, o Estado forjou uma cultura nacional em torno dos símbolos e, como afirma Tatyana Maia, “a reforma e a atualização das instituições culturais seriam fundamentais para alcançar o ‘progresso’ e o ‘desenvolvimento’” (MAIA, 2012, p. 76).

Nesse conjunto de características, buscamos uma conformidade sobre a política de cultura aglutinada aos princípios de desenvolvimento, ou seja, a política que demonstrava como um repertório de representações e práticas pensadas para estabelecer objetivos da cultura nacional estava em pleno diálogo com a Integração e Segurança Nacional. Mais especificamente, a preservação do patrimônio histórico, colocada em oposição à ideia de desenvolvimento, foi transformada, de modo a adquirir uma importância com valor histórico, econômico e social.

Com o princípio da segurança nacional, o desenvolvimento se tornou um tema central, como dito por Comblin: “não há segurança sem desenvolvimento! Torna-se necessário introduzir o tema desenvolvimento na Doutrina” (COMBLIN, 1978, p. 64). Dessa forma, o nacional-desenvolvimentismo dominou o Brasil por meio de um processo de modernização em que o Estado era o agente econômico, iniciando, em 1967, o binômio “segurança e desenvolvimento” no governo militar de Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967). Os governos brasileiros durante a ditadura foram fiéis a essa doutrina, contudo, o governo de Geisel procurou se apresentar de outra maneira. Em seu governo, Geisel inverteu a ordem do discurso para “desenvolvimento e segurança”, como parte da ideia de “distensão”, muito

embora o desenvolvimento continuasse vinculado à segurança. Isso ficou evidente com a instalação de um sistema complexo e repressivo para combater a “subversão” e o “inimigo interno”, assim como reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita e com potencialmente de perturbação da ordem.

A cultura foi interpretada como um obstáculo ou um conjunto de práticas com viés resistente, a qual deveria ser transformada como parte do processo de desenvolvimento e segurança, como conclui Renato Ortiz: o “Estado aparece, assim, como guardião da memória nacional e da mesma forma que defende o território nacional, [...] significando neste sentido ‘segurança e defesa’ dos bens que integram o patrimônio histórico” (ORTIZ, 1985, p. 100). A cultura seria considerada uma área de preocupação, encaixando-se dentro do modelo de Estado controlador. Conforme Lia Calabre, “com o início do governo militar os rumos da produção cultural são alterados, o Estado foi retomando o projeto de uma maior institucionalização do campo da produção artístico-cultural” (CALABRE, 2007, p. 90). Nessa esfera, o crescimento do aparato atuante evidencia a relevância de apreender as relações complexas entre autoritarismo e sociedade, as quais foram alvo do discurso do desenvolvimento.

Como afirmam Antônio Albino Rubim (2007) e Marcos Napolitano (2011), ocorreram diferenças correspondendo aos três momentos distintos de ditadura civil-militar. No primeiro momento, de 1964 até 1968, a ditadura atingiu, principalmente, os setores populares e militantes envolvidos com estes segmentos, ou seja, este momento “foi marcado por um objetivo básico: dissolver as conexões da ‘cultura de esquerda’ com os movimentos sociais e as organizações políticas” (NAPOLITANO, 2011, p. 151), por meio da repressão e da censura. Com isso, foi retomado o projeto de uma maior institucionalização do campo da produção artístico-cultural, apesar de que a esfera política cultural não recebeu muita atenção por parte dos governantes no início da ditadura, de forma que poucos e limitados projetos foram realizados. De acordo com Rubim, “além da implantação de uma lógica de indústria cultural são realizações dos governos militares, que controlam rigidamente os meios audiovisuais e buscam integrar simbolicamente o país, de acordo com a política de ‘segurança nacional’” (RUBIM, 2007, p. 20).

Entre o final de 1968 até 1974, o objetivo central era — nesse segundo momento — “reprimir o movimento da cultura como mobilizador do radicalismo da classe média, principalmente os estudantes” (NAPOLITANO, 2011, p. 152). Esse foi o momento mais brutal da ditadura, em que a censura sistemática bloqueava toda a dinâmica cultural anterior, configurando-se pela imposição crescente de uma cultura midiática controlada e reduzida às propagandas da ideologia oficial. Como Napolitano aponta, “o fato é que a ‘questão cultural’ foi o calcanhar de Aquiles da ditadura, expressão das suas grandes contradições e impasses,

mesmo que ela não tenha se limitado a uma política cultural meramente repressiva” (NAPOLITANO, 2014, p. 99).

Por fim, a relativa “distensão” da ditadura, a partir de 1974, abre o terceiro e último momento, até o final da ditadura civil-militar em 1985. Nesse período, os “governos militares, após uma fase mais dura de repressão, começaram a olhar para o campo da cultura, a busca da legitimidade, a reorganizar a esfera cultural” (OLIVEIRA, 2008, p. 125). Isso ocorreu em meio a uma longa transição cheia de avanços e de recuos, assim como de controles e de descontroles. As iniciativas culturais se ampliaram com as mutações organizacionais e os investimentos nas políticas culturais e, conforme Miceli, a “ênfase governamental na política de preservação ‘patrimonial’ prende-se à sensibilização de setores de peso no interior da coalizão dirigente para a importância política em se ampliar a presença pública na área de produção cultural” (MICELI, 1984a, p. 101). As instituições culturais foram reformadas e modernizadas com bases econômicas e políticas e, apesar do autoritarismo, houve a busca por consenso quanto ao imaginário a ser construído sobre o passado do país.

Ao verificar a atuação governamental no campo da cultura, procuramos olhar o papel do Estado no âmbito conservador e, nesse sentido, algumas instituições também devem ser lembradas no estudo da política patrimonial brasileira dentro desse período. Isso ocorre tendo vista que, como parte de estudos sobre a difusão do nacionalismo na ditadura civil-militar, um dos objetivos dessa política patrimonial era forjar a identidade nacional através de modificações no discurso nacional. Também se faz necessário verificar como foi construído o discurso de modernização nacional e sua influência no âmbito cultural, com a conservação e resgate da identidade nacional. Esse discurso rememorou as ideias da década de 1930 e, de acordo com Calabre, os “principais objetivos do projeto eram de propiciar o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a criação de uma identidade para os produtos brasileiros” (CALABRE, 2007, p. 92). No entanto, várias ressalvas podem ser feitas quanto à maneira como essa articulação se deu, para, assim, podermos analisar as ações e permanências ideológicas desse período.

Com estímulos às narrativas nacionalistas que iriam de encontro com a máxima do discurso de modernização e desenvolvimento, a área cultural do MEC, desde meados da década de 1960, vinha passando por pequenas, porém constantes, reformulações de discursos e atuações. A criação do Conselho Federal de Cultura (CFC)<sup>19</sup>, em 1966, “ressaltou a importância

---

<sup>19</sup> Era formado por 24 membros fundadores e teve entre seus conselheiros Josué Montelo (principal articulador do Conselho), Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Djacir Menezes, Guimarães Rosa, Rachel de Queiroz, Ariano

de ser elaborado um Plano Nacional de Cultura, associando a sintonia que deveria existir entre a “cultura nacional” e o direcionamento político empreendido pelo governo” (MAIA, 2012, p. 17). O CFC foi concebido como uma forma de manter determinados grupos de intelectuais, participantes de uma elite cultural burocrática, em posições que lhes pertenciam desde o fim da década de 1930. Esses “intelectuais envolvidos na efervescência cultural consideravam o Iphan elitista, pouco representativo da pluralidade, enfim, alienado em relação aos problemas fundamentais do desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2008, p. 125). A criação desse Conselho, caracterizada como um ato político, enunciou a centralidade da cultura nos interesses dos novos gestores da cena nacional, ao mesmo tempo em que redefiniu o papel da SPHAN. No mesmo ano que se instalava o CFC, Rodrigo Melo Franco de Andrade que vinha de herança institucional e intelectual da geração modernista fundadora deixava a presidência de outro reduto de intelectuais o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, mas não abandonou o Conselho ao qual fazia parte até sua morte 1969.

Devemos sublinhar que, nesse ponto de nossa pesquisa, estamos estabelecendo uma relação de semelhança entre as esferas burocráticas do CFC e da SPHAN, em relação aos seus discursos que caminhavam lado a lado com as propostas fundamentais de interesse à política cultural, às perdas de identidade e suas dinâmicas de preservação. Entretanto, o cerne do CFC não foi o tradicionalismo, mas os planos de desenvolvimento de políticas culturais, com a criação de casas de cultura e na recuperação física de espaços públicos culturais cujos prédios fossem histórica e artisticamente representativos da cultura brasileira. Dessa forma, ao longo desta dissertação, observamos como a SPHAN, no período destacado pela presente pesquisa, absorveu muito dos planos que tiveram origem no Conselho. Dessa maneira, observamos como os atores sócias que formam o corpo institucional das duas instâncias da cultura, em alguns momentos são compostas pelos mesmo intelectuais ou havia proximidade entre seus membros. A presença do diretor do IPHAN, Renato Soeiro, como membro do Conselho era um facilitador desse diálogo, posteriormente auxiliou na criação dos Planos Nacional de Cultura que tiveram origem no Conselho.

Maia (2012) e Calabre (2007) defendem que no período ditatorial, sobretudo, entre os anos de 1967 e 1975, o CFC foi o principal articulador das políticas culturais, que estimulou a constituição de espaços de democratização da cultura em níveis locais e regionais do país, além de se constituir como financiador central de projetos e instituições. No primeiro momento da ditadura civil-militar, ao que tange à democratização da cultura, a proposta do CFC e da

---

Suassuna, Roberto Burtle Marx, Afonso Arinos de Melo Franco, Hélio Vianna. Todos esses intelectuais tinham longa experiência como intérpretes da nação e da continuada inserção nos órgãos do Estado brasileiro.



SPHAN se pautava na criação de espaços de cultura e na preservação de patrimônios culturais cujas edificações fossem histórica e artisticamente representativos da cultura brasileira. O conceito de democratização defendido pelo CFC incorporou nas diretrizes, nos discursos e posicionamentos das políticas públicas culturais, sendo trabalhado, desenvolvido e reformulado ao longo das décadas de 1970 e 1980. Conforme Ortiz, o “discurso tem, desta forma, a necessidade de pensar ideologicamente um planejamento que garanta a “democracia” e as tradições brasileiras” (ORTIZ, 1985, p. 100). Nessa passagem, o autor se refere a um esboço do plano de cultura nacional, com a intenção de se afastar de contradições acerca da política de Estado e buscando atingir uma posição de neutralidade em função de salvaguardar uma identidade.

Por conseguinte, as intervenções no setor cultural partiram para: a publicação de obras temáticas; investimento no reaparelhamento das instituições culturais; e normatização de um sistema nacional apoiado em legislação, definição de competências em níveis governamentais e regulações dos mecanismos institucionais. Diante dessa conjuntura nas instituições culturais, uma nova configuração sobre a politização da questão cultural surgiu:

Durante a ditadura civil-militar (1964- 1985), o setor cultural sofreu profundas transformações com o aparecimento de novos atores e a participação decisiva do Estado na repressão e no fomento das ações culturais. Como demonstra Sergio Miceli, o Estado investiu na criação de diversas agências, institutos e conselhos como: Instituto Nacional de Cinema (1966); Conselho Federal de Cultura (1966); Embrafilme (1969); Departamento de Assuntos Culturais (1970); Conselho Nacional de Direito Autoral (1973); Centro Nacional de Referência Cultural (1975); Fundação Nacional de Arte (1975); Conselho Nacional de Cinema (1976); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979); Fundação Nacional Pró-Memória (1979). (MAIA, 2012, p. 38)

Este processo teve um aceleração a partir do início do período da distensão política, momento em que o setor cultural passou a contemplar maior escala de interesses, que surgiram por conta da inserção das políticas culturais em projetos de desenvolvimento social defendidos pelo Estado. Em outras palavras, o “regime para realizar a transição sob sua hegemonia busca cooptar os profissionais da cultura” (ORTIZ, 1985, p. 85). Com referência ao lento processo de retorno à democracia iniciado em 15 de março de 1979, o último presidente-ditador João Figueiredo, segundo Napolitano, formou um governo que “prometia uma nova forma de governar, mais próxima das demandas da sociedade, embora sem abrir mão dos valores e princípios do regime, a começar pela Doutrina de Segurança Nacional” (NAPOLITANO, 2014,

p. 245), além do compromisso pela ampliação de investimentos na área cultural, apesar o aprofundamento da crise econômica que marcava o período<sup>20</sup>. Nesse sentido,

[...] tal período se caracteriza pela “distensão lenta e gradual” (General Geisel) e pela “abertura” (General Figueiredo), isto é, por uma longa transição cheia de avanços e recuos. O processo de “distensão” e “abertura” era, sobretudo, um projeto de institucionalização do regime. (NAPOLITANO, 2014, p. 245)

Para Maria Cecília Londres Fonseca (1997, p. 134), “com o início da ‘distensão’, no governo Geisel, que o Estado, no regime militar, passou a atuar na área da cultura, não apenas como repressor, mas como organizador da cultura”. Cabe ressaltar que, nesse momento, não era raro que os temas da segurança nacional e do desenvolvimento nacional saíssem do âmbito do discurso dos militares e fossem apropriados pelas autoridades da cultura. Esse período também ficou marcado pela consolidação e expansão — envolvendo um afastamento sem abandonar o modelo prevalecente —, de modo a introduzir um cenário de modificações na organização institucional de proteção ao patrimônio.

Como apontado por Cohn, essa “mescla de apologia da modernidade com temas conservadores exprime bem os dilemas que atravessam as concepções oficiais de cultura no Brasil” (COHN, 1987, p. 8) — como, por exemplo, a adoção de um discurso que tinha não apenas o propósito de legitimar a política oficial, mas também as ações do órgão no contexto político, econômico, cultural e social, isto é, a construção de uma memória conciliatória. Para Janaína Cordeiro, torna-se “importante destacar que essa propaganda que valorizava a coesão social em prol da construção da grandeza da nação como elemento constitutivo do consenso foi fortalecida” (CORDEIRO, 2015b, p. 68), principalmente, tendo em vista o contexto econômico da abertura. De acordo com Miceli (1984a, p. 101):

A chamada política de “abertura” acarretava forçosamente a exigência de melhorar a imagem de marca do regime, quer dizer, requeria a definição de espaços institucionais para os quais fosse possível canalizar recursos em favor da nova geração de produtores culturais naqueles gêneros mais dependentes do apoio governamental.

Dito de outro modo, a ditadura civil-militar adotou a linha desenvolvimentista pautada na economia das diversas regiões brasileiras associadas à preservação dos valores tradicionais e, a partir disso, viu no patrimônio nacional e no turismo uma alternativa econômica para atingir seus objetivos. Nesse sentido, as políticas empreendidas devem ser compreendidas no processo histórico específico de participação dos intelectuais no cenário político e permeado por anseios que atravessavam os governos, forjando, assim, narrativas nacionais.

---

<sup>20</sup> Com o esgotamento do modelo econômico adotado pelos governos militares, agravado pela nova crise do petróleo em 1979 e a elevação dos juros no mercado internacional.

De 1979 até o fim do governo do presidente-ditador João Baptista Figueiredo (1979-1985), ocorreu um efetivo aumento das instituições nacionais criadas nos períodos anteriores. Tobias Vilhena de Moraes (2014) tratou sobre as modificações ocorridas no período de transição democrática, em especial, a expansão da atuação das instituições responsáveis pelas ações de conservação e restauro, afirmando que “sua prática ganha força a partir de 1980, como resultado da paulatina reconquista das liberdades públicas e do declínio do arbítrio” (MORAES, 2014, p. 128) e possibilitou o início dos projetos e desenvolvimentos dos programas de preservação.

Nesse sentido, cabe notarmos que em 1979 a ditadura civil-militar teve como traço “no longo processo” a expressão do “sentido de conciliação no qual a transição da ditadura para a democracia estruturou-se” (ROLLEMBERG, 2011, p. 99). Esse foi o ano da anistia, da revogação dos atos institucionais e da emergência de atores políticos, constituindo, nos anos seguintes, a democracia e a transição que se estendeu até a promulgação da Constituição de 1988. Nesse contexto, observamos as maneiras como as narrativas nacionais foram usadas, de acordo com instrumentos simbólicos no processo de formação nacional. Já na sacralização dos instrumentos de cultura, a SPHAN entrou nesse enlace de fortalecimento do Estado, onde o patrimônio constituiu, assim, um espaço de consenso em torno dos esforços para cobrir os interesses sobre a construção de uma narrativa de memória e de identidade nacional.

Nesse segmento, a problemática (do papel das instituições estatais e as narrativas construídas por elas) nos coloca diante de um debate sobre os discursos acerca da cultura e de suas preocupações com o patrimônio, assim como referente ao papel das instituições a ela associadas na construção de imagens concebidas como parte de um projeto de política nacional e de desenvolvimento executado na ditadura civil-militar. Mais do que isso, essas imagens formam um contraste entre as narrativas sobre o patrimônio cultural brasileiro e o aparato burocrático, desde que, a instituição de projetos políticos estivesse na maioria das vezes comprometida com autoritarismo e com as restrições no debate e divulgação.

O autor José Reginaldo Gonçalves (1996), em “A Retórica da Perda”, apresenta-nos a discussão sobre as narrativas de patrimônio cultural, além de suas deficiências organizacionais e como elas são alegorias da formação nacional. Em referência a isso, Lúcia Lippi Oliveira nos diz que “a ‘solução’ proposta e implementada foi uma legislação federal adequada, o ‘Estado’ deveria ser o responsável pelo estabelecimento da política de conservação e valorização” (OLIVEIRA, 2008, p. 128).

A partir da perspectiva de intelectuais responsáveis pela maior parte do engajamento na formulação e implantação das políticas patrimoniais no Brasil, surge o discurso de Aloísio

Magalhães, em contraste com o de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Por meio de diversas narrativas para a nação brasileira, tais discursos produzem a identidade nacional, exprimem a memória e elevam o patrimônio cultural, ou seja, a “nação, em ambas as construções discursivas, é apresentada como uma entidade dotada de coerência e de continuidade” (LIMA FILHO; ABREU, 2007, p. 24). Dessa maneira, essas duas narrativas estavam em constante ameaça de apagamento, devendo ser integradas pela proteção e preservação do patrimônio, com o uso da retórica produzida nos discursos dessas ações. Para Gonçalves (1996), de acordo com essa premissa, preservar o patrimônio seria o equivalente a preservar a nação.

Nesta dissertação, defende-se que o patrimônio histórico e artístico nacional tinha um papel fundamental no processo de construção de um discurso nacional, pois ele abria o precedente de ser uma possibilidade de contestação e de afirmação política, porém de maneira ambígua — tanto para os grupos que eram excluídos dos processos decisórios nacionais (negros e indígenas, por exemplo) quanto para os militares — na tentativa de reafirmar suas ideias em relação à identidade nacional. Também é preciso levar em consideração, conforme Miceli (1984a) pontua, que a elite burocrática político-cultural brasileira acompanhava, com certa assiduidade, as discussões internacionais a respeito da identidade cultural e preservação patrimonial, buscando se fazer presente nas mesmas. Além disso, foi proposto usar as políticas culturais, sobretudo, as relacionadas à proteção dos patrimônios, como incentivo ao desenvolvimento econômico e social do país, em uma tentativa de esquecer a crise econômico-social enfrentada pelo regime no início da distensão. Porém, isso acarretou mais um passo para a abertura democrática.

Era preciso construir uma política cultural proativa, que não necessariamente significava abrir mão dos instrumentos repressivos. Em outras palavras, o regime militar tentou combinar repressão seletiva, regulamentação da vida cultural e mecenato que não era vedado aos artistas de oposição. Neste processo, valores conservadores, folcloristas, nacionalistas e autoritários se combinavam com defesa do patrimônio, construção de um mercado de bens simbólicos e valorização de temas que tinham muitos pontos em contato com o nacional popular de esquerda. (NAPOLITANO, 2014, p. 204)

As alterações administrativas-culturais implantadas só se efetivaram quando foram mobilizaram elementos para a construção das políticas culturais, com a intenção de expressar a identidade nacional no corpo social e político da nação, de modo a manter Estado fortalecido, mesmo durante a transição democrática. Nesse sentido, a “ditadura civil-militar elaborou um conjunto de imagens com o objetivo de caracterizar a nação com base em ideias-força, como cultura, memória e identidade” (MAIA, 2012, p. 178). O órgão responsável pelo patrimônio faz parte dessa narrativa nacional em que o Estado se caracterizava como incentivador e

controlador, mas isso ocorreu de maneira ambígua nos anos analisados, com o intento de promover uma reinterpretação sobre o que seria nacional a partir da revisão da política cultural que buscava a concretização de uma identidade brasileira. Com isso, “utilizando-se dos referenciais da cultura brasileira como espaços de construção para um projeto de memória hegemônica, o Estado se apropria de memórias coletivas regionais e nacionais para estruturar o seu discurso integrado de cultura nacional” (LAVINAS, 2014, p. 72), desenvolvendo tendências de atuação em relação às narrativas nacionais e, ao mesmo tempo, de construtor de imagens das diferentes regiões do país, cuja unificação era a identidade nacional idealizada.

O projeto político do governo militar utilizava os recursos simbólicos da memória social para forjar novos conceitos de cultura e identidade nacionais, com a finalidade de retratar o “Brasil Potência”<sup>21</sup> na medida em que a cultura assumia um papel para a construção de um projeto de hegemonia — como afirma Carlos Fico (1997) em sua obra intitulada “Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil”. A ditadura civil-militar buscou uma imagem sobre o Brasil que vislumbrava, na longa duração, aspectos geradores de “esperança e otimismo” (FICO, 1997, p. 19).

Durante a ditadura, as políticas culturais atuaram como um agente promotor da unidade, englobando diferentes atores e competências que fariam parte dos tópicos do otimismo mencionado pelo autor, os quais foram ressignificados por um discurso em que “a disputa pela ‘leitura correta’ do Brasil não é um fenômeno que se possa entender de maneira frutífera apenas observando — como um processo de distorção das contradições sociais patrocinado pela classe dominante” (FICO, 1997, p. 18). Em conformidade disso, Napolitano afirma:

Expressões de profundas divisões ideológicas no corpo social e político de uma nação, aqueles que saem vencedores desses processos fazem um grande esforço para reescrever a história, justificar os fatos no plano ético, controlar o passado e impor-se na memória dos contemporâneos. (NAPOLITANO, 2014, p. 331)

Como parte dessa narrativa nacional, o discurso conservador e otimista esteve atrelado ao projeto de desenvolvimento de uma política patrimonial. Assim como, observamos que o otimismo sobre o futuro do Brasil, propagandeado pela ditadura, também esteve presente em seu vínculo ao patrimônio, tendo em vista que recorria ao passado grandioso e aos elementos que ilustravam a potência do Brasil como nação ou como um instrumento de fortalecimento da identidade nacional, fundamentador de um significado de autorreconhecimento social. No caso do patrimônio, não bastava selecionar e proteger criteriosamente um conjunto de bens, mas era necessário criar estratégias para fomentar a preservação, ou seja, “é preciso que haja sujeitos

---

<sup>21</sup> Noção com o propósito de situar o Brasil entre os grandes países como sempre foi o desejo da elite brasileira.

dispostos e capazes de funcionarem como interlocutores dessa forma de comunicação social, seja para aceitá-la tal como é proposta, seja para contestá-la, seja para transformá-la” (FONSECA, 1997, p. 43). A narrativa em construção, apontada por Gonçalves (1996), estava imbricada na política de preservação projetada, visto que a identidade cultural ainda permanecia em processo de construção.

Entretanto, considero que uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que reagem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa, das políticas de preservação. (FONSECA, 1997, p. 36)

Em diálogo com o trabalho de Carlos Fico (1997), devemos analisar como a imagem estava sendo utilizada na narrativa nacionalista, podendo, assim, pensar a presença do nacionalismo nos discursos patrimoniais e culturais do período recortado, os quais transmitiam uma crença de ‘Brasil Grande’ resistente e reorganizador de sua identidade, além de sua cultura nacional. Segundo o historiado, “foram estabelecidos nessa época: a valorização da mistura racial, a crença no caráter benevolente do povo, o enaltecimento do trabalho, uma certa ideia de nação – baseada nos princípios da coesão e da cooperação” (FICO, 1997, p. 34). Esse discurso cultural de nação não se limitou ao campo de atuação das instituições culturais situadas no MEC, mas contribuiu para as visões do Brasil como um grande país vasto de patrimônios a serem incorporados, tanto pela propaganda oficial quanto pela política cultural do governo.

Para Fico (1997), embora a leitura otimista do país não tenha sido construída pelos militares, ela foi retrabalhada e utilizada por eles para construir a imagem do Brasil como um país do futuro, promovido e consolidado por meio do chamado milagre econômico<sup>22</sup>. Nas palavras de Janaína Cordeiro, “o milagre oferecia a camadas expressivas da sociedade uma ideia segundo o trabalho e obediência às normas e às instituições do presente significando o respeito pela pátria [...] e ao mesmo tempo a construção de um futuro próspero” (CORDEIRO, 2015b, p. 69). A historiadora ainda pontua que as “perspectivas otimistas sobre o país perpassam momentos diversos da história da nação e são particularmente reforçadas em ocasiões de estabilidade/crescimento econômico” (CORDEIRO, 2009, p. 86).

---

<sup>22</sup> De 1969 a 1974, o Brasil viveu um crescimento econômico sem precedentes. A cada ano, o PIB crescia acima de 10% e os investimentos estrangeiros, principalmente oriundos da indústria automobilística, chegavam abundantemente. Esse clima de prosperidade econômica colaborou para que a população tivesse uma percepção bastante positiva do governo.

O período do milagre econômico deu início às novas possibilidades de realizações e empreendimentos culturais de acordo com o espírito modernizante e engajado pelos setores médios e de elite. No entanto, com a crise política na abertura da ditadura, uma mudança sucedeu no discurso e no incentivo das ações por parte do governo.

De fato, os anos 80 abrem-se com uma agenda de reformas composta por dois níveis e tipos de questões. De um lado, o processo de transição política impõe a questão da democratização do sistema de proteção social; são sobretudo suas regras de inclusão/exclusão, os privilégios e desigualdades que abriga assim como os modos hipercentralizados de organização e decisão os que foram postos em xeque. De outro lado, o sistema passou a ser questionado pelas instabilidades e fragilidades de seu padrão de financiamento, muito sensível aos ciclos de oscilações da economia, [...] abrindo espaço para que outras alternativas de financiamento e alocação de recursos fossem propostas. (DRAIBE, 1994, p. 276)

O interesse de cunho econômico despertado no caso brasileiro foi visto, por setores médios e da elite do país, com certo caráter modernizante, significando que “essa modernização se traduzia sobretudo na vontade de adotar bens e serviços até então não generalizados no Brasil, e na realização de projetos grandiosos, empreitadas de vulto, especialmente no campo da construção civil” (FICO, 1997, p. 83). Importante ressaltar que, nesse plano, de acordo com Fico (1997), as obras de reestruturação de monumentos patrimoniais foram empreendidas dentro de tal lógica, apesar do autor não entrar na discussão acerca do tema da modernização. Para ele, a “crença no planejamento, na capacidade técnica de estabelecer metas, organizar ações, pretendendo-se prever resultados”, essa “foi uma das marcas fundamentais da ação supostamente modernizante dos governos militares” (FICO, 1997, p. 84). Essa perspectiva estabelece a construção do Brasil como uma grande potência, onde a leitura do otimismo dominava a representação de encontro com o futuro, e tal enfoque não significou optar pelo esquecimento ou ignorar a função estratégica que as políticas de memória deviam exercer junto ao desenvolvimento nacional.

Apesar disso, em meio à crise no governo de Figueiredo, os símbolos nacionais passaram a ser reivindicados pela sociedade civil — “A ideia da retomada dos símbolos nacionais pelo povo, que os retira então das mãos dos militares, possui um reverso: a inserção desses símbolos e da sua carga legitimadora em novo contexto” (FICO, 1997, p. 61). A partir dos estudos de Carlos Fico, em relação às propagandas políticas produzidas pelos governos militares no período de abertura política, compreendemos que os militares não apenas buscavam transmitir uma imagem de seu regime, mas projetavam o que acreditavam ser o correto ao país que almeja se tornar em grande potência mundial.

Ao mesmo tempo que se projetava para futuro grandioso da nação, o discurso nacionalista se voltou para o passado, valorizando os grandes acontecimentos e símbolos apropriados pela narrativa patriótica. O otimismo apontado por Fico (1997) estava atrelado a uma história-pátria, com a intenção de se apropriar de um discurso para conceituar o que era a nacionalidade, sociedade ou cultura brasileira, de modo a difundir o patrimônio segundo um elemento remanescente desse passado evocado na memória. Nesse sentido, a valorização e conservação dessas ideias era de responsabilidade institucional da SPHAN, onde as “políticas de patrimônio cultural tornavam-se assim uma busca que inventava e justificava seu próprio objetivo” (OLIVEIRA, 2008, p. 130).

As narrativas recriavam a relação da sociedade com os símbolos nacionais que deveriam compor o patrimônio nacional, o qual se caracteriza como um vetor de valores simbólicos atravessados na sociedade e se configurava como objeto de disputas, não reflexo de um consenso. A preservação de tais valores simbólicos era primordial para que o debate se mantivesse na sociedade, despertando reflexões sobre os sentidos do presente e sobre as perspectivas de um futuro por meio do patrimônio cultural.

Outra discussão sumamente importante diz respeito aos intelectuais e aos artistas que se inseriram em torno da possibilidade de auxiliar na constituição do país como nação. O cerne desta discussão era a necessidade de construir uma identidade nacional apoiada nas especificidades da cultura brasileira e capaz de formar um grande Brasil, além de ser uma tentativa de cooptação de setores populares para a transição democrática gradual, construída a partir do exame sobre a inserção de civis nas instituições.

O regime autoritário, por sua vez, assumindo sua carência de intelectuais orgânicos de direita que pudessem ajudar a veicular seus projetos ideológicos, fez uma leitura pragmática da “hegemonia cultural da esquerda”, iniciando um diálogo com alguns intelectuais e produtores culturais da oposição, no sentido de aproveitar-se do nacionalismo cultural desses. Esse diálogo consolidou-se ao longo do processo de distensão política, iniciado em 1975. (NAPOLITANO, 2011, p. 149)

O Estado também passou a incorporar nesses espaços os intelectuais, com a finalidade de exercer funções fundamentais na reorganização e no controle da manutenção da ditadura civil-militar. A partir disso, destacamos as discussões da historiografia recente sobre a atuação civil no Estado autoritário, com análises sobre as relações complexas construídas em torno da participação de ampla parcela da sociedade brasileira. Os civis, como objetos desta renovação dos estudos, não se encontravam apenas em campos bem delimitados (a favor ou contra), mas estabeleciam comportamentos caracterizados, conforme o historiador Pierre Laborie (2010), nas “ambivalências”, na “zona cinzenta” ou no “pensar-duplo”. Esses conceitos de Laborie,



apesar de serem formulados para uma situação específica<sup>23</sup>, são incorporados para compreender a participação de civis, institucionalizados ou não, na consolidação e manutenção da ditadura brasileira. Desse modo, as “zonas cinzentas” são definidas como “o enorme espaço entre os dois pólos — resistência e colaboração/apoio — e mais, o lugar da ambivalência no qual os dois extremos se diluem na possibilidade de ser um e outro ao mesmo tempo” (ROLLEMBERG, 2011, p. 102).

A historiadora Denise Rollemberg (2010) recorre ao conceito de “pensar-duplo” nas suas análises sobre a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), afirmando que o quadro teórico de Laborie também pode auxiliar na compreensão da ditadura civil-militar brasileira. Para entendermos a construção social dos regimes autoritários e as ditaduras, não devemos interpretar apenas como a manipulação dos civis (incapazes de fazer escolhas) e, tampouco, como pura repressão (na ausência de ação ou de pressão popular), pelo contrário, devemos buscar “entender como se constroem consensos e consentimentos, como se estabelecem relações entre o Estado e a sociedade. Nessa perspectiva, acredita-se que, uma vez gestadas no interior das sociedades, as ditaduras não lhe são estranhas” (QUADRAT; ROLLEMBERG, 2010, p. 25).

Nesse mesmo sentido, atuação de civis no governo demonstra as ambivalências, que vão “absolver apoios, compromissos, omissões, duplicidades da zona cinzenta” (ROLLEMBERG, 2011, p. 131) frente as práticas repressivas exercidas pelos militares. Ao mesmo tempo, a ideia de um consenso que “designa um acordo baseado em princípios, valores e normas partilhados por determinada unidade ou grupo social” (CORDEIRO, 2015a, p. 14) auxilia na compreensão da ditadura e suas relações com a sociedade, nas diversas formas e nos determinados contextos. Ressaltamos que durante o regime, os setores culturais atuaram como um agente promotor da unidade, englobando diferentes atores sociais que partilharam e se faziam representantes de determinados valores e tradições.

Evidentemente, não cabe, nesse espaço, uma análise aprofundada do assunto, mas buscamos destacar o debate historiográfico em torno dos comportamentos da sociedade no período da ditadura, que, em linhas gerais, se caracteriza na ambivalência, isto é, capaz de ser a favor e contra dos governos militares simultaneamente. Na medida que avançamos, também buscamos entender como se constroem consensos e consentimentos e como se estabelecem relações entre Estado e sociedade, assim como, para o caso específico de nossa análise, como civis e

---

<sup>23</sup> Esses conceitos foram inicialmente construídos para a análise do Regime de Vichy (1940-1944) durante a ocupação nazista na França.

instituições civis se posicionavam de forma crítica e contrária ao regime, mas continuavam atuando em instituições estatais voltadas à cultura, ou seja, no interior do Estado ditatorial.

A preservação do patrimônio histórico e artístico converte-se então num terreno de consenso em torno do qual é possível fazer convergir os esforços de agentes cujos interesses e motivações certamente colidiriam em gêneros de produção cultural onde a problemática estivesse fortemente referida a questões da atualidade social e política. (MICELI, 1984a, p. 101-102)

Não obstante, os agentes defensores do patrimônio estavam inseridos no Estado para redesenhar e verificar alguns meios de preservação, de forma a inserir esse setor no interesse social, com empenho para tratar de obras de reparo e consolidação. Para isso, a propaganda deveria auxiliar na construção do apoio da população junto ao patrimônio a ser preservado.

É adequado dizer que as perspectivas dos intelectuais ocupando os espaços no governo, assim como suas ambivalências, se alinhavam às críticas elaboradas aos modelos instituídos, assim como a consolidação de novas práticas e discursos também trouxe novos poderes constituídos e formas próprias de funcionamento. Além disso, a entrada de novos personagens, e suas demandas, implicou no pensamento de que haveria um movimento interno na sociedade, como uma recomposição de forças e o reconhecimento de novas necessidades, que passaria a não mais se conformar ao modelo instituído. Conforme Gonçalves, “alguns intelectuais vieram a ser convidados e concordaram em participar em alguns níveis de governo, notadamente na área de política cultural” (GONÇALVES, 1996, p. 51). A historiografia tem demonstrado a participação decisiva dos civis na montagem e no funcionamento do Estado Ditatorial brasileiro, seja intervindo diretamente no aparelho estatal ou apoiando a presença dos militares no controle do executivo. Esses agentes, ainda que possuíssem opiniões divergentes à ditadura, atuaram e se mantiveram institucionalizados nela.

Devemos salientar que, além da entrada de muitos intelectuais e artistas que se encaminharam para o setor cultural, um dos nomes que se destaca no campo do patrimônio é o de Aloísio Magalhães, sendo a sua principal contribuição, para tal campo, a de inserção da cultura no âmbito das políticas sociais. A entrada deste intelectual permitiu a articulação e a participação de parte dessas ações nas políticas culturais, construindo discursos que conciliavam modernização e tradição. Por isso, segundo Botelho, que “qualquer discussão sobre a política cultural e redesenho institucional, passa obrigatoriamente pela figura de Aloísio Magalhães” (BOTELHO, 2007, p. 119). Contudo, o trabalho de reestruturar o setor cultural não foi feito por uma única pessoa, como aponta Lavinias quando nos diz que “Aloísio buscou diversos aliados naquele momento, constituindo uma rede diversificada de agentes, sendo os principais: Augusto da Silva Telles, Irapuã Cavalcanti de Lyra, Clara Alvim, Henrique

Oswaldo, Felipe Serpa e Joaquim de Arruda Falcão” (LAVINAS, 2014, p. 159). Atuar dentro do Estado certamente foi uma maneira de dialogar com a esfera detentora do poder, pelo caminho mais eficiente ao combate dos problemas, contribuindo para o aperfeiçoamento administrativo. Embora houvesse a importação de novos personagens responsáveis pelo de redesenho apontado, esses agentes tinham por objetivo modernizar o setor. Isso revela-se, pois:

O processo de expansão e organização do aparelho burocrático e, por consequência, da ação dos intelectuais nas instâncias administrativas pode ser observado desde a década de 1930 até a vigência dos governos militares (1964-1985). Os novos espaços de poder possibilitaram a incorporação de intelectuais, especialistas e técnicos no interior do aparelho estatal. A necessidade de mão de obra qualificada para as tarefas burocráticas, os serviços administrativos, as repartições públicas, os institutos governamentais e os grupos de consultoria aos programas do governo possibilitou a emergência desses atores nos debates e nas disputas políticas. (MAIA, 2012, p. 47)

A historiadora Maia (2012) faz referência a uma moldura institucional que precisava ser modificada, sendo que tais mudanças, a partir desses novos administradores, acompanharam a regra dos militares, isto é, ocorreram de modo gradual. A questão do desenvolvimento nacional já não podia mais ser associada com aquela da segurança, pois as novas demandas abriram espaço para um novo formador da identidade nacional.

#### 2.4 ALOÍSIO MAGALHÃES: O ADMINISTRADOR DA CULTURA NO APARATO INSTITUCIONAL

Para entendermos o significado de Aloísio Magalhães, faz-se imprescindível uma discussão a respeito da atuação desse ator social como administrador cultural, sendo considerado um dos mais influentes designers e referência em design gráfico entre as décadas de 1960 e 1970.

Ao longo da década de 1970, Aloísio Magalhães contribuiu com diversos projetos que eram articulados na esfera pública e reforçavam os discursos de *Brasil Grande*. Neste período de dez anos o alcance político de Magalhães cresce entre os grupos sociais inseridos no governo autoritário, assim como as perspectivas nacional-desenvolvimentistas encontradas nos campos de atuação do Estado se avolumam e se mesclam com a noção de brasilidade e de cultura (popular) brasileira. Essa mistura e troca de interesses possibilitou oportunidades de inserção de Magalhães nas políticas públicas de desenvolvimento social no campo da cultura, em que o ator social concentra suas ações em práticas de preservação, desenvolvimento sociocultural e na construção de representatividades populares de cultura e identidade nacionais. (LAVINAS, 2014, p. 55-56)

Entre os projetos que Magalhães realizou, podemos destacar o projeto da cédula do Cruzeiro Novo junto ao governo federal, em 1966. Além disso, ele atendeu numerosas empresas estatais para propostas de criação de identidade visual, tais como os símbolos da Companhia

Vale do Rio Doce, da Companhia União dos Refinadores, Embratur, Metrô São Paulo, Metrô Rio, Itaipu Binacional, Furnas, Petrobrás e Light<sup>24</sup> — alguns desses símbolos foram encomendados diretamente a ele e outros conquistados em concursos. Segundo Lavinias, “estes projetos foram utilizados pelo governo militar para legitimar a manutenção de seus grupos no poder, em que o *Design* foi utilizado para se transmitir noções de modernização, crescimento e potencialidade de desenvolvimento sociocultural e econômico do país” (LAVINAS, 2014, p. 53).

A partir desse trecho da dissertação de Laís Lavinias (2014) — quem o acompanha como um ator político e investiga a sua rápida ascensão —, destacamos como Magalhães entrou no debate acerca do produto brasileiro e de que forma foi apresentado na época, no sentido de atender investimentos e iniciativas governamentais relacionadas ao plano político-econômico de desenvolvimento industrial brasileiro inseridos no Estado. De acordo com essa reflexão, Aloísio foi visto como um dos principais atores sociais da construção do discurso autoritário presente na ditadura, de modo que podemos identificar traços nacionalistas e regionalistas em seus trabalhos.

A inserção de Aloísio Magalhães (figura 2) nas instâncias públicas culturais se sucedeu ao longo da década de 1970, sendo que, ao final do governo de Geisel, a sua articulação política se cruzou com as políticas culturais patrimoniais de um modo bastante oportuno. Retomamos José Reginaldo Gonçalves, o qual afirma que “Aloísio assume a direção da SPHAN nos anos finais do regime político autoritário que vigorava no Brasil desde o golpe militar de 1964” (GONÇALVES, 1996, p. 51). Coube a Magalhães conduzir, em tempos politicamente difíceis, o avanço do setor cultural da administração federal, em especial dos patrimônios. De acordo com a historiografia da SPHAN em si, quando o *designer* assumiu a direção do órgão, deu-se início a uma nova política para o patrimônio cultural brasileiro.

---

<sup>24</sup> Para ver mais sobre esses projetos de designer, cf.: LAVINAS (2014).

Figura 2 - Capa edição em homenagem à Aloísio Magalhães



Fonte: Boletim SPHAN/FNPM n. 18 – Arquivo IPHAN, (ANEXO A).

Nesse sentido, a presente seção trata do processo de renovação ideológica e institucional da política oficial de patrimônio cultural, a partir da gestão de Aloísio Magalhães e dentro do nosso recorte cronológico proposto. Nossa intenção é a de mostrar como se desenvolveu a narrativa desse ator social, cujas bibliografias consultadas o apresentam como a referência para as políticas culturais (MICELI, 1984a; GONÇALVES, 1996, FONSECA, 1997; BOTELHO, 2000; OLIVEIRA, 2008; CHUVA, 2011; LAVINAS, 2014). Como sustentado por Laís Lavinias, as “alterações sofridas nas políticas culturais nacionais durante o período de abertura política do regime militar são basicamente creditadas à atuação de Aloísio como político, administrador público e a sua capacidade de ação/persuasão” (LAVINAS, 2014, p. 23). Assim como Isaura Botelho nos apresenta esse ator social: o grande estrategista “Aloísio estabeleceu novos parâmetros de atuação, reestruturando, inclusive, a área federal refazendo os elos com o projeto de Gustavo Capanema” (BOTELHO, 2007, p. 119). Ambas as historiadoras concordam com Gonçalves (1996) no tocante à consideração da entrada de Aloísio no IPHAN como um marco decisivo para a trajetória das políticas públicas de patrimônio no Brasil.

Em 27 de março de 1979, o ministro da Educação, Cultura e Desportos, Eduardo Portella<sup>25</sup>, nomeou Aloísio Magalhães como diretor do IPHAN, o qual trouxe para dentro da

<sup>25</sup> Entre 1979 e 1980, Eduardo foi ministro da Educação, Cultura e Desportos, assim como esteve à frente da pasta durante o governo do presidente-ditador João Baptista Figueiredo.

instituição a sua visão de que o conhecimento crítico do passado seria fundamental para uma ação capaz de pensar também o futuro. Conforme Botelho, “Magalhães fora favorecido por suas articulações políticas, era amigo do General Golbery do Couto e Silva, fator que levou seu nome a ser indicado para assumir o IPHAN na gestão de Portela” (BOTELHO, 2000, p. 103).

Sérgio Miceli (1984a) aponta, em sua obra, que a indicação de Aloísio Magalhães à diretoria do IPHAN foi arquitetada por Golbery do Couto e Silva<sup>26</sup>, Lúcio Costa, Afonso Arinos de Mello Franco e Eduardo Portella. Para o autor, o “Aloísio Magalhães era frequentador assíduo do Gabinete da Casa Civil, e foi a partir desse contato que redundou a encomenda de um documento, por parte do General Golbery, sobre em que formato institucional o Centro deveria atuar depois do fim do termo aditivo do convênio multilateral de 1976” (MICELI, 1984a, p. 82). A indicação de Aloísio Magalhães ao cargo envolveu um complexo jogo de interesses entre diversos setores públicos, não apenas o cultural, no qual a chave da questão estava no alcance político-territorial de Magalhães dentro do Estado autoritário brasileiro.

Em vários momentos pode-se ver como Aloísio Magalhães consegue articular o seu interesse específico, no caso a questão da cultura, com a situação do país naquela época. Se por um lado ele reconhece que o país vinha vivendo, já há 15 anos, “um período de intensa centralização de poder” isto é justificado pela necessidade de resposta aos problemas internacionais. Do ponto de vista, a criação de uma infraestrutura que desse ao país condições de enfrentá-los enquanto nação emergente era questão inadiável. (BOTELHO, 2000, p. 102)

Isso ocorreu devido ao fato de Magalhães se revelar como um bom estrategista na sua articulação com os militares e, em especial, por transitar tanto pelas diversas áreas ministeriais quanto junto aos setores militares.

Além da aproximação com os altos escalões do regime e com um discurso que, apesar de tratar de camadas desprivilegiadas da sociedade brasileira, não trabalhava em termos de discurso de classe social; outro fator decisivo para a indicação de Aloísio Magalhães para ocupar o cargo de diretor do IPHAN foi a mudança de orientação das políticas culturais do governo em fins da década de 1970. (SILVA R. S., 2012, p. 93)

Aloísio Magalhães, conforme já destacado, possuía um longo e extenso histórico de parcerias e projetos, criando narrativas de memórias coletivas nacionais a favor do regime e incentivando, ou ajudando, a construir uma identidade cultural nacional que se portava como reflexo de uma elite política burocrática nacionalista, encantada com as teorias desenvolvimentistas. A sua participação na administração das estruturas culturais — que

---

<sup>26</sup> Golbery foi um dos principais articuladores do golpe militar de 1964 e, posteriormente, da política de distensão do presidente Ernesto Geisel a partir de março de 1974. Notabiliza-se como um dos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional, bem como criador e diretor do SNI. Vale ainda destacar que ele chefiou a Casa Civil nos governos militares de Geisel e João Baptista Figueiredo, sendo este o principal líder e arquiteto do processo de abertura democrática “lenta, gradual e segura”.

incluem a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) — marcam o início do percurso de Aloísio Magalhães, que também inclui a sua articulação política e sua contribuição para arrecadar recursos humanos e financeiros para o setor cultural como um todo.

O primeiro passo de Magalhães na sua construção como gestor foi a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)<sup>27</sup>, em junho de 1975, por decorrência do convênio 01.01.15, firmado entre o Ministério da Indústria e Comércio (MIC) — por meio da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) — e o governo do Distrito Federal, sendo este representado pela Secretaria de Educação e Cultura. Com Magalhães como o coordenador geral, o CNRC se tornou o precursor da inovação no setor, fora das esferas governamentais convencionais. Com propósito de estudar e propor uma política alternativa de patrimônio cultural, capaz de acompanhar o contexto histórico da sociedade, o Centro tinha por finalidade registrar e impulsionar as atividades culturais da época. Sua fundação se deu nos moldes das iniciativas governamentais para a política cultural desse período e a sua atuação se centrou em projetos e grupos de trabalho, assim como na ampliação dos recursos disponíveis e na formação do seu quadro técnico. Segundo Lia Calabre (2009, p. 87-88):

A equipe do CNRC tinha um perfil muito variado e o trabalho foi dividido em quatro programas de estudo: 1) mapeamento do artesanato brasileiro; 2) levantamentos socioculturais; 3) história da ciência e da tecnologia no Brasil; 4) levantamento de documentação sobre o Brasil.

Lais Lavinias (2014) complementa, ao nos dizer que tal ação consistiu em realizar um diagnóstico prévio das condições e contextos envolvendo o âmbito de atuação de cada projeto, para depois, em parceria com os atores locais, refletir sobre a metodologia de desenvolvimento do projeto.

Um ano mais tarde, houve o firmamento de um novo termo com a inclusão de novos convenentes, tendo em vista a necessidade de sua definitiva reestruturação. Eram ele: a “Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministérios da Educação e Cultura, Interior, Relações Exteriores, Caixa Econômica Federal, Fundação Universidade de Brasília e Fundação Cultural do Distrito Federal”<sup>28</sup>. O CNRC também procurou traçar um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural, com a finalidade de explicar

---

<sup>27</sup> O grupo era formado por pessoas de diversas formações acadêmicas, com o objetivo de levantar questões referentes ao processo de desenvolvimento econômico, assim como preservar os valores da nação e fazer a devolução para os cidadãos.

<sup>28</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, n. 0, 1979, p. 4, (ANEXO A)

o vínculo entre o embasamento cultural de um país e a prática das diferentes artes, ciências e tecnologias.

Como o centro estava dando as pré-condições para as mudanças nas políticas culturais, ele foi conceituado e experimentado no período entre 1975 e 1979, de modo a servir de base para a nova política de patrimônio da SPHAN e da Fundação Pró-Memória<sup>29</sup>, em 1979. A partir de uma visão antropológica do meio social, o CNRC defendia um conceito de cultura dinâmica, em constante desenvolvimento e integrada com as outras esferas sociais, ou seja, esse “conceito de cultura utilizado pelo CNRC era o mesmo conceito encontrado na Política Nacional de Cultura e nos documentos emitidos pelo setor cultural a partir de 1966, em que a cultura nacional era resultado da integração das culturas regionais” (LAVINAS, 2014, p. 135).

Fonseca (1997) nos conta que, no segundo momento do CNRC, o foco esteve sob a busca de instrumentos conceituais e administrativos alternativos de política patrimonial, com o intuito de ressaltar a união entre cultura e desenvolvimento, sendo um estímulo às alternativas regionais. De acordo com a autora, “CNRC era um laboratório de experiências”<sup>30</sup> e ao relatar como a proposta era chamar as pessoas para a pesquisas em todas as regiões do país. Em concordância com isso, Lúcia Lippi de Oliveira (2008) mostra que o objetivo do centro era mapear, documentar e compreender a diversidade cultural brasileira de forma a devolver às comunidades estudos realizados pela instituição. Todavia, a operacionalização regional do CNRC sobressaiu a justificativa da extensão territorial do país e se centrou na busca por uma nova abordagem interpretativa da dinâmica sociocultural dos diferentes espaços territoriais do Brasil, nos quais se almejavam identificar mecanismos e instrumentos que permitissem a otimização do desenvolvimento socioeconômico local e a integração cultural regional.

Para tanto, o perfil heterogêneo do quadro técnico do Centro, recrutado por seu coordenador geral, contribuiu para a inclusão de diversas áreas de conhecimento, bem como de pesquisadores para a elaboração conceitual, salientando a participação de artistas e intelectuais no processo que culminaria na vertente patrimonial nos anos seguintes.

---

<sup>29</sup> Ambas foram instituídas, respectivamente, pelo decreto 84.198, de 13 de novembro de 1979 – já citada em nota anterior - e pela lei n.º 6.757, de 17 de dezembro de 1979, a qual autorizava o Poder Executivo instituir a Fundação Nacional Pró-Memória, além de outras providências. BRASIL. Lei n.º 6.757, de 17 de dezembro de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 19330, 19 dez. 1979. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6757-17-dezembro-1979-366080-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 jun. 2020.

<sup>30</sup> MARIA Cecília Londres - Ocupação Aloisio Magalhães (2014). Publicado por Itaú Cultural. [S. l.: s. n.]: 12 ago. 2014. 1 vídeo (5 min 40 seg). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=SZI7YinT\\_SU&ab\\_channel=Ita%C3%BACultural](https://www.youtube.com/watch?v=SZI7YinT_SU&ab_channel=Ita%C3%BACultural). Acesso em: 23 out. 2019.



No limite, tal esforço de repensar a experiência em curso nos marcos de uma tentativa de aproximação e eventual fusão institucional com o IPHAN foi-se cristalizando em meio às incertezas de sobrevivência e em decorrência das alianças políticas então firmadas pela liderança. (MICELI, 1984, p. 81)

Com isso, houve a necessidade de apoiar o CNRC a se institucionalizar, já que não possuía estrutura burocrática para vencer os desafios do setor público, indo de encontro com a reorganização do SPHAN. Nessa conjuntura de fatores, que influem para a união de interesses entre SPHAN e CNRC, passou-se a buscar um novo abrigo institucional para questões que o Centro concebeu como inviável, resultado da sua incorporação ao SPHAN depois de quatro anos de sua criação. Assim, em 31 de janeiro de 1980 foi lavrado o termo de encerramento do CNRC. A fusão das duas instituições foi firmada pela presença de Magalhães, com a ideia de deixar no passado a antiga visão do esgotamento institucional do SPHAN. Como afirma Miceli, os “mesmos círculos políticos e intelectuais favoráveis às propostas de reformulação da vertente patrimonial acabaram viabilizando a nomeação de Aloísio Magalhães para a direção do IPHAN” (MICELI, 1984a, p. 83). Não obstante, Joaquim Falcão também tem afirmado:

A transferência do CNRC para o IPHAN resulta da conjugação de duas ordens de fatores. Primeiro, a continuação, no governo de João Figueiredo, do processo de abertura política, viabilizando, dentro do Poder Executivo, espaços institucionais para novas políticas públicas. Segundo a continuação da experiência do CNRC exigia uma consolidação institucional. (FALCÃO, 1984b, p 32)

Decorrente dessa fusão, lançaram-se as bases para atingir o núcleo do redesenho institucional no SPHAN, isto é, houve a articulação de Magalhães como referencial para repensar a reformulação de políticas de memória e preservação. O discurso incomum de Aloísio Magalhães — da mesma forma que sua relação com os militares e os trabalhos do CNRC —, tornavam o seu nome o mais cotado para estar no comando da nova política institucional e “o General Golbery do Couto e Silva participou direta e ativamente do processo de institucionalização do Centro” (MICELI, 1984a, p. 82). Sua esposa, Solange Magalhães, em entrevista<sup>31</sup>, atribuía uma imagem em que “ele era político no outro sentido da palavra... ele sabia utilizar as pessoas no poder para realizar o que ele achava que era importante pro país” (MAGALHÃES, 2014). Assim, com carisma e o apoio de nomes importantes, com os quais já havia trabalhado, Aloísio se transformou uma figura nacional. Quando entrevistado pela revista Manchete, logo após sua posse, foi perguntado para Aloísio se a sua nomeação como diretor do IPHAN lhe causou alguma surpresa, que responde:

<sup>31</sup> SOLANGE Magalhães - Ocupação Aloisio Magalhães (2014) – Parte 2/3. Publicado por Itaú Cultural. [S. l.: s. n.]: 12 ago. 2014. 1 vídeo (4 min 45 seg). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=zFzToq1ReDo&feature=emb\\_title&ab\\_channel=Ita%C3%BACultural](https://www.youtube.com/watch?v=zFzToq1ReDo&feature=emb_title&ab_channel=Ita%C3%BACultural). Acesso em: 05 out. 2019.

Há duas respostas. A primeira: não me causou surpresa [...]. O ano passado comecei a me preocupar com a institucionalização do CNRC [...]. Então cheguei à conclusão que havia um órgão oficial onde o CNRC caberia perfeitamente: o Iphan [...]. Me surpreendi com a nomeação porque há grande diferença entre ter um conceito de um determinado problema e se deparar, depois, com a realidade, a fim de resolvê-lo. (MAGALHÃES, 1985, p. 113-114)

Em seguida a sua posse, foi posto em execução os estudos realizados pela sua antecessora, CNRC, como a criação de uma fundação para agilizar a ação do órgão. Além disso, Aloísio optou por reconfigurar a estrutura institucional dos órgãos responsáveis pela cultura, passando a ser formado por uma Secretaria, a SPHAN, e uma fundação. De acordo com Roberto Sabino da Silva (2012, p. 102), “um dos grandes desafios [...] foi a construção de uma nova representação sobre o patrimônio nacional que fizesse frente às representações construídas sob as bases dos discursos em arte e arquitetura”.

O próximo passo desse processo foi instituir a Fundação Nacional Pró-Memória, em dezembro de 1979, na Exposição de Motivos n.º 379/1979. O ministro Eduardo Portella, da Educação e Cultura, declarou o seguinte sobre o papel que a fundação iria cumprir: ela deve ser uma “entidade concebida com fim de empreender um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas no âmbito dos bens do acervo brasileiro, propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e adequado uso desses bens” (SPHAN, 1980a, 1980, p. 127), para atuar de forma descentralizadora e ágil junto aos organismos regionais, diagnosticando os problemas e as peculiaridades do mosaico cultural. A Exposição de Motivos ainda seguiu a linha de técnica, com a justificativa de ter estudos e pareceres realizados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e pela Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa (SEMOR), além de consultas de especialistas firmando a relevância da criação da Pró-Memória. O documento foi encaminhado junto ao que seria o anteprojeto de decreto de transformação do IPHAN na SPHAN/Pró-Memória.

Essa nova configuração manteve Magalhães no comando, agora como presidente da recém-criada fundação, na medida em que supriria deficiências institucionais, com condições de atuar sob a necessária independência como parte de um processo acelerado de mudança. O renovado sistema foi designado como SPHAN/Pró-Memória e, como consta no decreto mencionado acima, ele ficou junto à SPHAN como órgão normativo e à Pró-memória como órgão operacional, em sua moldura institucional. De acordo com o decreto:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, supervisionada pelo Ministério da Educação e Cultura, a Fundação Nacional Pró-Memória, com personalidade

jurídica de direito privado, destinada a contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País. Art. 2º. São transferidos ao domínio da Fundação, e passam a integrar o seu patrimônio, os bens móveis e imóveis da União, que estavam em uso ou sob a guarda de responsabilidade do extinto Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (BRASIL, 1979)

Segundo Lúcia Lippi Oliveira, a “pluralidade de iniciativas da Fundação Nacional Pró-Memória indica o alargamento do sentido de patrimônio. Sob a coordenação da FNPM foram empreendidas ações inovadoras” (OLIVEIRA, 2008, p. 127). Além disso, a Fundação ainda contaria com um Conselho Curador, que seria o órgão encarregado, justamente com o presidente, da administração da Fundação, com um colegiado para sua gestão composto de cinco membros titulares, nomeados pelo ministro da Educação e Cultura (BRASIL, 1980). Os nomeados por Eduardo Portella, em 1980, como membros titulares foram: Jorge Hilário Gouvea Vieira, Márcio João de Andrade Fortes, Fernão Carlos Botelho Bracher, Joaquim Arruda Falcão Neto e Fernando Roberto Moreira Salles; e como membros suplentes foram: Antônio Augusto dos Reis Veloso, Mario Jorge Gusmão Bérard, Rubens Ricupero, Galba Magalhães Velloso e Paulo Roberto Oliveira Niccoli. Todos os nomeados possuíam um mandato de três anos, sendo permitida uma só recondução.

Essas nomeações mostram que, apesar da construção de Magalhães com um referencial naquele momento, ele não estava só, sempre contou com presença de personalidades do meio cultural, de modo que a efetivação como membros desse Conselho foi determinante para alargar as discussões e desenvolver as atividades que estavam no seu encargo. Em outras palavras: “evidentemente, essa incorporação não se deu sem disputas pela hegemonia no interior da própria agência e a referida publicação revela a visão do grupo que se torna hegemônico naquele momento, colocando em destaque a força política de Aloísio Magalhães” (CHUVA; LAVINAS, 2016, p. 96), sobretudo, por conta da dimensão de ser um dos principais órgãos de conservação da memória em um momento no qual o país se preparava para a abertura democrática.

Assim, o discurso de criação da Fundação Pró-Memória, proposto por Aloísio Magalhães enquanto Diretor Geral do IPHAN, foi definido “como um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas que objetivam identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro”<sup>32</sup>. De fato, a entidade foi empreendida por esse conjunto de ações integradas em uma estrutura no âmbito do acervo patrimonial brasileiro, propiciando, assim, maior participação e uso desse patrimônio e a

---

<sup>32</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1979, n. 1, p. 1 (ANEXO A).

emergência dessa área da cultura como responsável pela memória que seria transmitida ao futuro. Podemos, portanto, encontrar a promoção de projetos a serem executados pela entidade ou em parceria com instituições regionais, habilitados a criar instrumentos necessários e convenientes para os empreendimentos realizados na nova estrutura da Fundação. Ademais, nesse tópico, reconhecemos a relevância da dinâmica cultural, isto é, da adoção de uma estrutura administrativa própria com base no vínculo que se tinha em relação ao SPHAN. A propósito disso, Magalhães manifestou-se do seguinte modo:

Pró-Memória deverá atuar de forma descentralizadora e ágil como elemento catalisador de energias, recursos humanos, metodológicos e financeiros, interagindo com organismos regionais, públicos e privados, interligando problemas comuns e distinguindo os peculiares dentro da heterogeneidade e dos níveis de especificidade do mosaico cultural brasileiro. (MAGALHÃES, 1985, p. 131-132)

Como acima exposto, não se tratava apenas de manter a tutela da política de “pedra e cal”, mas de permitir a formação de um patrimônio rentável, enriquecido por um sistema de captação de recursos privados e agências de diversos níveis, com estímulos aos empreendimentos que acumulavam o conhecimento da cultura regional.

Ao analisar o discurso de criação da Fundação, encontramos, na fala de seu presidente, alguns elementos que remetem ao conservadorismo da ditadura civil-militar com uma mescla de práticas democráticas. Essas características se assentam na ideia proposta de uma identidade nacional formando um mosaico cultural e com bases no nacionalismo rememorado dos anos 1930.

A ditadura militar promoveu diferentes projetos culturais, alguns que iam para além do patriotismo tradicional ainda que nem todos tivessem fundamentos ideológicos bem elaborados e conseguissem ser hegemônicos. Só para lembrar: parece-me que a atuação da Fundação Pró-Memória e a de Aloísio Magalhães não se enquadram exatamente na reafirmação do patriotismo tradicional, mas ainda assim, foram instrumentos de que fomentaram os ideais imbricados. Dava-se mais um importante passo para a retomada plena dos direitos civis, com a volta, depois de suspensas por quase vinte anos, das eleições diretas para os governos dos estados e as prefeituras das capitais. (CHUVA, 2017, p. 79)

A relação entre os dois elementos, conservadorismo e práticas democráticas, estava crescendo de acordo com a forma como a institucionalização foi feita e, ainda que sob um discurso democrático nas suas aspirações, era feito no contexto de controle do Estado, com propósitos de preservar a memória e identidade nacional.

Magalhães esteve presente em diferentes esferas sociais dominantes, promovendo discussões, reflexões e construções sobre as noções de cultura e de identidade brasileira, com plenos interesses em construir uma narrativa de integração nacional. Ao longo desse último

período, debateu publicamente os caminhos da cultura brasileira por todos os cantos do país — “semanalmente, Aloísio Magalhães estava em algum canto do país, identificando e apoiando um bem cultural relevante: em Missões, em Ouro Preto, em Orleans, em Cachoeira, em São Paulo” (MAGALHÃES, 1985, p. 16). Isso remete ao fato de que a sua ideia de administrador da cultura não seria feita apenas em gabinete, mas estaria em contato com o país, que incluía as ações para integrar e, ao mesmo tempo, descentralizar a estrutura governamental. Onde Aloísio passava, realizava conferências e participava de debates, com um discurso que provocava questionamentos sobre qual cara o país queria ter ou como pretendia se mostrar. Tal imagem contava com o apoio de recursos discursivos muito eficientes, como as concepções de um determinado projeto de nação e desenvolvimento, cujos sentidos atribuídos naquele período se voltavam à organização cultural, bem como à forma que tomou na aparelhagem institucional.

Além de fortalecer discursos nacionalistas, pensa-se que mais dois fatores favoreceram a ampliação dos campos de atuação sociopolítica de Aloísio Magalhães, seriam estes: a alta receptividade (popular) dos trabalhos mencionados e a ênfase nos discursos de cultura nacional como a soma (integração) das manifestações regionais. (LAVINAS, 2014, p. 73)

Dessa maneira, Magalhães constituiu a sua figura como um habilidoso formulador de memórias sociais e atuou como um protetor da nação brasileira, de modo a ser conhecido como um representante da cultura nordestina, que tanto rodeava seus discursos sobre a necessidade de integração regional quanto pontuava o nacionalismo vinculado ao desenvolvimento social da cultura popular. Por isso, como destaca Laís Lavinias, “pensa-se que os discursos e ideias de Magalhães ganham maior visibilidade sociopolítica nos setores públicos, especialmente no cultural” (LAVINAS, 2014, p. 73), ao dialogar acerca dos propósitos de civismo, “com os interesses tanto de grupos militarizados quanto de intelectuais e artistas inseridos no Estado autoritário militar” (LAVINAS, 2014, p. 73), preservando a relativa autonomia desses atores em relação ao direcionamento político empreendido pelo Estado.

Para esse diálogo, Aloísio sabia que o apoio dos meios de comunicação era fundamental e, portanto, usava esse instrumento para valorizar as ações, na medida em que eram divulgadas a nível nacional. Essa divulgação era realizada por meio de publicações dos órgãos dos quais ele dirigia e de entrevistas dadas aos jornais e revistas. Essa estratégia pode ser verificada no livro “E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil” (MAGALHÃES, 1985), publicado após o falecimento de Magalhães, que reuniu várias colocações feitas por ele, recortadas de entrevistas, e que contém suas principais ideias sobre o papel fundamental da cultura no desenvolvimento econômico e social, assim como a sua visão de patrimônio e de pluralidade cultural. Além disso, os seus discursos e entrevistas concedidas na sua passagem no alto escalão

da cultura nacional — da mesma forma que em outras manifestações — são caracterizadas pela defesa da nova política cultural e marcadas pela propaganda de suas próprias ideias a respeito dos constituintes da cultura e da identidade nacional.

Nas inspirações para o futuro, é perceptível como Magalhães estava trabalhando como um articulador imprescindível naquele momento do país, sob desenvolvimento e industrialização. Também é digno destacarmos o papel de Aloísio em contrapor um discurso elitista, fazendo com que as outras culturas (diferentes) tivessem visibilidade. Nessa linha, a sua personalidade como um líder carismático e persuasivo, marcado por ser o ator social a quem se credita o sucesso das políticas culturais desenvolvimentistas do país, ajudava a formar uma ideia de mito fundador da persona de Magalhães em sua passagem pelo setor cultural.

Utilizamos essa publicação (MAGALHÃES, 1985) ao longo desta dissertação como uma maneira de melhor compreender as ideias e dinâmicas realizadas por esse ator social ao se tornar um administrador cultural, tendo em vista que, para ele, a comunicação visual e oral eram indissociáveis. Cabe ponderar que os textos dos pronunciamentos, de entrevistas e de solenidades oficiais somente foram passados para o papel após expostos em discursos públicos. Em concordância, Welbia Dias ressalta que “no período em que esteve à frente da SPHAN e da FNpM, ele concedeu várias entrevistas para jornais e revistas, como o Jornal do Brasil e a Revista ISTO É” (DIAS, 2012, p. 66).

Magalhães soube articular, de forma inovadora, e dar notoriedade para a política de patrimônio, sendo, inclusive, pioneiro na divulgação de tal política nas grandes mídias, fazendo uso de métodos nunca vistos até então. Conforme Botelho, “grande estrategista, Aloísio estabeleceu novos parâmetros de atuação, reestruturando, inclusive, a área federal refazendo os elos com o projeto de Gustavo Capanema” (BOTELHO, 2007, p. 9). Além disso, Magalhães alcançou novos modelos de atuação ao apontar para a opção da dimensão antropológica da cultura e levá-la como referência de sua política.

Neste ponto, ao olharmos para a trajetória desse articulador cultural, podemos encontrar, em seus vários pronunciamentos, que o saudosismo e a perspectiva de um futuro estavam entrelaçados. Devido ao fato de Aloísio ser pernambucano, o Nordeste sempre esteve presente em suas falas, seja em um pronunciamento ou numa entrevista, além dos múltiplos patrimônios culturais não consagrados<sup>33</sup> que existiam na região, de modo que destacava a necessidade de ampliar o olhar para as culturas formadoras do país. Com isso, Aloísio lembrava o fato de o

---

<sup>33</sup> Nos anos 1980, Aloísio Magalhães cunhou a expressão “patrimônio cultural não consagrado” (OLIVEIRA, 2008, p. 127) para se referir a manifestações não reconhecidas até então como bens culturais.

Brasil estar para além dos patrimônios tombados até aquele momento, visando contribuir para que, no futuro, aquele patrimônio fosse valorizado.

Magalhães também transitou em frentes da política cultural nacional, estimulando reflexões sobre as noções de identidade e de cultura brasileiras a partir de perspectivas desenvolvimentistas e regionalistas. Em todo o seu trajeto de atuação socioprofissional dentro do Estado autoritário brasileiro, Magalhães participou de diversos e diferentes trabalhos de construções identitárias, sendo que todos apresentaram noções culturais e históricas baseadas em uma perspectiva de desenvolvimento regionalista centrada na cultura (popular) nordestina. (LAVINAS, 2014, p. 44)

Ao tomar essa dinâmica como uma propaganda de uma construção identitária saindo do convencional, a noção do que abrangeeria o patrimônio se tornava ultrapassada, precisando ser revista, tendo em vista que o país não podia mais ser apresentado como uma cultura elitista — como ocorrera quarenta anos antes — sob a ignorância de certas formas de culturas populares. Por isso, Magalhães almejava “modificar a posição do IPHAN em relação a sair do modo restritivo para ficar do lado da interação e da colaboração com a comunidade” (MAGALHÃES, 1984, p. 120), por meio de ações voltadas para o desenvolvimento, expandindo, pelo Brasil afora, a integração de diversos bens de diferentes segmentos sociais.

Aloísio propôs a inclusão, na renovação das políticas públicas de preservação, das manifestações culturais ligadas às matrizes africana e indígena, bem como a participação das comunidades das cidades históricas contempladas por tais políticas. Sobre seu discurso, Gonçalves aponta uma interpretação onde “o Brasil é apresentado como uma sociedade modernizante, industrializada e altamente complexa” (GONÇALVES, 1996, p. 74). Os órgãos deveriam, portanto, assumir a responsabilidade de intermediar os diálogos entre os agentes culturais e o Estado, “cujos problemas culturais não mais poderiam ser enfrentados e resolvidos satisfatoriamente nos limites institucionais e nos quadros da política tradicional do SPHAN” (GONÇALVES 1996, p. 74).

Ainda analisando o discurso de Magalhães, Gonçalves (1996) aponta que as categorias como “povo”, “segmentos sociais”, “comunidades” e outras eram usadas para objetificar a sociedade brasileira enquanto uma entidade plural, sendo elas protagonistas de sua narrativa e passando a estar presentes na sua fala para simbolizar uma gestão afinada com o contexto da redemocratização. Conforme Gonçalves conceituou, “a categoria ‘povo’ é entendida como o conjunto de diversos segmentos sociais e comunidades locais que compõem a sociedade brasileira” (GONÇALVES, 1996, p. 77). O Brasil, enquanto categoria patrimonial, é visto não apenas como monumentos de “pedra e cal”, mas como uma pluralidade de grupos sociais, segmentos, comunidades e respectivas culturas, formando um quadro marcado pela

heterogeneidade, uma vez que Aloísio acreditava que a homogeneização cultural representava a perda da identidade.

Um ponto ressaltado por Gonçalves (1996) foi o de interrogar sobre quem teria o sentimento de perda, em relação à identidade nacional, já que o patrimônio era compreendido de diferentes maneiras — como, por exemplo, os patrimônios até então preservados se vinculavam à uma elite católica. A cultura popular que passava a ser identificada como patrimônio era a que mais estava em risco, vista como um atraso na urbanização que ocorria naquele período. Era preciso articular mecanismos para que essas diferentes modalidades de cultura das comunidades, representadas no discurso de Aloísio, não estivessem tão cristalizadas, ou seja, “essa perspectiva, delineada a partir de sua gestão no IPHAN, considerava que a preservação do patrimônio histórico só faria sentido se articulada às condições socioculturais presentes e a um projeto de desenvolvimento futuro” (ANASTASSAKIS, 2017, p. 70). Em meio a essa virada no patrimônio cultural, foram antevistos instrumentos de preservação que só viriam a ser institucionalizados a partir da formulação de novas políticas culturais.

Com isso, através da cultura ele busca formular alternativas ao desenvolvimento do país. Percebendo a fraqueza política da área de preservação do patrimônio cultural, Aloísio teria buscado vincular a questão da cultura a áreas politicamente fortes do governo, explorando o potencial econômico dos bens culturais. (ANASTASSAKIS, 2017, p. 76)

Desse modo, a composição dessa tendência modernizadora associou a perspectiva do futuro com a herança do passado, visto que o patrimônio cultural a preservar foi ativado no presente. Assim sendo:

A memória de um “Aloísio inovador” ganha apoio discursivo a partir do momento que Joaquim de Arruda Falcão apresenta o lado “questionador e crítico” de Magalhães, mostrando um homem público brasileiro consciente de sua responsabilidade social e que havia assumido o compromisso de contribuir para o desenvolvimento social de seu país, independente do tipo de regime político que estava à frente do Estado. (LAVINAS, 2014, p. 25)

Lavinas (2014) indica Joaquim de Arruda Falcão, membro do conselho da FNPM, como um dos principais construtores da memória de Aloísio, em especial entre os setores acadêmicos, com diversas análises sobre a atuação dele na política cultural brasileira. Falcão, segundo Lavinas (2014), define a figura de Magalhães como um questionador ou um inteligente articulador do discurso coerente, ou seja, pensamento, discurso e ação.

Em contraponto, para Ortiz, Magalhães “é uma figura típica deste empreendimento, empresário, dinâmico, ele procura se ocupar do que existe de mais tradicional na história”



(ORTIZ, 1985, p. 124). O autor também chama atenção para o arranjo e interpretações sobre a sociedade brasileira de Magalhães, como um único discurso governamental tradicional e administrativo a respeito da cultura. A crítica de Ortiz serve para evidenciar que, mesmo com todo um discurso levantado por Magalhães, não podemos esquecer que ele pertenceu à elite, como homem branco e de família de grandes políticos pernambucanos, e “era membro de uma importante família de políticos do estado, sobrinho de Agamenon Magalhães, interventor, ministro e político do Partido Social Democrata (PSD) de Pernambuco, e de Sérgio Magalhães, político do Partido Trabalhista Brasileiro [PTB]” (OLIVEIRA, 2008, p. 126). Além disso, também destaca as fortes relações de Magalhães com membros do governo durante a ditadura, além de conviver com a urbanização em crescente expansão.

Outro ponto a ser levantado sobre esse administrador cultural é sua leitura sobre a questão da memória nacional, ou o motivo que essa palavra pouco aparece em seu discurso, sendo a identidade nacional a referência mais utilizada. Em entrevista, quando perguntado sobre isso, Magalhães apontou as razões para não chamar de memória: “ela conota uma coisa que é muito estática, como se fosse o repositório parado onde se juntam, se guardam coisas por guardar” (MAGALHÃES, 1985, p. 220) — referindo-se à dinâmica que, para ele, constitui a cultura sempre em movimento, com flutuações sobre a noção. Essa crítica diz bastante sobre as gestões anteriores do SPHAN, quando predominava a noção de “pedra e cal” como um patrimônio monumental que somente deveria ser tombado, sem preocupação e sensibilidade para com os componentes de uma consciência nacional. Entretanto, em outro texto escrito em seu livro, ele disse:

De fato, própria expressão “memória nacional”, largamente divulgada e aceita, busca sintetizar a necessidade de uma ação viva e permanente que assegure não somente a preservação dos valores mais significativos do nosso passado histórico, mas também a justificação dos indicadores que desse passado possam ser identificados no processo de desenvolvimento acelerado que adotamos face aos complexos problemas que enfrentamos como nação emergente (MAGALHÃES, 1985, p. 128).

Assim, a memória nacional, para Aloísio, era construída através de ações e não devendo ser concebida como algo fixo, mas contribuindo para que o Estado, por meio de seus próprios elementos, possa desenvolver o seu entorno, colaborando ao projeto nacional. Havia a intenção de levar ao povo a sensação de pertencimento capaz de auxiliar no cultivo de uma vontade geral de participar da preservação, pois, quando foi estabelecida a relação entre patrimônio e sociedade, tornou-se mais viável promover políticas públicas operando com sucesso. Contudo, para a construção da nossa pesquisa, utilizamos a noção de memória em conjunto com aquela de identidade nacional, tendo em vista que se trata de uma concepção em constante flutuação e

rememoração de elementos formadores, portanto, está mais alinhada com o que procuramos demonstrar no decorrer da pesquisa.

Neste trabalho, reconhecemos que a liderança de Aloísio Magalhães foi fundamental para concretizar um processo gradual de modernização político-burocrática, que foi desenrolado nas políticas patrimoniais e culturais desde o início da gestão anterior de Renato Soeiro, quem se empenhou em diversas frentes para dinamizar as ações públicas culturais de forma a proporcionar o desenvolvimento cultural. Na gestão de Magalhães, passou-se a operar um conceito amplo e maleável de patrimônio cultural, no qual o seu melhor guardião era a comunidade que com ele mais de perto se relacionaria, estabelecendo novos tempos para o tratamento da memória nacional. Aloísio passou a ser visto pelos demais atores do setor cultural como se tivesse preparado, a todo o tempo, para assumir, naquele momento, as responsabilidades que tanto dizia devolver ao país a identidade nacional que carregada. Segundo Gonçalves, a “continuidade e a integração da cultura brasileira são asseguradas por essa trajetória e por um projeto de autonomia cultural, desenvolvimento econômico e democratização política do Brasil” (GONÇALVES, 1996, p. 62).

A primeira reação a tal tendência consistiu na transformação do antigo Departamento de Assuntos Culturais em Secretaria de Assuntos Culturais, ou seja, os “dirigentes recém-empossados da área patrimonial, tendo à frente Aloísio Magalhães” (MICELI, 1984b, p. 30), foram incumbidos a preparar a fusão entre SEAC e SPHAN, em que Aloísio assumiria a direção de ambas, funcionando por apenas dois anos. Logo que ele assume a SEAC, de acordo com Botelho, “o discurso se mantém e a atuação cultural é apenas um dos aspectos de todo um conjunto, bem articulado teoricamente, onde a questão patrimonial é o vetor” (BOTELHO, 2000, p. 114) — essa dinâmica será mais aprofundada no próximo capítulo.

Conforme buscamos apresentar, Aloísio teve um papel de liderança político-cultural fundamental na área do patrimônio. Tal posição proporcionou para ele diversos cargos, de modo a se tornar o administrador com maior alcance político do setor público cultural, o secretário de Cultura, em 1981 e, quando disso, acumulou cargos e ampliou as suas ações para além das frentes patrimoniais. Aloísio era tido e tratado como um futuro ministro da Cultura, sendo chamado dessa forma pela imprensa e em setores do governo, muito embora negasse tal cargo público — como, por exemplo, quando de uma matéria de 13 de janeiro de 1982 da Revista *IstoÉ*<sup>34</sup>, intitulada “cultura, substantivo plural. O quase ministro Magalhães expõe sua utopia” (1982, p. 68). Ele sabia que existiam pontos mais importantes do que um *status* de ministro e

---

<sup>34</sup> CULTURA, substantivo plural. **Revista IstoÉ**, ano 5, n. 284, p. 68, 13 jan. 1982. Arquivo IPHAN.

mirava dispor de instrumentos necessários para tratar a questão cultural com mais propriedade, sobretudo, conceitual e institucionalmente. Esse traço pode explicar, de acordo com Botelho, “sua intensa presença na mídia”, que o fez “reconhecido, na prática, como ministro da cultura” (BOTELHO, 2000, p. 163).

Aloísio Magalhães em sua trajetória interrompida vinha conformando e dando corpo às instituições nacionais para, no futuro, construir o Ministério. Sua morte interrompe o processo. Mas o movimento de oposição à ditadura, os secretários estaduais de cultura e alguns setores artísticos e intelectuais reivindicam que o novo governo democrático, instalado em 1985, reconheça a cultura e a contemple com um ministério singular. (RUBIM, 2012, p. 23)

Para Rubim (2012), a rápida trajetória desse sujeito em poucos anos foi “facilitada por seu dinamismo, criatividade e relações com setores militares. Aloísio criou ou alterou organismos culturais até sua morte prematura em 1982” (RUBIM, 2012, p. 35), enquanto participava de uma reunião da UNESCO em Veneza, para utilizar a sua habilidade como *designer*, configurando um desenho do quadro institucional relacionado com a questão patrimonial e de desenvolvimento no Brasil. No plano político-administrativo, a redescoberta de conceitos por Aloísio Magalhães corresponde à carência de meios para emancipação política e às deficiências existentes, balizando uma política de patrimônio com instrumentos concretos.

Nesse sentido, no capítulo seguinte vamos abordar como se deu a ampliação conceitual a partir da inserção Magalhães, com a emergência de novos conceitos para conseguir alcançar patrimônios que estavam no esquecimento pela instituição. Além disso, iremos analisar as diretrizes que foram formuladas para contemplar as concepções que adentraram o setor cultural junto a uma série de modificações operativas. Logo após, buscaremos apresentar de que forma a integração regional ganhou força e passou a ser apropriada pela instituição, assim como as concepções em torno da diversidade cultural e da ampliação do ideal das cidades históricas como instrumentos de desenvolvimento.

### **3 BENS CULTURAIS E O DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO: NOVOS CONCEITOS, NOVOS OLHARES**

No presente capítulo, abordamos as modificações em meio as políticas para a cultura a partir das ideias de Aloísio Magalhães, as quais deram fôlego para o SPHAN entre os anos de 1979 e 1982. Em específico, tratamos da inserção de um olhar direcionado às ações nas ruínas de São Miguel das Missões, como um reflexo dessa nova fase institucional, do aparecimento da discussão originada no interior do órgão sobre o conceito de “bem cultural” e da dissensão em relação aos seus antecessores sobre o que deveria fazer parte do patrimônio histórico e artístico nacional. Para fins de análise, faz-se digno de nota outro conceito relacionado a este de bem cultural e que deve ser visto em conjunto entre políticas econômicas e culturais, o de “desenvolvimento harmonioso”. Conseqüentemente, os conceitos de bem cultural e desenvolvimento harmonioso formam o binômio da gestão de Magalhães no SPHAN.

Nesse sentido, buscamos também analisar a vertente patrimonial, a qual serviu de horizonte da descentralização operacionalizada na área da cultura e que recaiu sobre a instituição. No recorte temporal escolhido nesta análise, o delineamento de novos olhares sobre os bens culturais não consagrados e a compreensão de que o desenho de uma política patrimonial foi essencial para a integração regional, instigam-nos a pensar que a seleção dos bens culturais contribuiu para reformular os conceitos do setor da cultura e de identidades nacionais.

No que concerne a isso, a diversidade cultural e a participação ativa das comunidades passaram a ser apropriadas como elementos importantes ao novo olhar institucional, bem como a serem levadas em consideração no processo de desenvolvimento do país. Esses importantes aspectos se encaixam, perfeitamente, dentro do espaço de discussão sobre a abertura democrática que ocorria nesse contexto, em que se origina a formulação de políticas culturais visando à diminuição das desigualdades sociais ou regionais e o fomento do processo de democratização da sociedade. É nesse ponto que São Miguel vai se destacar por fazer parte de uma matriz não convencional de cultura valorizada na época.

Para a análise documental desse capítulo, utilizamos os Boletins<sup>35</sup> Informativos da SPHAN/FNPM introduzidos na gestão de Aloísio Magalhães, entre os anos de 1979 e 1982, e editados bimestralmente, com um total de 22 edições. Os boletins se tornaram instrumentos

---

<sup>35</sup> O Boletim SPHAN/FNPM, editado pela instituição a partir de junho de 1979 até março de 1989, com algumas interrupções.

essenciais do grupo intelectual graças à periodicidade na sua edição e distribuição, sendo utilizados como meio de intervenção política e disputas no campo cultural. Welbia Carla Dias (2012) desenvolve sua dissertação<sup>36</sup> acerca das atividades de comunicação dos boletins e a produção editorial institucional, a qual observa:

[...] no período de criação e veiculação do Boletim SPHAN/FNpM que os debates e os movimentos sociais em prol da democratização e das políticas públicas de comunicação se intensificaram no país, pois o Brasil vivia sob o Regime Militar, e que durante a Ditadura haviam sido implementadas as primeiras ações governamentais na área de regulamentação da mídia. (DIAS, 2012, p. 19)

Em suas edições, a publicação apresenta uma seção, ao menos, que apresenta as visitas, pronunciamentos, discursos ou representações da responsabilidade político-burocrático de importantes autoridades do governo no órgão nacional de preservação do patrimônio cultural. O boletim “surgiu nesse novo contexto de discussões sobre a redemocratização política, sobre a democratização da comunicação, sobre o desenvolvimento econômico, tecnológico e social, e de busca da identidade nacional por meio dos valores peculiares de cada cultura (DIAS, 2012, p. 35). Esses boletins servem como fonte principal a todo o capítulo, para traçar as estratégias da construção das políticas e para analisar como elas eram apresentadas pela própria instituição nas suas publicações. Ao passo que:

As matérias publicadas nos editoriais, artigos, nas entrevistas, reportagens, notas ou informes e, ainda, o material fotográfico do Boletim da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM) são uma referência importante para quem busca compreender a produção artística e cultural brasileira e os trabalhos executados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ao longo da década de 1980. (DIAS, 2012, p. 119)

Isso nos faz pensar que os boletins serviriam como um meio de propaganda do Estado, para estimular a aproximação entre governantes e população por meio do discurso de cultura e identidade nacional. Somado a isso, há também algumas edições da Revista do Patrimônio do IPHAN<sup>37</sup>, que nos auxiliam a verificar, por meio de artigos publicados no periódico, como foram as ideias instituídas por Magalhães e outros colaboradores.

<sup>36</sup> DIAS, Welbia Carla. **Boletim Sphan/FNPM**: um espaço de comunicação do Patrimônio Cultural. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>37</sup> Importante ressaltar que a Revista do Patrimônio teve uma pausa na sua edição durante a gestão de Aloísio Magalhães. A edição de número 18 foi publicada em 1978 quando Renato Soeiro ainda era o presidente da instituição e voltou a circular apenas em 1984 na edição 19, com novo formato e novas seções já sob a gestão de Irapoan Cavalcanti de Lyra. Para ver mais sobre a publicação em: RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil. 2012. 216 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

A maioria das matérias publicadas nos boletins não tinham assinaturas autorais e seguiam uma linha editorial ajustada com as expectativas institucionais, na qual a instituição pensa e age procurando sempre mostrar a preocupação do SPHAN com a memória nacional e seus patrimônios no plural, com seus investimentos em obras de preservação em todas as regiões do Brasil e seus sucessos nessas ações. Ao reforçar a percepção de desenvolvimento nacional que se almejava na ditadura civil-militar, esse acervo documental abordou a temática missioneira em muitas oportunidades, assim como celebrou e divulgou as realizações da Secretaria da Cultura, na qual a SPHAN era subordinada. Já na análise da Revista do Patrimônio, os artigos publicados são autorais e, diferentemente do que ocorre nos boletins informativos, não refletem as posições da instituição, mesmo que alguns artigos sejam de autoria de técnicos ou colaboradores.

Com isso, por meio dessas fontes, esperamos estabelecer de que forma ocorreu o processo de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural para os bens culturais. Ambas as publicações editadas pelos SPHAN contaram a história da preservação do patrimônio no Brasil, embora de maneiras diferentes, e deram ênfase às novas ações implementadas.

Nesse sentido, para possibilitar uma maior difusão das diferentes manifestações da cultura brasileira em âmbito nacional e internacional, tendo sempre em vista a salvaguarda dos valores culturais brasileiros, o Boletim SPHAN/FNpM surgiu como uma ferramenta ou meio de comunicação importante para a divulgação e promoção das práticas institucionais e para a compreensão de um período do órgão, repleto de questionamentos em relação as suas práticas institucionais, como também, para a reformulação de alguns conceitos. (DIAS, 2012, p. 70)

Cabe ressaltar que se trata de uma documentação predominantemente elaborada por agentes públicos, dirigida aos seus pares ou aos seus superiores, considerando fazer uma análise dos discursos contidos nos mesmos, das disputas políticas e escolhas de estratégias à valorização patrimonial como instrumento de fomento da identidade nacional. Por outro lado, “o Boletim SPHAN/pró-Memória ficou associado a uma tentativa de aproximar dos gestores do IPHAN as comunidades como também seus funcionários, ao buscar criar um espaço de interlocução” (DIAS, 2012, p. 20) e, portanto, naquele curto período (1979-1982), ele se tornou a principal publicação da instituição.

A seguir, procuramos perceber o redesenho do discurso institucional a partir da concepção de bens culturais que estava sendo apropriada na gestão de Magalhães. Para Isaura Botelho, “ele articulou teoricamente as questões de identidade cultural, desenvolvimento econômico e preservação” (BOTELHO, 2000, p. 98) e foi o responsável por essa virada institucional, em que a política cultural tinha por objetivo “modernizar o tratamento desses

temas, que já faziam parte da política anterior, criando a impressão de que algo novo estava acontecendo” (BOTELHO, 2000, p. 98). Dessa forma, Magalhães pretendia identificar as referências culturais múltiplas que refletem a heterogeneidade brasileira, contudo, para isso, a continuidade na noção de patrimônio histórico e artístico, que vinham desde a criação do IPHAN, precisava ser interrompida.

### 3.1 A EMERGÊNCIA DE NOVOS CONCEITOS PARA O PATRIMÔNIO

A questão que se coloca acerca dos bens culturais emerge como oposta a noção de patrimônio histórico, mas, ao mesmo tempo, também a incorporado, na medida em que patrimônio foi historicamente concebido e visto como a preservação do patrimônio de pedra e cal, muito tradicional e enraizada nos princípios clássicos. Nestor Garcia Canclini (1998) reflete sobre a visão da cultura para todos, ao escrever sobre os desencontros entre modernização social e modernização cultural — que envolve a política, o consumo e a democratização cultural —, chegando na conclusão de que “o sentido dos bens culturais é uma construção do campo” (CANCLINI, 1998, p. 150).

Conforme Maria Cecília Fonseca (1997, p. 151), “tratava-se de revelar um interesse até então não percebido” e, por isso, o conceito de patrimônio necessitava ser alargado, sendo a noção de bem cultural mais abrangente nesse sentido. De acordo com Botelho (2000), o próprio Aloísio reconheceu a dificuldade na definição de “bem cultural”, principalmente num país com as características do Brasil.

A noção de bem cultural tornou-se um conceito mais amplo, completo e elaborado do que patrimônio histórico e artístico, sendo, aos poucos, introduzida no contexto sociocultural do Brasil, transformando a expressão “patrimônio histórico e artístico” em “patrimônio cultural”. A respeito disso, vale ressaltar que esta cultura passou a ser vista como um todo, reunindo muitos bens que formaram a identidade da nação — conforme artigo publicado na 20ª edição da Revista do Patrimônio sob título de “Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso”, em que contém as concepções de Aloísio Magalhães sobre tal noção:

O conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), aos bens da criação individual espontânea, obras que constituem o nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura, teatro), quase sempre apreciação elitista. Aos primeiros deve-se garantir a proteção que merecem e a possibilidade de difusão que os torne amplamente

conhecidos. Deles podem provir as referências para a compreensão de nossa trajetória como cultura e os indicadores para uma projeção no futuro. (MAGALHÃES, 1984, p. 42)

Seguindo a mesma linha dessa conceituação, em outro momento foi inserido, por Magalhães, ao bem cultural “toda uma gama importantíssima de comportamentos ou de fazeres pela sua importância como indicadores de uma formulação de identidade cultural”, isto é, “são bens que precisam ser preservados” (MAGALHÃES, 1985, p. 86). Ele estava buscando discutir com outros setores a importância de rever essa noção, conforme Laís Lavinás nos indica ao dizer que “os debates relacionados às políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro defendiam a necessidade de investimentos em setores de produção cultural e artística” (LAVINAS, 2014, p. 117), ou seja, deveria ter novos olhares. Essa modificação deveria ter início junto ao discurso da instituição, como um movimento que emergia por uma cultura mais integradora. Dessa forma, podemos argumentar que isso também alterou a forma de interpretar e promover o patrimônio missioneiro, sobretudo, referente às ruínas de São Miguel.

Ocorreu que não era possível abandonar a continuidade que havia sido construído nas gestões anteriores, e nem se pensava nisso, mas se reforçava a história da instituição e dinamização de suas políticas, de modo que a preocupação demonstrada por essa gestão era a de que os bens culturais deveriam ir além de monumentos arquitetônicos, elitistas e eclesiásticos. Por sua vez, estes deveriam contemplar elementos da cultura popular, como artefatos da arqueologia e ameríndios, procurando democratizar o processo cultural ao mostrar que a cultura não era hegemônica e deveria ser entendida como plural — problema complexo que deveria ser resolvido na prática da gestão institucional. Segundo Maria Cecília Fonseca, foi o potencial dos bens culturais e seu valor como “instrumento para um desenvolvimento harmonioso” (FONSECA, 1997, p. 163) que constituiu o foco de interesse dos trabalhos desenvolvidos, inicialmente, pelo CNRC e passados para a SPHAN.

Isto é observado no primeiro boletim SPHAN-CNRC-PCH da instituição, em 1979,<sup>38</sup> no qual temos um texto, logo na capa, que inicia com a seguinte frase: “definir o que seja bem cultural implica por princípio numa antidefinição dada a multiplicidade das manifestações que emergem das estruturas sociais formadoras da civilização brasileira”<sup>39</sup>. Tal definições, objetivava chegar em uma noção que aglutinasse tantas situações específicas para defini-las como bens culturais, um exercício que a publicação tentaria realizar por meio de suas edições. Outra noção que vai ser apontada é de cultura:

<sup>38</sup> Boletim da Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Centro Nacional de Referência da Cultura, Programa Cidades Históricas, n. 0, de 1979.

<sup>39</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1979, n. 0, p. 1, (ANEXO A).



[...] entendida aqui como o processo global que não separa as condições do meio ambiente daquelas do fazer homem. Que não privilegia o produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavras – em detrimento das condições do espaço ecológico em que tal produto se encontra densamente inserido.<sup>40</sup>

Assim, a cultura e a educação eram vistas como inseparáveis para a formação dos sujeitos sociais, com formação profissional e erudita em acordo. Na busca da construção desse entendimento, o boletim trazia a memória da criação do órgão e o autor do anteprojeto (Mário de Andrade) para tratar dessa relação entre cultura e educação, colocando: “Mário insistia também num maior entendimento mútuo, num maior nivelamento geral da cultura que a torne mais acessível a todos, e em consequência lhe dê uma validade verdadeiramente funcional” (Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1979, n.º 0, p 2) — compreendendo o saber popular como parte dessa cultura. Rodrigo Mello Franco de Andrade também é mencionado para demonstrar como estava em harmonia com as ideias de Mário, entretanto,

[...] tal como foi definido pelo decreto-lei de 30 de novembro, aquele patrimônio se constitui do ‘conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por se acharem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, que por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfica, bibliográfico ou artístico.’<sup>41</sup>

Na gestão de Rodrigo, deu-se ênfase para os bens arquitetônicos em uma “política de proteção de caráter de emergência”, como citada na publicação, pelo valor dado a essa gestão de salvaguardar monumentos expressivos do país, buscando evitar o desabamento ou perda total, isso fez com que outros patrimônios ficassem descuidados. Portanto, a proposta apresentada no final do texto diz: “diante de uma sociedade em permanente e desigual transformação, num momento histórico diverso, é nossa tarefa procurar adequar os serviços deste Instituto às solicitações do nosso tempo”<sup>42</sup>. Com esse primeiro artigo assinado por Aloísio Magalhães, essa publicação de quatro páginas, mesmo com apenas breves considerações sobre seu direcionamento, seria um primeiro passo para o diálogo sobre o patrimônio cultural brasileiro que estava sendo inaugurado com os boletins.

Surgiu um novo conceito institucional, a partir disso, como um instrumento para superar a ausência de preservação dos bens culturais vinculados às camadas populares, que até então não se enquadravam na escala patrimonial existente responsável por pautar os tombamentos desde a criação de SPHAN. Desse modo, essa publicação seria um primeiro passo para o diálogo que estava sendo inaugurado com os boletins sobre um patrimônio cultural em comum,

<sup>40</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1979, n. 0, p. 1, (ANEXO A).

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1979, n. 0, p. 2, (ANEXO A).

com a fusão do SPHAN junto ao CNRC e o PCH. Portanto, esses boletins criados no momento de fusão tinham como nome SPHAN-CNRC-PCH.

Em entrevista de Aloísio intitulada “Bem cultural é fator de desenvolvimento” procurou tratar de sua consolidação no SPHAN, ao responder sobre quais inovações introduziria: “trata-se basicamente, da superação do velho critério de ‘pedra e cal’ que, de certo modo, predominou durante muito tempo no tratamento do patrimônio histórico e artístico”<sup>43</sup>. No interior da instituição, isso se daria a partir da reforma estrutural e de pessoal. Como temos visto, o conceito de bem cultural foi exposto por Aloísio como ainda restrito aos bens móveis e imóveis, com ou sem valor criativo próprio, quase sempre de apreciação elitista, mas buscando, ao mesmo tempo, mostrar como já haviam avançado nas definições. Tal avanço ocorreu apensar de ainda existir um percurso a ser construído em conjunto entre SPHAN e CNRC para abrir espaço ao que foi compreendido mais tarde como patrimônio imaterial, devido ao alargamento da noção utilizada para a salvaguarda dos bens, “podendo assim assumir a responsabilidade de cumprir a dimensão abrangente de bem cultural contida naquele instrumento legal concebido em 1936”<sup>44</sup>.

Outro tema que se caminhava junto com essa inovação era a cooperação com outras instituições, para que os objetivos de proteção patrimonial fossem alcançados. Nesse sentido, Magalhães disse que “o trabalho de articulação de esforços ou contribuições de diversas instituições é fundamental”<sup>45</sup> e que buscava mobilizar representantes de outros setores do Executivo em um esforço conjunto na busca de soluções dos problemas básicos que encontrará nas cidades do país. Visto isso, o órgão na edição de número dois do Boletim destacou, ao final, como uma “sessão especial”, a visita do presidente-ditador João Figueiredo ao IPHAN (Figura 3), em 12 de novembro de 1979, em comemoração “ao Dia Nacional da Cultura, transcorrido em 5 de novembro”. Na ocasião, Figueiredo foi recebido por Aloísio Magalhães, diretor-geral do órgão, bem como pelo ministro da Cultura e Educação, Eduardo Portella, e Antonio Delfim Netto, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

---

<sup>43</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1980, n. 4, p. 11, (ANEXO A).

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1980, n. 04, p. 11, (ANEXO A).

Figura 3 - Visita do Presidente João Figueiredo ao SPHAN e discurso de Aloísio Magalhães



Fonte: Boletim SPHAN-CNRC-PCH, edição n. 2, p. 15, (ANEXO A).

No seu discurso inaugural da Fundação, Magalhães destacou a “necessidade de preservação da cultura como fator essencial para a formação da nacionalidade”<sup>46</sup>, também fazendo observações a respeito da articulação na criação da Fundação Nacional Pró-Memória com maior participação e conhecimento adequado sobre o uso dos bens culturais, “está no Congresso Nacional o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória”<sup>47</sup>. Na visita foi assinado o decreto que criou, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, antes IPHAN. Além da assinatura da Exposição de Motivos, por Eduardo Portella e Delfim Netto, que tratou da transferência do Programa Cidades Históricas para o IPHAN. Portella afirmou, como referência aos atos assinados naquela visita, que “é hoje matéria de consenso nacional, reiteradamente expressa por diferentes níveis da comunidade brasileira, a importância da preservação da nossa memória nacional”<sup>48</sup>. Estes atos, ainda segundo Portella, davam início a uma nova fase institucional, com o intuito de rever a legislação da atuação do órgão, visto que havia ocorrido reformas administrativas pelo Governo Federal que estabeleceu áreas prioritárias, sendo o patrimônio uma dessas grandes áreas.

Entretanto, Aloísio era enfático no seu discurso e acreditava que “a própria comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”<sup>49</sup>, ou seja, os bens deveriam ser trabalhados para além

<sup>46</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1979, n. 02, p. 15, (ANEXO A).

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1979, n. 02, p. 16, (ANEXO A).

<sup>49</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH 1980, n. 4, p. 11, (ANEXO A)

da recuperação material, estando, assim, em conjunto com ações de valorização, como a educação patrimonial e o turismo. Solange Magalhães (2014), em um relato, relembra como naquele Aloísio foi firme em suas convicções, quando finalizou sua fala “teve um momento de silêncio e daí o Figueiredo aplaude”. As ações de educação patrimonial e turismo eram exemplos viáveis a ser estabelecidos como uma referência a sua perspectiva de um cenário que deixava de ser elitista e se tornava mais próxima à comunidade, para que esta compreendesse a razão de preservar os seus bens culturais. Procurava-se, portanto, relacionar a preservação dos bens culturais com projetos de matriz turística, ou seja, ao passado, de modo a serem usados não apenas como referencial, mas como instrumento para o desenvolvimento, no qual “os elementos do passado interagindo com os do presente e proporcionando uma visão do futuro, se poderá estabelecer de forma harmoniosa a continuidade de nossa trajetória cultural”<sup>50</sup>.

Ademais, quando Magalhães discutiu o conceito de “desenvolvimento harmonioso”, verifica-se que falava dessa premissa dos bens culturais interagindo no tempo com a formulação de programas que se baseiam na criação de riquezas do ponto de vista turístico, um plano de ação econômico e tecnológico. De acordo com Magalhães, naquela época “as políticas econômicas e tecnológicas do país necessitam reinserir os bens culturais nacionais para concretizarmos um desenvolvimento harmonioso” (MAGALHÃES, 1984, p. 40). Assim sendo, ele considerava uma política conceitual de desenvolvimento como a busca de uma síntese harmoniosa e a inter-relação do patrimônio cultural com os recursos econômicos, tornando-os indissociáveis, visto que:

Os programas de desenvolvimento econômico que baseiam a criação de riquezas principalmente na importação de tecnologias relavam-se insatisfatórios, quer pela demora na redistribuição dos benefícios, quer pela gradativa perda de autonomia nacional, a dependência econômica e cultural, a perda do caráter nacional.<sup>51</sup>

Para Marcelo Freitas (1999, p. 83), “o argumento desenvolvido por Aloísio Magalhães, durante sua trajetória institucional, como resposta a esta questão, é que o desenvolvimento do país deveria ser balizado pela identificação e conhecimento dos valores culturais da nação”, considerando que é produzido pelos componentes diversificados da nossa cultura. Nessa mesma linha, Magalhães afirma que “para seu desenvolvimento harmonioso, pressupõe a consciência de um largo segmento do passo histórico” (MAGALHÃES, 1985, p. 44).

Podemos argumentar que, diante dessas transformações conceituais da instituição, também foi alterada a forma de interpretar e promover o patrimônio missioneiro. Nesse plano,

<sup>50</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH 1980, n. 4, p. 11-12, (ANEXO A)

<sup>51</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1980, n. 4, p. 12, (ANEXO A)

as ruínas de São Miguel são inseridas por meio do reconhecimento da necessidade de desenvolvimento econômico das regiões — o qual será abordado mais a frente —, da preservação de suas peculiaridades socioculturais e do caráter multifacetado da cultura nacional. Ao ser questionado a respeito das condições presentes das ruínas de São Miguel e dos projetos em curso para a sua exploração turística e econômica, Magalhães defendeu a ideia de que um país desenvolvido deveria também preservar o seu passado e utilizar ele para o seu crescimento econômico.

Visto que, ao longo das edições analisadas dos boletins informativos, coletamos dados sobre o processo de valorização de São Miguel Missões e de que forma a SPHAN se manifestava sobre tal patrimônio — buscando saber como foram desenvolvidas as ações para esse bem cultural em que a preocupação econômica e turísticas estavam imbricadas nas políticas culturais de preservação e memória —, verificamos na edição dois do boletim, por exemplo, uma nota em sua referência, que fazia parte de um estudo sobre o projeto que estava sendo pautado com a nomenclatura de “Diretrizes para o desenvolvimento de São Miguel das Missões”<sup>52</sup>, em que teria como parecer duas utilizações: as atividades culturais e residenciais. No tocante a isso, era indicada a utilização de faixas de proteção no entorno dos bens culturais, para então serem realizadas ações de valorização dos bens. Isso foi considerado o primeiro passo da investida dessa nova fase da instituição na localidade, em que o olhar para o bem não era apenas como um monumento do passado, mas como parte de um presente que deveria servir de instrumento do desenvolvimento e da integração regional que se fomentava no país.

Ao retomarmos a análise dos conteúdos nos boletins, em sua sétima edição, através de uma entrevista do arquiteto José de Souza Reis na publicação “os monumentos e seus entornos”, podemos observar a defesa da necessidade de adoção de procedimentos mais eficazes no entorno dos monumentos. O arquiteto coloca que “o fato é que nunca se pode considerar a edificação isoladamente. Ela existe dentro de um contexto que lhe poderá ser favorável, simplesmente paisagístico, ou valorizado”<sup>53</sup>, o qual ressalta que essa preocupação já existia desde o decreto-lei de 1937<sup>54</sup>. Também percebemos como suas sugestões estavam voltadas para uma reformulação das políticas internas e com grande influência de políticas internacionais em relação aos bens, tornando-se, assim, mais eficaz e acarretando um planejamento urbano.

<sup>52</sup> Abordaremos no próximo capítulo, quando tratarmos da valorização do bem e da formulação de diretrizes locais.

<sup>53</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 07, p. 17, (ANEXO A)

<sup>54</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 6 dez. 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 12 de mai. 2020.

Em vista disso, a mudança nas políticas de preservação e na concepção do uso dos bens culturais é resultado de várias transformações ocorridas durante a década anterior<sup>55</sup>. As transformações dos bens culturais em instrumento no processo de desenvolvimento são vistas com dois pontos iniciais: o primeiro seria a revitalização do IPHAN na perspectiva idealizada no anteprojeto de Mário de Andrade<sup>56</sup> e a dinamização do órgão já existente, passando a cobrir mais bens culturais; no entanto, o segundo diz respeito a uma política administrativa e governamental como um todo, tratando-se de pensar os problemas de modo interdisciplinar, entre as várias frentes ministeriais — “Isto significava ter consciência de que a questão cultural, embora perpassasse todas as áreas governamentais, não tem condições e não deve assumir sozinha a responsabilidade de resolver todas as interfaces de um problema colocado (BOTELHO, 2000, p. 105). Para entender melhor a comparação das ideias de ambos, Freitas pontua:

No pensamento de Mário de Andrade, nota-se uma ênfase nos aspectos artísticos do patrimônio cultural. Ele não vinculou diretamente a questão da cultura nacional a um modelo de desenvolvimento econômico e social, o que, por outro lado, Aloísio Magalhães fez. Este vinculou a questão da cultura nacional a um modelo, a um projeto de desenvolvimento. (FREITAS, 1999, p. 73)

Importante destacarmos que, quando se apoiou nas ideias de Mario de Andrade em seu anteprojeto para a preservação do patrimônio histórico, Aloísio Magalhães retoma e atualiza os novos rumos que almejava para as políticas culturais. Conforme Isaura Botelho, ele “alargou a ação do IPHAN e passou a adotar mecanismos de ação que aprofundassem as relações do órgão com as comunidades dos núcleos históricas, instaurando um sistema de diálogo permanente entre eles” (BOTELHO, 2000, p. 95) e, conseqüentemente, buscou conscientizar o governo e a sociedade por meio de ações práticas para além do patrimônio histórico. No discurso de Aloísio, o objetivo era afirmar a pluralidade e a diversidade cultural no Brasil, além de instrumentalizar a cultura em vista do fornecimento de indicadores para um desenvolvimento harmonioso (FONSECA, 1997, p. 167).

À medida que o processo somava novos componentes da cultura, questionamentos acerca dos referenciais da nação foram levantadas pelo gestor do SPHAN, tais como: de que forma a nação brasileira, naquele momento, pretendia ser retratada? Como os bens culturais representam os componentes de sua identidade? Como harmonizar uma cultura que era plural?

---

<sup>55</sup> Podemos citar, a título de exemplos, o Compromisso de Brasília (1970), o Compromisso de Salvador (1971), os Anais do II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil (1973), assim como a Política Nacional de Cultura (1975).

<sup>56</sup> O anteprojeto de Mário de Andrade desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para o seu tempo. Ao reunir em um mesmo conceito unificador manifestações eruditas e populares — patrimônio histórico e artístico nacional —, afirma o caráter ao mesmo tempo particular/nacional, o qual merece proteção.

Nesse ponto, no artigo de Benedito de Lima Toledo (1984), na edição vinte da “Revista do Patrimônio”, sobre o bem cultural e a identidade nacional, o autor parte da ideia de que a busca pela preservação da identidade nacional é o principal objetivo das políticas de proteção dos bens culturais e de sua representatividade social. Segundo ele, “a representatividade nasce, pois, da consciência da coletividade. Há edifícios que contam o passado ao presente” (TOLEDO, 1984, p. 29), onde esse “contar o passado ao presente” significa informar como os bens foram produzidos e como foram integrados à identidade nacional. Assim, discutir as políticas de cultura se fez essencial para o desenvolvimento de um modelo de política satisfatório.

Para o modelo de desenvolvimento proposto por Magalhães, deveria existir sempre à luz dos valores próprios da nação e, como ele apontou, “os programas de desenvolvimento econômico que baseiam a criação de riquezas principalmente na importação de tecnologia revelaram-se insatisfatórios” (MAGALHÃES, 1984, p. 40). Desse modo, para Aloísio, não haveria desenvolvimento sem a vivência a qual os bens culturais carregavam, isto é, não se poderiam importar as políticas de outros países europeus — em que a trajetória dos bens foi concebida de forma diferente e com uma infraestrutura pensada para o turismo e o conhecimento de valores — se estamos seguindo a definição de um modelo de desenvolvimento autônomo e garantindo a manutenção de nossa identidade nacional. Por conseguinte:

Os bens culturais são trabalhados para que revelem suas dimensões do valor econômico, seja através do turismo ou pelo fornecimento dos instrumentos para se criar soluções adequadas ao desenvolvimento nacional. Uma abordagem totalmente inovadora que possibilitou, ainda, a reelaboração da dicotomia erudito/popular, sendo possível conferir o status de “patrimônio histórico e artístico nacional” a bens representantes de grupos marginalizados ou minorias. (LAVINAS, 2012, p. 14)

A identificação dos bens culturais por meio das políticas culturais seria reintegrada na trajetória do país em ações práticas com orientações voltadas para o turismo e o estímulo. Para tanto, os bens culturais não deixaram de ser um instrumento para a formulação de políticas de desenvolvimento cultural e econômico. Com essa premissa, apresentamos a hipótese do conceito de desenvolvimento harmonioso que foi lançada por Aloísio Magalhães. Segundo ele:

Se a perda de identidade cultural, e o empobrecimento que isto representa, se impõem à reflexão dos estudiosos das áreas humanísticas, mais importantes ainda é que os formuladores das políticas nacionais estejam persuadidos de que não haverá desenvolvimento harmonioso se na elaboração das políticas econômicas não forem levadas em consideração as peculiaridades de cada cultura. (MAGALHÃES, 1984, p. 40)

Ou seja, o desenvolvimento harmonioso e sua capacidade de gerar valor econômico deveriam estar incluídos nas formulações das políticas públicas patrimoniais, onde “as ações da política cultural do governo federal deviam se voltar prioritariamente não só para o

atendimento das necessidades culturais, como também levar em consideração as necessidades econômicas e políticas dos grupos sociais” (FONSECA, 1997, p. 158). Entretanto, era necessária uma mediação entre as representações de cultura popular e o interesse nacional, preocupando-se em agregar referências de bens culturais de modo a enquadrá-las no planejamento econômico e social promovido pelo governo, seja através do turismo ou pelo fornecimento dos instrumentos para se formular políticas adequadas ao desenvolvimento nacional.

Para a SPHAN/FNPM havia a necessidade de conectar a história missioneira ao dia a dia dos habitantes locais, fazendo-lhes adotar a “causa” de sua promoção internacional. Ao que parece, dada a ênfase nessa questão, esperava o instituto que a promessa do “desenvolvimento” ajudasse a contornar a ausência de “ressonância” do projeto integrador junto à população local. (LOYOLA, 2016, p. 120)

Além disso, era ressaltada a garantia da visibilidade da região e pautas para o turismo cultural para que fossem realizadas ações de valorização do bem. Da mesma forma, a situação de conservação do patrimônio em São Miguel não era somente um problema discutido entre os técnicos, representantes dos poderes públicos e comunidade local, mas, “com a popularização do patrimônio das missões, como referência para a identidade rio-grandense, promovia a reivindicação de cidadãos de fora visando a preservação” (MARCHI, 2018, p. 133). É digno de nota que, por meio das investidas, São Miguel estava entre as prioridades regionais, fazendo parte do plano de desenvolvimento harmonioso do Brasil.

Outro dado interessante a ser mencionado diz respeito, especificamente, a essa mudança estrutural e a relação com o Executivo. Especificamente do governo de Figueiredo com o órgão, pois, no seu discurso na cerimônia de posse da Fundação Pró-Memória, realizada no Palácio do Planalto, Aloísio Magalhães falou que nesse momento tão adverso “o país volta a olhar para si próprio”<sup>57</sup> e Figueiredo concordou ao dizer: “eu acho que há uma coisa que está adormecida que precisa ser desperta no Brasil”<sup>58</sup>. Com isso, podemos ver como a instituição coloca a figura do presidente-ditador como favorável às questões de cunho nacionalistas, além de preocupado com o patrimônio para uma abertura democrática.

A posse de Magalhães também é exaltada como “uma filosofia de trabalho com dois suportes básicos”<sup>59</sup>, sendo a noção de bem cultural o primeiro e, o segundo, a noção de tempo. Respectivamente, esses suportes básicos já foram apresentados ao longo do texto, o primeiro de forma clara, uma vez se tratando de um conceito central para nossa análise, e o segundo

<sup>57</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1980, n. 5, p. 8, (ANEXO A).

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1980, n. 5, p. 7, (ANEXO A).



como um ponto que perpassa o primeiro conceito, de modo a auxiliá-lo, conforme aponta Gonçalves ao afirmar que “o tempo cultural não é cronológico” (GONÇALVES, 1996, p. 75). Nesse debate, a tese de Reinhart Koselleck (2006) acerca do “espaço de experiência” e “horizontes de expectativa” são bem-vindas, “pois são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam o passado e futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 308). Essas categorias são capazes de entrecruzar o passado e o futuro, como também equivalem às de espaço e tempo, podendo ser definidas como: “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006, p. 309), ou seja, a história é sempre concebida como conhecimento de outras experiências. A expectativa é, ao mesmo tempo, ligada à pessoa e ao interpessoal, realizada no hoje, sendo o futuro presente, voltada para o ainda-não, para o não experimentado e para o que apenas pode ser previsto — “A visão receptiva ou curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem” (KOSELLECK, 2006, p. 310). Por um lado, não são conceitos simétricos complementares, por outro, experiência e expectativa possuem diferentes formas de ser.

Assim, a questão que devemos compreender é “nesse sentido que a tarefa da preservação do patrimônio cultural brasileiro em vez de ser uma tarefa de cuidar do passado é, essencialmente, uma tarefa de refletir sobre o futuro”<sup>60</sup>, ou seja, “o passado desempenha um papel essencial em uma nação concebida como um processo ininterrupto de transformação e cujo futuro tem de ser construído” (GONÇALVES, 1996, p. 75), mas o futuro é apresentado como o presente, endossando a representação de que o projeto nacional vigente colocava o país no futuro. “Não se propõe alternativa, não se pode ter um sem a outro, não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 307). Portanto, essas categorias servem ao autor como instrumentos para lidar e tematizar o tempo histórico, por serem entendidas como “a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções” (KOSELLECK, 2006, p. 313). Neste sentido, é manifestado que existe uma mobilização de um espaço de experiência, ou seja, experiências coletivas que serão lembradas a partir da projeção de futuro para os bens culturais. Em que a instituição de salvaguarda dos bens vai se valer dos espaços de experiências para moldar o horizonte de expectativa do patrimônio brasileiro, com a reestruturação conceitual e administrativa, quando se passa a incluir um coeficiente de mudança que desenvolve como o tempo.

Ademais, a trajetória institucional do SPHAN, neste período, mostra-nos uma renovação da prática preservacionista, sobretudo, da memória da nação. Naquele momento, a Fundação

---

<sup>60</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 17, p. 14, (ANEXO A).

Pró-Memória se encaixaria dentro do que se buscava na sociedade civil e nos órgãos estaduais e municipais de preservação, cuidando de toda parte operativa desta política em construção e exercendo maior influência, externamente, à estrutura. Desse modo, a partir da sexta edição do Boletim Informativo ocorre uma mudança na nomenclatura, passando a ser SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA, buscando “refletir esse espírito e esse trabalho”<sup>61</sup>, como a própria publicação faz referência na capa da sua expectativa:

Esse é o nosso sexto número e com ele completamos um ano de existência. Acreditamos ser um bom momento para refletir [...]. Muita coisa ocorreu nesses meses, a principal, talvez, aquela que nos obriga a trocar de nome. Começamos, em junho de 1979 (nº 0), como IPHAN, e exatamente naquele momento dava-se início ao processo de fusão do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional com o Centro Nacional de Referência Cultural e o Programa de Cidades Históricas [...] da qual nasceram a SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória. [...] O boletim, que passa então a se chamar SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA. [...] sua proposta de servir como veículo de todos que, de uma forma ou de outra, se preocupam, lutam e trabalham pela preservação do patrimônio cultural do país.<sup>62</sup>

Devido à nova estrutura institucional e a fusão que havia sido noticiada na edição anterior, observamos que as transformações foram em dois níveis: o primeiro quanto aos objetivos da SPHAN e o outro quanto aos seus recursos para atender seus objetivos, os quais tiveram, por sua vez, a tiragem ampliada de sete mil para doze mil exemplares.

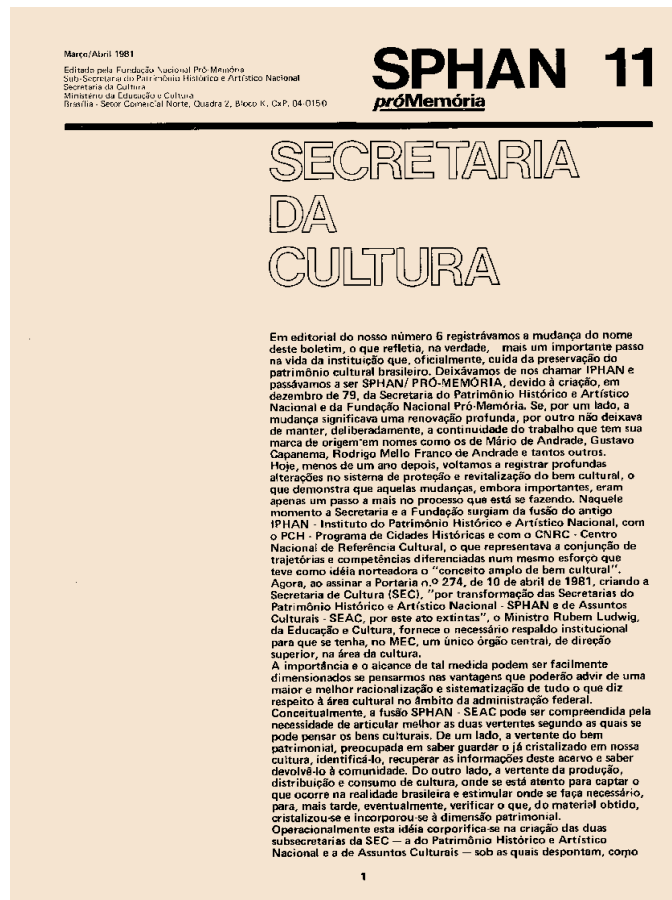
Para tratar dessa mudança no sistema de proteção dos bens culturais, a SPHAN dedica o 11º boletim, para demonstrar como foi no ano de 1979 e o que ainda se pretendia fazer para esse campo, em busca de uma democratização institucional. Nesse texto, é possível constatar a tentativa de apresentar uma visão de como os membros da SPHAN estavam pensando em um “passo à frente” e como isso era importante, colocando: “se por um lado, a mudança significava uma renovação profunda, por outro não deixava de manter, deliberadamente, a continuidade do trabalho”<sup>63</sup>. Dessa maneira, a criação da Secretaria da Cultura foi a grande notícia dessa edição, mostrando que o próximo passo foi dado para o fortalecimento do sistema de proteção de bens, com a fusão de SPHAN-SEAC e o surgimento das vertentes operacionais.

<sup>61</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 6, p. 1, (ANEXO A).

<sup>62</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 6, p. 1, (ANEXO A).

<sup>63</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 11, p. 1, (ANEXO A).

Figura 4 - Boletim SPHAN/FNPM - edição nº11.



Fonte: Arquivo IPHAN, (Anexo A).

Na capa desse boletim (Figura 4), temos o apontamento de que a criação da SEC é um marco na trajetória da política cultural no Brasil, momento em que “voltamos a registrar profundas alterações no sistema de proteção e revitalização do bem cultural”<sup>64</sup>.

Não basta mudar os nomes das instituições e seus organogramas. Muitas outras coisas são necessárias e entre elas, apontaríamos a competência de atuação, a determinação de fazer, a continuidade da ação, a interdisciplinaridade e a interinstitucionalidade no trabalho, e o estreito relacionamento com as comunidades envolvidas, além, naturalmente, dos recursos financeiros.<sup>65</sup>

Nesse sentido, foi apontado árduo o trabalho e carecido de muitas áreas, desde as áreas administrativas às financeiras, como aqueles referentes às comunidades. Era preciso ter consciência do desafio que iriam enfrentar para fazer as políticas culturais um instrumento de proteção dos bens culturais e, portanto, “o reconhecimento dos bens patrimoniais pressupõe

<sup>64</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 11, p. 1, (ANEXO A).

<sup>65</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 11, p. 2, (ANEXO A).

uma tomada de decisão que visa garantir sua proteção, conservação e preservação por intermédio de instrumentos legais, que viabilizem o registro ou tombamento, dependendo da tipologia do bem” (PELEGRINI, 2018, p. 89).

A dinâmica que estava sendo instituída e tratada neste 11º boletim — objeto de discussão da próxima subseção — é a moldura institucional em processo de construção, a partir do conceito fundamental que veio a ser o de bem cultural e que abrange mais aspectos, para além do patrimônio monumental. Essa política cultural ressaltava a necessidade de projetar as questões em escalas diferentes de poder estatal e integrar as diversidades regionais, em que os municípios e estados passariam a ter papel indispensável.

O problema do patrimônio, como é descrito na manchete do boletim, aparece em outra matéria, em que se aponta a necessidade de organizar seminários para discutir sobre o assunto.

A intenção da presente matéria é a de apresentar um painel sobre a formação e a postura profissional do arquiteto no Brasil diante da questão da preservação do patrimônio arquitetônico nacional. A ideia surgiu após visitas de alguns universitários à SPHAN, em busca de informações e orientações [...] na maioria dos casos, perdidos nos descaminhos de uma bibliografia quase inexistente, de uma – também quase inexistente – orientação acadêmica.<sup>66</sup>

Esse problema era visto tanto entre os técnicos da SPHAN quanto entre os universitários e, na tentativa de solução, centrou-se no conceito de bem cultural introduzido pela Fundação Pró-Memória, uma vez que os cursos universitários buscavam o engajamento do patrimônio em seus currículos, de modo a suprir os *deficits* existentes. Segundo Botelho (2000, p. 95), “a organização de seminários temáticos se tornou o instrumento principal de abordagem dos problemas de preservação”. Os bens culturais se tornam os vetores de contingências históricas que sofreram do esquecimento do Estado e que deveriam ser recuperados para, assim, se construir uma importante dinamização da ideia de patrimônio cultural.

Isso nos leva a perceber como essas transformações conceituais em torno da ampliação da noção de patrimônio cultural para a de bens culturais, ocorridas no período pesquisado, foram imprescindíveis para o modelo proposto de um desenvolvimento harmonioso e como elas culminaram em novas estruturas das instituições da cultura, assim como em diretrizes operacionais e na proteção de bens culturais não-consagrados.

---

<sup>66</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 11, p. 3, (ANEXO A).

### 3.2 A VERTENTE PATRIMONIAL E A DESCENTRALIZAÇÃO OPERACIONAL

Ao examinar o novo vetor da estrutura institucional (a descentralização), a vertente patrimonial servirá como mote para a instituição, aparecendo em artigos das edições dos boletins e nas revistas que ilustram a nova estrutura. Torna-se importante trazer essa nova estrutura para ver como a expansão de superintendências regionais de SPHAN estava engajada com os novos projetos, como o exemplo da criação da superintendência do Rio Grande do Sul e um escritório em São Miguel das Missões. Contudo, ao retomarmos a ampliação na estrutura administrativa do SPHAN, nos deparamos com alguns pontos que vão ser orientados a partir do documento intitulado “Diretrizes para operacionalizar a política cultural do MEC”, de 1981, os quais carregam um apanhado de linhas que a cultura deveria seguir, sob a direção de Aloísio Magalhães, de maneira mais democrática, mesmo o país estando sob o regime ditatorial. O documento serviu como um guia para as instituições culturais, que, a partir de suas diretrizes, se deveria pensar os próximos passos da preservação dos bens culturais. Cabe lembrar que, naquele momento, a Secretaria do Patrimônio estava em expansão junto aos estados e municípios, além da ampliação no seu quadro técnico para ser capaz de desempenhar a proteção dos bens culturais.

Verificamos que a localização dos bens culturais preservados acompanhou o processo de transformações ocorridas dentro da área cultural, especialmente daquela denominada patrimonial, bem como serviu ao discurso nacionalista do governo durante o período analisado, pontuando avanços importantes nas políticas públicas; porém, sem esquecer as dificuldades no momento de promoção dessas políticas nas localidades e nas relações com as populações. Isso ocorreu porque a SEAC seguia duas “linhas mestras de sua política: a institucional e a comunitária” (ORTIZ, 1985, p. 119), o que levava a uma crítica dos novos integrantes da SPHAN de qual cultura estava entendida como comunitária, em referência ao elitismo.

A publicação da entrevista realizada com o assessor da direção-geral do SPHAN, Irapoan Cavalcanti de Lyra, trata das modificações ocorridas no sistema de defesa do patrimônio cultural, presente na sexta edição do boletim da instituição. O assessor faz críticas à antiga maneira como o órgão vinha administrando seus recursos dentro dos objetivos que deveria cumprir e os quais eram estabelecidos *a priori*. Cabe destacar que, desde o fim da década de 1970, a trajetória da constituição do próprio IPHAN nos mostrou seu histórico e visão técnica da instituição a respeito do lugar de fala sobre o patrimônio brasileiro. Com isso, houve a necessidade de rever o sistema de como aplicar uma formulação válida que atendesse aos objetivos e resolvesse por meio do desenvolvimento de “instrumentos legais que fossem

reconhecidos e legítimos para garantir a proteção dos bens culturais” (FONSECA, 1996, p. 154).

Outro ponto relevante para nossa pesquisa, e referido na entrevista, seria acerca da descentralização administrativa do IPHAN, que se caracterizou, na entrevista, como uma crítica sobre como tudo era centrado no diretor-geral do órgão, sobre maneira que fora conduzida por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nesse sistema centralizado tudo passava por ele, cada assinatura necessária ou pagamento mínimo precisava passar pelas mãos da administração geral, o que tornava tudo mais lento e burocrático, como apontado por Irapoan. Para superar essas dificuldades, uma das primeiras medidas da nova gestão foi criar recursos para as diretorias regionais.

Contudo, uma pequena nota no 13º boletim trata da divulgação de uma ação que ocorreu através de uma Portaria, assinada por Aloísio como secretário da Cultura, sobre as Diretorias Regionais. As novas estruturas da SEC já aprovadas no ano anterior: a mudança da 9ª Diretoria Regional para 10ª DR do Rio Grande do Sul e Santa Catarina mencionada como parte das novas resoluções, segundo Magalhães (1985, p. 137), “às quais competirá executar as atividades das subsecretárias em suas respectivas jurisdições”. Vemos aqui como foram divulgados os trabalhos de Magalhães em sua nova função e como isso teve impacto no IPHAN desenvolvimento de suas políticas estruturais.

Observamos como a instituição no número 5 dos Boletins Informativos, através de uma chamada destaca a 9ª Diretoria do SPHAN/Pró-Memória, responsável pelo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, próspera em menos de dois anos de sua criação, em 1979, e que contava com uma representação local. Com os dizeres (Figura 5) da “presença do SPHAN no sul do Brasil”<sup>67</sup>, a instituição cita suas realizações, entre as quais se encontrava São Miguel: “está em fase final de elaboração o trabalho de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de São Miguel”<sup>68</sup>. Também informa o andamento da elaboração do projeto de diretrizes para o desenvolvimento junto a cidade (Figura 6), visto que a formulação de um plano de uso, ou de plano de salvaguarda, é elemento essencial para a preservação e uma garantia de eficácia. Essa ação deveria estar na base das propostas de intervenção no bem cultural e levar em conta a participação da comunidade envolvida.

---

<sup>67</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1980, n. 5, p. 1, (ANEXO A).

<sup>68</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1980, n. 5, p. 2, (ANEXO A).

Figura 6 - Capa Boletim SPHAN/FNPM- edição nº5



Fonte: Arquivo IPHAN, (ANEXO A).

Figura 5 - Boletim SPHAN/FNPM- edição nº5, p. 2



Fonte: Arquivo IPHAN, (ANEXO A).

Com esse aspecto, os trabalhos, para terem início, estavam sendo pensados cuidadosamente pelo risco de desabamento das ruínas, “a fim de proteger a ambientação das ruínas daquele antigo povoado jesuítico”<sup>69</sup>. Além desse caso específico, essa edição também mostra que estão ocorrendo novos tombamentos pelas demais regiões do país.

Nesse novo contexto institucional, o aspecto que devemos esclarecer é de como a divisão proposta para duas vertentes culturais aparecem no documento, reforçando a proposta operacional. Conforme Botelho, “se de um lado é necessário proteger, apoiar e recuperar as informações contidas no patrimônio cultural brasileiro, tornando-as acessíveis à comunidade, de outro se reconhece a estimular o desenvolvimento” (BOTELHO, 2000, p. 118). Isso ocorreu considerando o desenvolvimento como a busca da síntese harmoniosa, produzida pelos componentes diversificados, e mesmo paradoxais, da nossa cultura<sup>70</sup>. Portanto, concebe-se, como base, uma visão de conjunto sobre o fazer cultural para a comunidade de modo a estimular o alcance do desenvolvimento completo do país.

<sup>69</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1980, n. 5, p. 2, (ANEXO A).

<sup>70</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1980, n. 04, p. 12, (ANEXO A).

Como temos visto, a questão do desenvolvimento aliada à cultura é fortíssima nas “Diretrizes para operacionalização do MEC”, trazendo ainda a ideia de políticas formuladas desde os anos 1970. A elaboração desse documento foi um pedido do Ministério da Educação e Cultura à Secretaria da Cultura e se desenvolveu em algumas etapas de discussão em um seminário, realizado em Brasília entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro de 1981, decorrendo para a síntese representada em suas 24 páginas. O documento se divide em três partes: considerações básicas, princípios operacionais e linhas programáticas, respectivamente. Na folha de rosto expõe que sua finalidade era de:

a) planejar, coordenar, supervisionar e executar a política cultural e as atividades do fazer cultural, em âmbito nacional; b) coordenar e supervisionar o inventário, classificação, tombamento, conservação e restauração de monumentos, obras, documentos e demais bens valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico e artístico existentes no país, bem como o tombamento e proteção do acervo paisagístico o país; c) prestar cooperação técnica e financeira às Unidades Federadas e instituições públicas e privadas. (BRASIL, 1981, p. 2)

O documento seria o resultado do encontro entre as diferentes áreas de competência da SEC, dentre elas: SPHAN, SEAC, Biblioteca Nacional, Coordenação de Museus e Casas Históricas, EMBRAFILME, Fundação Casa Rui Barbosa, Fundação Joaquim Nabuco, FUNARTE, FNPM, Museu Imperial e as diretorias regionais da SEC, no intuito de elaborar uma reflexão e uma proposta de trabalho sobre o processo cultural brasileiro.

Nesse aspecto, no cabeçalho do documento já é evidenciado a reforma administrativa iniciada a partir das ideias de Magalhães e que tomaram mais fôlego com a sua entrada na Secretaria da Cultura. Segundo o documento, “a Secretaria da Cultura, órgão central de direção superior do MEC, criado por transformação das Secretarias do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e de Assuntos Culturais” (BRASIL, 1981, p. 2). A transformação da Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC) em Secretaria da Cultura (SEC), em abril de 1981, por meio da Portaria n.º 274, foi feita durante gestão do ministro da Educação e Cultura, o general Rubem Ludwig. De acordo com a SPHAN, “a importância e o alcance de tal medida podem ser facilmente dimensionada se pensarmos nas vantagens que poderão advir de uma maior e melhor racionalização e sistematização de tudo o que diz respeito à área cultural no âmbito da administração federal”<sup>71</sup>.

Dessa maneira, originou-se uma única e forte frente cultural que defenderia o bem cultural em suas diversas manifestações, a Secretaria de Cultura, a qual era considerada uma transformação profunda nas estruturas do Ministério da Educação e Cultura. Conforme Lia

---

<sup>71</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 11, p. 1, (ANEXO A).



Calabre (2009), essa era uma demanda antiga do CFC<sup>72</sup>, cujo primeiro presidente, Josué Montello, já discursava acerca da construção de um sistema Nacional de Cultura, que envolveria a separação e criação de um Ministério da Cultura<sup>73</sup>.

De acordo com Sergio Miceli (1984b, p. 30), “os dirigentes recém-empossados da área patrimonial, tendo à frente Aloísio Magalhães, revidaram, reivindicando também para o antigo IPHAN o status de secretaria”. Assim, a criação desse órgão central de direção superior no MEC destinado à cultura representou, na ocasião, o reconhecimento e a importância dada a esse campo no âmbito das políticas públicas e, “conceitualmente, a fusão SPHAN-SEAC pode ser compreendida pela necessidade de articular melhor às duas vertentes segundo as quais se pode pensar os bens culturais<sup>74</sup>. Para Aloísio Magalhães (1985, p. 135), “a definição de uma nova política cultural por parte do MEC vinha se delineando, ultimamente, no que diz respeito a uma redefinição de competências institucionais no âmbito do próprio Ministério”. Deve ser ressaltado que, anteriormente a isso, quando Aloísio Magalhães assumiu a SEAC em 1980, recebeu do ministro a missão de preparar uma fusão entre ambas as secretarias (SEAC e SPHAN), já que estava acumulando dois cargos como gestor.

A essa altura, o jeito era desistir de contar com o apoio dos institutos e fundações que, da perspectiva dos mentores da Seac, tendiam a enxergar o MEC como mero intermediário para repasse de recursos ou, então, como agência governamental que pagava bom preço pelos serviços que viessem a prestar ao próprio ministério. O pessoal da Seac procurou implementar as novas diretrizes - "descentralização", "democratização", "deselitização", "planejamento participativo", eis algumas das palavras de ordem - através dos chamados "projetos exemplares", a serem implantados nos estados, mormente nos mais carentes. A meta era o atendimento das "populações de baixa renda", em cooperação com as secretarias estaduais de cultura. A maneira privilegiada de atuar era "fazer a cabeça do pessoal das secretarias que seriam responsáveis pela absorção e realização dos projetos". Esse esforço de aproximação se concretizou através de reuniões com os funcionários das secretarias estaduais e de visitas periódicas do pessoal técnico da Seac aos estados. Sem poder dispor do trabalho de equipes pertencentes a entidades do MEC, que só estavam dispostas a tanto mediante a celebração de convênios remunerados, foram contratados como autônomos sociólogos, arquitetos e economistas de fora do MEC. (MICELI, 1984b, p. 30)

Isso resultou no ano seguinte, como já mencionado acima, na criação da Secretaria da Cultura, sendo as secretarias transformadas em subsecretárias, em que cada uma delas

<sup>72</sup> Conforme Lia Calabre (2009) o CFC havia sido criado em um período de ausência de um órgão executivo central no MEC para o setor cultural, mas com a criação da SEAC caberia ao CFC formulação da Política Nacional de Cultura e exercer função normativa que assegurasse a observância a referida política. Posteriormente com a criação da SEC, o Conselho passou por um enfraquecimento político, devido à transferência de muitos programas para as novas instituições culturais, perdendo a centralidade, embora se mantivesse em funcionamento até sua dissolução decretada em 1990.

<sup>73</sup> Evento que só ocorreria durante o processo de redemocratização em 1985, pelo decreto n.º 91.144 do presidente José Sarney.

<sup>74</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 11, p. 1, (ANEXO A).

continuou com suas respectivas áreas de atuação. A SEC era dividida em duas vertentes — a patrimonial e a da produção cultural —, sendo que “as instituições ligadas à promoção da produção cultural, dedicadas a atividades como cinema, teatro e música, ficariam abrigadas na Funarte e essa se subordinaria à Secretaria de Assuntos Culturais” (LAVINAS, 2014, p. 179). Por outro lado, as atividades de vertente patrimonial do SPHAN ficaram sobre guarda da Fundação Pró-Memória. Para Magalhães (1985, p. 134), “essa divisão por vertente era nítida, de caráter metodológico”, criando-se bases institucionais para os seus estabelecimentos desde meados de 1975. A explicação para essa divisão é posta por Magalhães da seguinte forma:

De um lado, a vertente do bem patrimonial, preocupada em saber guardar o já cristalizado em nossa cultura, buscando identificar esse patrimônio, recuperá-lo, preservá-lo, revitalizá-lo, referenciá-lo e devolvê-lo à comunidade a que pertença. Do outro lado, a vertente da produção, circulação e consumo da cultura, voltada para a dinâmica da produção artística nos vários setores, no qual se está atento para captar o que ocorre na realidade brasileira e estimular onde for necessário, para mais tarde, eventualmente, verificar o que, do material assim obtido, cristalizou-se e incorporou-se à dimensão patrimonial. (MAGALHÃES, 1985, p. 135)

Nesse relato de Magalhães acerca da cultura brasileira, temos o registro de um ator que procurava democratizar o processo cultural, combatendo as hegemonias e buscando valorizar as comunidades. Por meio da sua estratégia político-administrativa, Magalhães conscientizava as pessoas a respeito do que costumava definir na frase: “a cultura brasileira não é eliminatória, é somatória” (MAGALHÃES, 1985, p. 19). Dessa maneira, ele trazia suas ideias para o centro das políticas públicas da cultural e priorizaria a defesa da memória nacional. Segundo Joaquim Falcão (1984a), Aloísio trata da política de preservação e democracia, a qual se pretende como parte da política cultural de uma nação. A democratização, como um desafio, apresenta algumas questões para a elaboração dessa política e, posteriormente, sobre a separação das vertentes:

Como definir uma política de preservação que seja culturalmente abrangente e socialmente representativa da nação brasileira? Como evitar a preservação elitista e regionalista? Como evitar que a experiência cultural de apenas um segmento social se consolide como uma expressão da cultura nacional? (FALCÃO, 1984a, p. 45)

Dessa forma, o desenho de uma política patrimonial deveria ser uma soma dessas indagações, além de contar com a participação popular na salvaguarda dos bens culturais e na implantação de programas e projetos. De acordo com Joaquim Falcão (1984a, p. 45), “a prática de preservação patrimonial deve contribuir para a prática da democracia”, de modo que a relação entre a burocracia estatal e as populações se torne comum, alcançando o objetivo da política de preservação.

A participação das populações visadas pelos idealizadores dessas políticas patrimoniais partia da ideia de que elas apenas se efetivariam, na prática, por meio do debate público. Na medida em que a eficácia das políticas de preservação estaria relacionada à memória e, por consequência, a população passaria a ter o maior senso de responsabilidade, por se sentir representada. Isso ocorreria no sentido em que “a preservação patrimonial não é ato unilateral. É ato de convivência: entre a burocracia estatal e as populações. De convivência de democrática” (FALCÃO, 1984a, p. 46). Falcão afirma, portanto, que dificilmente se conservaria uma cidade histórica ou um bem cultural apenas pela vontade e força do princípio burocrático-estatal existente, ou seja, sem um mínimo de colaboração da população, tal ação seria completamente sem sentido. No Brasil, a atuação solitária do SPHAN estaria reduzida ao idealismo e trabalho de técnicos.

Assim, a mudança na estrutura institucional da SEC se mostrou, mais uma vez, relevante para o sistema de preservação, com níveis de diálogos junto aos órgãos estaduais e municipais e uma autonomia da burocracia diante das novas demandas e interesses.

Nesse sentido, a ação institucional tinha um objetivo político em sentido amplo, pois visava a incluir manifestações desses grupos sociais não apenas no patrimônio histórico e artístico nacional, como também em outras esferas da vida social, organizadas a partir da cultura valorizada pelas classes mais favorecidas e que detinham o controle dos instrumentos de poder. (FONSECA, 1996, p. 162)

Na medida em que a redemocratização da cultura avançava como uma questão nacional diante do autoritarismo vivido, o horizonte da cultura brasileira se mostrava mais dicotômico, com novos objetos para sua preservação e com experiências históricas renovadas, de modo a se deter a novas pautas. Ao mesmo tempo, com a inclusão de novos patrimônios, os problemas que envolvem as suas preservações se ampliam e, desse modo, diretrizes passam a ser estabelecidas. Conforme Renato Ortiz, o discurso do secretário da Cultura do Ministério foi claro quando considerou a ação comunitária uma “opção política” (ORTIZ, 1985, p. 123). Portanto, foi preciso levar em consideração isso ao analisar as mudanças nas políticas e estrutura institucional, tratando-se de outra possibilidade de intervir em uma esfera da vida social e econômica, por meio de ações junto a cultura popular.

Não obstante, daremos prioridade para a análise do processo de formulação e do meio político que a produz, não avaliando apenas seu resultado, mas quais eram os mecanismos para democratizar o campo cultural, mesmo em um período autoritário. Além disso, levamos em consideração como isso serviu de instrumento para a ditadura civil-militar. Se por um lado não se pode pensar como fórmulas prontas, por outro, era preciso ter consciência da dimensão dos desafios e possibilidades desse novo instrumento de política cultural, não esquecendo a

realidade brasileira. Portanto, as nossas questões centrais são: o que era visto como vital para a questão nacional ao nível cultural? Em segundo lugar, qual preservação passou a ser apropriada pela cultura para maior representatividade social?

Por tudo isso, a reforma na área da cultura, sobretudo, na preservação patrimonial, diz respeito à orientação para a participação da comunidade na elaboração de legislação em seus níveis estaduais e municipais, proporcionando a segurança do direito à representatividade social. Segundo Maria Cecília Fonseca (1997, p. 165), “formulou-se, assim, uma proposta de democratização da política cultural que, durante a década que se seguiu, foi um mote sempre reiterado nos discursos produzidos pelos órgãos culturais públicos e privados, federais, estaduais e municipais”. Posterior a essa reorganização inicial na recém-criada Secretária da Cultura, foram articulados novos propósitos a partir de seminários que resultaram no compromisso com a democratização, buscando evitar decisões burocráticas sobre os bens culturais e estímulos a integração nacional.

No mesmo ano de criação da SEC foi elaborado um documento intitulado “Diretrizes para operacionalizar a política cultural do MEC”, que, em seu principal objetivo, buscava dar orientações para que a população pudesse participar do processo de elaboração e construção do produto cultural brasileiro, inclusive das políticas culturais dedicadas ao patrimônio histórico e artístico nacional. Segundo Maria Cecília Fonseca (1997), podemos entender tal mudança como uma modernização do conceito de patrimônio e dos instrumentos de preservação.

A SPHAN<sup>75</sup> apresenta as novas diretrizes da Secretaria da Cultura (SEC/MEC) (Figura 7) que definem as linhas das ações contidas nas “Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC”, elaboradas durante um seminário de 31 de agosto a 2 de setembro em Brasília, e detalha vários itens do documento. Este documento é uma afirmação e conceituação de uma cultura ampla e abrangente, como podemos observar no seguinte trecho do boletim: “no entender do secretário da Cultura do MEC [Aloísio Magalhães], o documento servirá como marco inicial da adoção de uma nova política cultural para o país que, segundo explicou, deverá estar calcada nas duas grandes vertentes do bem cultural”<sup>76</sup>, que, e igual modo, constituem o discurso de Aloísio em dois pilares, do setor cultural e dos bens culturais.

<sup>75</sup> Boletim da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Pró-memória, n.º 14 de 1981, (ANEXO A).

<sup>76</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 14, p. 7, (ANEXO A).

Figura 7 - Boletim SPHAN/FNPM- edição nº14, p.7.



Fonte: Arquivo IPHAN

Deste modo, tem a intenção de mostrar como esse documento é mais um passo no almejado desenvolvimento harmonioso. Como apontado por Botelho (2000, p. 114), “a preferência de Aloísio Magalhães pela vertente patrimonial se expressou nitidamente em diversos momentos de sua atuação enquanto dirigente da área cultural”. Entretanto, Magalhães também chama a atenção para os perigos da moderna indústria cultural, que pode dividir e privilegiar certa cultura. Ainda de acordo com Botelho: “enquanto o secretário militava em todas as frentes que permitissem visibilidade ao setor cultural, internamente ocorriam mudanças que certamente alimentaram o debate dentro das instituições e cujo grande momento foi o da formulação da política de sua gestão” (BOTELHO, 2000, p. 116).

As diretrizes elaboradas refletiam a estratégia da ditadura na área da cultura, em que o Estado se propunha atuar como mediador do fazer cultural até as comunidades, por meio da política cultural estatal. Logo, a primeira parte do documento, denominada “Considerações Básicas”, é fundamental para nos apresentar um horizonte a respeito das transformações dos discursos de representação dos conceitos de cultura e de identidade nacional. Em seu primeiro parágrafo, é apresentada “a conceituação ampla e abrangente de cultura, entendida como todo sistema interdependente e ordenado de atividades humanas na sua dinâmica” (BRASIL, 1981, p. 2). Essa ideia de ampliação do que deveria ser considerado cultura é definida como um processo global em que não se separam condições de interação entre os bens culturais

impregnados de valor simbólico e as manifestações em processo. A cultura brasileira seria constituída justamente desse modo.

É, portanto, preciso perceber que a preservação dos bens culturais transcende sua simples permanência como valor histórico e/ou artístico, pois neles podem ser encontrados indicadores para uma posição projetiva capaz de garantir ao desenvolvimento nacional uma fisionomia autêntica, fundada sobre elementos próprios do nosso sistema cultural. Em outras palavras, é evidente a necessidade de serem considerados na política de desenvolvimento socioeconômico os indicadores culturais, sobretudo indicadores no fazer popular. (BRASIL, 1981, p. 3)

A segunda parte do documento tem como título “Princípios para Operacionalização” e é dividida em oito tópicos, são eles: descentralização, interdisciplinaridade, inter-relação das duas vertentes, reconhecimento da pluralidade cultural, interação das diferentes culturas, valorização dos bens culturais não consagrados, proteção do produto cultural brasileiro e devolução. Ao realizarmos a análise de cada tópico desse documento, observamos que eles são complementares e que seus objetivos seriam alcançados em conjunto, não sendo possível fazê-los separadamente.

Para dar início à nossa análise, a descentralização não é vista apenas como uma fragmentação ou um mecanismo de operacionalização, mas como uma maneira das políticas culturais dialogarem diretamente com as realidades regionais brasileiras, partindo da ideia de que a diretriz seria uma ferramenta de articulação entre os níveis de estrutura do governo (município, estado e união) e tendo como objetivo o estabelecimento de um diálogo entre cultura brasileira, ou, por assim dizer, uma comunicação entre os contextos culturais existentes no Brasil. Segundo o documento: “nesse sentido, estabelecer a descentralização é alimentar uma sistemática de comunicação entre os diferentes contextos culturais existentes no Brasil” (BRASIL, 1981, p. 4). Essa primeira competência é vista com máxima importância para o desenvolvimento entre as experiências das instituições e as dos cidadãos que convivem com o bem cultural.

Quanto à interdisciplinaridade, notamos como os trabalhos orientados pelas vertentes direcionariam a estrutura para o desenvolvimento da descentralização, visando a obtenção de resultados mais completos e buscando identificar quais as diferentes áreas de conhecimento em que os mais diversos profissionais deveriam ser inseridos para pensar a cultura e os meios de promovê-la, com uma valorização da complexidade cultural através da soma de diferentes abordagens.

A inter-relação das duas vertentes vai nos ser de especial importância, para compreendermos como, a partir dessa divisão, ocorreu alterações no comportamento institucional. Com o surgimento das duas vertentes, apesar de terem estruturas próprias, elas

deveriam se comunicar, e, no caso da vertente patrimonial, a Fundação era a responsável por isso.

Com relação ao reconhecimento da pluralidade cultural, o documento vai dizer que: “de modo a possibilitar a emergência de suas diferentes manifestações reconhecendo-se que também as culturas marginalizadas, além de influenciar, devem ocupar seu lugar na trajetória cultural brasileira” (BRASIL, 1981, p. 6). Dessa forma, notamos a preocupação de trazer esses olhares para as margens, de criar referenciais da cultura e de suprir uma lacuna da identidade nacional que estava no esquecimento nas instituições de proteção aos bens culturais.

A interação das diferentes culturas é um outro ponto em que percebemos a direção que estava se encaminhando a conjuntura das instituições culturais. Com o estímulo à preservação, à produção e à difusão cultural, das quais todas as regiões deveriam ter o mesmo tratamento em empenho, os monumentos de origens portuguesas da região sudeste deveriam dividir espaço com as demais regiões do país para a formação da identidade nacional, seguidos da valorização dos bens culturais ainda não consagrados. Estes surgiram, naquele período, para designar os bens culturais que não integravam o escopo do patrimônio nacional e trataram de formular novos critérios para a valorização e proteção dos bens, os quais merecem o reconhecimento dos seus valores históricos e artísticos.

Os bens culturais são vistos para além do seu valor histórico, alegava-se que neles podem-se encontrar os indicadores para uma ação projetiva, capazes de garantir o autêntico desenvolvimento do país, pois este seria pensado a partir dos elementos de seu próprio processo cultural. (LAVINAS, 2012, p. 181)

O próximo tópico nos leva a pensar como a proteção do produto cultural brasileiro deveria ser estimulada, sempre com interesse de valorizar a cultura brasileira, embora ela não pudesse ser vista como única. Ao buscar fortalecer os aspectos regionais, somados ao que temos analisado, também se almejava a construção da força necessária para que o governo autoritário se mantivesse no poder. A atribuição de responsabilidades entre os níveis envolvidos, com estímulos à formulação da legislação de proteção e preservação, bem como a criação de instrumentos, partiria do desenvolvimento de tecnologias para a difusão dos bens culturais, de modo a agilizar sua aplicação. O documento perpassa os órgãos do Executivo, a área cultural, as entidades privadas e, sobretudo, a população.

Entretanto, o uso desse instrumento burocrático cultural possuía o intuito de promover a devolução dos bens culturais à população, como apontado pelo último tópico do documento. Além disso, também era considerado o princípio de estimular a produção e a preservação do bem cultural, com a criação de canais adequados para assegurar a participação da comunidade,

promovendo “a ativação dos mecanismos existentes de registro e circulação dos bens culturais” (BRASIL, 1981, p. 10).

É possível notar o discurso nacionalista percorrendo todo o documento de maneira suave, tornando-se mais evidente na parte final. No início, o discurso contido é mais voltado para a questão da promoção da igualdade e da inclusão social por meio da preocupação com os bens culturais, passando a ideia de valorização dos diversos contextos que formam Brasil e destacando a preocupação de inseri-los por meio de suas manifestações culturais e participação comunitária. Em outros trechos, também são ressaltados a importância da difusão cultural, dando prioridade para as ações nas escolas e nas universidades. A questão do desenvolvimento aliado à cultura é fortíssima nas páginas do documento, sobretudo, na forma de estimular a participação da comunidade nesse processo, visto como uma parceria essencial para a constituição de um desenvolvimento harmonioso.

A terceira parte do documento trata das “linhas programáticas” sugeridas nas diretrizes, divididas em: estímulo à criação, produção e difusão cultural; preservação dos bens culturais em sua dinâmica; interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país; formação de recursos humanos na área cultural; captação, guarda, fluxo e uso de informações relativas à cultura no sistema SEC/MEC. Com relação ao estímulo à criação, produção e difusão cultural, o documento estava reunindo ações destinadas a essas áreas, que deveria levar em conta especificidades locais e regionais, bem como os diferentes contextos de desenvolvimentos. Entre essas ações, temos:

Estimular e apoiar o desenvolvimento de tecnologias próprias que viabilizem a produção e difusão dos bens culturais; [...] iniciativas experimentais no campo da criação cultural; [...] estimular a formulação e o aprimoramento de legislação que vise à proteção aos bens culturais, à produção cultural e à autoria, bem como a criação de instrumentos que agilizem sua aplicação. (BRASIL, 1981, p. 9)

Promover essas iniciativas visava o aprimoramento de mecanismos legais de fiscalização e controle que assegurassem a proteção cultural. Essas medidas tiveram como objetivo possibilitar a relação entre as atividades de produção do mercado cultural e a valorização da cultura, com ênfase na difusão dos bens culturais. Assim, a próxima linha programática, denominada de “preservação dos bens culturais em sua dinâmica”, compreende as ações voltadas para os estudos e apreensão de referências básicas da cultura, por meio de procedimentos de preservação dos bens culturais nos contextos em que estão inseridos, buscando despertar interesse das comunidades. Essas as ações foram direcionadas para:

Identificar, estudar, compreender, estimular e apoiar as manifestações culturais que reiteram e ampliam o repertório simbólico brasileiro; [...] o conhecimento técnico



imerso e enraizado em grupos sociais ou estratos socioculturais específicos; realizar levantamentos de bens culturais, inclusive aqueles que se encontram no exterior, considerando-se as formas específicas de valorização das diferentes culturas que compõem a nacionalidade brasileira. Deste trabalho deverá resultar registro e/ou inventário que atende para a contextualização passada e presente desses bens culturais; encarar a preservação do patrimônio cultural como fator de promoção e harmonização do crescimento urbano, na medida em que se devem compartilhar os interesses desse crescimento com as raízes culturais que lhe deram origem. (BRASIL, 1981, p. 11)

Contudo, nas últimas páginas, o documento apresenta o discurso da identidade nacional, configurando o seu caráter nacionalista. Na seção intitulada “Captação, guarda, fluxo e uso de informações de conteúdo no sistema SEC\MEC”, observamos a evocação do discurso da memória nacional viva e indispensável, como justificativa para apoiar as propostas até então apresentadas no documento e efetivar o desenvolvimento da dinâmica cultural brasileira. Essa linha é entendida como projetiva nas demais linhas programáticas e, em concordância a Laís Lavinias (2012, p. 182), “ocorre o incentivo à implementação de projetos que sejam voltados para a conservação das memórias e registros culturais em níveis do local e regional”. Nesse sentido, a memória teria a função de referencial e de descrição da dinâmica cultural brasileira. As ações das linhas programáticas deveriam ser desenvolvidas objetivando:

Estimular a implantação, a nível local e regional, de projetos experimentais diretamente voltados para a preservação de memórias e registros culturais, ou que subsidiariamente contribuam para este fim; sistematizar o apoio e acompanhamento, por parte da SEC, desse gênero de projetos; estimular atividades locais que vem sendo desenvolvidas, nos diferentes setores da SEC e das entidades supervisionadas, com referência à guarda e ao fluxo de informação de conteúdo. (Brasil, 1981, p. 18)

Nessa linha é considerada a memória em suas diversas formas, desde a memorização por uma contínua e significativa reiteração ou apropriação de símbolos; os acervos memorizados; os sistemas de coleção e registro; uma memória como estrutura eficientemente voltada para o presente e o futuro; até a memória da cultura, descrita como a mais importante. Essas formas foram utilizadas para ter o referenciamento e descrição da dinâmica cultural brasileira.

O documento “Diretrizes para operacionalizar a política cultural do MEC” foi visto como um novo modelo de gestão a seguir, no qual a descentralização era prioridade da SEC/MEC. Como apontado por Botelho (2000, p. 168-169), “internamente ela significa a transferência das responsabilidades de decisão para as áreas, ao invés de centralizá-las nas mãos da direção executiva, externamente implicava uma maior articulação com as outras instâncias”. Ademais, em concordância Lavinias (2012, p. 180), “as diretrizes de operacionalização da política cultural, neste momento, refletem a estratégia do governo para fragmentar os conglomerados oposicionistas ao regime, formados no âmbito da sociedade civil”.

A SPHAN enfatiza a grande preocupação contida nas diretrizes, a qual consistia na devolução dos bens culturais para a população brasileira — considerado um elemento democrático. Nesse sentido, aponta que o objetivo fundamental da institucionalização dessa vertente era a articulação entre os diversos níveis, que corrobora um sistema de comunicação entre o SPHAN e as diretorias regionais. A descentralização que estava sendo colocada em curso não era para ser tomada como uma fragmentação ou mecanismo operacional, mas a partir de novos níveis que possibilitariam alcançar novos lugares e que seriam capazes de colocar em prática as ações. Nesse sentido, a SEC/MEC encarava “a preservação do patrimônio cultural como fator de promoção e harmonização do crescimento urbano, na medida em que se devem compartilhar os interesses desse crescimento com as raízes culturais que lhe deram origem”<sup>77</sup>. Temos, portanto, a referência ao valor cultural e o seu entorno, prevendo a interação com a educação básica e tendo como objetivo levar o aprendizado sobre os valores dos bens culturais próprios da comunidade.

Por fim, conclui com uma visão esperançosa para o futuro da cultura e dos bens culturais, demonstrando a importância das instâncias externas ao eixo federal para que os objetivos das diretrizes sejam alcançados e propondo que a capacitação de pessoas seja fundamental para a finalidade das ações. Ao mesmo tempo, a matéria problematiza tal capacitação em decorrência do modo como foi aplicado em São Miguel, com muitos profissionais de diversas áreas e com muitas pesquisas de pós-graduação desenvolvidas no período. Dessa forma, cultura e educação evidenciaram também sua indissolubilidade.

Uma vez que, em São Miguel, as diretrizes apareceram primordialmente nas questões relacionadas à consolidação e à valorização do bem cultural — como ilustra grande parte dos boletins analisados no Anexo A, dessa dissertação —, o processo de valorização da cidade será investigado no capítulo seguinte desta dissertação. Contudo, aqui já constatamos que durante o período investigado (1979-1982), o periódico trouxe inúmeras publicações com a temática sobre a valorização/consolidação de São Miguel, mostrando, em sua maioria, de forma positiva como esse processo seria de grande valor para o desenvolvimento regional, assim como para o estabelecimento de relações internacionais, tendo a UNESCO como intermediária e visando o relacionamento entre os países do MERCOSUL, para que fossem efetivadas ações conjuntas. Observamos que o número elevado de matérias acerca do bem cultural missioneiro demonstram a sua importância junto aos órgãos da cultura das cidades históricas em destaque.

---

<sup>77</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 14, p. 8, (ANEXO A).

Em paralelo, a análise da trajetória e reestruturação das políticas para o patrimônio dentro do campo da cultura aparecem de forma recorrente, mostrando o surgimento de novas instituições, suas fusões e como as responsabilidades foram distribuídas com a entrada de Magalhães e outros colaboradores. Ademais, podemos observar como a ascensão de Aloísio na SEC/MEC e a publicação das diretrizes impactaram no redesenho da estrutura cultural e no seu aparato burocrático, além do fato das vertentes passarem a dispor suas funções às diretorias regionais. Entretanto, também devemos ressaltar que os boletins não tratavam exclusivamente desses temas, assim como apontar que “a política institucional de preservação do patrimônio cultural dos anos 1980 procurou estudar, documentar e divulgar distintas realidades brasileiras, investigando as suas formas de expressão e a importância para o desenvolvimento do país” (DIAS, 2012, p. 121). Como é possível notar, teremos edições nas quais estes temas não apareceram, ao passo que em outras edições ambos os temas poderiam ser encontrados na editoração.

As políticas culturais exercem um papel fundamental de referência teórico-discursiva no período estudado, tendo em vista o fato de serem construídas de forma a valorizar o regional e a participação de outros níveis de proteção dos bens. Logo, a SPHAN no 15º boletim traz uma nota informativa de que os estados estariam apoiando as diretrizes para a política cultural apresentada na edição anterior.

De todo modo, a partir da documentação apontada anteriormente, uma crítica pode ser feita com base nas diretrizes, pois, no documento analisado, se ilustra parte do diálogo entre as políticas de defesa do patrimônio cultural brasileiro, mostrando como essa vertente era pressuposta para um fortalecimento estatal diante das diretrizes gerais da cultura nos anos finais da ditadura e início da redemocratização.

Ao considerar os anos anteriores da ditadura, marcados pelo contexto de organização do aparelho repressivo do Estado, falar de uma política de preservação patrimonial era um passo além de mecanismos formais. Representado pelo SPHAN, os interesses múltiplos no interior do aparelho do Estado tornavam rotineira a prática de tomada de decisões internas e da execução de ações impositivas. Devemos também considerar a representatividade do patrimônio oficial em relação à diversidade cultural, o valor econômico das ações práticas e de que forma iriam refletir em outras esferas para além da Secretária da Cultura. De acordo com Aloísio Magalhães (1985, p. 137), “não há desenvolvimento harmonioso”, assim como “nem se faz uma nação forte se, na elaboração das políticas econômicas do país, não são consideradas as variáveis culturais e o papel que aí desempenha o sistema educacional”. Essa discussão começou no interior do SPHAN e posteriormente passou para a SEC, mas foi projetada para ir de encontro

com outras formas de desenvolvimento nacional, significando que a educação, o turismo e o desenvolvimento urbano tinham que estar articulados.

Paralelamente, um reflexo dessas mudanças nas políticas de preservação e de memória é que a discussão também foi abordada junto ao poder legislativo a nível nacional, com a instauração do que ficou conhecido com a CPI do Patrimônio. No ano de 1980, foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados “destinada a investigar a situação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Avaliar a Política do governo federal para sua defesa e conservação (MARCHI, 2018, p. 124), levando as políticas para outro lugar de discussão e contendo questões como a diversidade cultural, a relação de perda da identidade nacional e a atuação do SPHAN.

Segundo a SPHAN: “A CPI foi requerida pelo Deputado Fernando Coelho, eleito seu relator, sob a justificativa de que monumentos históricos e artísticos que deveriam ser cuidadosamente preservados correm risco de desaparecer”<sup>78</sup>. O relator apontou que os debates levantados buscavam evidenciar a situação real em que se encontra o patrimônio do país, mostrando que a Comissão seria favorável para chamar atenção sobre a gravidade encontrada. Uma vez que, para reverter o cenário do patrimônio cultural no Brasil, era preciso que a sociedade brasileira atuasse de forma consciente sobre a importância de preservar a identidade cultural que se encontrava ameaçada. Os depoimentos de especialistas de diversas áreas endossam a situação, conforme Darlan Marchi (2018, p. 124):

A CPI do Patrimônio teve como depoentes alguns profissionais como os diretores do IPHAN, Arquivo e Biblioteca Nacional, além de prefeitos de cidades históricas, que discutiram os problemas relativos a infraestruturas, estado de conservação dos monumentos e acervos, mas, também, a política cultural nacional.

Aloísio Magalhães foi o primeiro a depor, em 23 de abril de 1981<sup>79</sup>, e, seu depoimento aparece como coerente, exaltando a história da constituição do IPHAN e o trabalho que foi desenvolvido por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Contudo, outro aspecto observado no texto é que Aloísio demonstrava preocupação em relação ao processo acelerado de desenvolvimento brasileiro e à possível perda de identidade nacional devido à importação de outras culturas e aceleração na urbanização do país. Em depoimento, Magalhães expõe:

Nós, diante da aceleração do processo brasileiro de desenvolvimento, que põe em risco, como está pondo em risco, a nossa autenticidade, a nossa verdade, o nosso perfil

<sup>78</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 16, p. 1, (ANEXO A).

<sup>79</sup> Parte desse depoimento pode ser encontrado 16º boletim acima citado e em seu livro intitulado “E Triunfo?” (MAGALHÃES, 1985).

de identidade nacional, temos que mobilizar tudo a partir desses componentes pretéritos, para chegarmos a uma ação mais efetiva, mais forte.<sup>80</sup>

Em seu depoimento para a CPI, também ocorreu explicações de Magalhães sobre a nova estrutura da Secretária da Cultura e suas duas vertentes. Dessa forma, ele buscou demonstrar que as duas instituições estavam seguindo um mesmo caminho, com objetivos que se complementavam. Ainda conforme o depoimento:

Essas duas vertentes são apenas da ação e, principalmente, da guarda patrimonial. Na verdade, tanto uma como outra carecem de interligação, e seria, em tudo, bom, saudável, que a estrutura cultural fosse comandada por uma estrutura única, que mantivesse justamente esse balanço, esse equilíbrio entre o que é mais patrimonial e o que é mais ação do bem, pela passagem que existe, inexoravelmente, do bem criado, filtrado pelo tempo e que passa a ser bem permanente.<sup>81</sup>

Por assim dizer, a criação dessa estrutura era para que fosse efetivada a descentralização proposta no documento das diretrizes operacionais, a qual estava centrada na égide das subsecretarias criadas, responsáveis pelo sistema de descentralização e, conseqüentemente, por subsistemas locais para os bens culturais. Completando a análise, Magalhães coloca que “não é possível num país desse tamanho, dessa complexidade, a forma centralizada de ação apenas de um comando distante do fenômeno”, ou seja, “é preciso distribuir isso. Mas é necessário não se confundir descentralização com atomização ou fragmentação”<sup>82</sup>. Esse é um discurso que aparece em várias ocasiões, tanto em texto de outras edições dos boletins como em documentos referentes às políticas culturais, onde o Brasil tem de ser pensado como múltiplo e somatório de culturas regionais. Nessa lógica, o controle das ações deve ser distribuído, embora essa estrutura não seja para dismantelar o Estado, mas uma prática para fortalecer a identidade nacional e cultural, para além dos grandes centros urbanos. Tal distribuição busca estimular os estados e os municípios a criarem suas estruturas de proteção cultural, para “quem está próximo do bem cultural”, isto é, “quem está ligado ao bem cultural, é, verdadeiramente, quem deveria cultivá-lo. De forma que essa centralização é absolutamente fundamental”<sup>83</sup>.

Não obstante, na abordagem das questões debatidas na CPI e nos esclarecimentos prestados por Aloísio Magalhães, o discurso se encaminha para o caso de São Miguel, relatando os ocorridos na região das Missões. O deputado José Alcebíades<sup>84</sup>, apresentando-se como

<sup>80</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 16, p. 2, (ANEXO A).

<sup>81</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 16, p. 2-3, (ANEXO A).

<sup>82</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 16 p. 3, (ANEXO A).

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> Ex-prefeito de Santo Ângelo, que exercera seu mandato no município entre os anos de 1974 e 1977. No decorrer do seu mandato como prefeito, ocorreram articulações para a criação da infraestrutura turística em São Miguel, assim como conflitos com o IPHAN referentes à demolição de quiosques em forma de ocas indígenas que a prefeitura havia construído e o projeto para a implementação do espetáculo de Som e Luz.

“representante de uma região histórica do Rio Grande” (MAGALHÃES, 1985), questiona Magalhães sobre qual a participação do Sul no esquema de planejamento de cidades históricas. Mais especificamente, qual seria a participação de São Miguel e se esta cidade se enquadra no Programa Cidades Históricas. Outro questionamento dizia respeito à segunda etapa do programa, tangente à chegada de verbas esperadas para a restauração das ruínas. Por último, Aloísio foi questionado sobre os boatos que circulavam a partir dos estudos iniciais da UNESCO, que, semelhante à cidade de Ouro Preto (MG), São Miguel também poderia ser candidata a lista de patrimônio mundial.

A resposta de Aloísio Magalhães inicia com uma exaltação da forma democrática que aquela reunião estava acontecendo, por tratar de um dos “pilares da diversidade, da riqueza da nossa nação em termos do seu patrimônio cultural” (MAGALHÃES, 1985, p. 195). A seguir, há uma longa explicação sobre os processos de intervenções para a preservação das ruínas, realizadas desde os anos 1920, relatando detalhes da situação de São Miguel naquele momento: “o fato é que São Miguel, não diria que está fora de perigo, porque o perigo sempre existe, mas está sendo cuidado” (MAGALHÃES, 1985, p. 197). Isso se refere ao fato de que, desde as primeiras obras de consolidação, as ruínas estão em constante manutenção estrutural e o tempo cronológico age como uma ameaça contra elas. Cabe destacar que, naquele momento, dava-se início a um projeto de estabilização da estrutura, com amparo da UNESCO e de tecnologia.

Outro ponto na fala de Aloísio Magalhães para o deputado em questão, usando o caso de São Miguel das Missões, referia-se ao problema da distância existente entre as instâncias de gestão e as necessidades de serviços. No entanto, Magalhães não ofereceu as respostas às perguntas do ex-prefeito e deputado sobre as questões de investimentos financeiros que proviriam do PCH. Em seu depoimento à CPI, ele citou o PCH como um mecanismo de viabilização da descentralização das políticas patrimoniais, ao inserir cidades periféricas por meio do turismo e ter o patrimônio como atrativo.

Ao responder sobre o estágio avançado de contatos diplomáticos para uma futura candidatura de São Miguel à lista da UNESCO, Magalhães procurou conscientizar a Comissão Parlamentar acerca das dificuldades existentes em relação ao estado de conservação no qual se encontravam as ruínas. Por sua vez, o deputado missioneiro demonstrava um discurso de enaltecimento dos valores dos gaúchos — nesse caso, dos missionários —, ao dizer que essa candidatura seria “uma oportunidade feliz” e que “a comunidade esperava ansiosa”, devido às verbas que viriam a serem aplicadas em São Miguel para o desenvolvimento do bem cultural e seu entorno, objetivando revalorizar, buscar uma nova função social e um “valor de uso” (CHOAY, 2001).

Seguindo o desenrolar e posterior término da CPI do Patrimônio, um ano após a sua instauração. O relator apontou as restrições que foram estabelecidas às investigações, as quais poderiam ter se aprofundado com o auxílio de mais depoimentos. Entretanto, elas possibilitaram aberturas de canais de comunicação com a Câmara dos Deputados sobre o tema patrimonial, de modo que “a Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo ouvido os depoimentos, incorpora sugestões e recomendações de técnicos e especialistas no sentido da preservação do patrimônio histórico e artístico”<sup>85</sup>.

A falta de protagonismo dos municípios nos processos históricos, no que se refere ao Programa Cidades Históricas, levou o relator da CPI a destacar como indispensável a ação governamental em todos os níveis, mobilizando recursos, procurando obter colaboração do setor privado e estímulo turístico. Por certo, não esquecendo que “esses esforços só terão efeitos duradouros quando a própria comunidade conscientizada assumir o seu papel na proteção e revitalização do seu patrimônio cultural”<sup>86</sup>. O relator ressalta, assim, a importância do caráter democratizante que as políticas culturais deveriam adquirir e evidencia a necessidade de uma atuação descentralizada e pontual.

Por ora, constatamos que, para a SPHAN, a descentralização foi um instrumento do desenvolvimento das políticas culturais brasileiras, isto é, uma ação maior que levou tempo e com suas próprias dinâmicas de processo para cada bem cultural, reinserindo a comunidade como pilar dessa mobilização. Entretanto, enfatiza-se que, durante a ditadura civil-militar, os recursos discursivos proporcionados por determinadas concepções de cultura e de identidade nacional foram ferramentas para se construir uma visão otimista sobre o país. Com isso, foram conduzidas transformações de comportamento na população, buscando amenizar os crescentes problemas de insatisfação de setores da sociedade em relação à forma de conduta usada pela ditadura para governar o país.

Portanto, vemos que foram essas aproximações institucionais que delegaram valores aos bens culturais das políticas culturais e, por consequência, assumiram um maior papel estratégico dentro do processo de abertura política, no qual a complexificação de interesses no setor cultural possibilitou a ascensão de uma ideia de identidade cultural regional nos discursos nacionais.

### 3.3 A INTEGRAÇÃO REGIONAL: A DIVERSIDADE CULTURAL E ALARGAMENTO DAS CIDADES HISTÓRICAS

---

<sup>85</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 18, p. 7, (ANEXO A).

<sup>86</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 18, p. 9, (ANEXO A).

Os anos finais da ditadura civil-militar marcaram um período de busca de desenvolvimento econômico e criação de iniciativas que buscavam alavancar o turismo. Como monumento, a consagração das ruínas de São Miguel consolidou os discursos a respeito de uma ideia de identidade missioneira. A política de preservação da década de 1980 buscava sua legitimação por meio da participação social em demandas ligadas à integração nacional, sobretudo, fomentando a ideia de uma identidade cultural diversa. Ao longo da pesquisa, estas são algumas das questões que pretendemos levantar ao analisar o fomento da integração regional a partir do patrimônio missioneiro.

Ao trazer novos signos para as noções do que deveria ser considerado tradicional e regional, propomos ver o SPHAN como agente integrador da memória e da preservação do patrimônio sob sua proteção, a partir da pergunta “qual a cara do Brasil?” — a ser respondida de acordo com a questão de “mosaico cultural brasileiro”<sup>87</sup> iniciada por Aloísio Magalhães. Devemos ter em mente que, para este, a “cara do Brasil” era a de uma cultura nacional somatória, diversificada e integradora, apontando para a ideia de pluralismo de patrimônio cultura e levando em consideração a diversidade cultural. Segundo José Reginaldo Gonçalves (1996, p. 53):

Em oposição ao enredo da narrativa de Rodrigo, articulado pelas ideias de “civilização” e de “tradição”, a estória narrada por Aloísio é articulada pelas noções de “desenvolvimento” e “diversidade cultural”. Diferentemente de Rodrigo, seu propósito não é “civilizar” o Brasil preservando uma tradição, mas revelar a diversidade da cultura brasileira.

A liderança de Aloísio conseguiu consagrar a noção de bem cultural brasileiro justamente porque reuniu interesses dos diversos grupos sociais que fizeram parte da complexificação do setor público cultural a partir de meados da década de 1970 (LAVINAS, 2014, p. 165). Conforme temos visto, os agentes de defesa da cultura também tiveram seu perfil modificado com a trajetória de Aloísio Magalhães no SPHAN e a incorporação do CNRC, fato que refletiu nas políticas públicas federais e na elaboração das diretrizes já descritas. A diversidade cultural se tornou importante no que diz respeito aos bens culturais, enquanto parte da modernização proposta pelo último governo militar. Os novos agentes públicos que ingressaram e tomaram a frente dessa gestão permitiram a formação de equipes de técnicos responsáveis pela elaboração de acompanhamento dos diversos projetos, preocupados com a preservação de uma identidade nacional fortalecida.

---

<sup>87</sup> A denominação de mosaico cultural foi consagrada por Aloísio Magalhães. Cf. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2002.



Para Isaura Botelho (2000), só a integração dessa dimensão cultural permitiria um desenvolvimento capaz de responder às necessidades e às aspirações dos grupos sociais e das nações envolvidas. A ideia de diversidade cultural foi apropriada como um elemento importante no novo olhar institucional, visando, assim, a redução das desigualdades regionais e o fomento do processo de democratização da sociedade, na qual a própria tradição é reapropriada enquanto uma construção social e um objeto de disputa entre os grupos sociais que almejam se legitimar no poder. De acordo com Ruben George Oliven (1992, p. 26), “nação e tradição são recortes da realidade, categorias para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte, formas de desmarcar fronteiras e estabelecer linhas”. O autor nos mostrar que o tema da integração está presente em diferentes momentos históricos, atravessando a relação entre região e país, de modo a aglutinar as diferentes representações.

No sentido proposto, a tradição traz, como marca valorativa, a autenticidade de monumentos, documentos e produções simbólicas eleitos como expressão de uma imagem nacionalista singular. Assim, o passado torna-se fundamental na formação de uma trajetória comum compartilhada por todos os cidadãos brasileiros, cujo objetivo é a integração nacional. Com isso, temos o reconhecimento de que todos os povos produzem cultura e cada um tem uma forma diferente de se expressar, fator determinante da diversidade cultural. Tal concepção permite ter uma visão mais ampla do processo histórico ao reconhecer que não existem culturas mais importantes do que outras, na medida que se postulava o reconhecimento da diversidade cultural brasileira, mas não se explicavam as desigualdades e as relações de dominação (FONSECA, 1997, p. 216). Contudo, se as comunidades não reconhecem a importância do seu patrimônio, essa diversidade não aparece devidamente valorizada.

Trata-se de um avanço que, a partir das novas relações sobre o reconhecimento de representações populares como formadores da identidade nacional, concebe a construção da identidade nacional como um instrumento de legitimação do poder, com definições de propósitos de políticas patrimoniais de assimilação da diversidade.

Para tanto, partimos de um artigo de Gilberto Velho na 20ª edição da Revista do Patrimônio, em que o autor ressalta as preocupações com o patrimônio cultural, além de se ater na expansão de trabalhos com olhares antropológicos em questões que envolvem diferentes tradições e visões coexistentes. De acordo com Gilberto Velho (1984, p. 83), a “constatação das diferenças, da diversidade e, eventualmente, das contradições não implica em desconhecer a existência de um sistema sociocultural mais abrangente, vinculado à própria ideia de nação”. Isso quer dizer que a política cultural do Estado pretendia ser mais democrática e pluralista, sendo a diversidade vista como uma grande questão a ser discutida e difundida para o

desenvolvimento esperado por meio de políticas no interior do seu aparelho — como já foi observado no item anterior, de acordo com as diretrizes operacionais da SEC, as quais contam com esse olhar antropológico. Portanto, não se tratava de substituir a política de proteção, mas de absorver “o conceito antropológico de cultura”, o qual “naturalmente oxigena o campo do Patrimônio no Brasil” (ABREU, 2007, p. 275).

Nesse sentido, Aloísio manteve na SPHAN os arquitetos já atuantes desde a fase heroica, associados aos preservacionistas de pedra e cal, bem como colocou na Fundação Nacional Pró-Memória os antropólogos e sociólogos que vieram do CNRC. Essa nova configuração do patrimônio exigia o trabalho de profissionais ligados às diversas áreas do conhecimento.

O fato de Aloísio Magalhães não ser arquiteto gerava algumas críticas sobre os novos posicionamentos teórico-metodológicos do órgão, que iriam, segundo opinião dos arquitetos da instituição, por em perigo todo o trabalho construído por Rodrigo Melo Franco de Andrade. (SILVA, R. S., 2012, p. 103)

Com isso, os trabalhos realizados junto aos antropólogos, que embarcaram nessa reforma da estrutura governamental, foram de grande serventia para encontrar os grupos que estavam à margem da história oficial e da identidade nacional no período, propondo outra leitura de construções discursivas e levando às revisões da legislação, as quais permitem o amparo e a proteção desses bens culturais. “A ampliação do próprio conceito de patrimônio cultural e o enriquecimento e flexibilização dos meios e instrumentos de que dispomos fazem parte de um projeto mais amplo, a longo prazo, de democratização da sociedade brasileira” (VELHO, 1984, p. 39). Vale destacar que, em sua grande maioria, os estudos realizados por arquitetos e antropólogos em projetos de pesquisa tiveram a articulação com outras áreas do conhecimento, contribuindo para ampliar a proteção dos bens culturais.

Com a ideia de diversidade se sobrepondo a ideia de desigualdade (somada a participação da população na construção e gestão do patrimônio cultural nacional), os órgãos ligados à preservação acabaram inseridos na luta em favor do término da ditadura (LAVINAS, 2012). Neste período, o governo buscou formular a ligação entre nacional e o regional por meio da cultura e da identidade nacional, fazendo o uso dos bens culturais como uma ferramenta para a execução desta tarefa. Temos de considerar que o patrimônio no Brasil estava sendo eleito por esforço de um discurso nacionalista, com narrativas que ganham notoriedade e com debates em torno da formação da nação e de sua identidade. Nesse sentido, foram produzidas políticas para reconhecer os regionalismos como parte integral da nação. Diante disso, passou-se a dar

maior ênfase à apreciação do olhar voltado para os bens culturais às margens no país e segundo Maria Cecília Fonseca:

Foi com base nas ideias de bem cultural, de diversidade cultural, de continuidade, e na afirmação do potencial projetivo do trabalho na área cultural que Aloísio Magalhães e o grupo do CNRC formularam uma proposta de política cultural que tinha como ambição fornecer subsídios para a solução dos problemas do desenvolvimento no Brasil. (FONSECA, 1997, p. 161)

Além disso, ao reforçar as ideias de diversificação do patrimônio a ser preservado e de uma postura mais marcante em prol do desenvolvimento econômico, Aloísio Magalhães procurou, em seus discursos sobre patrimônio nacional, se afastar das polêmicas relacionadas ao autoritarismo, promovendo, a partir disso, uma visão otimista acerca da identidade nacional. Nas resoluções de Magalhães, ao proporem uma ênfase à integração nacional e ao potencial popular do patrimônio, moldavam-se à proposta da ditadura naquele momento, tendo em vista que, em seu núcleo, estava a ideia de reformulação das práticas culturais brasileiras que, todavia, não significava a perda de autoridade sobre o que seria “ser brasileiro” e qual era a sua identidade. Como indicado por Magalhães:

Esse propósito de que a nação, no momento em que se abre e se volta para uma maior identificação de base, de elementos explicadores da nossa realidade, esse propósito de o Brasil se voltar para olhar para si mesmo, na procura de uma maior compreensão de pluralismo cultural em níveis de complexidade, em níveis de necessidade, de ajuda, de impulso, eu acho que tudo isso resulta de um posicionamento do Brasil como um todo. (MAGALHÃES, 1985, p 215)

Então, Magalhães adotou uma posição reformulada que acompanhasse as demandas do Executivo por desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, pudesse incorporar as diretrizes das convenções internacionais acerca do patrimônio.

Como visto, o patrimônio passou a receber mais atenção dos grupos políticos locais, uma vez que foi debatido com mais persistência em relação ao potencial turístico e à representação de um novo olhar sobre o passado, nas décadas de 1970 e 1980. Começava-se a reconhecer a diversidade e a preocupação com a memória, que constitui uma reivindicação para a elaboração de pautas relativas aos bens culturais. Isaura Botelho refere-se que:

[...] sua dimensão antropológica é privilegiada e que, em sua acepção mais genérica, correspondia ao que passou a ser apregoado pela UNESCO nos anos 70: a noção de que não pode haver verdadeiro desenvolvimento de um país se não for considerada a dimensão cultura. (BOTELHO, 2007, p. 119-120)

Entretanto, manteve-se, em paralelo à visão antropológica, o predomínio da perspectiva preservacionista nas políticas culturais, redirecionando algumas ações com a introdução da

ideia mais ampla de patrimônio cultural, sobretudo na década de 1970, garantido pela execução do Programa Cidades Históricas (PHC). Desse modo, as cidades históricas passariam a ser pensadas como uma referência para essa visão sobre o que seria a identidade nacional para além da origem portuguesas. Os projetos tiveram como base essa reordenação de conceitos utilizados pela instituição, ressaltando o PCH<sup>88</sup>, de caráter nacional. Assim, nesse item analisamos mais de perto as ruínas de São Miguel das Missões como parte dessa política de integração nacional-regional, sobretudo, as ruínas que retomassem antigas memórias de um Brasil formado de muitas culturas marcantes, mas que juntas estiverem fortalecidas.

Ao retornarmos à edição inaugural dos boletins informativos da SPHAN, outro ponto que podemos destacar é que já temos nele informações sobre o PCH, mais especificamente, como este estava a execução da revitalização e preservação do patrimônio cultural dentro da ideia de integração ao contexto socioeconômico.

O Programa Cidade Históricas existe desde 1973 mas foi a partir de 4 de março de 1977, data de uma portaria ministerial, que enfatizou a nova filosofia do programa, considerando o patrimônio histórico como elemento participante da realidade socioeconômica das comunidades envolvidas e criando novos mecanismos operacionais, de modo a permitir também operações descentralizadas nos Estados através de entidades culturais.<sup>89</sup>

Como posto por Márcia Chuva e Laís Lavinias (2016, p. 80), “o PCH inova ao instituir uma política integrada, isto é, estruturada a partir do diálogo entre diferentes setores do governo, como a SEPLAN ou o próprio IPHAN e os organismos estaduais com setores privados”. Podemos apontar uma estratégia de incorporação do Estado em os conflitos existentes entre os preservacionistas e a sociedade civil, visto como uma forma de democratização da própria estrutura estatal. As autoras ainda afirmam o seguinte:

O binômio descentralização e regionalismo, tão caro ao PCH, tornou-se sinônimo de acesso e esse, como vimos, sinônimo de democracia. O PCH colocava em prática essas ideias com as medidas voltadas para a descentralização, compreendida como ampliação do acesso a bens culturais e incorporação de novos valores na barca da cultura nacional. (CHUVA; LAVINAS, 2016, p. 80)

Nessa linha de raciocínio, levantavam-se motivações para que essas medidas fossem implementadas como um instrumento democrático balizador, já que contavam com uma visão emergente para o Nordeste e cidades do interior do país. “Foram selecionadas 28 cidades dos

<sup>88</sup> Pensado originalmente para atuar apenas na região Nordeste, o plano de ações para o estabelecimento do PCH dividiu o programa em duas fases. As cidades classificadas para a Fase 1 seriam as que tivessem as melhores avaliações nos pontos ligados à infraestrutura física e turística, conforme os diagnósticos elaborados pela Embratur e pelo GT inicial do PCH. Cf. CHUVA; LAVINAS, 2016, p. 89.

<sup>89</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, n. 0, 1979, p. 4, (ANEXO A).

nove estados nordestinos cujos monumentos, casas, igrejas representassem os ciclos da cana-de-açúcar, do couro e do algodão” (OLIVEIRA, 2008, p. 186). Além do mais, verificamos que as cidades do PCH, segundo Chuva e Lavinias (2016), “estavam perfeitamente inseridas no padrão de modernização autoritária que foi implantado à época e que promoveu um aprofundamento do capitalismo no Brasil, associando modernização e repressão” (CHUVA; LAVINAS, 2016, p. 80).

Portanto, o PCH enfatizou a perspectiva das políticas culturais como estratégia de abrandamento do regime visando a sua legitimidade. Além disso, “a nova política preconizava uma ação cultural voltada para a população de baixa renda e para as regiões carentes” (BOTELHO, 2000, p. 81), visto que o Programa seria uma das ações estimuladas para a revitalização dos bens culturais — “Era um programa interministerial com a finalidade de revitalizar os núcleos históricos em estreita colaboração com a comunidade, formando mão de obra especializada e gerando empregos” (OLIVEIRA, 2008, p. 168). Em destaque, era preciso que esse bem cultural fosse reinserido na vida da comunidade. Entretanto, é inegável que o PCH fazia a sua parte como política, ao buscar aproximar os bens da comunidade.

Pois assim ela iria auxiliar na preservação, a comunidade deveria ter a ciência que aquele bem representava uma parte de sua história, criando um sentimento de pertencimento. Contudo, não estava no horizonte do programa fomentar a participação da população, e sim promover a melhoria da qualidade de vida, conforme o entendimento de seus gestores. (CHUVA; LAVINAS, 2016, p. 80)

A emergência das novas diretrizes culturais sobre o dever de preservar e valorizar os bens culturais na década de 1980 teve sua ampliação com o advento da vertente patrimonial e, conseqüentemente, as intervenções de conservação e restauração de bens arquitetônicos foram para âmbito das atribuições do SPHAN. Conforme Sergio Miceli (1984a, p. 78), “a repercussão do PCH se fez sentir basicamente através da expansão considerável do volume de recursos desde então canalizados para a área patrimonial”. Em paralelo, a relação entre preservação e turismo se fortaleceu, como afirma Tatyana Maia (2012, p. 167):

A associação preservação-turismo foi a resposta encontrada pelos órgãos de defesa do patrimônio cultural contra o discurso daqueles setores que, sob a égide do crescimento econômico e da ampliação da infraestrutura do país, pressionavam o governo federal a autorizar intervenções drásticas nos conjuntos arquitetônicos e reservas naturais já preservados. Dessa forma, a política de proteção não aparecia como obstáculo ao processo de desenvolvimento econômico; ao contrário, movimentava positivamente a economia do país pelos recursos gerados com o turismo.

Portanto, um dos objetivos do PCH seria o de preservar os monumentos tombados, com a pretensão de torná-los economicamente capazes por uso e, com isso, gerar receita atribuída do turismo. “O turismo era visto como elemento-chave para viabilizar os objetivos do

programa, pois, teoricamente, permitia o desenvolvimento urbano das cidades históricas em harmonia com as suas funções sociais” (CHUVA; LAVINAS, 2016, p. 89). Ao mesmo tempo, buscava-se construir parcerias junto aos dirigentes públicos estaduais e municipais para dar continuidade à conservação do bem cultural. Dessa forma, a finalidade era criar um instrumento de desenvolvimento econômico, ou seja, após os investimentos iniciais do PCH, a economia do turismo local financiaria a conservação dos monumentos.

Sem dúvida, o PCH é um dos grandes responsáveis pela consagração da conexão mais expressiva então estabelecida entre turismo e preservação cultural, de tal modo explorada que passou a ser reconhecida como a saída natural para o desenvolvimento de regiões históricas empobrecidas. Essa associação, reproduzida nos diferentes documentos da época, foi fruto da atuação política de intelectuais burocratas, empresários, técnicos e profissionais de vários setores inseridos nas agências do Estado, e promoveu a incorporação das políticas culturais nas políticas nacionais de desenvolvimento social. Sua naturalização, contudo, impossibilitou a busca de estratégias alternativas mais inclusivas e menos submetidas a demandas empresariais do turismo, em boa medida subsidiadas (pelo menos indiretamente) pelo desenvolvimentismo, e com presença marcante, ainda hoje, nas políticas públicas de patrimônio cultural. (CHUVA; LAVINAS, 2016, p. 93)

Cabe reforçar que o Programa foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento de regiões históricas e suas arquiteturas em declínio, o que também serviu como um socorro para essas cidades — em maioria vivendo em condições precárias —, com a remessa de recursos para o seu desenvolvimento urbano e econômico. Entretanto, Sérgio Miceli avalia as intenções que podem ser feitas em relação da valorização das cidades históricas:

No equívoco de ressaltar o teor meramente “turístico” e “comercial” do programa, conviria evidenciar a interação de proceder a alocação de um montante apreciável de recursos em prol da vertente patrimonial no contexto de um projeto integrado de desenvolvimento econômico e social. (MICELI, 1984a, p. 78-79)

Outro indício semelhante ao olhar sobre a preservação das cidades históricas pode ser encontrado na 19ª edição da Revista do Patrimônio, na qual notamos, através do artigo de Augusto da Silva Telles, sob o título de “Centro Históricos: notas sobre a política brasileira de preservação”, o tratamento das políticas de preservação, além de como “começou a ser dada ênfase maior à valorização do bem cultural de sentido social, diga-se, popular, ou vernacular, frente àquela de origem erudita, elitista, de valor ‘estético’ ou ‘histórico’, até então tido como o de maior ou exclusiva importância” (TELLES, 1984, p. 29). O autor faz referência de como essa nova política passou a priorizar centros históricos, núcleos urbanos e conjuntos arquitetônicos para a proteção.

A necessidade e a urgência da elaboração de planos urbanos e regionais que incorporassem a preservação desses sítios históricos foi cedo compreendida e, através

da coordenação do órgão nacional de preservação do patrimônio histórico e artístico – SPHAN, esses planos foram sendo contratados com diferentes entidades técnicas, das áreas de planejamento estadual, do âmbito universitário, ou particulares. (TELLES, 1984, p. 31)

Esse ponto de vista permitiu reinserir os monumentos restaurados na vida da comunidade. Os quais também passariam a ser vistos como oportunidades de reorganização do espaço urbano, com estratégias para um uso cotidiano e se adequando aos usos que não necessariamente seriam revertidos à rentabilidade econômica, podendo ter retorno social — articulando-se às diretrizes. Por consequência, temos o fortalecimento da comunidade e a construção/consolidação do motivo de sua preservação. Ao fugir da arquitetura elitista, o patrimônio se torna mais próximo a comunidade, na medida que os sítios históricos são incorporados ao cotidiano. Segundo Lucia Lippi Oliveira (2008, p. 169), “por dispor de indicadores econômicos, o programa pode ser acompanhado pelo sistema de controle do governo, o que possibilita compará-lo com outros programas de restauração de patrimônio”.

Por meio da valorização de elementos do passado, da história e dos patrimônios históricos, foi construído um discurso onde os bens culturais, selecionados e ressignificados, dariam legitimidade ao passado e atribuiriam o papel central. As ruínas de São Miguel das Missões são um exemplo disso na construção da memória regional no estado do Rio Grande do Sul, devido a sua importância no período colonial e ao fato de conter diversas edificações do período ainda preservadas, mesmo com o tempo como prejudicial à sua estrutura. Acerca da gestão do patrimônio cultural e das ações de salvaguarda que foram desenvolvidas pelo SPHAN, estavam de acordo com as transformações das diretrizes das políticas públicas, no que se refere ao tratamento do bem cultural, capaz de inserir outras perspectivas de gestão e valorização do legado jesuítico-guarani. Com isso, São Miguel foi beneficiado enquanto se apresentava como a grande aposta ao desenvolvimento social e econômico, principalmente pelo turismo regional. Tal como:

A relação entre “preservação e desenvolvimento” identificada por meio do turismo, obrigou a redefinição do uso dos espaços preservados, necessariamente ressignificados ao adquirir uma nova função social, tornando-os novamente úteis à sociedade moderna, com isso deixar de registrar sua memória. Tratava-se, então, de uma política de proteção e revalorização. (MAIA, 2012, p. 168)

Durante a CPI do Patrimônio, observamos que, na fala do deputado gaúcho a respeito de quão oportuna seria enquadrar São Miguel dentro do PCH, havia a ênfase para que as verbas fossem aplicadas nas obras de infraestrutura e que, assim, almejassem uma perspectiva turística futura para a região, que era de interesse dos dirigentes locais.

O fator básico nas ruínas era o da integração social, isto é, cultural. Esse período de espetacularização do patrimônio se manifesta em São Miguel das Missões através de iniciativas que visavam alavancar o turismo, principalmente por meio de projetos locais e regionais (MARCHI, 2018), na medida em que a possibilidade de investimentos públicos, associada com a projeção identitária ao nível regional das ruínas, levava à promoção de eventos culturais e políticos em São Miguel.

No final da década de 1970 e início da década de 1980 dois fatos contribuíram para incentivar, ainda mais, a valorização e a manutenção dos vestígios arqueológicos de São Miguel das Missões. O primeiro deles, em outubro de 1978, foi a criação do espetáculo “Som e Luz”<sup>90</sup>; o segundo, no ano de 1981, quando foram encontrados os vestígios arqueológicos da fonte Missioneira. Estes fatos, publicizados pela mídia local, impulsionaram o turismo e incentivaram a população a mobilizar-se pela emancipação do distrito, fato que teve início no mesmo ano da criação do espetáculo, 1978, e concretizou-se apenas em 1988. (MUNBACH, 2018, p. 37)

Por essa via, podemos constatar não somente a identificação de uma manifestação cultural, mas sua manutenção e atualização histórica com um fortalecimento do caráter desse bem cultural como instrumento de proteção da identidade. Paralelamente, deve-se considerar que, segundo Érico Loyola, “valorizar as Missões fora desse discurso monumentalista representava uma dificuldade, na medida em que potencialmente dava visibilidade a certos grupos sociais, e, também potencialmente, à temática indígena” (2016, p. 19). Isso ocorre tendo em vista que abrir o caminho ao estudo das populações indígenas — tão fundamentais quanto o estudo dos monumentos e sítios —, representa um importante testemunho do processo de formação do território sul-americano e das diversas relações culturais entre europeus e povos indígenas.

De fato, as discussões acerca da identidade regional e da maneira como esta foi construída na segunda metade do século XX, sobretudo para a região das Missões, não podem ser encaradas como uma questão finalizada, seja pelos indivíduos, instituições ou demais interesses envolvidos neste processo. Como afirma Sandi Mumbach (2018, p. 31), “esta construção identitária produziu esquecimentos e silenciamentos que ainda necessitam de problematizações e análise nas diversas áreas de conhecimento”, as quais precisam ser desconstruídas e explicadas para que as futuras gerações fiquem a par do processo identitário ocorrido na região.

---

<sup>90</sup> O Som e Luz foi criado pelo governo estadual no ano de 1978. O espetáculo que através de recursos audiovisuais e de vozes de atores consagrados no cenário artístico nacional narra a história missioneira, com ênfase ao papel da redução de São Miguel Arcanjo nesta, foi criado pela Secretaria Estadual de Turismo com a intenção de durar 60 dias, e acabou mantendo-se até a atualidade.



O passado missioneiro tornou-se, nesse contexto, um elemento de sentido para essa localidade e um elemento catalisador de representações e relações sociais. Estes bens patrimoniais tangíveis e intangíveis pairam nesse processo enquanto dispositivos moduladores das disputas no campo social e no campo das mentalidades na região. (MARCHI, 2018, p. 452)

Os silenciamentos deixarão de ocorrer apenas com a participação popular em diálogo com as esferas de proteção do patrimônio nas tomadas de decisões, no planejamento e na construção de ações sobre o patrimônio histórico e sobre a cultura local. Portanto, estimularam-se os indivíduos de São Miguel das Missões a utilizarem os valores do passado e do território, construindo um novo olhar sobre o passado que procurou representação para a sustentação de uma identidade regional e tomou os bens culturais como legitimadores desse processo. No trecho do quinto boletim, referente aos compromissos que foram propostos, destacou-se “a necessidade de interação entre órgãos federais, estaduais e municipais, para que se consiga cobrir todo o Brasil”<sup>91</sup>. Ocorreu, portanto, um esforço em buscar uma identificação com os habitantes e a autoafirmação como missioneiros, a partir da valoração desses bens culturais como patrimônios históricos estaduais e federais, bem como da sua declaração como patrimônio da humanidade.

No caso do patrimônio missioneiro, pode-se considerá-lo como um conjunto histórico, uma coleção de bens em que cada um desempenha, ou já desempenhou, uma função complementar ao outro. A monumentalidade desse patrimônio aumenta a sua atratividade e, relacionando-se ao conjunto das demais ruínas na região, sua importância turística amplifica. De acordo com Darlan Marchi (2018, p. 107), “São Miguel das Missões faz parte desse repertório, no qual, em grande parte das vezes, seguem sendo enfatizados valores relacionados a um olhar harmônico em relação ao passado, predominando o discurso utópico do encontro de culturas nativas e ocidentais”. No período recortado, a partir das diretrizes, algumas visões do passado, discursos e representações se utilizaram deste patrimônio como instrumento de integração regional, em que, pela identificação, traria o desenvolvimento harmonioso desejado ao local.

Nesse sentido, apontamos a necessidade de democratização dos processos e ações culturais presentes na região, de forma que o patrimônio histórico seja instrumento de conhecimento e de acesso à cultura, permitindo que os diversos grupos façam uso de maneira igual de seu espaço e possam estar presentes nas decisões que o envolvam e nas ações culturais que o abordem. (MUNBACH, 2018, p. 90)

Nessa lógica, o patrimônio histórico de uma comunidade pode ser utilizado como um recurso ao desenvolvimento social e econômico regional, seja como um representante turístico

---

<sup>91</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 5, p. 10, (ANEXO A).

ou como um elemento de pertencimento e de alteridade. Assim, torna-se possível a formação de um mercado de bens simbólicos em níveis regional e nacional e, como emblemas da identidade em disputa, eles contrastam com os símbolos da cultura brasileira dominantes.

Ao mesmo tempo em que podemos afirmar a existência de um grupo de indivíduos que procuram a representação por meio de uma identificação coletiva regional ou por via dos elementos do passado colonial. Também podemos identificar, nessa mesma região, a coexistência de grupos produzindo discursos e usos deste passado de maneiras variadas e com diferentes vivências. Na maioria das vezes, estes grupos carregam o passado em prol de memórias, tanto coletivos quanto individuais, convivendo entre o momento de colaboração junto ao SPHAN e o conflito com o órgão.

Nesse processo de valorização, dinamização e uso dos bens culturais, fazer políticas públicas centralizadoras se mostraram pouco eficazes, portanto, fez-se essencial a integração das regiões do país, no sentido de que diferentes bens culturais fossem vistos como expressões da diversidade cultural do espaço brasileiro. O valor atribuído à São Miguel tem importância para verificar as intervenções sobre o bem cultural — questão que será aprofundada no próximo capítulo.

Outra disputa concentrava-se na necessidade de celebrar local e mundialmente a importância histórica de São Miguel. Desse modo, a “tomada de consciência” deveria não ser entendida unicamente como a sua promoção no âmbito da UNESCO, mas também como algo a ser conquistado em nível local. Ou seja, haveria de se “vender”, internamente, o suposto valor universal de São Miguel. (LOYOLA, 2016, p. 120)

Outro fator imbricado nessa política cultural foi o fato de que os bens culturais eram inscritos como patrimônios da humanidade, que refletiu no desenvolvimento harmonioso almejado. Conforme Botelho (2000, p. 106), “através da projeção no exterior, ele conseguiria o reconhecimento interno”, ou seja, os diálogos com as políticas internacionais influenciavam, na medida em que as ações de valorização que levaram a essas inscrições<sup>92</sup> passaram a ser amplamente divulgadas pelo Brasil — como nos casos de Ouro Preto (MG), Olinda (PE) e São Miguel das Missões.

A partir daí, nota-se na última edição dos boletins informativos analisados, a 21ª edição, uma matéria acerca da apresentação de uma lista de bens patrimoniais que o Brasil indicaria através da SPHAN a patrimônios da humanidade. Como a integração com as políticas internacionais da UNESCO comporia uma parte importante para alcançar o desenvolvimento pleno dessa área, com uma inserção de cidades e monumentos históricos. Dessa forma,

---

<sup>92</sup> Em 1980, Ouro Preto foi o primeiro bem cultural a ser inscrito para a lista do patrimônio mundial e, em 1982, o Centro Histórico de Olinda. As ruínas de São Miguel das Missões foram inseridas na lista em 1983.

“monumento e cidade histórica, patrimônio cultural e urbano: estas noções e as suas figuras sucessivas fornecem um esclarecimento privilegiado sobre o modo como as sociedades ocidentais assumiram a sua relação com a temporalidade e construíram a sua identidade” (CHOAY, 2001, p. 221). Nesse sentido, encontramos no boletim: “Entre os monumentos da lista de sugestões uma já está na condição de ser examinado em 1983, pois foi apresentado sob a forma de um projeto: trata-se das ruínas de São Miguel das Missões, no município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul”<sup>93</sup>.

Nesse processo, verificamos o passado sendo utilizado como um elemento legitimador de uma identidade regional. Nos termos dessa proposta mais abrangente, o que fica da análise que procuramos fazer até o momento, a respeito da nova visão institucional, foi de encontro com os anseios dos dirigentes locais para o futuro das ruínas de São Miguel, assemelhando-se às diretrizes internacionais e pensando nas diversas etnias que compõem o país. A proposta da integração regional, por sua vez, embora pudesse parecer uma ideia viável, mostrou-se algo que necessitava de grande esforço de investimento e de tempo.

Ao passo que, a seguir, vamos discutir como se refletiu as ações elaboradas na gestão de Magalhães em São Miguel das Missões. Iremos verificar como foi o processo de consolidação e valorização desses remanescentes e como isso influenciou para a elaboração de projetos de lei municipal, com o apoio da SPHAN na orientação das formas que essa proposta deveria seguir. Por fim, também iremos tomar em nossa análise a memória como um elemento importante para a experiência de valorização de São Miguel associado das políticas de preservação.

---

<sup>93</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 21, p. 4, (ANEXO A).

#### 4 A VALORIZAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES PELA SPHAN

Com noções sobre diversidade cultural e integração, sinalizou-se questionamentos sobre os instrumentos para repensar a identidade regional na formação da nação. Uma valorização dos bens culturais centradas na estrutura burocrática da SPHAN que refletiria nas formas para se eleger os símbolos culturais que representassem em síntese a diversidade cultural e integração nacional, mesmo enfrentando problemas orçamentários no setor cultural.

Este último capítulo está organizado em três partes. Em um primeiro momento, vamos discutir a valorização das ruínas de São Miguel, dentro do quadro de reformulação das políticas de memória e preservação, como esse objeto é a expressão da sociedade com o patrimônio e o passado. Quanto a valorização, essa diz respeito “aos conjuntos monumentais das missões jesuíticas encontram-se protegidos parcialmente por legislações nacionais e locais, mas nos últimos anos tem-se procurado aperfeiçoar os instrumentos legais que asseguram a adequada defesa desse patrimônio<sup>94</sup>. Ou seja, objeto e manifestação cultural, de modo a compreender tanto as estratégias de consolidação que foram empreendidas, quanto as relações objetivas às quais o patrimônio serviu. Ainda compreendida como:

[...] locução-chave, que se desejaria que resumisse o estatuto do patrimônio histórico edificado. Ela não deve dissimular, contudo, que hoje, tal como ontem, apesar das legislações protetoras, a destruição continua e opinativa de edifícios e de conjuntos antigos prosseguem através do mundo, sob pretexto de modernização, de restauro também, ou sob a ameaça de pressões políticas, muitas vezes imparáveis. (CHOAY, 2001, p. 227)

Choay (2001) vai tratar a noção como ambígua, ressaltando a valorização do patrimônio — para transformá-lo, eventualmente, em parte da economia — ao completar que:

ela remete para os valores do patrimônio, que se trata de fazer reconhecer, contém também a noção mais-valia. Mais-valia de interesse, de agrado, de beleza, é verdade. Mas também mais-valia de atração, de que é inútil sublinhar as conotações econômicas. (CHOAY, 2001, p. 227)

A partir disso, também procuramos demonstrar como foi o desenvolvimento e modificação do plano diretor municipal, para dar continuidade as discussões e propostas para o bem cultural. Os boletins informativos continuam sendo a principal fonte para a investigação resultante das próximas páginas. Em paralelo a outros documentos produzidos pelo IPHAN, a nível nacional e regional, como ofícios e pareceres, que irão reafirmar ou contrapor o discurso que encontramos nessas publicações, agora com um olhar voltado para o patrimônio analisado.

<sup>94</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 15, p. 9, (ANEXO A).

Como reafirma Loyola (2016, p. 71): “de toda a sorte, a valorização das Missões Jesuítico-Guaranis também se mostraria possível frente à sua aparente representatividade para o patrimônio universal”.

Para fechamento desse capítulo, apresentamos uma reflexão sobre os objetivos das políticas de memória ao debater acerca da identidade regional, e da maneira como essa foi construída na região das Missões. Ao colocar São Miguel no centro das discussões, assim como também, ressaltando alguns personagens, instituições e interesses envolvidos nesse processo.

Apesar de São Miguel já ter seu registro de tombamento no “Livro Tombo de Belas Artes” desde 1938, e ter a “proteção ao patrimônio cultural pertencente a qualquer dos três níveis de poder”<sup>95</sup>, ainda passava, naquele momento, por novas formas de proteção para o conjunto de remanescentes — visto que o decreto-lei n.º 25 de 1937, assegura proteção para “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). Ou seja, o tombamento é uma medida do Estado a respeito do valor cultural atribuído ao bem, que reconhece o patrimônio e ratifica sua proteção legal, e tem o SPHAN como o agente encarregado da tutela pública.

O tombamento, que abrangia na sua inscrição a área remanescente do povo não trazia delimitação da área tombada e, conseqüentemente de seu entorno. As delimitações foram sendo formuladas e modificadas ao longo do processo de ocupação do sítio, e de propostas urbanísticas definidas pela prefeitura e pelo IPHAN, sendo fatores importantes, que nortearam o presente trabalho. As diferentes propostas atenderam a necessidade de povoamento e de preservação, trazendo noções de patrimônio que variaram com o tempo e nem sempre foram harmoniosas entre si. (SILVA, F. R., 2012, p. 36)

Por diversos momentos após o tombamento os olhares se voltaram para o passado, para atender a interesses e demandas, produzir imaginários e discursos, e estabelecer junto a esse bem cultural, processos que implicam em apropriações, ressignificações e esquecimentos.

Em concordância Sandi Mumbach (2018, p. 27), “este processo foi empreendido principalmente por lideranças e autoridades religiosas, políticas e intelectuais que estimularam, na população, a valorização e a preservação de alguns aspectos do passado”. Ressaltamos que esse processo é marcado por outras problemáticas, uma vez que em diferentes momentos as autoridades estavam mais preocupadas em cercar o bem cultural, afastando a comunidade do entorno e os descendentes da população Guarani. Segundo Leticia Bauer (2006, p. 40), “a

---

<sup>95</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 15, p. 16, (ANEXO A).

política de tombamento, cerca de 50 anos, não sofreu muitos questionamentos”, ponto em que atribui à: falta de acompanhamento arqueológico durante esse período, intervenções de restauro realizadas, que teriam provocado a perda de informações para as futuras pesquisas, e danos ao patrimônio arqueológico.

No entanto, Moraes (2012) afirma que “apenas no fim da década de 1970 do século passado que pesquisadores como Fernando La Salvia<sup>96</sup> e Arno Kern<sup>97</sup> inauguram uma era de investigação científica nas Missões” (MORAES, 2012, p. 165), que possibilitaram, discutir as problemáticas citadas, sobretudo as escavações arqueológicas, ainda preocupados com preservação, mas que abriram caminhos para o debate além dos seus campos de pesquisas. A preservação se tornou uma das principais bandeiras de ambos os pesquisadores, que estavam alinhados com as ideias dos órgãos do patrimônio cultural.

As décadas de 1979 e 1980, significaram a revalorização do patrimônio nacional — como já contextualizado anteriormente nesse trabalho —, e também implicaram na valorização do missionário, cujo desafio consistia em transmitir esse legado às novas gerações. Tais questões estavam aliadas a uma proposta para pensar a identidade gaúcha, com elementos que “produziram um processo de afirmação identitária baseada na rememoração de aspectos do passado reducional” (MUMBACH, 2018, p. 25). Ao ter seu agente de proteção sofrendo reestruturação, o bem cultural também passa a ser repensado, dentro das questões, que darão o direcionamento para esse capítulo: qual sua função para a sociedade? Quais as formas de fortalecer esses laços identitários? Como preservar essas ruínas do século XVIII e ao mesmo tempo, desenvolver a região que era de predominância agrícola com pequenas indústrias locais?

Buscamos compreender o processo de consolidação mencionada no decorrer das edições dos boletins informativos, ao acompanhar as ações realizadas em São Miguel. Quanto ao uso do termo “consolidação” nessa dissertação, vamos ao encontro do entendimento de Júlio Curtis, diretor regional da SPHAN/Pró-Memória, que define essa consolidação como “a intervenção, por vezes, necessária à garantia de estabilidade da edificação ou ruína”<sup>98</sup>. Contudo,

---

<sup>96</sup> Fernando La Salvia, arqueólogo no Museu Antropológico, foi cedido pelo Governo do Estado para participar de um projeto que decorreu de convênio firmado entre a SPHAN, a e a Subsecretaria de cultura, Desportos e Turismo do Governo do Estado. Para tanto, foram realizadas escavações começando em São Nicolau, a Diretoria Regional da 9.ª D. R. deveria mensalmente comunicar a efetividade dos trabalhos realizados. Esta informação consta no Of. N.º 237/79, de 05 de outubro de 1979, guardado atualmente nos arquivos da Superintendência do IPHAN/RS.

<sup>97</sup> Arno Kern arqueólogo e professor na PUCRS, em 1985 estruturou o projeto Arqueologia Histórica Missioneira junto ao professor Pedro Augusto Mentz Ribeiro (UNISC), e do arquiteto Júlio Curtis (9.ª D. R. SPHAN), no qual propiciou o desenvolvimento de muitas pesquisas, das mais diversas áreas, a partir das escavações arqueológicas e o contato com a cultura material que foi descoberta durante esse projeto, que dava prosseguimento as recomendações da UNESCO para São Miguel.

<sup>98</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 15, p. 16, (ANEXO A).

há necessidade de diferenciar a consolidação de outra ação que vai ocorrer em paralelo, a valorização, que “consiste na colocação em evidência do monumento através da proteção do seu entorno de interferências visuais indevidas, bem como do seu destaque com ambientação adequada. Está contida sempre no processo de preservação integrada”<sup>99</sup>. De modo que contemple as duas perspectivas, no período recortado, iremos analisar os enlaces desses dois processos que ocorreram.

Como observado nos capítulos anteriores, a vertente patrimonial estava voltada para a ideia de desenvolvimento social e econômico, com a elaboração de diretrizes para operacionalizar a política cultural do MEC. Foi mais um passo para alcançar o almejado desenvolvimento, em outras palavras, o documento trata de trazer redefinições acerca dos bens culturais. As preocupações em trazer a luz patrimônios não consagrados — o que pode ser traduzido como o patrimônio regional, levado posteriormente a uma concepção nacional — apesar de São Miguel já ter sido tombado, não estava entre os principais bens consagrados e valorizados até os anos 1970. As mudanças ocorrem somente a partir da reformulação das novas diretrizes, com a preocupação com o patrimônio regional. “O desenvolvimento de cruzadas pelo patrimônio regional abriu espaços para novas formas de participação e engajamento políticos que ocuparam um espaço intermediário entre a política nacional e a local” (WILLIAMS, 2012, p. 290).

Nessa presente pesquisa, averiguamos como São Miguel faz parte do desenvolvimento cruzado, citado por Williams (2012). Assim, mesmo que se tenha a percepção de um bem que só simboliza determinada região, ao mesmo, passaria a integrar a nação, ao retomar a ideia de que o Brasil é formado por múltiplas culturas, o mosaico cultural como referência de Magalhães. É possível adotar os remanescentes de São Miguel como parte do imaginário nacional, ao ter as ruínas como um marco que conta parte do nascimento do estado do Rio Grande do Sul e região e, “da mesma forma, essa referência às Missões como representativas de um passado de “harmonia” também pode ser colocada em questão” (LOYOLA, 2016, p. 15).

As políticas federais visavam o desenvolvimento e integração nacional, um exemplo disso foi a conclusão do acesso asfáltico da BR 285 até as ruínas de São Miguel, uma intervenção vista como um passo para desenvolver a região, e ofertar possibilidades para o avanço do turismo. A obra ocorreu durante o governo de Figueiredo, e um dos fatores para o desenvolvimento dessa obra de infraestrutura foi justamente uma aproximação com o interesse turístico para a região, ao oferecer uma rota de entrada no Brasil a partir da Argentina.

---

<sup>99</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 15, p. 16, (ANEXO A).

Na década de 1970, grandes intervenções ocorreram na edificação de São Miguel, assim como na infraestrutura do município, como o reforço estrutural da fachada principal da Igreja com inserção de elementos em concreto armado; cooperação com o Exército na pavimentação do trecho que liga São Miguel à BR 286<sup>100</sup>; a criação e implantação do espetáculo Som e Luz<sup>101</sup>. (HORDEJUK, 2019, p. 84)

O trecho acima refere-se a conjuntura econômica do período, que foi marcada por momentos de ascensão e de crises, e, sobretudo, de transformações, sendo algumas discutidas no decorrer do capítulo. O país seguia o projeto de modernização, com implicações econômicas que vão cruzar com o patrimônio, e por conta disso, a preservação passa a fazer parte das áreas de investimento. Desse modo, “o turismo voltado para as Missões aumentou significativamente nos anos 70, quando uma visita às reduções começou a ser divulgada como um destino ideal para viagens de automóvel” (WILLIAMS, 2012, p. 289).

O diretor geral do IPHAN concorda que o Instituto passou por uma fase de paralisação, sem recursos necessários para um trabalho de recuperação e conservação em todas as áreas tombadas do país, mas pretende fazer uma revisão geral na política do Instituto e conhecer os locais onde devem ser aplicadas as verbas. Para ele o Instituto deve buscar recursos na “na fonte e não esperar que esses recursos venham de mão beijada.”<sup>102</sup>

Nesse cenário, um dos principais fatores para que se consolidasse o bem cultural com auxílio financeiro, mesmo em um momento de crise no país, foi certamente a inclusão do sítio arqueológico de São Miguel das Missões como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO e o incentivo que isso poderia gerar. Posteriormente, foram elaboradas ações para essa inclusão, estimuladas por diversos incentivos. A preservação contribuiria para salvaguardar as ruínas de São Miguel e a memória que o lugar guarda, comparado as ações de tombamento que estavam sendo realizadas.

A partir das ruínas de São Miguel, atividades de pesquisa, conservação e difusão se expandiram pelos demais sítios missioneiros da Região. Nessa conjuntura, começou a acorrer uma modificação na forma de entender o patrimônio cultural missioneiro. Uma visão ampliada de contexto, mas ainda restrita ao período reducional, São Miguel, de certo modo, passa a ser um espelho da vertente patrimonial, que fica evidente ao observarmos as referências do que se discutia em âmbito nacional, e agora também no local, próximo ao bem cultural.

<sup>100</sup> Onde está escrito BR286, lê-se BR 285.

<sup>101</sup> O espetáculo foi implantando no final da década em 1978, interrompido e reiniciado nos primeiros anos da década seguinte em 1983, em função das obras de conservação das Ruínas de São Miguel.

<sup>102</sup> INCLUSÃO da Região das Missões no Programa de Cidades Históricas. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 ago. 1979. p. 19. Arquivo IPHAN-RS (São Miguel das Missões/Recortes/Jornais).



#### 4.1 SPHAN COMO AGENTE DE PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA EM SÃO MIGUEL

Como já discutido, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional era a autarquia responsável legal pela preservação dos bens tombados no Brasil, também era a encarregada de estabelecer as políticas de proteção e conservação dos remanescentes de São Miguel das Missões. Ao procurar estabelecer uma relação entre as diretrizes propostas durante a direção de Aloísio Magalhães, como motivadora para as ações em dos intelectuais e dos técnicos gaúchos a caracterização das ruínas de São Miguel como patrimônio cultural brasileiro. A participação desses personagens foi fundamental na construção de uma política de proteção para esse conjunto arqueológico. A responsabilidade regional era de competência de Júlio Curtis, cuja função era de intervir diretamente e realizar cobranças junto às autoridades locais. Junto a Curtis, outros nomes aparecem como sendo os responsáveis por pensar e executar as ações que foram formuladas pelo órgão federal, demonstrando que as políticas culturais foram forjadas por múltiplos atores, para além das diretrizes do Executivo e que estabeleceram com o Estado uma relação ativa na formulação de políticas públicas na área do patrimônio.

As transformações promovidas pelo Estado, representadas pela SPHAN no patrimônio tombado de São Miguel, vão ser retratadas pelos documentos obtidos junto ao IPHAN. Tais documentos tratam os processos burocráticos de descentralização, como ofícios, relatórios, e uma parcela de documentação trocadas entre a superintendência do Rio Grande do Sul da época, dirigida pelo arquiteto Júlio Curtis, e presidência do SPHAN/Fundação Pró-Memória. O conteúdo das documentações trocadas tratavam da situação física das ruínas e as possibilidades para o futuro do bem cultural. Ao analisar os documentos, é possível identificar os discursos oficiais, seus projetos, e a relação entre a direção estadual e federal. Também permite acompanhar todo o investimento feito pelo Estado e a atenção com o andamento das obras de restauro, que foram aperfeiçoados ao longo de reuniões preparatórias ligadas a proposta da UNESCO. A partir dessas reuniões com representantes da UNESCO, vão ser elaborados dois Termos de Referências que irão auxiliar na análise das políticas patrimoniais para o bem cultural, ao nos permitir observar a comunicação entre organismos, diálogo que foi contínuo ao longo da década de 1980. Além disso, podemos verificar os investimentos para de São Miguel das Missões, como isso acarretaria sua candidatura a patrimônio da humanidade e nas projeções para o turismo e econômica.

A relação entre as políticas internacionais da UNESCO e instituição pública de proteção do patrimônio nacional, podem ser compreendidas como indica Érico Loyola (2016, p. 120)

“para a SPHAN/FNPM havia a necessidade de conectar a história missioneira ao dia a dia dos habitantes locais, fazendo-lhes adotar a ‘causa’ de sua promoção internacional”. A relação entre esferas das políticas culturais estaria atrelada ao fomento do desenvolvimento nacional, e Loyola (2016) ainda completa que apresentar sua pesquisa fundamentada no estabelecimento de uma relação com o Mercosul e circuito turístico, visto que “a vinculação das Missões Jesuítico-Guaranis a projetos de integração foi, e ainda é, uma forma de atribuir sentido às tentativas de aproximação entre as diferentes nações que compõem a América do Sul” (LOYOLA, 2016, p. 75). Ademais, outros documentos complementares demonstram a apropriação turística que se visava para as Missões transfronteiriças do MERCOSUL que estava em formulação.

Essas perspectivas vão ser ressaltada à medida que parte do que estava sendo realizado podia contar com a influência internacional. Assim como a SPHAN procurava se aproximar de uma ótica da cultura como processo global, descrita nas diretrizes para operacionalizar a política cultural. “A questão que se colocaria, portanto, é a de como realizar tal “revolução cultural”, aproximando Estados e culturas que, até pouco antes, rivalizavam-se. E que, como no caso brasileiro, culturalmente, criara uma imagem de oposição da herança lusitana à espanhola” (LOYOLA, 2016, p. 78).

Ao utilizar os boletins informativos como fonte — visto que irão auxiliar no recolhimento de dados e na crítica de como se deu a empreitada de consolidação de São Miguel — é importante considerar que essas fontes foram elaboradas por agentes institucionais, tendo como público alvo seus pares e o meio cultural. É necessário ter cautela, por serem documentos limitados ao discurso institucional, com escolhas editoriais do que seria exaltado, como também disputas políticas que poderiam estar ocorrendo, ocasionando silenciamentos propositais acerca dos bens culturais. No caso de São Miguel, é pouco exposta à relação com a população ao entorno das ruínas e com as populações indígenas que habitaram aquele território anteriormente, encontramos silenciamentos sobre os indígenas enquanto participantes, mas que são usados apenas como uma lembrança ou símbolo. São informações limitadas, de modo que, foi necessário recorrer a outros documentos para complementar a análise.

Na leitura dos materiais, podemos averiguar os desdobramentos que a gestão de Magalhães teve nos novos critérios de valorização dos bens, a partir de uma reunião do Conselho Consultivo da SPHAN, observamos:

Os conselheiros Max Justo Guedes e Cyro Correa de Oliveira fizeram uma explanação sobre as Missões Jesuíticas, principalmente as de São Miguel, destacando a necessidade de obras de consolidação das ruínas. O professor Aloísio Magalhães

informou, então, que a SPHAN já havia solicitado à UNESCO a presença de um técnico para estudar o assunto e que nos próximos dias chegaria ao Brasil o professor Roberto Di Stefano, consultor daquele organismo.<sup>103</sup>

Em meio as proposições de Magalhães aparece o discurso modernizador, que se encontrava no interior do IPHAN desde a saída de Rodrigo, que considerava a ênfase na diversidade cultural do país. Segundo Magalhães (1985) a UNESCO demonstrava um grande interesse por São Miguel, ao dizer que a informação ainda não estava pública, mas que existia uma troca entre instituições, ao justificar esse interesse “pela singularidade e pela pertinência ao nível de instituição internacional do bem cultural fazermos um pedido de tombamento mundial do conjunto das Missões, o Brasil, a Argentina e o Paraguai” (MAGALHÃES, 1985, p. 199). O administrador cultural complementa que essa candidatura já estava em andamento, ao citar reuniões entre os três países que dividem o território dos Trinta Povos Jesuític-Guarani (Figura 8). Contudo, vai ressaltar a aproximação de culturas dos países do Mercosul com regiões missioneiras, em que é levantada a hipótese de uma identidade comum, pois uma perspectiva de Magalhães para o setor cultural era a proteção e desenvolvimento do produto cultural brasileiro, “sem falar em perda mais sutil, não menos insidiosa, a do caráter nacional desses países” (MAGALHÃES, 1984, p. 40).

Nesse cenário, um plano de ação foi elaborado, com objetivo de aumentar a cooperação<sup>104</sup> com a UNESCO, como ficou evidente ao longo das edições dos boletins da instituição. O artigo de título “Técnicos debatem como consolidar as Missões”, noticia uma reunião que ocorreu no início de 1980, “promovida pela Argentina, com representantes do Paraguai e Brasil, para tratar da compatibilização cadastramento da imaginária e fragmentos arquitetônicos das Missões Jesuíticas nos três países”<sup>105</sup>. Nota-se as preocupações dos países e seus objetivos com o levantamento da documentação histórica, como a criação de uma coletânea dos três países, fomento a pesquisas históricas e promoções de reuniões de análises críticas sobre os problemas encontrados nas missões. Entre as vantagens dos bens transfronteiriços estaria a possibilidade de incorporar, em um único bem, toda a área e os atributos que produzem seu Valor Universal Excepcional<sup>106</sup>, independente das fronteiras políticas. “O paradoxo, obviamente, era que as dimensões regionais, multilaterais e transnacionais de integração cultural que se sobrepunham eram canalizadas através de conhecidos atores governamentais nacionais” (WILLIAMS, 2012, p. 292).

<sup>103</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 7, p. 16, (ANEXO A).

<sup>104</sup> Na Convenção de 1972 desenvolveu-se programas de cooperação técnica entre a UNESCO e os países-partes.

<sup>105</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1979, n. 3, p. 11, (ANEXO A).

<sup>106</sup> Seria o que é avaliado; a razão por que um bem é inscrito na Lista do Patrimônio Mundial; e o que precisa ser sustentado por meio da proteção, conservação e gestão.

Figura 8 - Mapa do território dos Trinta Povos Jesuíticos-Guarani



Fonte: Arquivo do Escritório Técnico das Missões – IPHAN, (Anexo A).

Os “representantes dos três países estudaram uma série de propostas para a revitalização e consolidação”<sup>107</sup>, que precisavam ser “postas em práticas diversas ações que buscaram recuperar as estruturas arquitetônicas, o resgate de vestígios arqueológicos e a reconstituição histórica” (MORAES, 2014, p. 65). Para alcançar os objetivos propostos, a UNESCO auxiliaria no cumprimento, tendo a coordenação de reuniões de estudos históricos e técnicos, e inventários. Portanto, caberia aos países:

[...] publicações dos levantamentos referentes às Missões Jesuíticas, acompanhados de dados históricos-técnicos pertinentes, junto a critérios diretores da intervenção na restauração; levantamento da documentação histórica e gráfica existente em cada país e edição de uma coletânea da documentação [...] a partir de um programa a ser coordenado conjuntamente pelos três países.<sup>108</sup>

Deveria haver um sistema de gestão que abrangesse todo o bem e garantisse a comunicação e a coordenação entre todas as partes componentes, especialmente no que diz respeito à identificação de ameaças aos bens e resposta adequada a elas. Além da promoção

<sup>107</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1979, n. 3, p. 11, (ANEXO A).

<sup>108</sup> Idem.

desses remanescentes, “visualizando também um itinerário de interesse turístico” (MAGALHÃES, 1985, p. 199) com investimentos de diversos setores, ao contar com a mão-de-obra local para a execução de obras de reparo e de infraestrutura urbana. Uma parte dessa proposta ajudaria a economia local a girar, como parte do processo de desenvolvimento e articulação com o turismo que estava em ascensão, acompanhado de monitoramento e relatórios, especialmente em relação aos requisitos da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972.

Não era necessário criar uma autoridade de gestão específica para os bens, se os planos de gestão existentes estivessem funcionando adequadamente, desde que houvesse uma abordagem abrangente de gestão. No entanto, quando os mecanismos existentes estivessem inadequados, novos mecanismos específicos eram necessários, mas estes precisam ser efetivos. Para Williams (2012, p. 292) “Acordos multilaterais entre os governos autoritários da Argentina, Brasil, Chile e Paraguai já haviam sido criados nas áreas de segurança em episódios infames e bem conhecidos, turismo, infraestrutura e energia”. Ao considerar:

Proteção ao entorno urbano e paisagístico dos conjuntos missioneiros, considerando-se os problemas originados pelo turismo de massa e pelo desenvolvimento urbano; realização de estudos e estabelecimento de critérios e sugestões sobre as intervenções de restauração, conservação e revitalização do Patrimônio jesuítico.<sup>109</sup>

Ocorreu uma reunião entre os dias 4, 5 e 6 de novembro de 1981, em Posadas, na Argentina, com o objetivo de organizar “um plano de ação visando a preservação e revalorização dos conjuntos missioneiros jesuíticos da Argentina, Brasil e Paraguai está sendo estudado por técnicos e especialistas destes três países”<sup>110</sup>. Os representantes do Brasil nessa reunião eram Augusto Telles, Julio Curtis e Henrique Oswaldo de Andrade. Foi elaborado para o encontro, pela Fundação Pró-Memória, um “Documento de trabalho referente as Missões Jesuíticas” que ao longo de suas 18 páginas traçava um roteiro para uma reunião sobre a revalorização e preservação das missões transfronteiriças, favorecendo a candidatura dos três países para lista de patrimônios da humanidade com colaboração da UNESCO, em que se pretendiam “integrar um circuito de turismo cultural e implementar a valorização da arquitetura missioneira”<sup>111</sup>. Além de São Miguel, o roteiro tratava de breves históricos de outras ruínas que formam os Setes Povos no Brasil (São Borja, São Luiz Gonzaga, São Nicolau, São Lourenço, São João Batista, Santo Ângelo). “Em Posadas, a preservação histórica, o desenvolvimento econômico e o turismo foram discutidos como temas que não correspondiam às jurisdições

<sup>109</sup> Boletim SPHAN-CNRC-PCH, 1979, n. 3, p. 11, (ANEXO A).

<sup>110</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 15, p. 9, (ANEXO A).

<sup>111</sup> Idem.

políticas convencionais (isto é, municipal, estadual/provincial e federal)” (WILLIAMS, 2012, p. 292).

Observamos que, no período em análise, as políticas culturais e de patrimônio dos três países estavam caminhando para uma ampliação do turismo e defesa do patrimônio “com recursos nacionais e apoio de organismos internacionais, [que] vêm investindo em trabalhos de preservação e valorização das missões”<sup>112</sup>.

Isto é, a agenda preservacionista estabelecida em Posadas – assim como os futuros acordos multilaterais relacionados à integração do patrimônio regional na região das missões – foi negociada por representantes de agências preservacionistas federais, ministérios de relações exteriores e agências nacionais de desenvolvimento econômico. As preocupações dos atores locais e regionais (por exemplo: representantes dos governos municipais e provinciais, ligas protecionistas, a Igreja católica, associações históricas e associações de cidadãos) não foram completamente excluídas das discussões em Posadas, mas tiveram de ser subsumidas nas posições adotadas pelos representantes referendados pelos governos centrais. (WILLIAMS, 2012, p. 292)

Em meio a proposta, o Brasil pretendia a “adoção de medidas a nível municipal, estadual e federal, visando a ambientação, o ordenamento do espaço urbano e a sua inserção na vida das populações locais, através de programas e projetos que visem a melhoria da qualidade de vida”<sup>113</sup>. O documento de trabalho deixa a par como estavam as propostas para São Miguel, que dentre as missões estava com estado mais íntegro, como apontado pela FNPM: “a Missão de São Miguel é indubitavelmente a mais importante do Brasil. Sua excelente restauração, bom estado de conservação e seu museu se destacam em comparação com todas as demais ruínas dos três países” (FUNDAÇÃO..., 1981, p. 8).

Visando tornar o desenvolvimento urbano da vila de São Miguel compatível com a preservação das Ruínas da missão jesuítica que lhe são contíguas, foi elaborado e se encontra em vigência legal, o Plano de Diretrizes Físicas da Vila de São Miguel, que estipula normas de uso e ocupação do perímetro urbano daquela vila, como também indica as intervenções recomendáveis na área do Parque das Missões, visando a valorização do mesmo. (FUNDAÇÃO..., 1981, p. 10)

Outro ponto do roteiro traz informações acerca da capacidade receptiva de turismo, ou sua falta:

Como se pode verificar, junto às ruínas de São Miguel inexistem instalações de alojamento para os visitantes, o que obriga a hospedagem nas cidades próximas, Santo Ângelo ou São Luiz Gonzaga, ambas a aproximadamente 50 km de distância. O sítio das ruínas conta, tão somente, com um restaurante, de dimensão considerável, mas cujos serviços deixam a desejar. Assim sendo, a recomendação primeira, nesse sentido, é a instalação de um hotel, acompanhado de serviço de restaurante de boa qualidade, junto ao Parque das ruínas. (FUNDAÇÃO..., 1981, p. 18)

<sup>112</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 15, p. 9, (ANEXO A).

<sup>113</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 15, p. 9, (ANEXO A).

A falta de estrutura no entorno para receber turistas era um dos principais problemas, a dificuldade era como cumprir a meta se as acomodações estavam distantes, o que dificultava a visitação turística. Esse era um ponto visto com fundamental para dar andamento nas ações voltadas para o turismo, já que essa região não fazia parte, naquele momento, de nenhum polo turístico. “Ou seja, deveria ser mantida a ênfase na monumentalidade das Missões e no uso do turismo como ferramenta para o incremento econômico da região” (LOYOLA, 2016, p. 99), mesmo com a distância dos grandes centros, se fizeram presentes nas décadas de 1970 e 1980. Pela documentação obtida não pudemos averiguar novas reuniões específicas para tratar desse ponto no período compreendido entre 1979 e 1982, mas a temática do turismo vai estar imbricada nas ações de consolidação.

Como resposta a essa atenção para a conservação de São Miguel, a sétima edição do boletim, através de uma matéria com de título “A consolidação das ruínas” no qual “por solicitação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) à UNESCO, o professor Roberto Di Stefano<sup>114</sup>, a instituição vai publicar como se deu a visita do consultor técnico daquele organismo, veio ao Brasil”<sup>115</sup>. Podemos observar as condições e riscos de desabamento devido a ação contínua do tempo em São Miguel. Havia grande preocupação com a igreja devido a uma inclinação, na qual era preciso a realização de trabalhos de proteção urgentes, como é citado em correspondência<sup>116</sup> encaminhada do Diretor Regional Julio Curtis para o presidente da SPHAN/Pró-Memória Aloísio Magalhães. A troca de mensagens entre Curtir e Magalhães tratava sobre duas propostas de contratação de firmas para a realização dos trabalhos, sinalizando para a gravidade da situação e solicitando decisão com caráter de urgência. Deste modo, “durante três dias — 4, 5 e 6 de agosto — o professor Di Stefano, acompanhado por uma equipe de técnicos da SPHAN, examinou detalhadamente toda a área das ruínas e estudou a documentação gráfica e escrita existente sobre o monumento”<sup>117</sup>.

---

<sup>114</sup> O professor Roberto Di Stefano, que além de consultor da UNESCO é engenheiro civil e presidente do comitê italiano do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios).

<sup>115</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 7, p. 9, (ANEXO A).

<sup>116</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 9ª Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico. **Ofício no. 055/80** – Porto Alegre, 24 de junho de 1980. Porto Alegre: 1980c. Arquivo IPHAN/RS (São Miguel das Missões/Inventário/obras/caixa 09).

<sup>117</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 7, p. 9, (ANEXO A).

A visita (Figura 9), contou com a presença: Professor Aloísio Magalhães (Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o arquiteto Augusto Silva Telles (diretor da Divisão de Conservação e Restauração da SPHAN), o arquiteto Júlio N. Curtis (diretor da 9ª Diretoria Regional da SPHAN), e Fernando Machado Leal, arquiteto da SPHAN<sup>118</sup>.

Figura 13 - Augusto da Silva Teles, Aloísio Magalhães, Julio Curtis e Roberto di Stefano, reunidos em frente às ruínas da Igreja de São Miguel em 1980.



Fonte: Arquivo IPHAN, 1980, (ANEXO A).

Antes de pensar em como preservar, era necessário regulamentar a forma como seriam realizadas as escavações e pesquisas no âmbito global. Essa empreitada era exaltada como uma ação que traria muitos benefícios, além de ser considerado “um fato inédito desde a criação do Patrimônio Histórico brasileiro: a UNESCO vai articular uma campanha internacional, a partir do próximo ano, com o objetivo de angariar recursos para consolidar e estabilizar as ruínas de São Miguel das Missões”<sup>119</sup>, porque a quantia estimada para a consolidação contabilizavam 110 milhões de cruzeiros, para a realização de todo o serviço, que incluíam a consolidação, estabilização e arqueologia.

<sup>118</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 7, (ANEXO A).

<sup>119</sup> UNESCO abre campanha internacional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 jan. 1982. Arquivo Noronha Santos, IPHAN Rio de Janeiro. (Recortes/Jornais/AA01/M030/P04/ Cx.0576/ P.0001 / Env.01).



Para ser encorajado o prosseguimento de políticas de conservação e proteção integradas naquelas posições relacionadas com o planejamento econômico e de ocupação dos solos. Diante dos estudos da documentação existente, foi firmado o “Termo de Referência”, no dia 7 de agosto de 1980, documento de 4 páginas com indicações preliminares que contavam com a assistência do arquiteto Roberto Di Stefano, consultor da UNESCO, que sinalizou alguns pontos, tais como: “a desmontagem e a montagem da frontaria não parece aconselhável, em princípio, como medida inicial” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980a, p. 1), referindo-se sobre ter as imperfeições para mostrar a passagem do tempo, testemunhos do vivido. Di Stefano observa que “por sua própria característica, possuem imperfeições que são, no entanto, testemunhos de uma determinada época e da ação inexorável do tempo sobre o monumento”<sup>120</sup>. Em sua visão, seria uma “abordagem muito violenta e só deveria ocorrer como última alternativa, [que] só se justificaria depois de realmente esgotadas todas as outras possibilidades de consolidação”<sup>121</sup>.

Sobre o termo, verifica-se “que é impossível a definição imediata de diagnóstico e da consequente execução de projeto executivo, sem a realização de estudo analíticos preliminares” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980a, p. 1). Somente após uma rodada de exames do monumento poderia ser traçado uma estratégia junto ao SPHAN nacional e regional.

Entre os exames pedidos pela Unesco estão: levantamento gráfico, fotográfico e fotogramétrico do conjunto, em especial da fachada; análise petrográfica dos materiais de suas paredes, bem como de resistência; prospecções nas fundações; sondagens do terreno; exame da situação das partes já consolidadas.<sup>122</sup>

As análises recomendadas também foram descritas nesta edição do boletim, e estavam incluídas a contratação de serviços de escoramento da estrutura e o de fotogrametria, “o levantamento visa indicar as deformações espaciais do maciço da fachada”<sup>123</sup>. Di Stefano ainda:

explicou que a pouca divulgação dada às reduções jesuíticas impedem que elas sejam melhor conhecidas, principalmente no exterior, mas que ele não hesitaria em reconhecer nas ruínas das missões jesuíticas a mesma importância de outras ruínas célebres, como a Acrópole, o Coliseu e outras.<sup>124</sup>

Interessante observar que o consultor da UNESCO coloca São Miguel no mesmo patamar de outros bens culturais que recebem muito turismo, no entanto, isso não parece possível. Ao fazer uma avaliação, surge críticas a respeito da UNESCO não considerar fatores

<sup>120</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 7, p. 9, (ANEXO A).

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 10, p. 8, (ANEXO A).

<sup>123</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 7, p. 10, (ANEXO A).

<sup>124</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 7, p. 9, (ANEXO A).

como a localização, nem o contexto político-econômico. Diferente dos exemplos citados, os remanescentes missioneiros estão uma região afastada, em um país que vivia sob o autoritarismo e enfrentava uma crise, não sendo capaz de oferecer todo esse potencial turístico, com uma estrutura urbana que necessitaria passar por grandes modificações. Após a primeira vistoria, concluiu-se que a melhor opção para a proteção seria estabelecer um plano geral de restauro e de valorização dos remanescentes, relacionando-o com um planejamento municipal e estadual.

Paralelo ao processo de consolidação, em entrevista no boletim seguinte, Di Stefano trata sobre “a conservação do patrimônio como exigência social”<sup>125</sup>, como uma ideia amplamente defendida pelo consultor técnico da UNESCO. Em linhas gerais, vai tratar da maneira de como se deve proceder na revitalização e restauração como parte fundamental do processo de conservação patrimonial. também responde sobre a reconstituição estética e a reconstituição histórica, como: sendo esse “[...] o ponto central da restauração, porque evidentemente é um problema que diz respeito a todos os bens culturais”<sup>126</sup>, que buscava harmonizar as instâncias. O que auxilia para o entendimento do processo de consolidação das ruínas de São Miguel, onde a ideia não era reconstruir o monumento por inteiro, mas sim, ter meios de manter a estrutura que se encontrava e prevenir possíveis desabamentos, já que “nas narrativas de preservação, a imagem da perda é usada como uma estratégia discursiva por meio da qual a cultura nacional é apresentada como uma realidade objetiva, ainda que em processo de desaparecimento” (GONÇALVES, 1996, p. 90).

Ao criticar as políticas do SPHAN/FNPM o consultor da UNESCO estava salientando o aspecto tradicional das práticas patrimoniais, como ressalta Loyola (2016, p. 124), “as propostas de valorização apresentadas pelo Brasil, ademais, tampouco apresentaram essa ‘leitura popular’”. Di Stefano é enfático quando se trata de como os monumentos antigos são parte importante da constituição social, indicando que o investimento público deve ser comparável a outras áreas da gestão. E ao ser indagado sobre o turismo de massa, assume que enxerga como uma saída, mas que precisa ser uma estratégia posta com cautela, sempre ligada a educação de quem trabalha e quem visita o bem, pensado para ser acessível a todos. “É preciso fazer que todos possam viajar aos vários lugares e conhecer o patrimônio cultural algum ensinamento, algum sinal, proporcional à sua própria cultura, à sua própria educação”<sup>127</sup>, para

---

<sup>125</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 8, p. 17, (ANEXO A).

<sup>126</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 8, p. 17, (ANEXO A).

<sup>127</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 8, p. 18, (ANEXO A).

difundir a todos e não apenas para uma elite, que era naquele período os que extraíam esse conhecimento.

No entanto, averiguamos que “a orientação do turismo que deve ser voltado para o interesse público”<sup>128</sup>, uma vez que a iniciativa privada iria explorar o patrimônio até extrair o máximo de seu potencial, podendo causar danos. “Então, se o turismo de massa for controlado pelo governo e bem cuidado, poderá ser feito de maneira tal que se torne vantajoso para a educação do povo. Será, portanto, um turismo cultural que se difunde para todos e não somente para uma elite” (Ibidem, p. 18). Aqui notamos algumas colocações semelhantes com o que estava nas propostas feitas pelas políticas culturais, incluído as diretrizes para os bens culturais da SPHAN naquele período, que deveriam alcançar mais pessoas, para auxiliar na legitimação da identidade nacional.

Os primeiros resultados das análises feitas para verificar a situação de São Miguel revelaram que o trabalho de escoramento, previsto na primeira visita, não foi necessário “ao contrário da hipótese anterior, não ocorreu movimentação recente na frontaria da igreja. Os resultados indicaram que desaprumo atual é da mesma ordem de grandeza do verificado em 1968”<sup>129</sup>, já o levantamento fotogramétrico da fachada principal continuava em execução pela empresa AeroSul, contratada pela Fundação Pró-memória, pelo valor de duzentos mil cruzeiros<sup>130</sup>.

A “segunda visita do professor Di Stefano ao local ocorreu entre os dias 15 e 16 de novembro e, com base nos estudos já realizados, verificou-se que há pontos de desagregação, de maneira geral, em todo o monumento”<sup>131</sup>. Foi realizada uma inspeção durante o encontro com a presença do consultor técnico da UNESCO Di Stefano, o diretor da 9ª regional Julio Curtis, e os arquitetos Odair Carlos e Fernando Machado Leal. No dia seguinte, 17 de novembro, foi firmado o Termo de Referência n. 2, na cidade do Rio de Janeiro, entre Roberto Di Stefano (UNESCO), Augusto Telles (SPHAN), Fernando Leal (RESCON). Com três páginas, o termo tratava das análises e exames realizados na estrutura. Observasse que, nesses três meses que se passaram, de um termo para outro, o andamento dos objetivos firmado no termo anterior de 07 de agosto de 1980.

Entre a primeira e a presente inspeção, no decurso de 3 meses, constatou-se que as condições gerais do monumento, particularmente as da torre, denotam processo continuado de degradação do monumento verificado pela futura e queda de pedra,

---

<sup>128</sup> Idem.

<sup>129</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 9, p. 16, (ANEXO A).

<sup>130</sup> Documento da Fundação Nacional Pró-memória referente a Determinação 006/80 de 28 de agosto de 1980. Irapoan Cavalcanti de Lyra solicita autorização de para a contratação firma a Aloísio Magalhães.

<sup>131</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 9, p. 16, (ANEXO A).

danos decorrentes do crescimento de vegetação, mutilação de pedras pelos visitantes. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980b, p. 3)

Fica evidente, com a posição da SPHAN em matéria sobre a segunda visita a São Miguel, qual a disposição para que ocorra a valorização do bem cultural, e que isso dependia do empenho e agilidade das autoridades responsáveis, envolvendo o caráter técnico, administrativo e financeiro para a concretização do plano geral de restauro.

Ante o exposto do prof. Di Stefano sugere às autoridades responsáveis que agilizem as providências de caráter técnico, administrativo e financeiro capazes de levarem à elaboração final do plano geral de restauro e de valorização do monumento no mais breve prazo possível. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980b, p. 4)

A partir da leitura do termo, fica claro que suas recomendações estavam em sintonia com a urgência de começar as ações de consolidação, e não de reconstrução. A ideia era deixar a estrutura estável para evitar possíveis desabamentos, ainda se aguardava “diversos outros exames não puderam ainda ser iniciados, pois, dependem dos resultados finais dos que estão sendo realizados”<sup>132</sup>, para assim dar início ao processo de consolidação. Ao avançar nas etapas de ações em São Miguel das Missões, o trabalho foi visto como adiantado, “de acordo com especialistas da Secretaria do Patrimônio e Artístico Nacional, todo esse trabalho prévio estará terminado até o final de abril, talvez mesmo antes”<sup>133</sup>. A maioria dos exames pedidos por Di Stefano já tinham sido concluídos, pelo processo de restauro ser delicado havia toda uma preocupação por parte do órgão. Assim, manter a memória dos remanescentes através do projeto luz e som, que seria restabelecido após a conclusão das intervenções. “De acordo com posição já manifestada pelo diretor regional do SPHAN à Secretária de Cultura e Turismo, deseja-se não só permitir como estimular a integração definitiva do espetáculo de luz e som às ruínas de São Miguel”<sup>134</sup>.

A consolidação é descrita pela SPHAN como um trabalho inédito para os seus técnicos, devido à complexidade de etapas recomendadas pelo consultor técnico da UNESCO. “De acordo com os técnicos da SPHAN/Pró-Memória que conduzem os trabalhos, procedeu-se em São Miguel a estudos como nunca fora feito antes”<sup>135</sup>. Ao passo que “as condições gerais do monumento denotam processo continuado de degradação, verificado pela ruptura e quedas de pedras, danos decorrentes do crescimento da vegetação -agora sanados com a limpeza do local- mutilação pelos visitantes, etc”<sup>136</sup>. Outro problema enfrentado pelos técnicos foi “uma visível

<sup>132</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1980, n. 9, p. 16, (ANEXO A).

<sup>133</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 10, p. 8, (ANEXO A).

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 13, p. 19, (ANEXO A).

<sup>136</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 13, p. 20, (ANEXO A).

inclinação” na estrutura que “daria a impressão, por uma ilusão de ótica, de que a fachada estaria caindo para trás”<sup>137</sup>, levando a realização de mais estudos para evitar futuros desabamentos.

Tais características, aliás, são perceptíveis nas publicações que a SPHAN faz nos boletins, à medida que são feitas afirmações como: “no máximo até abril serão tomadas as medidas técnicas que possibilitarão a consolidação das ruínas missioneiras de São Miguel”<sup>138</sup>. Para mostrar como estavam as medidas de consolidação ou para atestar que “as análises e levantamentos já foram realizados pela SPHAN/Pró-Memória, que, durante todo o ano passado, manteve em São Miguel técnicos que executaram cuidadosos estudos sobre a constituição dos materiais empregados na Igreja de São Miguel”<sup>139</sup>. Contudo, isso dependia de algumas aprovações acerca dos aspectos técnicos que são de responsabilidade de Di Stefano em uma próxima reunião.

A autarquia trata da consolidação que iria ser realizada no local nos próximos meses de maneira assertiva. Augusto Telles faz o anúncio: “dentro de no máximo quartos meses, a SPHAN/pró-Memória dará início às obras de consolidação das ruínas de São Miguel das Missões”<sup>140</sup>. Do encontro em São Miguel em 27 e 28 de abril de 1982, foi elaborado um pequeno relatório (com total de 3 páginas), que tinha como objetivo analisar os trabalhos realizados e definições de diretrizes a serem seguidas, com a presença do consultor técnico da UNESCO, Roberto Di Stefano, e Augusto Telles, Fernando Leal e Julio Curtis, “naquela oportunidade o arquiteto Fernando Leal fez um relato sobre os trabalhos até então desenvolvidos sob sua coordenação” (SPHAN; FNPM, 1982, p. 1) e ainda foi elaborado um segundo documento<sup>141</sup> que especificaria as frentes de trabalho:

De acordo com o documento técnico elaborado após o encontro, os trabalhos serão iniciados de imediato, em duas frentes simultâneas: uma voltada ao planejamento global – urbanístico, arqueológico, ambiental, econômica, técnico - visando à utilização da área como acervo cultural vivo e integrado à visitação turística, de acordo com critérios atualizados e apropriados, respeitados os valores histórico-arquitetônicos, outra, envolvendo a execução de obras necessários à consolidação imediata dos maciços, notadamente os da fronteira e da torre da igreja, de modo a não comprometer futuras intervenções a serem definidas pelo planejamento global.<sup>142</sup>

O relatório faz referência a pareceres sobre como as empresas contratadas estavam realizando seus trabalhos, “essas leituras espadas de um intervalo de 151 dias, nos indicam a necessidade de um programa sistemático de instrumentação com intervalos de 4 meses e

---

<sup>137</sup> Idem.

<sup>138</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 16, p. 14, (ANEXO A).

<sup>139</sup> Idem.

<sup>140</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 17, p. 2, (ANEXO A).

<sup>141</sup> Relatório de Viagem do Rio Grande do Sul, 10 de maio de 1982 – Arquivo SPHAN/RS – caixa 03.

<sup>142</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 17, p. 2, (ANEXO A).

dirigidas particularmente para aqueles pinos instalados na frontaria da torre” (SPHAN; FNPM, 1982b, p. 2). Notamos o empenho para que se cumprisse as demandas dos termos de compromisso, em trecho: “Queremos ressaltar que aceitamos inteiramente as colocações e recomendações do Prof. Roberto Di Stefano, consultor da UNESCO, mas manifestamos aqui a preocupação quanto às condições de suporte do terreno” (SPHAN, FNPM, 1982b, p. 2-3). No entanto, por ser uma ação nunca realizada, era cercada de temores quanto as condições estruturais. O encontro de abril de 1982, “discutiu com técnicos brasileiros em preservação de bens culturais mais completo e detalhado levantamento científico jamais realizado de um monumento histórico no país”<sup>143</sup>.

Quando a responsabilidade técnica e financeira ficou a cargo do Ministério da Cultura e Educação, através da SPHAN-Pró-Memória, para iniciar os trabalhos de consolidação, foi firmado um termo<sup>144</sup> em 9 de outubro de 1982, em continuidade a reunião ocorrida em abril do mesmo ano. Assinaram esse termo José Augusto Amaral de Souza (governador do Estado), Esther Figueiredo Ferras (ministra da Educação e Cultural), Marcus Vinicius Vilaça (secretário da Cultura e presidente da Pró-Memória) e Alberto Wachter (Prefeitura de Santo Ângelo).

O trabalho de consolidação envolvia várias etapas e “as obras de estabilização das ruínas missioneiras de São Miguel [foram] executadas sob a responsabilidade técnica e financeira da SPHAN/pró-Memória”<sup>145</sup>, conforme ficou estabelecido em compromisso firmado durante o encontro entre os órgãos e instituições presentes. Assinaram o compromisso o Diretor Regional da SPHAN/Pró-Memória, Julio Curtis, do departamento cultural da secretaria Cultura, Desporto e Turismo do Estado, Tarcísio Taborda e o secretário do governo municipal Carlos Cini Marchionatti, e o secretário municipal do turismo Mário Basso Simon.

Na prática, foi uma tarefa complexa que exigiu contribuições permanentes para a realização do processo de estabilização (Figura 10), com recursos financeiros e, principalmente, empenho e dedicação dos técnicos envolvidos em relação à extensão do trabalho que lhes foi confiado.

Toda a documentação elaborada a partir das análises, ajudaram nas discussões ocorridas no encontro e na formulação do novo relatório. O Relatório técnico<sup>146</sup> dos trabalhos realizados em 1982, detalha em mais de 90 páginas todo o trabalho técnico prestado pelas empresas

---

<sup>143</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1983, n. 27, p. 2, (ANEXO A).

<sup>144</sup> Termo de início de obra de consolidação das Ruínas do antigo Povo de São Miguel das Missões, em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul. Arquivo IPHAN/RS, caixa 09.

<sup>145</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 17, p. 2, (ANEXO A).

<sup>146</sup> Nessa pesquisa optamos por não fazer a análise detalhada do relatório técnico em questão, pois acreditamos que ele destoa dos objetivos aqui traçados, por tratar de questões mais técnicas de arquitetura e geográficas.

contatadas pela SPHAN, aliás, nas plantas há uma descrição do estado das ruínas com um minucioso levantamento feito pela empresa Restauração e Construção LTDA (RESCON). As obras foram coordenadas pelo Arquiteto Fernando Leal, tendo na equipe os arquitetos Odair Carlos de Almeida e Luiz Antônio Bolcato Custódio.

Durante o ano de 1982, essa firma especializada realizou estudos de comportamentos das argamassas destinadas ao preenchimento dos vãos existentes entre os blocos de alvenaria, e das placas para o revestimento do topo dos muros; sobre o comportamento dos elementos a serem inseridos nas partes desagregadas ou deterioradas da torre, sobre os lanços de muros e sobre os arcos. O trabalho de consolidação das ruínas em toda a extensão existente está previsto para 1983, de acordo com o que foi recomendado no documento técnico preparado durante da Reunião de 26 e 27 de abril de 1982. Para os trabalhos executados em 1982, os recursos foram da ordem de US\$ 70,000 (setenta mil dólares). Para os trabalhos previstos em 1983 os recursos orçamentários previstos são da ordem de US\$ 400.000 (quatrocentos mil dólares). (SPHAN, 1982, p. 10)

Figura 17 - Antes do processo de estabilização da frontaria da Igreja.



Fonte: Boletim IPHAN-CNRC-PCH n 5, p. 2, (Anexo A).

Os estudos e levantamentos dos técnicos, vão permitir chegar a seguintes considerações: como o tempo age naturalmente na degradação das ruínas; as ações humanas ao longo dos 300 anos favoreceram lesões; houveram retirada de algumas pedras das estruturas pela população que a cerca para construção de moradias e marcas entalhadas — “Estas marcas foram gravadas em baixo relevo por meio da raspagem da pedra, de forma que fossem impressos seus nomes e as datas de execução” (SILVA, F. R., 2012, p. 45).

Uma informação recorrente, quando se trata das ações que estavam sendo promovidas, é o ato de enaltecer as ruínas, sua história de origem e modos sociais que foram desenvolvidos. “As ruínas missionárias encontradas no atual Estado do Rio Grande do Sul constituem-se em valioso patrimônio histórico-cultural do país”<sup>147</sup>, como a população via aquele lugar como

<sup>147</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1981, n. 13, p. 20, (ANEXO A).

sagrado, ao usar como cemitério<sup>148</sup> para seus familiares. Em outra publicação a SPHAN, há matéria de título “A importância de São Miguel, segundo Di Stefano”<sup>149</sup> com diversas falas do consultor técnico da UNESCO sobre o bem cultural e as políticas culturais nacionais.

O Brasil, felizmente, já dispõe de órgãos e técnicos de comprovada seriedade científica na recuperação do patrimônio cultural. Agora é preciso que se crie uma consciência de respeito e valorização desses monumentos junto ao povo. A opinião pública é a mais eficiente fiscalização que pode existir sobre eventuais abusos e mutilações. Um trabalho sério comprometido se a população não a necessidade de zelar por ele” “Precisamos ter bem claro que um monumento é um dado cultural e que cultura é coisa viva, integrada à comunidade. De nada adianta, como fato cultural, recuperar um patrimônio histórico para deixá-lo no meio do mato onde ninguém o vê.<sup>150</sup>

Algumas outras falas já mencionadas em edições anteriores (boletins 7, 14 e 15) mostravam o entusiasmo existente sobre as ações que estavam sendo realizadas. No entanto, são feitas algumas ressalvas pelo consultor da UNESCO sobre o turismo cultural: “precisamos ter bem claro que um monumento é um dado cultural e que cultura é coisa viva, integrada à comunidade. De nada adianta, como fato cultural, recuperar um patrimônio histórico para deixá-lo no meio do mato onde ninguém o vê”<sup>151</sup>. Das afirmações de Di Stefano, podemos perceber que além da ênfase na ideia de desenvolvimento, havia a manutenção do discurso das Missões Jesuítico-Guaranis como símbolo das tradições ibéricas e marco da “ação civilizatória jesuíta”. Entretanto, o silenciamento sobre a população indígena é percebido, como essa população descendente iria ser retratada, ou se teriam políticas para que os povos guarani fossem integrados na proposta de valorização.

Em 1983, o discurso de enaltecer o bem cultural é consolidado, quando as Ruínas de São Miguel foram declaradas patrimônio cultural da humanidade pela Unesco, em conjunto com os remanescentes de San Inacio Miní, Nuestra Señora de Loreto, Santa María La Mayor e Santa Ana, na Argentina. Na justificativa apresentada para solicitação da inscrição na lista do Patrimônio Mundial, assinada em 16 de dezembro de 1982, a ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz e o novo secretário da cultura do MEC, Marcus Vinícius Vilaça, substituto de Magalhães após o seu falecimento, “assinaram, no dia 9 de outubro passado, o termo de autorização das obras de consolidação das ruínas de São Miguel das Missões”<sup>152</sup>, em

<sup>148</sup> Os cemitérios, junto as reduções, continuaram sendo usados pela população mesmo após o encerramento do seu uso inicial pelos jesuítas. O cemitério localizado ao lado da Igreja em São Miguel só seria retirado em definitivo no ano de 1975. Darlan Marchi (2018) em sua tese faz uma análise mais profunda no processo de remoção do cemitério.

<sup>149</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 17, p. 4, (ANEXO A).

<sup>150</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 17, p. 4, (ANEXO A).

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 20, p. 25, (ANEXO A).



visita para ter conhecimento das obras que ocorreram no bem cultural. Nesse sentido, ainda trata do pedido formal encaminha para que São Miguel entrasse na lista de Patrimônios da Humanidade. “O secretário (Marcos Vinicius Vilaça) espera que a UNESCO reconheça as Missões como Patrimônio Cultural da Humanidade até o final de 1984”<sup>153</sup>, fato que ocorre em dezembro de 1983. Ficou a cargo da Fundação Pró-Memória o suporte técnico, com divulgação de informações e orientações através de seminários, debates sobre o tema e a necessidade de instigar uma ampla participação da comunidade.

É interessante notar que nesse momento não havia efetiva cooperação entre Argentina, Brasil e Paraguai na obtenção do título de “Patrimônio da Humanidade”. Cada país veio a encaminhar dossiê específico, englobando as reduções que entendia mais representativas. O Brasil submeteu o seu ao ICOMOS em 30/12/1982, e a Argentina o fez em 20/09/1983 (UNESCO/ICOMOS, World Heritage List n.º 275 e 291). (LOYOLA, 2016, p. 127)

Ou seja, mesmo quando colocada a questão no plano internacional, sob uma capa de modernidade, os critérios para a preservação de São Miguel mantinham-se fiéis a uma linha de interpretação, que podemos interpretar como conservadora. A leitura, na realidade, ia de encontro à narrativa de Brasil formulada por Aloísio Magalhães, mesmo não havendo sua presença, ao perceber como as diretrizes formuladas durante a gestão do *designer* tiveram continuidade mesmo após sua morte prematura.

Figura 25 - Capa Boletim SPHAN/FNPM, 1983, n. 27, na manchete a declaração de Patrimônio da Humanidade



Fonte: Boletim SPHAN/FNPM, 1983, n. 27, (Anexo A).

<sup>153</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 20, p. 25, (ANEXO A).

Ao avançarmos a análise para além do nosso recorde, já sem a presença de Magalhães no SPHAN, podemos observar no boletim n.º 27 acima (Figura 11) — que corresponde ao bimestre novembro/dezembro de 1983 — de título “São Miguel das Missões – UNESCO declara ruínas Patrimônio da humanidade”<sup>154</sup>.

A edição publicada em 1983, fechou um ciclo ao apresentar os resultados de um projeto de consolidação, que tinha como um dos principais objetivos alcançar esse título de patrimônio da humanidade. Como acompanhamos nas edições anteriores, nas diversas matérias, colocavam a 10ª Diretoria Regional da SPHAN/pró-Memória como o agente que supervisionou todo esse processo com parcerias locais (prefeitura de Santo Ângelo) e internacionais (UNESCO).

Com muita música, dança e fogos de artifício, a população da região das Missões, no Rio Grande do Sul, comemorou na noite de 9 de dezembro passado, na cidade de Santo Ângelo distante 459 quilômetros de Porto Alegre, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido às ruínas missioneiras de São Miguel, pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, durante reunião plenária anual, ocorrida no período de 5 a 9 de dezembro, em Florença, Itália.<sup>155</sup>

Nessa edição, diversos trechos estão representando as comemorações posteriores ao título, todo o trabalho que foi feito por parte da SPHAN e a responsabilidade em preservar a memória que estavam contidas nas ruínas:

[...] o Diretor da 10.ª Diretoria Regional da SPHAN/pró-Memória, Arquiteto Julio Nicolau de Curtis, acredita que o justificado orgulho do povo gaúcho pelo título concedido às ruínas de São Miguel das Missões precisa ser vivenciado como uma grande responsabilidade de contribuir para a preservação e manutenção do excepcional documento da cultura jesuítico-guarani.<sup>156</sup>

No boletim n.º 27, ressaltava-se que: “Curtis chama a atenção para o fato de que a honra de ser Patrimônio da Humanidade pode ser cassada a qualquer momento, desde que a UNESCO e seus técnicos constatem que não existe uma ação enérgica e constante pela preservação do local”<sup>157</sup>. O diretor regional demonstrava que todos os preparativos para a ação final deveriam ser acompanhados de iniciativas junto ao órgão e ao município, que a responsabilidade de proteger o bem cultural, agora aumentava, devido ao seu novo status.

Esta declaração, juntamente com as ações realizadas pelos agentes a frente da autarquia neste período são reflexo da forma de pensamento destes atores a respeito dos bens culturais na década de 1980. A candidatura a patrimônio mundial reforça a representatividade arquitetônica, a monumentalidade e a excepcionalidade como valores essenciais para a aquisição deste status protetivo, da mesma forma que

<sup>154</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1983, n. 27, p. 1, (ANEXO A).

<sup>155</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1983, n. 27, p. 2, (ANEXO A).

<sup>156</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1983, n. 27, p. 5, (ANEXO A).

<sup>157</sup> Idem.

reconhece como doxa o discurso do colonizador, educador, civilizador europeu. (HORDEJUK, 2019, p. 100)

A SPHAN expressava a necessidade do compromisso das autoridades locais, para não haver desencontros em torno dos rumos que seguiriam para o entorno do patrimônio, pois para os agentes à frente da autarquia, o título legitimava o trabalho de preservação dos bens sob sua guarda. Segundo William (2012), tanto a União, quanto o estado do Rio Grande do Sul e o município de Santo Ângelo manifestaram entusiasmo pela designação de patrimônio da humanidade.

[...] ficou evidente que o título de patrimônio da humanidade poderia ser usado para obter financiamentos e assistência técnica de atores bilaterais e multilaterais interessados em associar seus nomes aos movimentos concernentes ao patrimônio mundial, representantes federais, regionais e locais apressaram-se em apresentar suas reivindicações relativas ao local a ser reconhecido como patrimônio da humanidade”. (WILLIAMS, 2012, p. 297)

Ao passo que as ações de gestão do bem cultural, citadas por Williams (2012), são anteriores à declaração de Patrimônio da Humanidade da UNESCO, ao afirmar que “Administração será bem mais rigorosa em exigir o cumprimento do Plano-Diretor existente para o Distrito da Vila de São Miguel”<sup>158</sup>. Verificamos, por exemplo, que a determinação de um plano de ação já havia sido definida em 1980, pelas Diretrizes para Desenvolvimento Físico da vila de São Miguel das Missões, que trataremos na próxima seção. O que constatamos em relação à proposta de descentralização nacional em andamento, é que apesar da SPHAN abrir espaço para o município junto as responsabilidades de preservação, o órgão federal ainda desenvolvia o papel de agente principal de salvaguarda do bem cultural.

#### 4.2 A FORMULAÇÃO DE DIRETRIZES REGIONAIS PARA O PATRIMÔNIO MISSIONEIRO

Ao tratar de patrimônio devemos problematizar para além dele, considerando os impactos criados ao seu redor e de como a sociedade é modificada para auxiliar na proteção do bem cultural. Foi necessário a criação de um projeto de lei municipal para que as políticas idealizadas durante a gestão de Aloísio Magalhães, no âmbito federal, fossem aplicadas para a valorização do patrimônio missioneiro. Além de se pensar as formas de como elevar à localidade e as ruínas ao circuito turístico e de desenvolvimento da região. Conforme Fabrício da Silva, “paralelamente às ações desenvolvidas regionalmente pode-se estabelecer relação

---

<sup>158</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1983, n. 27, p. 5, (ANEXO A).

próxima com os documentos internacionais de preservação da época, principalmente quando nos referimos aos estudos de entorno de bens tombados” (2012, p. 42), como vimos, as políticas para o patrimônio iriam para além dele, com preocupações para seu entorno, crescimento urbano, circuito turístico e acordos internacionais envolvidos.

Nessa pesquisa pretendemos dialogar acerca da superintendência regional da SPHAN e a colaboração com o município para a construção do projeto regional intitulado “Diretrizes para o desenvolvimento físico de São Miguel”. A partir desse projeto, analisamos até que ponto os atores locais da instituição contribuíram para a valorização do patrimônio junto à comunidade, os embates e percursos decorrentes dessas formulações. E a partir das hipóteses dessa presente pesquisa de mestrado, analisamos de que forma a legislação municipal foi impactada com as políticas culturais, e quais as discussões sobre o patrimônio foram viabilizadas, ao afetar a plano diretor municipal. O documento trazia muitas regulamentações a respeito do espaço territorial urbano de Santo Ângelo — do distrito no qual está localizado São Miguel das Missões — e por consequência, gerou desgastes nas relações entre os poderes públicos e a população, sobretudo ao refletir as recomendações feitas pela SPHAN em relação ao patrimônio.

O Plano Diretor de São Miguel foi apresentado quinta-feira ao prefeito de Santo Ângelo e ao diretor geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [...] enfatizava o interesse do Governo Federal em preservar o patrimônio gaúcho. Ele propõe, ainda a assinatura de um Termo de Compromisso entre Estado, município e o IPHAN, para atuação integrada na manutenção do acervo missioneiro.<sup>159</sup>

Antes de pensar em como preservar, era necessário regulamentar a forma como seriam realizadas as intervenções e pesquisas no âmbito global. Esse planejamento era necessário para posteriormente ser direcionado as políticas de conservação e proteção, integradas naquelas posições relacionadas com o planejamento econômico e de ocupação dos solos, para além dos setores de cultura e educação.

As medidas de preservação e conservação adotadas nas reduções não serviram unicamente para a proteção do testemunho histórico, mas também intensificaram o processo de apropriação da população com o monumento, e de identificação entre as comunidades culturalmente distintas que se estabeleceram no entorno dos sítios. (SILVA, F. R., 2012, p. 31)

O documento foi desenvolvido em conjunto por diversas pastas estaduais e municipais, desde o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, na figura do governador José Augusto do

---

<sup>159</sup> PLANO Diretor de São Miguel das Missões. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 27 ago. 1979, p. 31. Arquivo IPHAN-RS (São Miguel das Missões/Recortes/Jornais).

Amaral de Souza<sup>160</sup>; pela Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (SDO) representada pelo deputado federal Victor Faccioni; da Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administrativo Municipal (SURBAM), pelo Arquiteto José Albano Volkmer; e Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, com o prefeito Carlos Wilson Schroder. Na equipe técnica, a Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO) é representada pelos arquitetos Luiz Antonio Bolcato Custódio e Maria Adelaide Biavanschi Degrazia, e a arquiteta Salma Cafruni (SURBAM) para o acompanhamento. Representantes da UNESCO não participaram diretamente dos debates para a elaboração das diretrizes.

Foi realizado com recursos financeiros cedidos pela Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, SDO, e elaborado por técnicos da Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras – CEDRO- órgão vinculado a SDO do Estado do Rio Grande do Sul. O acompanhamento do trabalho foi feito por técnicos da Superintendência de Desenvolvimento Urbano, e Administração Municipal –SURBAM. (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 6)

Apresentado em mais de 137 páginas, além de mapas anexados e divididos em 5 partes: 1) caracterização de Santo Ângelo (município no qual São Miguel era distrito), 2) caracterização de São Miguel, 3) evolução urbana, 4) proposições e pôr fim a 5) bibliografia e mapas. Cada parte dessa divisão apresenta em subitens informações acerca do que essas diretrizes deveriam considerar, tais como: históricos, aspectos físicos e geográficos, características gerais, situação como se encontrava o território, com recomendações sobre o bem cultural e seu entorno. “Elaborada entre 1979-1980, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com apoio da Superintendência regional do IPHAN. Tal legislação foi instituída em 1980 pelo município de Santo Ângelo” (MARCHI, 2016, p. 142). Na apresentação do projeto é enfatizado a preocupação “por tratar-se de sítio de reconhecido valor histórico” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 6), no qual se daria continuidade ao processo de planejamento lá do período do tombamento em 1938.

Ao longo das páginas do plano são apresentadas as características do município de Santo Ângelo, o que nos é caro para pesquisa é a informação de que o município estava dividido em dez distritos, além da população total da cidade, que no censo de 1975 era de 82.098 habitantes,

<sup>160</sup> Nascido em Palmeira das Missões (RS) em 1929. Em 1962 foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul, após o golpe civil-militar de março de 1964, e posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), assumindo a vice-liderança da bancada na Assembleia do estado. Em outubro de 1974 foi eleito indiretamente vice-governador do Rio Grande do Sul na chapa encabeçada por Sinval Guazelli. Deixou a Câmara ao final da legislatura, em janeiro de 1975, e assumiu o cargo no Executivo gaúcho em março do mesmo ano. Em abril de 1978, ainda durante sua gestão, foi escolhido pelo presidente Ernesto Geisel em lista sêxtupla para suceder ao governador Guazelli. Assumiu o governo do Rio Grande do Sul em 15 de março de 1979, cargo que permaneceu até 1983.

e no distrito de São Miguel era de 7.545 pessoas. Informação que nos ajuda a ter dimensão populacional e do possível desenvolvimento urbano que as diretrizes iriam impactar nesses habitantes, por meio de remodelação do entorno do sítio e mudanças econômicas provenientes do turismo e educação patrimonial.

Acerca da Vila de São Miguel, o documento elaborado faz um histórico das intervenções da Secretaria de Obras Públicas desde 1915 “colocava a urgência das providências necessárias à defesa e conservação das ruínas das antigas missões jesuíticas em São Miguel” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 47). O distrito onde fica as ruínas era o que necessitava de maior atenção, pois as diretrizes deveriam considerar os impactos junto aos remanescentes e como a população do entorno aceitaria. Nota-se que havia essa preocupação, pelo fato de haver risco de desabamentos, conseqüentemente, o desaparecimento, isso é, “depois das devastações ocorridas em São Miguel durante as guerras das Reduções, pouco restou de sua exuberante arquitetura” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 47), um dos propósitos dessas diretrizes era o compromisso com junto a memória que esse monumento carregado, embora estivesse em situação de descuido por muitos anos:

Esta situação de forma alguma representou o completo esquecimento das Missões. Durante uma centena de anos continuamente turistas, viajantes e peregrinos alcançaram a região. Muitos iam à busca de um significado simbólico religioso, outros estavam interessados por informações sobre a história, fauna e flora da região. (MORAES, 2014, p. 63)

Ao trazer diversos encaminhamentos e relatórios de 1922, 1924, 1925, 1926 e 1927 anteriores ao tombamento de 1938, que apresentam relatos como “urge providenciar-se em relação às ruínas”, “seja autorizada a urgência reparação e conservação permanente dessas inestimáveis relíquias-históricas” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 48). Ao fazer referência sobre “os primeiros trabalhos de preservação e estabilização do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo iniciaram em 1925, com o cercamento do local e cuidados com a estrutura da antiga igreja” (MUMBACH, 2018, p. 35), essas ações são consideradas pioneiras para a salvaguarda desse patrimônio (STELLO, 2005; MORAES, 2014), ao passo que o plano ainda trata das intervenções do SPHAN, “logo da formação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dirigido por Rodrigo M. F. de Andrade, houve grande interesse em preservar da destruição total as ruínas de São Miguel” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 51), ressaltamos que ações efetivas da União para as ruínas só ocorreram após a criação do SPHAN. Quando “foi encarregado o arquiteto Lúcio Costa de inventariar os elementos subsistentes e traçar o programa de trabalho para proceder às obras de estabilização” (RIO GRANDE DO SUL, 1980,

p. 51) com encaminhamentos em 1938. Durante seu depoimento na CPI do Patrimônio, Magalhães expressa a importância dessas primeiras obras de preservação:

De fato, São Miguel, que foi tombado em 1938, por gestão de Augusto Meyer<sup>161</sup> ainda vivendo no Rio Grande, junto a Rodrigo, e que mereceu atenção especial de Lúcio Costa, já havia recebido a intervenção do Estado em 1924. Foi, aliás, a mais importante na medida que, sem aquela intervenção do Estado ao nível da competência de quem está próximo, é provável que não existisse mais São Miguel. (MAGALHÃES, 1985, p. 195-6)

Ao analisar com maior atenção as proposições do projeto vamos encontrar como principais objetivos “preservar o patrimônio cultural das ruínas de São Miguel e das áreas adjacentes dentro de uma perspectiva histórica e com condições de perenidade, promovendo sua integração junto à população local, a fim de possibilitar seu melhor desenvolvimento” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 69), ou seja, foi feita uma análise do local na totalidade, para definir o objetivo que nortearam as proposições das zonas que englobam o projeto. O projeto de desenvolvimento físico deveria considerar o patrimônio como a zona central de desenvolvimento, e a partir dele estudar o potencial das demais zoneamentos. Outros objetivos propostos foram:

b- Disciplinar e dirigir o crescimento urbano indicando as áreas a serem ocupadas, propondo normas a serem seguidas, visando proteger os valores históricos/culturais existentes. c- Definir uma hierarquia no sistema viário a fim de encaminhar o tráfego para seus objetivos distinguindo o fluxo local daquele gerado pelo turismo. d- Prever infraestrutura de apoio tanto para a população estável quanto à flutuante. e- Definir ações e prioridades a serem seguidas para alcançar estes objetivos. (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 70)

Em vista disso, as próximas etapas incluíam “estabelecer um zoneamento de uso do solo” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 70), em que se consideraria os objetivos propostos e o traçado urbano existente. Em que se deveria pensar em uma expansão na zona urbana em compensação da área protegida. Ao prever a infraestrutura necessária para o turismo e definir os próximos passos. A ideia era que estudo ajudaria na consolidação dos remanescentes e serviria como instrumento para o aproveitamento turístico-cultural local. Em consequência a isso, “o projeto de lei municipal n.º 582, de 17 de dezembro de 1980, referente ao Plano, foi enviado à apreciação da Câmara de Vereadores pelo prefeito Carlos Wilson Schroder” (MARCHI, 2016, p. 142). Ao levar esse projeto adiante:

---

<sup>161</sup> No período do tombamento de São Miguel, o escritor Augusto Meyer era o representante do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional no Rio Grande do Sul.

Na justificativa, o prefeito destacava que “São Miguel não pode ser desfigurado em seus valores históricos”, já que “esta redução é o símbolo que Santo Ângelo adotou como slogan ‘Madrugada do Rio Grande’” e que “a sua paisagem histórica, as suas raízes guaraníticas devem ser conservadas a qualquer preço. (MARCHI, 2018, p. 142)

Assim, foi aprovada pela Câmara de Vereadores de Santo Ângelo, em 26 de agosto de 1980. Consistia em uma série das regulamentações propostas para espaço urbano de São Miguel das Missões, entretanto, a tramitação acabariam por gerar entraves na câmara, como também nas relações dos poderes públicos com a população. A presença da SPHAN junto ao patrimônio de São Miguel também enfrentou algumas oposições, pois “a lei restringia a ocupação urbana e definia áreas de interesse público e ambiental, onde estava localizado o sítio histórico” (MARCHI, 2018, p. 142), isso impactava no baixo desenvolvimento da estrutura física do distrito de São Miguel. Como vamos observar através dos zoneamentos que foram recomendados, no qual, “previa um zoneamento no qual se definia áreas urbanas e suburbanas, ambas porém dentro de um limite considerado urbano” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 60), devido à baixa densidade urbana a ocupação era esparsa, elencando a comunidade de São Miguel como rural-urbana. Contudo, nos dados analisados desse projeto não estava apenas as preocupações com o bem cultural apenas, tratava de propor um desenvolvimento para o entorno, isso refletia em zoneamentos.

Representantes do Sphan, autoridades municipais e moradores locais frequentemente invocavam o título de patrimônio da humanidade para justificar sua postura em relação ao zoneamento em São Miguel, mas suas posições eram comumente respaldadas por leis federais, por autoridades municipais e por costumes locais. (WILLIAMS, 2012, p. 295-6)

Nota-se que intuito principal era o de que essas diretrizes permitissem o desenvolvimento do distrito de São Miguel, no entanto, era sublinhado que as realizações dessas intervenções não deveriam causar danos na das ruínas, que se eram um bem cultural com planos grandiosos. “Os costumes locais e as leis federais continuaram a decidir as disputas relacionadas ao uso do solo. Entretanto, todas as partes envolvidas estavam cientes de que os padrões preservacionistas internacionais poderiam influenciar a resolução das disputas de terra”. (WILLIAMS, 2012, p. 295)

Para isso, a lei definia, no art. 27<sup>162</sup>, a seguinte hierarquização de zoneamento: I. Zona de Preservação Histórica (*Non edificandi* e com proibição de construção de monumentos); II. Zona de apoio turístico-cultural (somente permitida a construção de equipamentos de suporte ao turismo); III. Zona de uso incentivado (zona para ocupação urbana, instalação de comércio e serviços para a população); IV. Zona de Expansão urbana (reserva de espaço para a mesma função que a zona incentivada); e V. Zona de

<sup>162</sup> Lei n.º 582/1980. Pasta leis década de 1980. AHMACPS – Santo Ângelo.



Preservação Natural (área de proteção natural da vegetação que emoldura as ruínas jesuíticas). (MARCHI, 2018, p. 143)

Na zona de preservação histórica a principal recomendação era um “projeto paisagístico específico abrangendo o acesso ao museu” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 72), isso era sugerido devido aos problemas enfrentados desde o início do século (Figura 12), em que a vegetação crescia e invadia o sítio a ponto de cobrir algumas partes das ruínas. Uma vez que a estratégia proposta visava delimitar o sítio e o impacto visual junto a cidade para que o sítio tombado também se constituiu como parte do cotidiano dos habitantes, e essa vegetação era um dos fatores que afastou a população do próprio patrimônio. Com relação a essa recomendação, alguns esclarecimentos (SPHAN, 1980b) posteriores sobre a zona *Non edificandi*, isso é, que o entorno seria formado por quatro ruas.

Figura 29 - Fotografia do interior da Igreja tomada pela vegetação



Fonte: Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, n.º 21, 1928, p. 176. – Delfos/PUCRS.

Ao tratar da chamada “zona de uso especial”, que nada mais era a zona que abrange o entorno do bem cultural, as diretrizes recomendavam “que sejam principalmente estimuladas as atividades culturais assim como a infra-estrutura necessária para seu desenvolvimento” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 73), da mesma forma, era através da legislação diversas recomendações deveriam ser feitas:

Recomenda-se que a legislação específica para esta área, além dos requisitos gerais[...] recomendações específicas quanto às construções que venham a fazer frente para o sítio histórico. [...] a respeito de poluição visual, incluindo a proibição de construção de monumentos na área. [...] que a altura máxima permitida para as construções não exceda os 6 m [...] que a aprovação de todos os projetos a serem construídos na área dependerá do parecer do IPHAN-RS. Proibição de atividades comerciais ou industriais na área, exceptuando-se, as incentivadas em local especial, com vistas ao turismo. (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 73)

Assim a legislação deveria prever como seria posto em ação tais recomendações, tais como: “embargo de obras, interdições e demolição de construções que interferissem em área de interesse público e ambiental, inclusive com os valores de multas a serem aplicadas” (MARCHI, 2018, p. 143). Observamos assim, acerca dessas recomendações, em uma certa medida a visão de desenvolvimento em alguns pontos entrava em conflito com a preservação do entorno. Como já mencionado acima, os arredores do sítio não tinham atrativos para o turismo, muito menos acomodações, assim o plano de desenvolvimento deveria considerar novas construções que ornassem com as ruínas e não sobressaíssem. “Em virtude da grande área ocupada pelo Sítio Arqueológico e da disposição da malha urbana ao longo da zona tombada, observou-se a fragmentação e o distanciamentos da cidade” (SILVA, F. R., 2012, p. 42).

Além disso, a zona destinada para incentivo de desenvolvimento urbano, localizada a nordeste foi escolhida por demonstrar uma tendência “a expansão para esta direção, prevendo a infraestrutura necessária para efetivar essa ocupação” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 76). Desse modo, esse incentivo deveria partir por parte da prefeitura, com a melhoria das vias, e por consequência aumentaria as atividades comerciais e residenciais naquela zona. “Outro ponto se referia à localização de matadouros e indústrias, que deveriam ser instalados fora da zona urbana e com barreiras de vegetação que impedissem a sua visibilidade, cabendo à prefeitura a remoção de indústrias de depósitos já existentes para zonas de proteção definidas” (MARCHI, 2018, p. 143). Observasse nas décadas de 1970 e 1980 as ações periódicas promoveram desapropriações que alteraram a morfologia urbana da vila de São Miguel. Assim, definiu-se a Avenida dos Jesuítas como o eixo central do desenvolvimento, “ao longo dessa via, foram previstas a localização de vários equipamentos de uso público, que influenciarão na sua caracterização como a via importância nesta zona” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 76). “Além disso, estava prevista, na legislação, a padronização para equipamentos urbanos, arborização, iluminação e, até mesmo, a restrição à poda de árvores nativas”. (MARCHI, 2018, p. 143).

Para a zona de expansão urbana deveria ocorrer uma ocupação similar a zona de incentivo, mas recomendava-se “não colocar os serviços de infraestrutura na área, enquanto os

espaços disponíveis na zona de incentivo não estiverem esgotados” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 79), esses aspectos propostos nas diretrizes vão atender os interesses econômicos em torno do patrimônio referindo-se à aceleração da concessão do título de patrimônio da humanidade. Antes do título de patrimônio da humanidade, a distribuição das terras na Vila de São Miguel era uma questão resolvida ao nível local (WILLIAMS, 2012, p. 295).

Como relatamos essas diretrizes foram apresentadas propostas como uma lei municipal de 1980 que definia as diretrizes para o desenvolvimento urbano da Vila de São Miguel. Até então, “o compromisso estabelece, ainda, que a prefeitura deverá fazer cumprir, integralmente, o ‘Plano de Diretrizes para o Desenvolvimento Físico de São Miguel das Missões’ aprovado pelo Legislativo Municipal”<sup>163</sup>. Informação que era reforçada após a concessão do título de patrimônio da humanidade.

Ainda segundo Curtis, agora, mais do que nunca, a Prefeitura de Santo Ângelo precisa honra o compromisso contido no Plano de Desenvolvimento Físico da Vila de São Miguel, que disciplina o crescimento da cidade em sentido oposto às ruínas, para que o importante sítio histórico e arqueológico não continue sendo invadido pela construção de casas.<sup>164</sup>

Por isso, o que estava sendo apresentado como uma diretriz era de extrema importância, pois seria incorporada no plano de desenvolvimento da cidade. Além de ser outro forte elemento para o compromisso junto a UNESCO, corroborando com as políticas culturais para o patrimônio nacional, ao apresentar uma visão otimista como parte desse projeto. Mas também houve preocupação com quanto a economia local e os impactos que essas zonas iriam custar para os cofres municipais.

Como vimos no capítulo anterior, durante a CPI do Patrimônio o deputado Alcebíades de Oliveira ressaltava suas preocupações como essas mudanças nas políticas poderiam refletir na ordem municipal, se havia planos para o patrimônio missioneiro. Assim, reforça como o poder público local estava interessado em firmar essa parceria com o órgão federal, para gerenciar o processo de consolidação e posteriores ações que trariam o desenvolvimento para essa região afastada da capital do estado. Como afirma Érico Loyola (2016, p. 66):

Há, ainda, o reconhecimento da necessidade de “desenvolvimento econômico das regiões”, da preservação de suas peculiaridades sócio-culturais e do caráter multifacetado da cultura nacional. Associava-se a isso certa ideia de que um país desenvolvido deveria também preservar o seu passado, e dele valer-se para o seu crescimento econômico.

---

<sup>163</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 17, p. 3, (ANEXO A).

<sup>164</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1983, n. 27, p. 5, (ANEXO A).

Isso é, a utilização do bem cultural para além da preservação, a partir do mesmo obter geração de recursos econômicos ao priorizar o desenvolvimento voltado para o turismo. Contudo:

Santo Ângelo buscava se firmar como um pólo regional, com desenvolvimento da indústria e de um centro urbano com comércio e serviços de referência, e precisava encontrar pontos de equilíbrio entre o progresso e o desenvolvimento e os elementos do passado concretizados nas ruínas de São Miguel. (MARCHI, 2018, p. 118)

Outra proposição que se almeja para além do Plano Diretor, era a inclusão de São Miguel no Programa de Cidades Históricas, assim ao entregar um plano diretor das ruínas havia essa intenção. Podemos averiguar por meio de alguns recortes de jornais obtidos junto a documentação do IPHAN como a imprensa noticiou essa intenção. Como o principal porta-voz o Victor Faccioni, na ocasião secretário Interior e Obras Públicas municipal, “argumentos que às Missões devem ser dada uma especial atenção pela sua importância no setor cultural, além da importância internacional”<sup>165</sup>, ao referenciar a proposta junto a UNESCO, a matéria ainda vai ressaltar “defesa da memória da civilização guarani”. Na mesma oportunidade Victor Faccioni fez a seguinte declaração:

[...] um retrospecto das medidas tomadas em favor da manutenção do patrimônio histórico, na área federal e apresentou uma reivindicação: pediu ao diretor geral do IPHAN, professor Aloísio Magalhães que assistia à cerimônia [apresentação do Plano Diretor] que seja estendido para todo o país, com atenção especial a monumentos como os das ruínas, o Programa de Cidades Históricas do Nordeste.<sup>166</sup>

O pedido de Faccioni se dava ao fato de recursos do PCH já terem sido aplicados em outros patrimônios em estados como Minas Gerais e Rio de Janeiro, fora da sua proposta original, que era a valorização das cidades nordestinas. Assim o deputado demonstrava o interesse do governo gaúcho em participar do programa. Percebemos haver esse esforço em firmar um acordo o mais breve possível, por meio de “um compromisso mais intenso e celebre de conjugação de esforços para a atuação integrada dos três níveis de governo”<sup>167</sup>, ao insinuar que não se poderia deixar todas as questões nas mãos do governo federal, que o município e o estado também deveriam apoiar e construir suas medidas para alcançar a preservação.

Ao passo que “o investimento financeiro na conservação do sítio trará um retorno representado pelo benefício sócio-econômico e cultural em favor da comunidade regional e

<sup>165</sup> Cf. INCLUSÃO da Região das Missões no Programa de Cidades Históricas. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 ago. 1979. p. 19. Arquivo IPHAN-RS (São Miguel das Missões/Recortes/Jornais).

<sup>166</sup> PLANO. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 26 ago. 1979. p. 7. Arquivo IPHAN-RS (São Miguel das Missões/Recortes/Jornais).

<sup>167</sup> INCLUSÃO da Região das Missões no Programa de Cidades Históricas. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 ago. 1979. p. 19. Arquivo IPHAN-RS (São Miguel das Missões/Recortes/Jornais).

nacional”<sup>168</sup>. Vale ressaltar, o que chama atenção aqui é que a preocupação por parte dos políticos na cidade vai além da valorização das ruínas de São Miguel, é percebido certos discursos sobre como todas essas mudanças para o entorno do bem iriam trazer o desenvolvimento não só para a cidade, mas para toda a região.

Contudo, ao verificar os investimentos<sup>169</sup> do PCH, não houve investimento registrado no Rio Grande do Sul. Entretanto, não podemos deixar de dizer afirmar que as ações que foram executadas em São Miguel se assemelham ou tem influência desse programa de recuperação do patrimônio, como o objetivo desenvolvimento regional e o turismo cultural. Conforme Sandra Correa, o programa com o objetivo de preservação dos monumentos tombados, “buscava-se criar um círculo virtuoso de sustentação econômica, ou seja, após os investimentos iniciais do programa, a economia do turismo local financiaria a conservação dos monumentos” (CORREA, 2016, p. 27). Isso indica, mesmo que os estados que fizessem parte do programa, o mesmo “incentivou os estados que ainda não haviam criado entidades e legislações específicas a fazê-lo” (CORREA, 2016, p. 48), como é o caso do Estado gaúcho, observado nesse capítulo. Portanto, podemos observar que o PCH possibilitou a concretização dessa articulação.

Porém, outro movimento que vai ser percebido é a partir desse projeto de consolidação de São Miguel realizado com a supervisão da SPHAN, é o fortalecimento do movimento de emancipação<sup>170</sup> municipal. Como consequência gera um processo que leva a administração de Santo Ângelo a debates sobre os prós e contras.

São Miguel passou a ganhar uma visibilidade jamais alcançada e a possibilidade de um grande impulso no setor turístico fascinava as lideranças de Santo Ângelo. Naquele momento, perder o distrito e, conseqüentemente, o patrimônio histórico de seu território não lhe era oportuno. (MUMBACH, 2018, p. 52)

No sentido de projetar os desgastes políticos e financeiros que administração destes territórios distantes da sede municipal exigia. Outrora, com o advento do turismo que era esperado com a demarcação das zonas de desenvolvimento urbano e fim do processo de valorização de São Miguel, a prefeitura esperava aumentar a arreação com esse distrito. Assim, mesmo com tamanhas fossem às exigências e restrições da preservação, eram também

<sup>168</sup> Boletim SPHAN/FNPM, 1982, n. 17, p. 3, (ANEXO A).

<sup>169</sup> Vem mais em: CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 15-57, jan./abr. 2016.

<sup>170</sup> O movimento teve início em 1977, quando foi encaminhado toda a documentação necessária por lideranças locais, tendo sido arquivado em 1982, e retomado apenas em 1985, e só efetivado a emancipação em 1988. Para ver mais sobre o processo emancipatório, consultar a dissertação de Sandi Mumbach, intitulada “O processo de emancipação de São Miguel das Missões na década de 1980: o patrimônio em disputa” (MUMBACH, 2018).

responsáveis locais do bem cultural, ou seja, era utilizado para projetar o município frente ao Rio Grande do Sul e ao Brasil. Portanto:

A emancipação político-administrativa de São Miguel, como nosso universo de pesquisa, foi um processo complexo que envolveu a produção de discursos, ativação e utilização dos patrimônios históricos do período colonial. Porém, antes de nos aprofundarmos nos meandros que envolvem o processo emancipacionista e os discursos produzidos pelos grupos políticos entorno do passado e dos patrimônios históricos regionais com todos os seus detalhes, contradições e problemáticas, voltamos nosso olhar à São Miguel das Missões, buscando compreender suas configurações históricas e culturais. (MUMBACH, 2018, p. 34)

Ao passo que a intervenção política seria através da fixação de uma proposta de ação posterior implantação, conforme “após a emancipação de São Miguel das Missões, ocorreu a revogação do Plano Diretrizes de 1980, o que levaria à desorganização e ao desrespeito ao zoneamento, que só seria sanado com a implementação de um novo plano, em 1992” (STELLO, 2010, p. 12). Em princípio este plano de diretrizes seria operativo para as ações de consolidação realizadas no início da década de 1980, mas com o processo emancipatório no final da década não se fez usual, pois com a nova configuração municipal era preciso rever as novas necessidades de infraestrutura para acolher a população.

Desta forma, a formulação de diretrizes para que tinha como mote o patrimônio de São Miguel. No qual se esperava a construção de uma linha turístico-social e a consolidação dos trabalhos da SPHAN. Como uma importante ferramenta de desenvolvimento tanto de estudos sobre o patrimônio cultural missioneiro, com identificação, levantamento e prospecção, como o estabelecendo de estratégias para promover a memória junto a população nacional. Em primeiro lugar ao focar em criar laços com a comunidade local, e por consequência buscar estímulos para o turismo que era tão esperado por meio do desenvolvimento.

#### 4.3 O LUGAR DE SÃO MIGUEL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA

No artigo ‘Missões, um espaço no tempo: paisagens da memória’ de 2007, Sandra Pesavento faz uma leitura acerca da representação que uma ruína pode ter como elemento de identidade. Ou seja, para rememorar, com valor de imaginário, por um traço e fragmento, ou pelo significado que são atribuídas as ruínas: “tudo isso, a rigor, é patrimônio, material e imaterial, que falam ambos de um pertencimento. Pedras que despertam sonhos e sonhos que encontram abrigo nas pedras” (PESAVENTO, 2007, p. 63).

Pesavento (2007) apresenta as ruínas como elemento identitário nacional:

Podemos agora retornar às ruínas das Missões jesuíticas, como marcos materiais dotados de um poder invocador daquilo que é hoje invisível: trata-se de uma história que cruza tempos e lugares marcados pela guerra, na Ibéria de além-mar e no sul da América do Sul. (PESAVENTO, 2007, p. 57)

Para a criação de vínculos da identidade missioneira, Pesavento (2007) mostra a relação entre o monumento e a recriação de novos significados, que se apresentam de forma direta ou indireta no modo de vida da população. A historiadora completa sua leitura desse imaginário, ressaltando:

Missões, um espaço no tempo, é terra de fronteira que ultrapassa a territorialidade dos marcos nacionais. É paisagem de memória que remete a registros no tempo, desde a imagem visual que se oferece ao olhar às imagens mentais, que são em parte sociais e herdadas, e em parte pessoais, fruto da vivência de cada um. (PESAVENTO, 2007, p. 51)

Empreender uma análise a partir de São Miguel para olhar as políticas de proteção do patrimônio instituído na gestão de Aloísio Magalhães. Como também, entender esse símbolo na configuração do imaginário social do país, como parte do processo de construção do Estado-nação. É uma tarefa que exige reflexão sobre o lugar de memória que São Miguel ocupa na idealização nacional, visto que Aloísio inicia a modificação da perspectiva desse olhar, com a ampliação conceitual da noção de patrimônio, voltado para a identidade nacional.

Conforme Gonçalves (1996) Aloísio trazia essa narrativa baseada numa teoria sistemática de cultura e sociedade, orientada por concepções antropológicas. O olhar para o bem cultural estava contido em pensar o instrumento de proteção, o valor para o Estado e comunidade: “O patrimônio cultural das missões não é apenas uma representação material ou manifestada do passado no presente, ele é o eixo articulador de um regionalismo e que também serviu ao nacionalismo” (MARCHI, 2018, p. 33).

O esforço para preservação dos remanescentes missionários, é considerado favorável de acordo com as normativas internacionais e nas instâncias federais, devido à sua dimensão histórica e âmbito territorial. Como verificamos ao longo dessa pesquisa, a preservação foi uma tarefa complexa que exigiu contribuições permanentes, recursos financeiros e, principalmente, o empenho e dedicação dos técnicos envolvidos em relação à extensão do trabalho que lhes foi confiado — para demonstrar de que forma a busca desse passado regional passou a figurar a matriz da nossa nacionalidade. Para Loyola (2016, p. 85) “de toda forma, sendo Magalhães um agente dinamizador, ou não, é marcante a permanência de aspectos tradicionais da preservação do patrimônio missionário”.

Figura 41 - Aloísio Magalhães à frente, posando para foto na direita da imagem, Augusto da Silva Teles, Julio Curtis, Roberto Di Stefano e outros técnicos, reunidos ao fundo próximos às ruínas da Igreja de São Miguel.



Fonte: Boletim n. 18, 1980. Edição Viva Aloísio. Arquivo SPHAN, (ANEXO A).

Em visitas por todos os cantos do país, o pernambucano fazia questão de dialogar sobre os problemas que enfrentava para preservar os bens culturais e como fazer a devolução para as comunidades locais. Acima em São Miguel (Figura 13), os encontros eram marcados por debates sobre a perspectiva de alcançar um desenvolvimento harmonioso, com o objetivo de levar a preservação, turismo e retorno econômico. Ao passo que:

Preservar as ruínas é promover uma luta inexorável e permanente contra o tempo, como a própria vida. Cada iniciativa deixa seus vestígios, com acertos e erros, eles serão sempre avaliados. Muito foi destruído, ele preserva muito foi alcançado. Ainda há muito a ser descoberto ou interpretar. Um trabalho que adquiriu reconhecimento, que continua, com esforço, ganhando mais independência em relação aos progressos e retrocessos que caracterizam a realidade política e cultural dos nossos países. Um enorme desafio para as gerações futuras. Um longo caminho a percorrer. (CUSTÓDIO; STELLO, 2007, p. 153, tradução nossa)

A abordagem utilizada para a construção da memória nas décadas de 1970 e 1980, foi por meio da investigação arqueológica e estudos da cultura material, seguidas de sua promoção. Emprega-se a identidade missioneira aos achados, e expõe uma reconstrução da trajetória do artefato. De acordo com Fabrício da Silva (2012, p. 49):



Embora não haja por parte da população um conhecimento pleno do patrimônio local e sua representatividade diante do cenário nacional, é através destas manifestações presentes na transformação das paisagens que podemos mensurar o quão presente e vivo o patrimônio de São Miguel está na memória e nas atividades rotineiras dos moradores da região.

O patrimônio localizado em São Miguel passou por uma valorização da memória através das ruínas. Visava alcançar a condição de referência documental do passado local, em que a cultura material encontrada nesse remanescente arqueológico foi valorizada para complementar a ideia de bem cultural, ao buscar a proximidade com a comunidade.

Um lugar-patrimônio como São Miguel das Missões, um dos principais focos das primeiras políticas de patrimônio no Brasil, tendo sido o desencadeador do desenvolvimento das instituições de patrimônio no Rio Grande do Sul, sendo também hoje patrimônio mundial. (MARCHI, 2018, p. 30)

As políticas de patrimônio mencionadas por Marchi (2018), ao emergir da renovação do conceito de bem cultural, também vão abrir espaços para que as identidades regionais fossem parte do imaginário nacional. E ao mesmo tempo,

uma distinta identidade missioneira tomou forma mais definida em toda a região, onde a política partidária regional, os livros escolares e os rituais locais passaram a exaltar uma mitologia das missões que tornou as ruínas um sinônimo do distrito das missões, um lugar especial. (WILLIAMS, 2012, p. 290)

Marchi (2018), complementa:

Em São Miguel das Missões, os mecanismos de preservação do patrimônio trabalharam para a manutenção de uma memória, mas também para a acomodação de identidades múltiplas sob o signo de um recorte do passado colonial que foi central na formação do território do Rio Grande do Sul e do homem do sul do Brasil. (MARCHI, 2018, p. 193)

Ao entrar nessa discussão a respeito da formação do estado e da identidade do gaúcho, encontramos uma historiografia marcada por discursos políticos-culturais. “Além da problemática de seu pertencimento a uma história nacional, os patrimônios da região missioneira são emblemáticos enquanto pertencentes à história das origens do estado do Rio Grande do Sul” (MUMBACH; SOARES, 2018, p. 20). A historiografia do estado gaúcho estava dividida entre as matrizes luso e platina, assim “a localização da origem histórica, a relação da área sulina com o restante do Brasil e também com o Prata, a visão que possuíam da Revolução Farroupilha e, da área geográfica das Missões Jesuíticas e do gaúcho” (GUTFREIND, 1992, p. 10). Logo, não sem tem um consenso quanto às origens da formação do estado, a origem lusa

está associada à formação de Rio Grande, em 1737, e a origem platina associada à fundação das reduções no século XVII.

A historiografia do Rio Grande do Sul no século XX, era organizada em dois grupos, caracterizado por uma dessas matrizes ideológicas, ou discursos com características comuns. O que colocaria São Miguel das Missões no meio de um debate acadêmico sobre a fundação do estado. Apesar de ser administrada por jesuítas, de ordem católica, no período de ocupação era território da Espanha. Assim como quando pensamos na identidade ali formada, ela é ambígua, ao ter a presença dos jesuítas e indígenas. Onde havia a missão de catequese dos guaranis, além de sua utilização como mão de obra para a produção de tudo o que a missão precisasse, incluindo as construções arquitetônicas.

Ao tomar essas matrizes historiográficas para entender a construção de identidade gaúcha, vamos perceber que desde a criação do órgão responsável pelo patrimônio, SPHAN, a disputa por salvaguardar a memória de origem portuguesa foi mais efetiva. Assim, a matriz lusa ganha muitas representações marcantes, e esse cenário foi predominante por um longo período, do mesmo modo como ocorria na gestão nacional. Apenas com o advento de pesquisas acadêmicas e a renovação institucional que o discurso historiográfico muda de tom e direção, quando a matriz platina ganhou mais espaço. Desse modo, “teria sido a partir de então que “bens culturais” de fora da matriz luso-católica, e europeia, em geral, passam a ser considerados para fins de preservação” (LOYOLA, 2016, p. 66).

Na perspectiva patrimonial preservacionista do Estado Nação, a memória social das missões Jesuíticas Guarani – Ruínas de São Miguel – é passível de apropriação como símbolo que retrata um momento inaugural, espécie de genealogia fundadora, espelhando um horizonte de partida para a atuação e proteção estatal aos bens culturais de natureza material no Brasil (PEREIRA, 2013, p. 47).

A memória, referenciada por Pereira (2013), permitia experienciar esse modelo de ocupação territorial colonial que teve a troca de culturas entre os povos nativos e os jesuítas. Com narrativas sobre o lugar e a memória e o significado dado a essas ruínas — ao longo do tempo — que propiciaram o ato de rememorar, principalmente por São Miguel ser uma das ruínas de melhores condições, que possibilitava através desse lugar de memória ter contato com essa parte da história regional, que envolveu lutas e diversidade pela experiência de transculturação. Assim, as “memórias ancoradas no espaço de uma ruína, como a de São Miguel Arcanjo, são, na grande maioria, polifônicas e dissonantes, baseadas em vivências ou mantidas no imaginário mítico da comunidade” (BAUER, 2006, p. 43).

Nesse debate podemos constatar que sem o presente, não há passado, e, que é necessário passado para almejar um futuro e para apropriação do presente: “A forma com que a sociedade foi se apropriando do espaço, o conhecimento das mutações da trama espacial leva ao conhecimento da própria história da cidade” (TOLEDO, 1984, p. 29). Fernando Catroga (2015) problematiza a memória, o esquecimento e as expectativas na construção seletiva do passado, visto que a memória é sempre seletiva. Para o historiador, “o tempo é concebido como uma sequência em que o futuro, enquanto espera acontecimentos, se configura como uma continuidade do presente, logo, como um prolongamento do passado” (CATROGA, 2015, p. 18), que na experiência conduz para um horizonte com acesso ao esquecimento.

Outro elemento importante para o debate e os usos do passado, uma vez que “nunca é o passado que impõe ao presente” (CATROGA, 2015, p. 21), é: de que forma os povos originários desse passado seriam representados e/ou acolhidos? A comunidade que tanto é mencionada nos discursos de Magalhães, seria apenas os moradores do entorno? Como ficariam os M’Byá Guarani? Eles iriam para o esquecimento? Houve um silenciamento institucional sobre a questão indígena?

Ao passo que o povo Guarani passa a ter um papel importante na história da formação do Rio Grande do Sul — quando se criou uma sociedade mista na região com a transculturação de sociedades —, parte da participação Guarani foi a construção do monumento arquitetônico que é a igreja de São Miguel Arcanjo, mesmo que seu projeto tenha sido idealizado por arquitetos europeus, foi construído com mão-de-obra indígena. Para Fabrício Rocha da Silva (2012, p. 9): “a experiência das Missões jesuíticas dos guaranis em São Miguel das Missões marcou o território não apenas fisicamente, mas também com uma dimensão simbólica portadora de uma infinidade de valores estabelecidos entre monumento e moradores da área”.

As discussões acerca da população Guarani eram fundamentais, e se o reconhecimento dessas contribuições fosse aprofundado, poderiam ser institucionalizadas tais questões, considerando o patrimônio que passava pelo processo de valorização. No qual

a reinterpretação do passado possibilitou que a trágica experiência do fim das missões na região, que expulsou e dizimou boa parte dos indígenas que outrora ocupavam o território, ganhasse nova roupagem e fosse incorporada de forma muito mais simpática pelas comunidades locais. (SILVA, F. R., 2012, p. 47)

Mas ao pesquisar essa relação na documentação, pouco foi encontrado, apenas nas diretrizes para o desenvolvimento de São Miguel vai conter essa referência: “A população guarani, que outrora povoou a região, em consequência das guerras, tratados e depredações, aos poucos foi desaparecendo. No final do século [...] junto às ruínas viviam apenas duas ou três

famílias, que ocupavam os escombros do colégio” (RIO GRANDE DO SUL, 1980, p. 47). O trecho, declarava o processo de afastamento desses povos. Nos boletins SPHAN/Pró-Memória não foi encontrado edição que trate diretamente desse assunto, apenas ocorre a exaltação do episódio histórico que ocorreu junto ao bem cultural. Desse modo, podemos observar que a SPHAN, apesar do discurso de diversidade cultural e integração de identidades para a formação da nação no período estudado, não efetivou nenhuma estratégia de reaproximação com os guaranis durante a consolidação.

A falta de referência nos documentos, como é o caso, evidencia a relação do órgão com os indígenas durante a ditadura, que reflete como esses grupos sofreram diversos ataques no período<sup>171</sup>. A SPHAN, ao buscar mudar sua postura, adota a noção de integração como modelo a seguir, contudo, essa mudança não era uma tarefa fácil. A diversidade cultural se tornou um dos mais importantes fatores a serem abordados, junto aos avanços antropológicos, e assim, a identidade nacional precisava ser composta também pelas memórias dos guaranis.

Desse modo, “a relação dos M’Byá Guarani<sup>172</sup> com os remanescentes missioneiros, em São Miguel, está profundamente ligada a políticas públicas que institucionalizaram a preocupação com os bens imateriais no Brasil” (MEIRA; SILVA 2020, p. 73). O movimento de trazer o passado para o presente, por meio dos remanescentes, que viabiliza a convivência de duas configurações de épocas distintas, mantendo o caráter do sítio. Pois, como contar para os visitantes a história de lutas e uma das possíveis origens do Rio Grande do Sul e ignorar os descendentes desses personagens?

Segundo Luiz Felipe Freitas (2016):

Esta lógica permitiu evidenciar a valorização dos elementos de uma histórica particular, fazendo com que seus municípios direcionassem suas ações, para o passado missioneiro, além de enaltecer seus valores, como a figura de Sepé Tiaraju, inserindo-os no contexto histórico que é intensamente cultuado pelos habitantes da Região Missioneira. (2016, p. 81)

---

<sup>171</sup> Os militares tinham um projeto de desenvolvimento em grande escala que articulava o programa econômico, com as diretrizes de segurança interna desenvolvida pela ESG, e que pretendia realizar a integração completa do território nacional. Essa expansão significou assassinatos, perseguições, criminalização, prisão e tortura de lideranças indígenas que lutavam por seus territórios ou que tivessem comportamento considerado inadequado frente à política de desenvolvimento do governo. Ver mais em: TOMMASI, Breno. Ditadura brasileira e questão indígena: entre as lutas por direitos civis e os debates sobre Direitos Humanos no mundo. **Revista Ars Histórica**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 18-36, jul./dez. 2018.

<sup>172</sup> A partir de 1994, um grupo de Guarani, a maioria vindos da Argentina, que estava acampado no município de Tupanciretã, foi levado por ordem do prefeito daquela cidade, para o município de São Miguel das Missões. Esse fato marcou o retorno definitivo à região, já que desde a década de 1960 ela não fazia mais parte das rotas de deslocamentos dos Guarani, em função de uma ação de expulsão ocorrida naquela época quando acampavam ao lado do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo. Mesmo local, onde permaneceram até se reunirem com o novo grupo que chegou em 1994 (STELLO, 2011).

A valorização, como sugere Freitas (2016), possibilitaria apontar os vínculos identitários de quem efetivamente residia tanto em Santo Ângelo como no distrito de São Miguel: “O pertencimento da população, mesmo entre os novos elementos étnicos, como é o caso dos imigrantes de origem europeia vindos para o sul do Brasil e fixados nas Missões, é de notória identificação com a história do lugar” (FREITAS, 2016, p. 17). As ações de valorização, aplicadas pelo poder público, eram de máxima importância para que a comunidade local formasse um vínculo de pertencimento com o que passou, e auxiliasse na preservação.

Para Mumbach (2018) o processo de identificação é fluído e dinâmico fazendo com que os indivíduos transitem entre grupos, sem que uma identificação anule outra. Ou seja, pode-se adquirir o imaginário missionário e estabelecer vínculos com o passado, sem que seja necessário esquecer o passado da imigração europeia.

Freitas (2016), ressalta que “O imaginário popular ganha contornos imensos na medida em que se depara e revive a história, a qual receberá sempre um caráter avultado, coberto de glórias e de heróis” (2016, p. 17). Os vínculos são estabelecidos conforme a conveniência entre diferentes grupos, são as narrativas contadas que estabelecem aos poucos uma memória. “Cada identidade ativa sentimentos de pertencimento a um grupo, bem como memórias e discursos, que não se excluem mutuamente” (MUMBACH, 2018, p. 86).

Foi por meio da valorização como patrimônio histórico e do olhar do órgão federal para São Miguel — com estratégias de desenvolvimento — que houve um esforço para buscar uma identificação e assim contribuir para que esse patrimônio histórico recebesse atenção dos grupos políticos locais, quando foi verificado o potencial turístico e quando a realidade impulsionou esse olhar sobre o passado, nas décadas de 1970 e 1980. Mumbach (2018) conclui que “apesar de não possuírem ligação sanguínea com as populações autóctones da região, os indivíduos passaram a incorporar elementos do passado do território como seus, afirmando-se herdeiros dos patrimônios históricos da região” (MUMBACH, 2018, p. 84).

Retomando a questão de identidade discutida no capítulo dois, Stuart Hall (2006), destaca que não existem identidades fixas e estáveis, mas sim, identificações, às quais os sujeitos acionam, dependendo do contexto e da necessidade de que estão inseridos. Enquanto a narrativa auxilia nas representações e construção de discursos em torno do passado. É negociado quais referenciais históricos devem ser rememorados, mas sem abandonar os referenciais dos grupos étnicos de origem, que poderiam ser ativados em outros momentos e interesses.

[...] Assim, em vez de falar em identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento a identidade não tanto na

plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas como uma inteireza que é “preenchida” a partir do nosso exterior e pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros [...]. (HALL, 2006, p. 38)

Para além dos debates da historiografia acerca da construção da memória e identidade regional, as discussões políticas tiveram grande peso por questões que envolviam interesses econômicos e internacionais, tais como a retirada do cemitério, os zoneamentos e os movimentos emancipatórios. Ana Meira (2007), destaca a influência que tiveram os governantes gaúchos a frente do Governo Federal, tanto no Estado Novo, quanto no período da Ditadura Militar, nas ações de preservação nestes períodos. Como observamos nos capítulos anteriores, o patrimônio e suas expressões faziam parte dos interesses políticos, por serem uma forma de se chegar ao cidadão. Gonçalves (1996) também ressalte que “uma representação pluralista da nação começa a ganhar espaço na sociedade e nas políticas governamentais” (1996, p. 113), no momento de abertura política, em que se repensava como o Brasil iria ser representado como múltiplo. “A relevância da experiência Jesuítico-Guarani e sua influência sobre a formação cultural do estado, com o tempo, recebeu novas contribuições, enriqueceu-se e se diversificou” (MEIRA; SILVA 2020, p. 85), de modo que os jogos sociais, que ocorreram na abertura política, também refletiram no que poderia ser lembrado e esquecido, para construir a identidade coletiva nacional.

O passado, assim, deveria ser usado não só como referencial, mas também como instrumento para o desenvolvimento. Ademais, seria necessário atentar-se para as necessidades regionais e ao potencial que cada lugar oferecia, a fim de evitar, em duas frentes, a “dependência econômica e cultural” e também “a perda do caráter nacional”. (LOYOLA, 2006, p. 67)

Ainda que as narrativas seguissem semelhanças com as outras reduções transfronteiriças, o monumento era visto como signo de uma identidade que apresentava dimensão de referência regional, para visualizar o país como a soma de várias identidades regionais.

O discurso construído por lideranças políticas e intelectuais nas décadas de 1970 e 1980, na região das Missões, ressignificou o passado e atribuiu à redução de São Miguel Arcanjo o papel central na construção da memória regional, devido a sua importância no contexto reducional e ao fato de apresentar diversas edificações do período, ainda preservadas. (MUMBACH, 2018, p. 81)

Quando a SPHAN naquele período era vista pela população como a grande responsável por todas essas mudanças, relação que podia ser entendida tal como.

A memória coletiva local com relação ao IPHAN foi afetada pelas ações do passado, o que configura um imperativo que estará sempre interposto nas tentativas de transversalidade da gestão integrada dos bens culturais. A superação disso não é,

porém, algo simples, pois todo esse histórico criou uma via de mão dupla. O IPHAN, ao mesmo tempo em que se constituiu como o órgão supremo de decisão para a preservação do patrimônio nacional, ao longo do século XX, acabou contribuindo também para a criação de uma geração de cidadãos que se distanciou de suas responsabilidades para com o patrimônio. A população aprendeu a delegar ao IPHAN as tarefas da preservação, passando também a reclamar do órgão, seja em relação a momentos de omissão para com a conservação, seja em momentos em que ele é obrigado a intervir sobre a propriedade privada para garantir a salvaguarda. (MARCHI, 2018, p. 200)

Na gestão de Aloísio Magalhães a percepção não mudou, apesar das tentativas de se aproximar da comunidade local com projetos a longo prazo e a presença de especialistas e técnicos, que buscavam dialogar sobre como intervir. Em outra via, ao aplicar as políticas culturais vigentes e conceitos discutidos para a preservação do patrimônio cultural, “o entendimento sobre os bens patrimoniais e as formas de preservá-los passou a incorporar, além da abordagem técnica, a participação social e política decorrente da valorização do seu legado cultural” (MEIRA; SILVA 2020, p. 85). Conforme Gonçalves (1996) os discursos de patrimônio cultural buscavam superar a distância entre a representação simbólica da nação e sua realidade cotidiana.

Portanto, em São Miguel das Missões, a partir da valorização foi elevada a um outro nível de preservação, vimos como esse bem cultural teve sua consagração efetivada. Ao qual podemos apontar que antes estava à beira do desabamento e provável esquecimento. Por uma política nacional que apesar de tombar os patrimônios, elegia apenas alguns, sobretudo do sudeste, para o rol dos bens consagrados. Assim deixava muitos de fora, no lugar dos bens não consagrados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação teve como objetivo inicial analisar como foi construída a relação entre as políticas de memória e a preservação no Brasil, durante a passagem de Aloísio Magalhães como administrador do setor cultural, considerando sua passagem pela SPHAN e ações em realizadas no patrimônio de São Miguel, como parte da formação da nação e da identidade nacional. Em conjunto a inserção de novos conceitos que possibilitaram o tombamento e salvaguarda de bens culturais. Procuramos fazer uma leitura sob uma ótica que considera o contexto político, além dos motivos que levaram à preocupação com a preservação do patrimônio nacional — dada a atuação dos órgãos responsáveis por essa finalidade.

Como resultado, entende-se que durante a gestão de Aloísio Magalhães houve um avanço nas políticas públicas para o patrimônio nacional através de sua liderança na SPHAN e na área cultural. Ainda que o contexto fosse os anos finais da ditadura civil-militar, houve um projeto que contava com os elementos como a integração nacional junto ao desenvolvimento. A partir da liderança de Magalhães, tivemos a ascensão de uma política cultural que considerava a identidade regional nos discursos nacionais. Observamos essa ação como um modo de pensar que todas as regiões contribuíssem na formação da identidade nacional através da diversidade cultural.

Como exposto ao longo da pesquisa, os critérios nacionais que nortearam a SPHAN e as possibilidades que sucederam da renovação dessa instituição, foram em parte, resultado das ações executadas por Magalhães, tendo em vista a forte relação com membros do alto escalão do governo militar. As proposições de Aloísio Magalhães, ao darem ênfase à integração nacional e ao aproximar a comunidade com o patrimônio, se moldavam à proposta do regime naquele momento. Podemos dizer que a ditadura positivou essa diversidade regional como forma de associar seus discursos otimistas acerca de símbolos da memória nacional. Assim, é possível notar que as alterações introduzidas durante essa gestão — ao incorporar novos atores para as práticas de preservação, e a reformulação dos significados dados ao patrimônio histórico com a intenção promover um avanço na democratização — ocorreram num período antidemocrático, no qual havia uma luta permanente pelas políticas de patrimônios.

Ao mesmo tempo, enquanto secretário da Cultura, Aloísio Magalhães, desenvolveu vertentes que separavam o patrimônio da produção cultural, com a criação de fundações que serviam as responsáveis pelas demandas das vertentes. Que percebemos que serviriam para operacionalizar o setor cultural. Essas políticas consideravam a importância do bem cultural como uma experiência em diversos níveis. A elaboração de diretrizes operacionais e de proteção



de bens culturais consagrados ou não-consagrados era o que permitiria descentralizar as responsabilidades das ações.

Quando ao período de quatro anos utilizados aqui como recorte, 1979 a 1982, talvez seja curto para estabelecer, de fato, um sistema envolvendo às três esferas administrativas do Estado brasileiro. Entretanto, podemos perceber esse período que teve início o desenvolvimento de diretrizes próprias para a preservação dos bens culturais e alargamentos importantes para as futuras apropriações, sobretudo, no campo do patrimônio imaterial.

A análise dos boletins da autarquia federal foi importante para perceber tais reformulações estruturais e ações, como expressado pela SPHAN e apontado ao longo dessa dissertação. Contudo, alguns temas escapavam do escopo da publicação, como evidenciado nos Capítulos 3 e 4. Percebemos os silenciamentos quando envolviam as populações indígenas, no tocante a São Miguel, ou como se deu a aproximação com a comunidade local, era pouco noticiada, deixando em evidência que a publicação procurava se afastar de polêmicas, dado a aproximação com os militares durante o período autoritário. A publicação tomava para si o papel de porta-voz da divulgação do patrimônio nacional. Desse modo, quando nos referimos ao conteúdo dos boletins podemos afirmar que é a SPHAN informa através dessa produção, observamos a fala institucional e seus discursos ao longo dos exemplares. Ao acompanhar as ações que eram realizadas junto aos bens culturais e com a publicação de artigos que debatiam temas de ordem burocrática.

Também identificamos que as reformas, que seguiam critérios técnicos recomendados pelas políticas patrimoniais, impactavam na conversão desse patrimônio em bens culturais. As políticas foram importantes para o movimento crescente no interior do órgão, cuja antropologia era a principal linha de pesquisa, por conseguinte, culminaram em novas estruturas das instituições da cultura, sem abandonar a continuidade institucional de preservar os patrimônios de pedra e cal, entretanto, tal linha de organização precisava se impor diante dos arquitetos que estavam na instituição por décadas. Essa pesquisa aborda a questão da prática de preservação de memórias por parte desses órgãos e identifica alguns dos conflitos sociais que permearam tais processos.

Ao buscar elevar os lugares de memória, como São Miguel, — que remetem a um passado de troca de culturas e disputas territoriais que deram origem para o estado gaúcho — essas políticas estavam dotadas de estratégias representativas. O caso de São Miguel das Missões, foi escolhido pela SPHAN para representar o patrimônio missioneiro com valor simbólico forte, uma vez que era importante fortalecer a identidade regional gaúcha, para haver uma integração com a identidade nacional.

Ainda podemos validar é que São Miguel ainda fora um elo nas relações do MERCOSUL, ao realizar propostas de políticas de preservação dos remanescentes das Missões Jesuíticas na América do Sul. Esse processo de consolidação junto às demais reduções aproximava o Brasil de outros países do MERCOSUL, uma experiência já vivenciada em obras financiadas pela ditadura civil-militar.

Desse modo, a trajetória da consolidação de São Miguel apresenta-se como fator determinante não só para a ocupação do território, como também para estabelecer um importante capítulo nas políticas de preservação do patrimônio. Valorizar São Miguel foi uma escolha estratégica, somada a demanda da região por desenvolver sua economia e turismo.

A respeito dos trabalhos executados nos remanescentes missioneiros, conforme a investigação, pode ser evidenciado como era preciso ter equipes técnicas preparadas para essa tarefa, além de contar com cooperação internacional para escolher a melhor abordagem. Outro fator debatido acerca do desenvolvimento econômico da região, foi o incentivo da SPHAN para transformação de suas recomendações em lei — visto os interesses políticos locais — de um projeto, para proteção do entorno das ruínas de São Miguel, além de promover uma reorganização na configuração territorial do município. Podemos apontar que ainda hoje tal desenvolvimento ocorre de forma lenta, mas as ações decorridas daquele momento ajudaram na manutenção de um município que tem como subsistência as áreas rurais e algumas indústrias locais.

Neste sentido, é válido ressaltar que o desafio dessas políticas de preservação, deveriam ser mantidas em equilíbrio com a conservação do bem cultural e a economia que o patrimônio poderia gerar, através das diretrizes para o entorno. Mesmo com o desenvolvimento de medidas para alavancar o turismo em um circuito internacional, não havia o interesse de ser um turismo de massa, como defendido por Aloísio, mas sim, algo controlado para evitar a perda desse bem cultural. Ao projetar uma política que oferecia recursos e ao mesmo tempo, esperava que o patrimônio consiga se sustentar, corroborando com a noção de desenvolvimento harmonioso, o que hoje classificaríamos como turismo sustentável.

Portanto, acreditamos que seja relevante estabelecer uma relação entre o processo de valorização de São Miguel e a gestão de Aloísio Magalhães e suas realizações enquanto administrador cultural que decorrem das relações de poder entre os grupos sociais dominantes envolvidos nos processos de preservação e dos usos deste bem cultural. Ao surgir olhares renovados sobre as políticas de patrimônio, viabilizando assim, novas propostas e preocupações sobre a sua memória.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. *In*: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (org.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. *In*: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias & políticas de cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 13-24. (Coleção CULT).
- ANASTASSAKIS, Zoy. A cultura como projeto: Aloisio Magalhães e suas ideias para o Iphan. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 35, p. 65-77, 2017.
- ANASTASSAKIS, Zoy. **Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituição de Ensino, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. **O Que é Política?** (Tradução Reinaldo Guarany). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BAPTISTA, Jean Tiago *et al.* (org.). **Museu das Missões**: 80 anos. Porto Alegre: 2020.
- BAUER, Leticia Brandt. **O arquiteto e o zelador**: patrimônio cultural, história e memória – São Miguel das Missões (1937 – 1950). 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito (Tradução Paulo Neves). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007. Disponível em: [www.cult.ufba.br/enecult2007/IsauraBotelho.pdf](http://www.cult.ufba.br/enecult2007/IsauraBotelho.pdf). Acesso em: 23 jul. 2020.
- BOTELHO, Isaura. **Romance de formação**: FURNARTE e Política Cultural 1976-1990. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2000.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 6 dez. 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 12 de mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 19330, 19 dez. 1979. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6757-17-dezembro-1979-366080-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Portaria n.º 215, de 13 de março de 1980**. Brasília: Presidência da República, 1980. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/portaria-mapa.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-107. (Coleção CULT).

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CANCLINI, Néstor García (org.). **Políticas Culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

CANCLINI, Néstor García. Definiciones en transición. *In*: MATO, Daniel (org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Clasco Libros, 2005. p. 69-81.

CANDAU, Joel. **Memoria e Identidad**. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 2008.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. A pesquisa no IPHAN: conhecimento, legitimidade e ação política. *In*: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2014.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogêneses das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 34, p. 147-165, 2011.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio de 1982-2002. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 35, p. 79-103, 2017.

CHUVA, Márcia; LAVINAS, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 75-98, jan./abr. 2016.

CLEROT, Pedro Gustavo Morgado. **Referência Cultural: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural**. 2019. 243 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2019.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. *In*: MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil: anos 70**. São Paulo: Difel, 1984.

COHN, Gabriel. Concepção oficial de cultura e processo cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 22, p. 7-10, 1987.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

CORDEIRO, Janaína Martins. **A ditadura em tempos de milagre: Comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015a.

CORDEIRO, Janaina Martins. O país do presente comemora seu Sesquicentenário: ditadura, consenso e comemorações no Brasil (1972). *In*: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (org). **História e Memória das Ditaduras do Século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015b. 1 v. p. 54-72.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, jan./jun. 2009. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862009000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862009000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 ago. 2020.

CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 15-57, jan./abr. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142016000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100015&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08 out. 2020.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. **A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da Tipologia urbana missioneira**. 2002. 199 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato.; STELLO, Vladimir Fernando. Preservación de las misiones: trayectoria de Brasil. **Apuntes**, v. 20, n. 1, p. 142-153, 2007.

DIAS, Welbia Carla. **Boletim Sphan/FNPM: um espaço de comunicação do Patrimônio Cultural**. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

DRAIBE, Sônia Maria. As políticas sociais no regime militar brasileiro: 1964-1984. *In*: SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAUJO, Maria Celina (org.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 271-309.

EQUIPES analisam danos causados pelo temporal no Sítio Histórico das Missões. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 abr. 2016. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/equipes-analisam-danos-causados-pelo-temporal-no-s%C3%ADtio-hist%C3%B3rico-das-miss%C3%B5es-1.200331>. Acesso em: 12 de jan. 2021.

FALCÃO, Joaquim. Política de preservação e democracia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 20, p. 45-49, 1984a.

FALCÃO, Joaquim. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. *In*: MICELI, Sérgio (org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo, Difusão Editoria, 1984b.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Construções do passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80)**. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1994.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 24, p. 153-165, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC-IPHAN, 1997.

FREITAS, Luiz Felipe Sausen de. **A identidade missioneira na área dos Sete Povos das Missões Jesuítico-Guarani**. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. Mário de Andrade e Aloísio Magalhães: Dois personagens e a questão do patrimônio cultural brasileiro. **Revista Pós**, n. 7, p. 71-93, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os Limites do Patrimônio. *In*: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 239-248.

- GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HORDEJUK, Cristiano de Souza. **A presença do Iphan nas Missões: concepções e projetos de patrimônio**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2019.
- KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- KERN, Arno Alvarez. **Arqueologia Histórica Missioneira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. (Coleção Arqueologia).
- KOSELLECK, Reinhart. Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa: duas categorias históricas. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006. p. 305-327.
- LA SALVIA, F. **Evidenciação, interpretação e ambientação dos remanescentes das antigas missões jesuíticas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, 1982.
- LABORIE, Pierre. 1940-1944, os franceses do pensar duplo. *In*: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Europa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 1 v.
- LAVINAS, Laís Villela. Aloísio Magalhães e a ditadura: desenvolvimento e legitimação. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL, 11., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: [https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340064051\\_ARQUIVO\\_cor\\_rigido.pdf](https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340064051_ARQUIVO_cor_rigido.pdf). Acesso em: 19 jun. 2018.
- LAVINAS, Laís Villela. **Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982)**. 2014. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 419-476.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina Maria do Rego de. A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. *In*: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- LOYOLA, Érico Teixeira de. **As Missões Jesuítico-Guaranis: o Patrimônio Histórico-Cultural e a Integração Regional (1979-1987)**. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MACIEL, Edgar. História em chamas: o trágico Incêndio do Museu Nacional. **Veja** (Digital), [S. l.], 8 set. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/videos/em-pauta/historia-em-chamas-o-tragico-incendio-do-museu-nacional/>. Acesso em: 12 de jan. 2021.

MAGALHÃES, Aloísio. Bens Culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 20, p. 40-44, 1984.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1985.

MAIA, Tatyana de Amaral. **A construção do “senado” da cultura nacional em tempos autoritários (1967-1975)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural; Iluminuras, 2012.

MARCHI, Darlan De Mamann. **O Patrimônio antes do patrimônio em São Miguel das Missões: dos Jesuítas à Unesco**. 2018. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

MARIA Cecília Londres - Ocupação Aloisio Magalhães (2014). Publicado por Itaú Cultural. [S. l.: s. n.]: 12 ago. 2014. 1 vídeo (5 min 40 seg). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=SZI7YinT\\_SU&ab\\_channel=Ita%C3%BACultural](https://www.youtube.com/watch?v=SZI7YinT_SU&ab_channel=Ita%C3%BACultural). Acesso em: 23 out. 2019.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. A trajetória do IPAHN nas Missões. *In*: GOELZER, Ana Lucia. **Fronteiras do mundo Ibérico: patrimônio, território e memória das Missões**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer; SILVA, Leonardo Alberto Corá. Remanescentes das Missões Jesuítico-Guaraní no Rio Grande do Sul: da pedra e cal à paisagem cultural. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, p. 68-92, 2020.

MICELI, Sergio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984a.

MICELI, Sérgio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. **Revista de Administração Empresas**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 27-31, jan./mar. 1984b. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901984000100002&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901984000100002&lng=en&nrm=isso). Acesso em: 02 set. 2020.

MORAES, Tobias Vilhena de. **Preservação arqueológica e ação educativa nas Missões**. 2014. 223 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 21-26, out./dez. 2014. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252014000400010&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 jul. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



MUMBACH, Sandi. **O processo de emancipação de São Miguel das Missões na década de 1980: o patrimônio em disputa**. 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

MUMBACH, Sandi; SOARES, André Luis Ramos. Entre História e Belas Artes: Considerações a respeito do processo de patrimonialização do sítio arqueológico de São Miguel das Missões. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 37, n. 49, p. 12-24, out. 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepa/article/download/12706/7601>. Acesso em: 17 ago. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. “Vencer Satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 2 v. p. 145-174.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: problemática dos lugares (Tradução Yara Aun Khoury). **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A cultura como campo de inovações organizacionais. **Interseções**, v. 16, n. 1, p. 90-110, jun. 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OLIVEN, Ruben G. **A parte e o todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 Anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 112-127.

PELEGRINI, Sandra. Memórias e identidades: a patrimonialização e os usos do passado. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 87-115, dez. 2018.

PEREIRA, Walmir. Patrimônio Cultural e Memória Social das Missões Jesuíticas Guarani – Ruínas de São Miguel: Ação Patrimonial e Identidade Ameríndia na Região Platina da América do Sul. **SURES**, Foz de Iguaçu, n. 2, p. 40-58, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Missões, um espaço no tempo: paisagem da memória. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; MEIRA, Ana Lucia Goelzer. **Fronteiras do mundo Ibérico: Patrimônio, território e a memória das missões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 51-64.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO, Aurélio. **História das missões orientais do Uruguai**. Porto Alegre: Selbach, 1954.

PORTO, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados (2000/2010)**. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 2 v.

REZENDE, Maria Beatriz *et al.* Fundação Nacional Pró-Memória (verbete). *In*: REZENDE, Maria Beatriz *et al.* (org.). **DICIONÁRIO IPHAN de Patrimônio Cultural** (online). Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil**. 2012. 216 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). *In*: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 97-144.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, n. 13, p. 101-113, jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/1469/934>. Acesso em: 09 jun. 2020.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção CULT).

RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (org.). **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. *In*: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena e COSTA, Wanda. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Fabrício Rocha da. **Estudos de Percepção Espacial no entorno do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo com vistas à valorização do monumento**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Roberto Sabino da. **Litígios Patrimoniais: as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio)

– Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Vanderli Maria. **A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)**. 2001. 211 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02072002-100601/publico/tde.pdf>. Acesso: 17 ago. 2020.

SOLANGE Magalhães - Ocupação Aloisio Magalhães (2014) – Parte 2/3. Publicado por Itaú Cultural. [S. l.: s. n.]: 12 ago. 2014. 1 vídeo (4 min 45 seg). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=zfzToq1ReDo&feature=emb\\_title&ab\\_channel=Ita%C3%BA Cultural](https://www.youtube.com/watch?v=zfzToq1ReDo&feature=emb_title&ab_channel=Ita%C3%BA Cultural). Acesso em: 05 out. 2019.

SOUZA FILHO, Carlos F. Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

STELLO, Vladimir Fernando. **Além das Reduções: A Paisagem Cultural da Região Missioneira**. 2011. 238 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

STELLO, Vladimir Fernando. **Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940**. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TELLES, Augusto da Silva. Cidades Históricas: notas sobre a política brasileira de preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 19, 1984.

TOLEDO, Benedito de Lima. Bem cultural e identidade cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 20, p. 28-32, 1984.

TOMMASI, Breno. Ditadura brasileira e questão indígena: entre as lutas por direitos civis e os debates sobre Direitos Humanos no mundo. **Revista Ars Histórica**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 18-36, jul./dez. 2018.

UNESCO (Brasil). **Gestão do Patrimônio Mundial cultural**. Brasília, DF: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016. (Manual de referência do patrimônio mundial).

VELHO, Gilberto. Antropologia e patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 2, p. 37-39, 1984.

WILLIAMS, Daryle. Além da História-Pátria – As Missões Jesuítas-Guaranis, o Patrimônio da Humanidade e outras Histórias. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 34, p. 281-301, 2012.

## FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Cultura. **Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural**. Brasília, DF: 1981. 24 p.

CULTURA, substantivo plural. **Revista IstoÉ**, ano 5, n. 284, p. 68, 13 jan. 1982. Arquivo IPHAN.

ENQUANTO o MEC pede tombamento à Unesco começam as obras no templo de São Miguel. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1982. Arquivo Noronha Santos, IPHAN/Rio de Janeiro. (Recortes/Jornais AA01/M030/P04/ Cx.0578/ P.0002 / Env.01).

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Documento de trabalho referente as Missões Jesuíticas**. [S. l.]: 1981. Arquivo IPHAN/RS (São Miguel das Missões/Inventário/obras).

INCLUSÃO da Região das Missões no Programa de Cidades Históricas. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 ago. 1979. p. 19. Arquivo IPHAN/RS (São Miguel das Missões/Recortes/Jornais).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 9º Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico. **Ofício no. 055/80** – Porto Alegre, 24 de junho de 1980. Porto Alegre: 1980c. Arquivo IPHAN/RS (São Miguel das Missões/Inventário/obras/caixa 09).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Política Nacional de Cultura**. Brasília, DF: 1975.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Termo de Referência**. Brasília, DF: 1980a. Arquivo Noronha Santos, IPHAN Rio de Janeiro. (Inventário/obras/AA01/M064/P06/ Cx.0949/ P.2565).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Termo de Referência 02**. Brasília, DF: 1980b. Arquivo Noronha Santos, IPHAN Rio de Janeiro. (Inventário/obras/AA01/M064/P06/ Cx.0949/ P.2565).

PLANO Diretor de São Miguel das Missões. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 27 ago. 1979. p. 31. Arquivo IPHAN-RS (São Miguel das Missões/Recortes/Jornais).

PLANO. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 26 ago. 1979. p. 7. Arquivo IPHAN/RS (São Miguel das Missões/Recortes/Jornais).

RIO GRANDE DO SUL. **Diretrizes para o desenvolvimento físico de São Miguel**. 1980. Arquivo IPHAN-RS (São Miguel das Missões/Inventário/obras/caixa 10).

SPHAN. **Dossiê de candidatura de São Miguel das Missões**. Brasília, DF: 1982. Arquivo IPHAN/RS (São Miguel das Missões/Inventário/obras).

SPHAN. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória**. Brasília, DF: SPHAN/Pró-memória, 1980a.

SPHAN. **Informação no. 44**, 11 de março de 1980. [S. l.]: 1980b. Arquivo IPHAN-RS (São Miguel das Missões/Inventário/obras/caixa 09).

SPHAN; FNPM. **Relatório da reunião de São Miguel das Missões (RS) em 27 e 28 de abril de 1982**. São Miguel: 1982. 3p. Arquivo IPHAN/RS (São Miguel das Missões/Inventário/obras).

UNESCO abre campanha internacional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 jan 1982.  
Arquivo Noronha Santos, IPHAN Rio de Janeiro. (Recortes/Jornais/AA01/M030/P04/  
Cx.0576/ P.0001 / Env.01).

## ANEXO A - Relação Final de Boletins SPHAN/ PRÓ-MEMÓRIA analisados

Os arquivos retirados do acervo digital de publicações do IPHAN entre os dias 21 e 23 de outubro de 2019, estão dispostos no Quadro 1:

Quadro 1- Relação de Boletins SPHAN/ PRÓ-MEMÓRIA analisados

No./Edição	Bimestre/Ano	Assuntos	Correio Eletrônico(link)
0	1979	Fusão IPHAN-CNRC-PCH	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_0.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_0.pdf</a>
1	jul/ago 1979	Criação da Fundação Nacional Pró-Memória	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_01.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_01.pdf</a>
2	set/out. 1979	Diretrizes para o desenvolvimento São Miguel das Missões; visita do presidente João Figueiredo ao IPHAN	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_02.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_02.pdf</a>
3	nov/dez. 1979	Técnicos debatem como consolidar as Missões	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_03.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_03.pdf</a>
4	jan/fev 1980	"Bem cultural é fator de desenvolvimento" - O conceito de bem cultural é exposto por Aloísio	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_04.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_04.pdf</a>
5	mar/abr 1980	A presença da SPHAN no sul do Brasil; A posse de Aloísio Magalhães na Fundação Nacional Pró-Memória; Visita Figueiredo	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_05.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_05.pdf</a>
6	maio/jun. 1980	Nova estrutura institucional SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA;	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_06.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_06.pdf</a>
7	jul/ago 1980	A consolidação das ruínas de São Miguel	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_07.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_07.pdf</a>
8	set/out. 1980	Entrevista Roberto Di Stefano sobre conservação do patrimônio como exigência social	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_08.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_08.pdf</a>
9	nov/dez. 1980	Visita do professor Di Stefano em São Miguel das Missões e situação das ruínas	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_09.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_09.pdf</a>
10	jan/fev. 1981	A restauração começa em São Miguel das Missões	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_10.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_10.pdf</a>
11	mar/abr 1981	Criação da Secretaria da Cultura	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_11.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_11.pdf</a>
13	jul/ago 1981	Consolidação das ruínas de São Miguel entra na fase final; Diretorias Regionais da SPHAN/pró-Memória	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_13.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_13.pdf</a>
14	set/out. 1981	Novas diretrizes da Secretaria da Cultura (SEC/MEC)	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_14.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_14.pdf</a>

15	nov/d ez. 1981	Missões e plano de valorização internacional; Entrevista com Julio Curtis	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_15.pdf">http://portal.iphan.gov.br/ uploads/publicacao/Boletim_15.pdf</a>
16	jan/fe v. 1982	CPI do Patrimônio; Missões e medidas de consolidação em estudo	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_16.pdf">http://portal.iphan.gov.br/ uploads/publicacao/Boletim_16.pdf</a>
17	mar/a bril 1982	Definidas as ações para a consolidação de São Miguel; matéria com Roberto Di Stefano sobre o bem cultural	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_17.pdf">http://portal.iphan.gov.br/ uploads/publicacao/Boletim_17.pdf</a>
18	maio/j un. 1982	CPI do Patrimônio	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_18.pdf">http://portal.iphan.gov.br/ uploads/publicacao/Boletim_18.pdf</a>
19	jul/ag o. 1982	Encarte extra em homenagem a Aloísio Magalhães	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_19.pdf">http://portal.iphan.gov.br/ uploads/publicacao/Boletim_19.pdf</a>
20	set/ou t. 1982	Missões como novo patrimônio da humanidade	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_20.pdf">http://portal.iphan.gov.br/ uploads/publicacao/Boletim_20.pdf</a>
21	nov/d ez. 1982	Brasil apresenta lista de bens à UNESCO	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_21.pdf">http://portal.iphan.gov.br/ uploads/publicacao/Boletim_21.pdf</a>
27	nov/d ez. 1983	Declaração de São Miguel como patrimonio de Humanidade	<a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/boletim_27.pdf">http://portal.iphan.gov.br/ uploads/publicacao/boletim_27.pdf</a>

Fonte: Elaborada pela autora.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)